

Sumário

Número de notícias: 84 | Número de veículos: 42

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Isenção de IR pode retirar até R\$ 45 bilhões dos cofres públicos7

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mais de R\$ 20 mi desviados do SUS 8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Deputados dão aval a imposto mínimo para múltis 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Correio promove debate sobre Fundo Constitucional10

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fundos imobiliários vencem no Carf disputa com a Receita11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Aprovado 1º projeto de corte de gastos13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Câmara aprova 1º projeto do pacote de corte de gastos 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Centralização de gestão de previdência é adiada 15

A TRIBUNA - ES - CIDADES
SEGURIDADE SOCIAL

Dicas para idosos não caírem em golpes de fim de ano16

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo tenta reduzir gastos com militares18

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Médicos e advogados com cobrança reduzida 20

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - A SEU SERVIÇO
SEGURIDADE SOCIAL

Calendário de pagamento do INSS em 2025 começa no dia 27 de janeiro22

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Confira beneficiários que recebem pagamento do INSS antes do Natal23

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

Vai ficar mais difícil se aposentar em 2025? Veja o que muda nas exigências 24

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Idade mínima passa a valer em 2025: veja quando você poderá se aposentar26

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

SENADO APROVA RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS POR UNANIMIDADE 28

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária ganha regulamentação 30

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dólar bate R\$ 6,20, mas fecha R\$ 6,09 32

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

PL da dívida dos estados vai à sanção 33

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

CÂMARA APROVA TEXTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA 34

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária é aprovada na Câmara 35

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

A Zona Franca de Manaus faz bem ao Brasil (Artigo) 36

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara aprova regulamentação da reforma tributária; texto vai a sanção 37

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Primeiro projeto do pacote fiscal passa na Câmara 39

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Senado aprova renegociação da dívida dos estados, que vai à sanção 41

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara aprova regulamentação da Reforma Tributária 42

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Há uma irracionalidade dos ativos financeiros" 44

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Projeto que regulamenta reforma é aprovado pela Câmara 45

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para especialistas, mudanças devem ser insuficientes para garantir alíquota padrão 47

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator retira limite ao uso de crédito tributário de pacote 49

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Aprovadas mudanças nos impostos 51

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária vai para sanção 53

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - RADAR
REFORMA TRIBUTÁRIA

Aprovada na Câmara, Reforma segue para Lula 54

FOLHA DE LONDRINA - LONDRINA - PR - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara aprova texto-base da regulamentação da reforma tributária 55

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regulamentação da reforma tributária aprovada na Câmara 56

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária avança com corte de benefícios e alíquota projetada em 28,11% 58

O ESTADO - FORTALEZA - CE - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária vai à sanção (Editorial) 59

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso atua como sindicato dos ricos e trava ajuste fiscal de que Brasil precisa, diz
especialista em desigualdade 60

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: regulamentação vai à sanção presidencial 72

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

PL da renegociação da dívida dos estados vai à sanção 74

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dólar bate em R\$ 6,20, mas recua e fecha nos R\$ 6,09 77

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Análise: aprovação da reforma tributária reduz incertezas 79

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo terá que anunciar novas medidas para reverter crise de confiança no mercado,
avaliam interlocutores de Haddad 82

G1 - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

A disparada do dólar: entenda o salto de R\$ 5,67 para o recorde de R\$ 6,09 em apenas um
mês 83

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Veja principais pontos do 1º projeto de regulamentação da Reforma Tributária aprovado na
Câmara 86

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso define as regras do futuro regime de impostos: tire suas dúvidas sobre o que muda com a Reforma Tributária..... 88

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara aprova texto-base de projeto de ajuste fiscal que prevê novo limite de gastos..... 90

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Corte no FCDF pode reduzir empregos..... 91

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

País precisa de fiscal austero, vê FGV Ibre..... 93

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Paralisada, refinaria teve R\$ 45 mi em isenções em 2024..... 95

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Nova lei estabelece alíquota única de 15%..... 97

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ÚLTIMAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Senado aprova renegociação da dívida dos estados..... 99

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Brasil pode liderar a transição energética..... 100

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Fiscal, o calcanhar de Aquiles..... 103

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

"Temos visto um esforço enorme do governo"..... 105

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Agenda verde e integração..... 106

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Ansiedade com câmbio e quadro fiscal..... 108

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Impossível não falar de juros..... 109

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Copom sugere mais rigor..... 111

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Para analistas, câmbio reflete questão fiscal..... 112

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Em ata, BC diz que riscos para inflação se "materializaram" 114

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Para economistas, alta de gastos piora quadro 115

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Congresso precisa endurecer medidas de pacote fiscal (Editorial) 116

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Copom: reação a pacote fiscal tornou cenário mais adverso 117

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

'Se câmbio não estabilizar, estrangeiro não entra' 118

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Projeções já apontam Selic acima de 16% no fim do ciclo de alta 120

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

'Banco central é agente menor e está refém da política fiscal' 121

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Dólar acima de R\$ 6 preocupa e ajuste não é insuficiente, diz Mello 122

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Crescimento de 2,4% é sustentável, projeta CNI 124

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Estudo vê corte de até 8,1% do PIB com redução de jornada 126

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Projeções de juros e inflação do Fed devem atrair atenção do mercado 128

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Copom endurece tom em ata e indica que decisão foi unânime 129

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Juro real passa de 8% em leilão de NTN-B 131

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Tesouro mais ativo pode atenuar alta do dólar 133

VALOR ECONÔMICO - SP - INVESTE
ECONOMIA

"Receio com disciplina fiscal continua, mas Brasil pode atrair fluxos" 134

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

Mais um ano de desafios 137

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

Conservadorismo venceu e poucos bateram o CDI..... 139

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

Na previdência, novas estratégias de venda entram no radar..... 141

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

Captação cresce e renda fixa volta a ter saldo positivo..... 143

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

Debêntures incentivadas batem recorde neste ano..... 145

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

Cenário evidencia importância da internacionalização da carteira..... 147

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

Melhores gestores conseguem driblar as incertezas..... 149

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - RADAR
ECONOMIA

Dólar chegou a ser negociado a R\$ 6,20..... 151

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - PARÁ
ECONOMIA

Dólar bate R\$ 6,20 e recua com intervenção do Banco Central..... 152

Isenção de IR pode retirar até R\$ 45 bilhões dos cofres públicos

IVSON COELHO ADVOGADO ESPECIALISTA EM DIREITO TRIBUTÁRIO

A isenção de Imposto de Renda anunciada recentemente pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pretende beneficiar brasileiros com renda mensal de até R\$ 5 mil. No entanto, a medida custará cerca de R\$ 45,8 bilhões, que deixarão de ser arrecadados pela **Receita Federal**.

De acordo com a Associação Nacional de Auditores Fiscais da **Receita Federal** (Unafisco), a mudança atingirá 36 milhões de pessoas. Atualmente, a isenção do Imposto de Renda ocorre apenas para quem ganha até R\$ 2.259,20.

A mudança, que ainda precisa ser apreciada por deputados federais e senadores, já provocou desdobramentos na economia brasileira. Logo após o anúncio realizado por Fernando Haddad, a precificação do dólar ultrapassou R\$ 6 no mercado e índices como o Ibovespa apresentaram retração de 1%.

Segundo dados do IBGE, cerca de 80% dos brasileiros possuem ganhos de até R\$ 5 mil e devem ser beneficiados com o alargamento da faixa de isenção de Imposto de Renda. Para balancear o montante que deixará de ser arrecadado, o Brasil pode sobrecarregar a tributação de pessoas que ganham acima de R\$ 50 mil.

A medida anunciada pelo governo federal contempla uma agenda de tributação de pessoas consideradas super ricas. Atualmente, essa faixa de contribuição corresponde a 27,5% de Imposto de Renda, índice que deve sofrer forte correção em 2025.

Além de proporcionar maior isenção, o Brasil necessita simplificar o sistema de cobrança de **tributos**. Beneficiar apenas uma parcela da população com a **reforma tributária** não deve atender aos principais anseios do país, que precisa de uma reformulação da carga tributária por meio do fortalecimento da economia, não criando novas alíquotas de arrecadação.

As contas públicas do governo federal correspondem a um déficit de R\$ 50 bilhões em 2024, o que representa um cenário ainda mais desafiador para manter o

equilíbrio fiscal com a isenção anunciada.

Além do alargamento da faixa de isenção do Imposto de Renda, o ministro da Fazenda também apresentou um pacote de medidas para militares e o setor Judiciário. Com o anúncio, espera-se alcançar a economia de R\$ 70 bilhões aos cofres públicos até 2026, por meio de mudanças como estabelecer idade mínima para aposentadoria e o novo sistema de transferências de pensões.

Site:

<https://files.digital.em.com.br/flip/1/7571/261826/original.pdf>

Mais de R\$ 20 mi desviados do SUS

A Polícia Federal (PF) deflagrou ontem operação para desarticular um grupo responsável pelo desvio de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) em municípios do Paraná. A **Receita Federal** e a Controladoria-Geral da União (CGU) também participaram da ação, que foi realizada em Curitiba e região metropolitana e em cidades do estado de São Paulo, incluindo a capital, Santa Isabel e Ribeirão Preto.

Em nota, a corporação destacou que o objetivo foi localizar bens ocultos pelos investigados, identificar agentes políticos envolvidos no esquema e aprofundar investigações sobre uma organização social contratada para gerir recursos públicos da saúde. O grupo, segundo a PF, utilizava empresas de fachada e laranjas para justificar contratos superfaturados, "permitindo o rateio ilícito de lucros entre

empresários, diretores da organização social e agentes políticos".

Foram cumpridos 16 mandados de busca e apreensão, além de medidas cautelares como bloqueios de valores, sequestro de bens e a proibição de contratação com o poder público para empresários e empresas envolvidas. "As investigações apontam que o esquema envolvia a celebração de contratos de fachada e a contratação de empre-

sas pertencentes ao mesmo núcleo empresarial para prestação de serviços médicos", disse a PF em nota.

"Além disso, identificou-se a existência de mais de um contrato para o mesmo serviço, com valores superfaturados, permitindo o desvio de recursos. De acordo com o Tribunal de Contas do Estado (TCE), apenas no município de Curitiba, o valor desviado até 2019 ultrapassou R\$ 20 milhões" (Da Agência Brasil).

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18370>

Deputados dão aval a imposto mínimo para múltis

GABRIEL SABÓIA

A Câmara aprovou ontem projeto de lei que estabelece imposto mínimo de 15% sobre o lucro de empresas multinacionais que operam no país. A medida segue acordo conduzido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e assinado por mais de 140 países. O texto segue para o Senado.

A OCDE é o "clube dos países ricos". O Brasil não é afiliado à organização, mas a norma será seguida por diferentes nações. As regras entram em vigor em janeiro de 2025. A taxa valerá para empresas multinacionais com faturamento superior a 750 milhões por ano.

No Brasil, segundo a **Receita Federal**, 290 grupos multinacionais estariam sujeitos às regras do pilar 2 da OCDE, sendo que só 20 deles seriam de capital local, os demais são estrangeiros. A estimativa do governo é que a arrecadação alcance R\$ 3,2 bilhões em 2026, suba para R\$ 7,2 bilhões em 2027 e chegue a R\$ 7,7 bilhões em 2028, quando deve se estabilizar.

SEM GUERRA FISCAL

O projeto é uma versão de uma medida provisória (MP) que foi editada pelo governo em outubro, mas que até agora não foi votada.

Atualmente, o país tem uma tributação nominal sobre renda de empresas de 34%, somando Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Mas a carga efetiva pode cair abaixo de 15% por conta de regras e incentivos fiscais, além de estratégias que podem ser usadas pelas companhias.

O acordo com a OCDE foi feito para evitar que apenas os países sedes das grandes multinacionais tenham arrecadação tributária a partir dessas empresas. Assim, garante que parte do lucro obtido por elas no país anfitrião seja efetivamente pago ao governo local.

Além disso, a norma da OCDE tem como objetivo evitar uma espécie de guerra fiscal internacional e que empresas usem planejamento tributário visando redução drástica da carga de **impostos**.

O texto também prorroga até 2029 a validade de um

desconto sobre a tributação efetiva de empresas brasileiras que atuam no exterior, a chamada Tributação em Bases Universais (TBU).

A TBU evita a dupla taxa de empresas brasileiras com atuação em outros países e permite que os resultados auferidos no exterior pelas subsidiárias sejam considerados de forma consolidada na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL da controladora no Brasil.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Correio promove debate sobre Fundo Constitucional

Amanhã, em mais uma edição do CB.Debate, o Correio Braziliense vai reunir autoridades, especialistas, juristas e representantes do setor produtivo para deliberar sobre o Fundo Constitucional.

O evento, denominado "Entre os Eixos do DF: o Fundo Constitucional do Distrito Federal", acontece no auditório do jornal e será transmitido ao vivo no Youtube.

Entre os nomes confirmados para o debate estão: a vice-governadora do DF, Celina Leão; o vice-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), André Clemente; o presidente eleito da Ordem dos Advogados do Brasil (OABDF), Paulo Maurício Braz Siqueira; o secretário de Economia do DF, Ney Ferraz; a ex-governadora do DF, Maria de Lourdes Abadia; o procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Georges Seigneur; o secretário de Segurança Pública do DF, Sandro Avelar; o ex-secretário da **Receita Federal**, Everardo Maciel; o presidente da Fecomércio-DF, José Aparecido da Costa Freire; o presidente da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (Ademi-DF), Roberto Botelho e a delegada do Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do DF (Sindepo- DF), Cláudia Alcântara.

A representante do Sindepo-DF falou ao Correio sobre a importância do FCDF para a categoria. "Alterar o índice de correção do Fundo Constitucional para o IPCA representa um retrocesso para a manutenção da segurança pública no DF. Isso comprometeria os serviços essenciais e colocaria em risco os direitos de policiais, incluindo os delegados, de exercerem suas funções com as condições necessárias. Defender o modelo atual de reajuste pela RCL é crucial para garantir a sustentabilidade financeira e a autonomia da Polícia Civil do DF e de outros serviços financiados pelo fundo", destacou Cláudia Alcântara.

O debate será conduzido pelos jornalistas Ana Maria Campos e Carlos Alexandre de Souza. "Aprofundar o debate sobre a dependência financeira do Distrito Federal para manutenção da qualidade dos serviços públicos é importante para o entendimento de que cortar repasses federais para Brasília não é o melhor caminho para o ajuste fiscal.

Esses cortes não representam nada para a União e

mas são fundamentais para o DF", destacou a jornalista e colunista Ana Maria Campos. Carlos Alexandre de Souza também pontuou a relevância da pauta neste momento. "O ataque ao FCDF resulta de uma incompreensão do papel de Brasília. Como capital da República, ela responde administrativamente pelo país, atribuição que não cabe a nenhum outro município ou unidade da Federação. Prejudicar o DF é prejudicar o Brasil", pontuou.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6764/18-12-2024.html?all=1>

Fundos imobiliários vencem no Carf disputa com a Receita

Os fundos de investimento imobiliário (FIIs) conseguiram um importante precedente no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. Os conselheiros da 1ª Turma da 1ª Câmara da 1ª Seção entenderam que os beneficiários de um fundo também podem ser controladores do empreendimento imobiliário - objeto de seus investimentos - sem gerar a equiparação com empresa e a consequente cobrança de Imposto de Renda (IRPJ), CSLL, PIS e Cofins.

A decisão é importante, segundo especialistas, porque a disputa sobre o assunto está acirrada no tribunal administrativo federal e houve unanimidade de votos a favor do contribuinte. Há pelos menos dois julgados na Câmara Superior - última instância do Carf. Um favorável às empresas e outro à Fazenda Nacional.

Em geral, os fundos de investimento imobiliário não são diretamente tributados. E os seus beneficiários ou são isentos, quando atendidos alguns requisitos, ou somente pagam **impostos** com a distribuição dos resultados. Contudo, a Lei nº 9.779, de 1999, que regulamentou os fundos, criou um limite para evitar concorrência predatória com as pessoas jurídicas

que exploram as mesmas atividades - como incorporadoras e locadores de imóveis.

O artigo 2º da norma prevê que um fundo, para manter a vantagem fiscal, não pode aplicar recursos "em empreendimento imobiliário que tenha como incorporador, construtor ou sócio, quotista que possua, isoladamente ou em conjunto com pessoa a ele ligada, mais de 25% das quotas". Se a regra não for cumprida, aplica-se a tributação prevista para as empresas.

O caso julgado agora refere-se a dois fundos que exploram o empreendimento Shopping Parque Dom Pedro, em Campinas (SP). A atuação é de quase R\$ 400 milhões, incluídos juros de mora e multa de ofício de 75%. O procedimento fiscal iniciou-se em razão de representação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que apontou indícios de irregularidades - cotistas detentores de mais de 25% das quotas emitidas.

No caso, a **Receita Federal** equiparou os fundos à pessoa jurídica por entender que Aliansce Sonae (hoje

Allos) é controladora da Sierra Investimentos, cotista que seria construtora, incorporadora e sócia do empreendimento Shopping Parque Dom Pedro e que detém mais 25% das cotas dos fundos. Portanto, para a fiscalização, haveria participa-

ção indireta da Aliansce Sonae nos fundos.

Em seu voto, porém, o relator do caso, conselheiro Efigênio de Freitas Júnior, entendeu que, ainda que figure como sócia do empreendimento imobiliário Shopping Parque Dom Pedro e seja controladora da Sierra Investimentos, a Aliansce Sonae não é cotista do fundo. Tal participação, acrescenta, "se dá de forma indireta e não direta".

"A meu ver tal participação indireta não atrai a regra de equiparação de FII à pessoa jurídica, exceto na hipótese de dolo, fraude ou simulação", diz ele em seu voto. "Para fins de interpretação do artigo 2º da Lei nº 9.779/1999, sócio é aquele que detém participação no capital social. De igual forma, a figura do quotista exige participação direta e não indireta. Daí minha divergência em relação ao posicionamento da Fazenda Nacional" (processo nº 16327.720170/2023-66).

O relator aponta, em seu voto, que, no âmbito do **Carf**, a posição é dividida e há julgados em ambos os sentidos. Há acórdãos, segundo ele, que entendem que se quotista do fundo de investimento imobiliário possuir o controle de empresa participante do empreendimento imobiliário, o fundo sujeita-se à tributação aplicável às demais pessoas jurídicas.

No ano de 2022, os contribuintes conquistaram um precedente importante na Câmara Superior do **Carf**, por maioria de votos. A 1ª Turma entendeu que os beneficiários de um fundo também podem ser controladores do empreendimento imobiliário, objeto de seus investimentos, sem gerar a equiparação com empresa e a consequente cobrança de **impostos**. Era o caso do Fundo Península, pertencente ao empresário Abílio Diniz. Com a decisão, foi afastada cobrança de IRPJ e CSLL (processo nº 16327.001752/2010-25).

Cairo Cesar Nader Quintella, ex-conselheiro e sócio de Nader Quintella Advogados, lembra que, desde 2022, não havia julgamento novo no **Carf**. "O impacto é

tremendo.

"Decisão, além de ser muito boa tecnicamente, é unânime"

Bruno Fajersztajn

Agora os fundos, e todos que têm autuação ou se submetem a esse risco, podem reavaliar a probabilidade de vencer no **Carf**. Isso destrava o uso da estrutura em operações que não iam para frente por esse risco e incerteza, além de poder até liberar valores antes mantidos em provisão", diz o advogado.

Bruno Fajersztajn, do escritório Mariz de Oliveira e Siqueira Campos Advogados, que defendeu Aliance Sonae, destaca que a decisão, além de ser muito boa tecnicamente, é unânime, o que "é raro em temas polêmicos". "É uma decisão que esclarece a interpretação da lei e dá uma perspectiva favorável aos contribuintes. É o entendimento que eles sempre adotaram."

Para o especialista Diego Mi-guita, sócio da prática de tributário do Tauil Chequer Advogados, "o acórdão é extremamente acertado quando fala que, no momento em que a lei faz a equiparação entre cotistas, a relação ou vinculação tem que ser feita a nível de cotista e não entre cotista e um terceiro", afirma.

Segundo o tributarista, para chegar aos 25% das cotas para a configuração de pessoa jurídica, a Receita tem considerado a soma das cotas de "partes ligadas". E a recente decisão do **Carf**, portanto, afasta esse raciocínio.

Em nota ao Valor, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) informa que a Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF) tem acórdão favorável à União em caso análogo (nº 9101-004.090). E que "o processo será analisado pela Fazenda, pois o recurso para a CSRF depende de caracterização de divergência jurisprudencial".

O caso a que se refere a Fazenda Nacional também envolve o Fundo de Investimento Imobiliário Península, só que a cobrança era relativa ao PIS e à Cofins. Em seu voto, a relatora, conselheira Cristiane Silva Costa, que foi seguida à unanimidade, entendeu que "o controle indireto, do fundo, pela família "Abílio Diniz" atrai a aplicação da regra do artigo 2º, da Lei nº 9.779, na medida em que também figuram como proprietários do empreendimento imobiliário".

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Aprovado 1º projeto de corte de gastos

A Câmara aprovou, ontem à noite, o texto-base do primeiro projeto do pacote de corte de gastos encaminhado pelo governo Lula ao Congresso. O projeto de lei complementar relatado pelo deputado Átila Lira (PP-PI) cria "reforços" ao arcabouço fiscal, prevendo disparo de novos gatilhos para congelamento de despesas em caso de piora das contas públicas, além de permitir que o Executivo possa bloquear até 15% das emendas parlamentares.

Foram 318 votos a favor (eram necessários 257) e 149 votos contrários.

Os deputados rejeitaram três destaques (sugestões de mudanças ao texto principal) e deixaram outros três para serem analisados hoje. Concluída a votação, a matéria seguirá para a análise do Senado.

Uma das medidas proposta pela equipe econômica, contudo, caiu: a que limitava a restituição de créditos tributários pelas empresas. A proposta enfrentava forte resistência entre vários setores da economia, além de ter integrado uma medida provisória (MP) editada pelo governo em junho e que foi devolvida pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

A expectativa é de que o projeto seja votado no Senado até sexta-feira, antes do recesso parlamentar.

O Congresso ainda tentará aprovar um outro projeto de lei encaminhado pela Fazenda, além de uma proposta de emenda à Constituição (PEC).

A Fazenda estima que os três projetos juntos vão gerar uma economia de R\$ 71,9 bilhões em dois anos, mas especialistas em contas públicas contestam esse cálculo e preveem uma economia menor, entre R\$ 40 bilhões e R\$ 50 bilhões. As contas ainda terão de ser refeitas após as modificações feitas no Congresso.

Entenda

Um dos gatilhos do projeto prevê que, em caso de déficit primário, ficará proibida, a partir de 2025, a concessão, ampliação ou prorrogação de benefícios tributários.

Além disso, haverá limitação de crescimento no gasto com pessoal em 0,6% ao ano acima da **inflação** - o piso do aumento de despesas estabelecido pelo novo arcabouço fiscal.

Outro gatilho determina que, em caso de redução

nominal das despesas discricionárias (não obrigatórias, como investimentos e custeio), a partir de 2027, haverá essa restrição para benefícios tributários (tal qual ocorre em caso de déficit primário) e a mesma limitação para o crescimento de despesas com pessoal.

A proposta aprovada também determina que a criação ou prorrogação de benefícios da **seguridade social** ficam limitadas às regras de crescimento do arcabouço, ou seja, com teto máximo de 2,5% ao ano.

O projeto estabelece que o governo poderá bloquear e contingenciar até 15% das emendas parlamentares. A medida enfrentava resistências no Congresso, mas a cúpula do Legislativo fechou um acordo com o Planalto para aprovar a medida. Hoje, o governo não pode bloquear emendas impositivas (obrigatórias), apenas contingenciar.

**

LDO de 2025 vai a plenário / (Agência Câmara)

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou o relatório final do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 (PLN 3/24) com uma meta fiscal de déficit zero para 2025.

Mas houve a inclusão de 22 tipos de despesas que não estarão sujeitas ao contingenciamento de recursos para alcançar essa meta. O projeto já tinha outros 71 tipos de despesas que não estavam sujeitas a limitações de empenho por serem obrigações constitucionais ou legais. Os parlamentares adicionaram limitações de contingenciamento para despesas não obrigatórias.

A LDO fixa regras para a elaboração e a execução dos orçamentos anuais. O texto segue agora para o plenário do Congresso Nacional.

Sítio:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6764/18-12-2024.html?all=1>

Câmara aprova 1º projeto do pacote de corte de gastos

ALVARO GRIBEL, GIORDANNA NEVES, DANIEL WETERMAN e SOFIA AGUIAR

A Câmara aprovou ontem à noite o texto-base do primeiro projeto do pacote de corte de gastos encaminhado pelo governo ao Congresso. O projeto de lei complementar relatado pelo deputado Átila Lira (PP-PI) cria "reforços" ao arcabouço fiscal, prevendo disparo de novos gatilhos para congelamento de gastos em caso de piora das contas públicas, além de permitir que o governo possa bloquear até 15% das emendas parlamentares (mais informações nesta página).

Foram 318 votos a favor e 149 votos contrários. O texto ainda passará hoje pela votação de três destaques (sugestões de mudanças) antes de ser enviado ao Senado.

Uma das medidas propostas pela equipe econômica, contudo, caiu: a que limitava a restituição de créditos tributários pelas empresas. A proposta enfrentava forte resistência entre vários setores da economia, além de ter integrado uma medida provisória editada pelo governo em junho e que foi devolvida pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

A expectativa é de que o projeto seja votado no Senado até esta sexta-feira, antes do início do recesso parlamentar. O Congresso ainda tentará aprovar um outro projeto de lei encaminhado pela Fazenda, além de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). No mercado, existe o receio de que o pacote - já avaliado como insuficiente para garantir a estabilidade do quadro fiscal - possa ser ainda mais desidratado nas votações no Congresso. Parte desse receio tem se refletido nas cotações do dólar e nas taxas de juros no mercado futuro.

A Fazenda estima que os três projetos, juntos, possam gerar uma economia de R\$ 71,9 bilhões em dois anos, mas especialistas em contas públicas contestam esse cálculo e preveem uma economia menor, entre R\$ 40 bilhões e R\$ 50 bilhões.

As contas ainda terão de ser refeitas após as modificações feitas no Congresso.

GATILHOS. Um dos gatilhos do projeto prevê que, em caso de déficit primário, ficará proibido a partir de 2025

a concessão, ampliação ou prorrogação de benefícios tributários.

Além disso, haverá limitação de crescimento no gasto com pessoal em 0,6% ao ano acima da **inflação** - o piso do aumento de despesas estabelecido pelo novo arcabouço fiscal.

Outro gatilho determina que, em caso de redução nominal das despesas discricionárias (não obrigatórias, como investimentos e custeio), a partir de 2027 haverá essa restrição para benefícios tributários (tal qual ocorre em caso de déficit primário) e a mesma limitação para o crescimento de despesas com pessoal.

A proposta aprovada também determina que a criação ou prorrogação de benefícios da **seguridade social** ficam limitadas às regras de crescimento do arcabouço, ou seja, com teto máximo de 2,5% ao ano.

Oposição

Limite para compensação de créditos tributários enfrenta resistências do setor produtivo

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Centralização de gestão de previdência é adiada

Edna Simão De Brasília

O governo federal prorrogou, por mais um ano, a suspensão do processo de centralização gradual das atividades de concessão e de manutenção das aposentadorias e pensões do regime próprio de **previdência social** na administração pública federal. Esse prazo terminaria no dia 31 de dezembro deste ano. A decisão consta de portaria do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) publicada nesta terça-feira (17) no "Diário Oficial da União" (DOU).

Conforme já noticiado pelo Valor, a Constituição veda a existência de mais de uma entidade gestora de Regime Próprio de **Previdência Social** (RPPS) em cada ente federativo, porém, na prática, o dispositivo nunca foi cumprido. Em 2019, a reforma da Previdência trouxe trecho para reforçar esse entendimento e deixar expresso que precisaria alcançar todos os Poderes, órgãos e entidades.

Resistência

Em 2021, o governo do então presidente Jair Bolsonaro encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei (PLP 189) estabelecendo que o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) assumisse a gestão dos regimes próprios da União. O **INSS** é hoje responsável pela administração do regime de Previdência dos trabalhadores da iniciativa privada.

O texto enfrentou grande resistência. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva era contrário à ideia de o INSS virar o gestor dos regimes próprios e estuda alternativas.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Dicas para idosos não caírem em golpes de fim de ano

Ação na Serra hoje será educativa. Roubos de dados e o golpe do estelionato sentimental são os mais frequentes, dizem especialistas. Fernanda Coutinho Seja por não dominar as tecnologias, ou pela falta de conhecimento em relação aos golpes aplicados pelos criminosos, os idosos são o grupo mais vulnerável à ação de vigaristas, inclusive no final de ano, segundo especialistas.

A titular da Delegacia Especializada de Proteção à Pessoa Idosa (DEPPI), delegada Milena Gireli, listou os golpes financeiros, roubos de dados e o golpe do estelionato sentimental, ou "golpe do amor", como os mais frequentes.

A delegada alerta para o cuidado com os dados pessoais, oferta de empréstimos por centrais telefônicas, e com pessoas que conhece por aplicativos de namoro.

O consultor de tecnologia da informação Eduardo Pinheiro destaca que, para um idoso perceber que está sendo vítima de uma tentativa de golpe, precisa estar muito atento à oferta de facilidades.

"Diz que ele ganhou alguma coisa, de que ele vai ter algum tipo de benefício, algum tipo de vantagem. Hoje em dia, não só os idosos, mas todas as pessoas precisam desconfiar de facilidades. A oferta de facilidades, de vantagens, é utilizada pelos golpistas por meio de engenharia social. Eles criam uma história que é como se fosse uma isca e que vai chamar a atenção da vítima. E a vítima, muitas vezes, morde essa isca e acaba caindo nesses golpes", afirma Eduardo Pinheiro.

Segundo a delegada, um golpe bem recente é que criminosos estão se passando por funcionários do Cras (Centro de Referência de Assistência Social) ou Creas (Centro de Referência Especializada da Assistência Social).

"Eles chegam na casa da pessoa, dizem que para receber uma cesta básica precisam atualizar o cadastro, apresentar documentos e fazer uma foto. Eles pegam os dados da vítima, fazem a foto, abrem contas em bancos e pegam empréstimos".

Com o objetivo de ajudar pessoas idosas a se prevenirem de golpes e a resolverem pendências

financeiras, a DEPPI, a Prefeitura da Serra e o Procon realizam hoje um evento no Cras de Laranjeiras. A secretária da Assistência Social da Prefeitura da Serra, Cláudia Silva, destaca o caráter informativo do evento, que é aberto.

"É uma ação educativa, preventiva, para informar aos idosos sobre os danos que os golpes causam. Muitos relatam que estão com o BPC (Benefício de Prestação Continuada) e a aposentadoria muito comprometidos por conta de empréstimos, muitas vezes, feitos por golpistas. E muitos ficam com dificuldade de sobrevivência

Evento é gratuito

Ação contra golpes e fraudes à pessoa idosa DATA: hoje.

HORÁRIO 8h às 12h.

LOCAL Cras de Laranjeiras, Serra - Rodovia Norte Sul. 3783 - Colina de Laranjeiras, Serra Ao lado do Terminal de Laranjeiras.

Assim que recebeu do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) a confirmação de sua aposentadoria, Josina Rosa da Conceição Borges, de 64 anos, conta que começou a receber várias ligações com oferta de empréstimo.

Eu falava: "Eu nem recebi meu primeiro benefício e vocês já sabem que me aposentei? E sempre desliguei o telefone. Se a gente não ficar ligada, a gente cai!". Essa não foi a única investida dos golpistas, segundo a aposentada. "Des ligam e falam: "Aperte o 1, ou aperte o 2. para confirmar seus dados". Eu desligo na hora".

Hoje, Josina vai participar da ação contra golpes e fraudes à pessoa idosa na Serra para ficar mais informada. "É importante palestras assim, também vejo as reportagens

Quais os principais golpes que têm idosos como alvo e como se prevenir deles? Algumas respostas podem ser encontradas na "Cartilha dos Direitos das Pessoas Idosas e Prevenção de Crimes".

O caderno foi lançado pela Polícia Civil do Espírito

Santo, por meio da Delegacia Especializada de Proteção à Pessoa Idosa (DEP- PI), que tem como titular a delegada Milena Gireli, e a Comissão Estadual dos Direitos das Pessoas Idosas, da OAB-ES.

"O objetivo é informar a pessoa idosa e a sociedade. São letras maiores, com algumas ilustrações, e é importante que a família também esteja atenta para orientar e proteger", afirma a presidente da Comissão, Juliana Pimentel.

Ela destaca atitudes que podem prevenir os idosos. "Sempre desconfiar de negociações com muitas facilidades, sempre conferir o extrato bancário, bem como o do benefício do **INSS**", afirma.

A cartilha também tem orientações sobre onde procurar ajuda, em caso de a pessoa ser vítima de ação de estelionatários.

"É importante a parceria com todas as instituições. As pessoas idosas precisam saber onde procurar ajuda. Muitas vezes, demoram a denunciar os crimes por vergonha. Com isso, a investigação é iniciada mais tardiamente, em relação àquele crime, o que pode dificultar a identificação dos autores", afirma a delegada Milena Gireli.

1 GOLPE DO AMOR: estelionato efetivo: a vítima conhece o golpista nas redes sociais. Ele se diz em dificuldade financeira e consegue que a pessoa idosa faça várias transferências de valores para sua conta. Segundo a delegada Mirela Gireli, muitas vezes são familiares que registram a ocorrência na delegacia, pois a pessoa idosa, geralmente, só acredita que caiu em um golpe quando o suposto amor desaparece.

2 CESTA BÁSICA: bandidos chegam na casa da pessoa, se passando por funcionários do Cras e do Creas, dizem que para receber uma cesta básica, precisam atualizar o cadastro, apresentar documentos e fazer uma foto. Eles pegam os dados da vítima, fazem a foto dela e abrem contas em bancos, pegam empréstimos.

3WHATSAPP: o golpista cria um perfil falso usando a foto de um amigo ou familiar e entra em contato com a vítima, alegando ter um novo número de telefone. Ele alega passar por uma emergência e pede transferências por Pix. A vítima, pensando tratar-se de uma situação verídica, faz a transação bancária.

4 EMPRÉSTIMO NÃO AUTORIZADO: ocorre quando um empréstimo consignado é feito aprovado sem a autorização da pessoa idosa. A vítima só descobre ao verificar seu extrato bancário e ver os descontos.

5 FALSOS LINKS: a pessoa idosa recebe um link

suspeito por e-mail, SMS ou redes sociais, com ofertas vantajosas ou pedido de atualização de senha. Ao clicar no link, a vítima é redirecionada para um site falso, onde seus dados pessoais e bancárias são roubados pelos golpistas

BUSCAR informação com uma pessoa mais experiente, e sempre buscar fontes oficiais. Desconfiar da oferta de facilidades.

PROCURE se informar para estar atualizado quanto às diferentes formas de agir dos criminosos.

TENHA cuidado com dados pessoais, oferta de empréstimos por centrais telefônicas e com pessoas que conhece por aplicativos.

SEMPRE confira o extrato bancário eo benefício do **INSS**.

Onde buscar ajuda **DELEGACIA** Especializada de Proteção à Pessoa Idosa: (27) 3198- 5859.

ORDEM dos Advogados do Brasil Seccional Espírito Santo (OAB- ES): (27) 3232-5600.

CENTRO de Referência Especializado de Assistência Social (Creas): (27) 3132-1719 **DISQUE DENÚNCIA:** 181 **DISQUE 100:** Direitos Humanos **DELEGACIA ONLINE:** delegaciaonli- ne.sesp.es.gov.br **DISQUE CIODES-190:** em caso de emergência.

Fonte: Especialistas e Cartilha dos Direitos das Pessoas Idosas e Prevenção de Crimes.

Governo tenta reduzir gastos com militares

O governo enviou na terça-feira ao Congresso o projeto de lei para reduzir gastos com a inatividade e pensões dos militares, parte do pacote fiscal anunciado em novembro. O texto, no entanto, mantém condições mais favoráveis de aposentadoria para os integrantes das Forças Armadas do que para os civis trabalhadores da iniciativa privada e **servidores públicos**.

A proposta estabelece a idade mínima de 55 anos para que os militares passem para a reserva. Para os civis, é preciso no mínimo 65 anos para os homens e 62 anos para as mulheres.

No caso dos militares, porém, será possível abater dessa idade mínima os anos que superarem o tempo mínimo de serviço, permitindo que ele vá para a inatividade antes. Trabalhadores civis precisam atingir a idade mínima, independentemente de quando tenham começado a trabalhar.

Além disso, a proposta acaba com a "morte ficta". Mas, no lugar, cria um auxílio-reclusão de metade do salário do militar, enquanto ele estiver em prisão fechada por condenação judicial.

A morte ficta ocorre quando um militar é expulso das Forças Armadas por ato administrativo (como indisciplina) ou por condenação judicial (quem cometeu um crime, por exemplo). O benefício existe desde os anos 1960 e garante à família do infrator uma pensão integral - como se ele tivesse morrido em serviço.

O auxílio-reclusão para os parentes dos militares expulsos reproduz o auxílio-reclusão dos trabalhadores contribuintes do **INSS**, mas será muito mais vantajoso.

No caso da iniciativa privada, os parentes ficam com apenas um salário mínimo (R\$ 1.412 na cotação de hoje) e apenas se forem de baixa renda. No dos militares, a família poderá ter outros rendimentos e ainda assim receberá metade do último salário antes da prisão.

Entre os militares que podem perder a pensão, mas se beneficiar do auxílio estão os investigados por participação na tentativa de golpe em 2022 para impedir a posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ao todo, a Polícia Federal já pediu o indiciamento de 28 integrantes das Forças Armadas pela suposta trama golpista.

O projeto de lei agora tramitará pela Câmara dos Deputados, mas só deve ser analisado em 2025 por causa do recesso legislativo a partir de sexta-feira. As mudanças foram negociadas por meses entre a equipe econômica do governo e o Ministério da Defesa. Por outro lado, podem sofrer resistência dos militares estaduais, como policiais.

Ex-secretário de Previdência no governo Bolsonaro (PL), Leonardo Rolim lembrou que as mudanças na idade mínima terão impacto fiscal para os Estados. "Tudo que alterar para o militar federal replica para os militares estaduais automaticamente", comentou. Segundo ele, a reforma atual terá um ganho fiscal importante para a União, mas menor do que a ampliação do tempo mínimo de serviço de 30 para 35 anos aprovada em 2019.

O tempo de serviço, para os militares, varia de 25 a 35 anos, a depender das funções e de quando ingressou na atividade.

O texto garante que aqueles que já tenham completado os requisitos para se transferir para a inatividade na data de publicação da lei manterão esse direito e os demais terão uma regra de transição, assim como ocorreu com a reforma da Previdência.

De acordo com o projeto, será cobrado um "pedágio", com mais tempo de serviço, para que os atuais militares possam ir para a reserva ou inatividade. A partir de 2032, a idade mínima seria de 55 anos, independentemente de quando o militar ingressou na carreira. A regra de transição, portanto, será de sete anos (caso o projeto seja mesmo aprovado em 2025).

Apesar de o Ministério da Fazenda ter divulgado a economia de R\$ 1 bilhão por ano com os cortes nas Forças Armadas, o projeto de lei não traz estimativa de receitas e despesas - o que contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal. Não é possível saber qual será a economia e gasto com o fim da morte ficta, o novo auxílio e as medidas para adiar a aposentadoria.

Para Arnaldo Lima, economista e relações institucionais da Polo Capital, a economia será maior do que o R\$1 bilhão divulgado pelo governo no mês passado. "A regra de transição de 9% parece que é pouco, mas o prazo é muito curto. Hoje a idade média de ida para a reserva é em torno de 48 anos. Então significa que vai aumentar um ano a cada ano", afirmou.

Para Lima, essa nova idade mínima levará as Forças Armadas a fazerem mais concursos temporários, o que traz um ganho fiscal de longo prazo. "É uma medida mais forte do que foi em 2001, com o fim das pensões para filhas dos militares, e as do [ex-presidente Jair] Bolsonaro, que aumentou a contribuição", avaliou.

O texto também veda que, na morte do pensionista, o pagamento seja transferido para beneficiários da segunda ordem de prioridade (mãe ou pai dependentes financeiramente do falecido) e terceira ordem (irmão órfão até 21 anos ou 24 anos se for estudante). Nestes casos, só outros beneficiários de primeira ordem, como filhos e conjugue, herdarão o benefício.

O economista Paulo Taffner, diretor-presidente do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDF), afirmou que o governo "perdeu uma oportunidade" de tornar mais justas as pensões de parentes dos militares, que mantêm integralidade e são vitalícias, enquanto as dos demais brasileiros têm redutor e temporalidade. "Complementaram coisas que foram feitas em 2019, mas muito aquém do que poderiam e seria justo fazer", criticou.

Procurados, os Ministérios da Defesa e da Fazenda não se manifestaram. (RDC, JS eMR)

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Médicos e advogados com cobrança reduzida

BRASÍLIA

Profissionais liberais de 18 categorias, como advogados, personal trainer, arquitetos e veterinários serão tributados com uma alíquota 30% inferior à padrão. As academias também obtiveram a redução.

Já os profissionais da área de saúde, como médicos e dentistas, e de educação têm um desconto maior, de 60% em relação à alíquota padrão.

A proposta ainda prevê a possibilidade de as empresas acreditarem no pagamento de IBS e CBS em planos de saúde para seus funcionários, e criou redução de 30% na alíquota dos planos de saúde para animais domésticos.

O texto prevê redução de 60% da alíquota padrão sobre consumo para medicamentos, vacinas e soros de uso veterinário. Na prática, esses itens pagarão 40% da alíquota da CBS e do IBS. Plano de saúde para pets foram beneficiados com alíquota reduzida.

Os parlamentares criaram e o Senado manteve a figura do nanoempreendedor, que não existe na legislação brasileira.

A categoria é composta por empreendedores que faturam R\$ 40,5 mil anualmente (R\$ 3.375 mensais) que poderão escolher entre ficar no Simples Nacional, regime simplificado para micro e pequenas empresas cumulativo (com taxação em cascata), ou migrar para o IVA, que tem alíquota maior, mas não é cumulativo.

Pelo texto, o nanoempreendedor que migrar para o IVA deixará de recolher para a **Previdência Social**. Atualmente, o empreendedor com o menor volume de receitas são os microempreendedores individuais (MEI), que faturam até R\$ 81 mil anuais e contribuem para a Previdência. Dessa forma, o volume de receita para definir o nanoempreendedor equivale à metade do MEI.

O texto ainda estabelece que os motoristas por aplicativos ou entregadores terão considerados como receita bruta para incidência de imposto apenas 25% dos ganhos com corridas. A justificativa é que a maior parte do valor ganho é gasto com manutenção do veículo e combustível.

Caso esse valor, de 25% da receita, seja o equivalente a menos da metade do limite para os MEIs, o trabalhador de aplicativo também se enquadrará na

categoria de nanoempreendedor, que não precisa recolher o imposto sobre consumo.

Já o setor de mineração conseguiu uma concessão. A regulamentação estabelece agora que a cobrança de Imposto Seletivo não vai valer para exportações.

MOTORISTA por aplicativo: gasto com manutenção do veículo considerado

SAIBA MAIS

Profissões com desconto de 30%

Administradores

Advogados

Arquitetos e urbanistas

Assistentes sociais

Bibliotecários

Biólogos

Contabilistas

Economistas

Economistas domésticos

Profissionais de educação física

Engenheiros e agrônomos

Estatísticos

Médicos veterinários e zootecnistas

Museólogos

Químicos

Profissionais De Relações Públicas

Técnicos Industriais

Técnicos Agrícolas

Redução da alíquota em 60%

Áreas como ensino infantil, fundamental e médio

Serviços de saúde e dispositivos médicos

Dispositivos de acessibilidade

Itens de higiene pessoal, como sabões, escovas de dente e papel higiênico

Insumos agrícolas

Produções nacionais artísticas, obras, eventos

Imóveis

Haverá um desconto de 50% na alíquota geral nas transações do mercado imobiliário. Antes, a redução de alíquota prevista no texto da Câmara era de 40%. Será criado um limite para que pessoas físicas que tenham imóveis de aluguel sejam isentas do imposto.

AS PESSOAS FÍSICAS que tenham imóveis de aluguel serão isentas do pagamento de imposto sobre consumo, desde que arrecadem menos de R\$ 240 mil por ano com as locações e tenham menos de três imóveis alugados. A partir desses limites, o locador, mesmo sendo pessoa física, terá de incluir o IVA sobre o cálculo de locação.

Bares, restaurantes, hotéis e parques

FORAM SIMPLIFICADOS OS cálculos do regime específica de hotelaria, turismo, bares e restaurantes. Eles foram enquadrados na alíquota reduzida em 40%, sem contar as gorjetas na base de cálculo. Como contrapartida, não é autorizada a apropriação de créditos do IBS e da CBS por quem adquire os produtos ou serviços desses setores.

A VENDA DE BEBIDAS alcoólicas não entra no cálculo de alíquota reduzida. Antes o texto da Câmara previa que os setores teriam um cálculo de alíquota variável, conforme determinação dos entes federativos.

CERVEJA: sem alíquota reduzida

Fonte: Agência O Globo.

Calendário de pagamento do INSS em 2025 começa no dia 27 de janeiro

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) definiu as datas de pagamento de aposentadorias, pensões e demais benefícios previdenciários em 2025. Os valores começam a ser depositados nas contas dos segurados no dia 27 de janeiro. Os beneficiários recebem conforme o número final do benefício, sem considerar o dígito verificador. Aposentados com um salário mínimo recebem antes. Depois, o pagamento é feito para quem ganha acima do mínimo até o teto da Previdência.

O novo calendário é válido para cerca de 40 milhões

de beneficiários do instituto que já recebem aposentadoria, pensão, auxílio ou BPC (Benefício de Prestação Continuada). Quem se aposentar ao longo de 2025 também irá receber conforme as datas previstas no calendário anual.

Dados apresentados pelo ministro da Previdência, Carlos Lupi, apontam que o valor médio de aposentadoria pago no país é de R\$ 1.800. Do total de beneficiários, 60% recebem até um salário mínimo.

O segurado também pode conferir o pagamento do **INSS** em 2025 no aplicativo ou site Meu **INSS**, por meio do extrato de pagamento. No site do **INSS** também está publicado o calendário. Ele pode ser acessado pelo seguinte link: <https://www.gov.br/inss/pt-br>.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3012#book/>

Confira beneficiários que recebem pagamento do INSS antes do Natal

Júlia Galvão

Aposentados, pensionistas e beneficiários do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) que ganham até um salário mínimo (R\$ 1.412) começam a receber os pagamentos de dezembro a partir desta sexta-feira (20). Os depósitos continuam até o dia 8 de janeiro.

Aqueles que recebem acima de um salário mínimo deverão esperar até o dia 2 de janeiro. Para esses beneficiários, as liberações serão feitas entre os dias 2 e 8 de janeiro.

As datas de pagamento são definidas com base no número final do cartão de benefício, sem considerar o último dígito verificador, que aparece depois do traço.

Este deve ser o último mês em que os beneficiários atingidos pelas chuvas do Rio Grande do Sul (RS) contam com o depósito no primeiro dia do calendário.

Mensalmente, o **INSS** paga mais de 40 milhões de benefícios previdenciários e assistenciais. A maioria deles recebe até um salário mínimo -28 milhões- enquanto outros 12 milhões têm um benefício acima do piso nacional. Ao todo, cerca de 6 milhões dos benefícios são assistenciais, e 34 milhões previdenciários.

Os beneficiários que desejam conferir o extrato de pagamento podem acessar o site **Meu INSS**. Após fazer o login, na tela inicial, é necessário clicar no serviço de "Extrato de Pagamento". Na plataforma é possível ter acesso ao extrato e a todos os detalhes sobre o pagamento do benefício.

A consulta pode ser feita também pelo aplicativo **Meu INSS**. Os beneficiários deverão informar login e senha, assim, todos os serviços disponíveis e o histórico das informações do beneficiário serão listados.

Aqueles que não têm acesso à internet podem ligar para a Central 135. Será necessário informar o CPF e confirmar dados cadastrais para evitar fraudes. O atendimento é feito de segunda-feira a sábado, das 7h às 22h.

Nos casos em que o beneficiário optou pelo saque via cartão previdenciário do **INSS**, o saque do benefício deve cumprir um prazo determinado pelo **INSS**. Em

geral, ele ocorre até o final do mês seguinte ao da sua disponibilização (aproximadamente 60 dias). Se o valor não for retirado, ele é devolvido ao instituto.

Para receber os valores devolvidos, é necessário se dirigir a uma agência de **Previdência Social**. Dúvidas também podem ser tiradas pelo 135 ou pelo **Meu INSS**.

Se o titular não conseguir realizar o saque do benefício é possível nomear um procurador que deve ser autorizado pelo **INSS**. O instituto faz, assim, a inclusão no cadastro e comunica a Caixa Econômica Federal.

Representantes legais devidamente cadastrados no **INSS** e no sistema da Caixa também podem fazer o resgate do benefício.

Quem não recebeu o pagamento de algum benefício pode solicitar ao **INSS** os valores da seguinte forma:

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/12/confira-beneficiarios-que-recebem-pagamento-do-inss-antes-do-natal.shtml>

Vai ficar mais difícil se aposentar em 2025? Veja o que muda nas exigências

Por Rafaela Zem, g1

As mudanças afetam trabalhadores que já eram contribuintes antes de novembro de 2019, quando a reforma foi aprovada.

A idade mínima para solicitar a aposentadoria passa a ser de 59 anos para mulheres. Já para os homens, a idade mínima será de 64 anos.

Na regra dos pontos, a pontuação mínima exigida será de 92 para mulheres e de 102 pontos para homens.

Com a chegada de 2025, trabalhadores que estão prestes a se aposentar precisam estar atentos às novas exigências da reforma da Previdência. Desde a sua aprovação, a nova norma altera parte das regras a cada ano.

?? A regra geral exige que mulheres se aposentem com idade mínima de 62 anos, e pelo menos 15 anos de contribuição. Para homens, são 65 anos de idade e 20 de contribuição.

Para quem já contribuía com o **INSS** antes da aprovação da reforma, em novembro de 2019, o governo criou um regime de transição que prevê alterações todos os anos, até 2031, nas regras para aposentadoria.

Veja o que muda para essas pessoas em 2025:

A idade mínima para solicitar a aposentadoria sobe seis meses em relação ao regime anterior. As mulheres precisam ter, no mínimo, 59 anos. Para os homens, a idade mínima passa a ser de 64 anos. O tempo mínimo de contribuição é de 30 anos para as mulheres e de 35 para os homens. Também há mudanças na regra dos pontos, que soma o tempo de contribuição com a idade do trabalhador. A pontuação mínima exigida será de 92 para mulheres e de 102 pontos para homens.

Entenda abaixo as cinco regras de transição da reforma da Previdência e, em seguida, veja como calcular sua aposentadoria.

?? Regras de transição

As regras de transição são voltadas para quem já

contribuía antes da aprovação da reforma da Previdência, e foram criadas para estabelecer uma passagem entre as exigências antigas e as atuais do benefício.

Cada uma delas pode alterar o momento em que o benefício será concedido e o valor que o trabalhador receberá. Assim, o contribuinte pode se aposentar a partir da regra que for mais benéfica para ele.

Veja detalhes de cada uma a partir dos tópicos abaixo:

Tempo de contribuição + idade mínima; Por idade; Pedágio de 50%; Pedágio de 100%; Regra dos pontos; Calculadora do **INSS**.

Tempo de contribuição + idade mínima

Nesta categoria, a idade mínima para se aposentar é progressiva e sobe seis meses anualmente. Além disso, é exigido um tempo mínimo de contribuição de 30 anos para as mulheres e de 35 para os homens.

Volte ao início.

Por idade

A regra considera a idade mínima de 65 anos para homens e de 62 para as mulheres, e um tempo de contribuição de 15 anos para ambos.

Volte ao início.

Pedágio de 50%

Direcionada para os trabalhadores que estavam prestes a se aposentar em 2019, a regra estabelece um pedágio equivalente a 50% do tempo de contribuição que faltava.

?? EXEMPLO: Um trabalhador que já havia contribuído por 33 anos e que, antes da reforma da Previdência, tinha apenas mais 24 meses de contribuição pendentes, terá de trabalhar por mais 12 meses.

Nessa modalidade, a idade mínima exigida é de 57 anos para mulher e de 60 anos para o homem.

Volte ao início.

Pedágio 100%

A modalidade exige que o trabalhador cumpra integralmente o tempo de contribuição pendente para se aposentar. Neste método, a vantagem está no valor do benefício, que pode ser maior do que o pedágio de 50%.

Volte ao início.

Regra dos pontos

São os pontos obtidos a partir da soma entre idade e tempo de contribuição. Em 2025, a pontuação mínima será de 92 para mulheres e de 102 pontos para homens.

Volte ao início.

?? Calcule sua aposentadoria

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) liberou um recurso que ajuda a saber quanto tempo falta para se aposentar (por idade ou tempo de contribuição).

A simulação é feita com as informações que estão na base de dados do **INSS**. Também é possível incluir vínculos e alterar sua data de nascimento no momento da simulação.

O resultado gerado pela calculadora vale somente para consulta e não garante direito à aposentadoria.

Este pedido é realizado pela internet - não é necessário ir ao **INSS**.

Veja como acessar o simulador:

Entre no Meu **INSS**; Informe seu CPF e senha; Clique em "Do que você precisa?" e escreva "Simular Aposentadoria"; Serão exibidas as simulações para todas as regras, antes e depois da reforma da previdência; Clique em "Baixar PDF" para mais detalhes.

Volte ao início.

LEIA TAMBÉM:

Site: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2024/12/18/vai-ficar-mais-dificil-se-aposentar-em-2025-veja-o-que-muda-nas-exigencias.ghtml>

Idade mínima passa a valer em 2025: veja quando você poderá se aposentar

Do UOL, em São Paulo

Em 2025, haverá um ajuste na idade mínima para solicitar aposentadoria no **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), influenciado pelas regras de transição impostas pela Emenda Constitucional 103 de novembro de 2019, mais conhecida como Reforma da Previdência .

Para os segurados já filiados ao Regime Geral de **Previdência Social**, a idade mínima para a aposentadoria por tempo de contribuição será de 59 anos para mulheres, com 30 anos de contribuição, e de 64 anos para homens, com 35 anos de contribuição.

Para se aposentar por tempo de contribuição, é necessário atingir uma pontuação mínima que resulta do somatório da idade e do tempo de contribuição . A cada ano, essa pontuação aumenta em um ponto, chegando a 100 pontos para mulheres e 105 pontos para homens. Em 2025, as exigências específicas são de 92 pontos para mulheres, que precisam de 30 anos de contribuição, e de 102 pontos para homens, com um tempo mínimo de 35 anos de contribuição.

Para se aposentar, é necessário cumprir tanto um tempo mínimo de contribuição quanto uma idade mínima, que aumentam anualmente . Em 2025, a idade mínima será de 59 anos para mulheres, com 30 anos de contribuição, e de 64 anos para homens, com 35 anos de contribuição. A cada ano, a idade mínima será acrescida de seis meses até atingir 62 anos para mulheres e 65 anos para homens.

Aposentadoria do professor - Regra de pontos. O professor precisa alcançar tanto um tempo mínimo de contribuição em efetivo exercício da função quanto uma pontuação que resulta do somatório da idade e do tempo de contribuição. Essa pontuação aumenta um ponto a cada ano até atingir 100 pontos para mulheres e 105 pontos para homens. Em 2025, o tempo mínimo de contribuição como professor é de 25 anos para mulheres e 30 anos para homens, com uma pontuação necessária de 87 pontos para mulheres e 97 pontos para homens.

Aposentadoria do professor - Regra da idade mínima com acréscimo progressivo + tempo de contribuição. Para se aposentar, o professor deve cumprir tanto um

tempo mínimo de contribuição em efetivo exercício da função de magistério quanto uma idade mínima, que aumenta anualmente. Em 2025, a idade mínima será de 54 anos para mulheres, com 25 anos de contribuição, e de 59 anos para homens, com 30 anos de contribuição. A cada ano, a idade mínima é acrescida de seis meses até atingir 57 anos para mulheres e 60 anos para homens.

Aposentadoria por tempo de contribuição - Regra da idade mínima com pedágio de 100%: Essa modalidade exige o cumprimento de uma idade mínima, um tempo mínimo de contribuição e um pedágio equivalente ao dobro do tempo que faltava para atingir o tempo mínimo de contribuição em 13 de novembro de 2019, data da promulgação da Reforma. Em 2025, a idade mínima é de 57 anos para mulheres, com 30 anos de contribuição, e 60 anos para homens, com 35 anos de contribuição. O pedágio é de 100% do período que faltava, sendo necessário contribuir pelo dobro do tempo pendente em 2019.

Aposentadoria por tempo de contribuição - Regra do pedágio de 50%: Para se aposentar por essa regra, é necessário cumprir o tempo mínimo de contribuição e um pedágio adicional de 50% sobre o período que faltava para atingir esse tempo em 13 de novembro de 2019, data da promulgação da Emenda Constitucional nº 103. Assim, mulheres precisam de 30 anos de contribuição, e homens, de 35 anos, com a obrigação de contribuir por mais metade do tempo pendente naquela data.

Simular a aposentadoria pelo Meu **INSS**. O aplicativo e o site do **INSS** oferecem uma ferramenta que calcula quanto tempo falta para pedir o benefício, considerando diferentes regras de idade e tempo de contribuição. É necessário login e senha, que podem ser usados tanto na página oficial quanto no aplicativo para Android e iOS.

Simulação, no entanto, não garante direito imediato à aposentadoria. A análise feita pela plataforma considera os dados disponíveis, mas pode haver inconsistências ou períodos não registrados. Ao solicitar o benefício, o **INSS** pode exigir documentos que comprovem a contribuição e o tempo de trabalho, o que pode alterar o resultado da simulação.

Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) é

fundamental para a aposentadoria. Esse documento reúne o histórico laboral do segurado, como vínculos empregatícios, contribuições realizadas, afastamentos e licenças. Conferir e corrigir possíveis erros no CNIS é essencial para garantir que todos os períodos de trabalho sejam considerados corretamente.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/12/18/idade-minima-passa-a-valer-em-2025-veja-quando-voce-podera-se-aposentar.htm>

SENADO APROVA RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS POR UNANIMIDADE

ALESSANDRA MELLO

Com a presença dos governadores de Minas Gerais, Romeu Zema(No-vo), do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), o Projeto de Lei Complementar (PLP 121/2024) que institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) foi aprovado em definitivo ontem pelo Senado Federal. De autoria do senador mineiro Rodrigo Pacheco (PSD), a proposta teve o apoio dos 73 senadores presentes, sem nenhum voto contrário e sem nenhuma abstenção. O texto segue agora para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Zema comemorou a aprovação e disse que o refinanciamento das dívidas é um "avanço extraordinário". Segundo ele, o novo programa resolve o principal problema da dívida, que são os juros, cujos pagamentos comprometem a receita do estado, tornando o débito insustentável. "É como alguém que faz um financiamento da casa própria, começa pagando 10% do salário e daqui a 20 anos está pagando 50% do salário, inviabilizando totalmente a sua vida. O que aconteceu nestes últimos 30 anos com esses estados foi exatamente isso", afirmou.

Durante a votação do PL, que cria um novo programa de refinanciamento das dívidas dos estados com a União, Pacheco agradeceu aos governadores, às bancadas dos estados e também ao presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Tadeu Martins Leite (MDB) e, em especial, ao Lula. Segundo Pacheco, o presidente teve participação fundamental para a aprovação do projeto que prevê prazo de até 30 anos, taxas menores e a possibilidade da entrega de ativos e créditos para abatimento dos juros.

Ele também destacou a participação de Tadeu Martins que o procurou manifestando preocupação com a proposta de adesão de Minas Gerais ao RRF que previa penalização para os **servidores públicos** e venda das estatais mineiras de energia e água (Cemig e Copasa). Pelo Twitter, Tadeu Martins comemorou a aprovação da proposta classificada por ele como "avanço histórico" para solucionar o endividamento de Minas Gerais e também "fruto de uma construção coletiva". "Gratidão ao Congresso Nacional", finalizou o parlamentar.

O PL já tinha sido aprovado pelo Senado em agosto,

mas sofreu alterações durante votação na Câmara, na semana passada, e retornou para nova análise dos senadores. Uma delas, reduzia a taxa atual de juros, mas ela foi rejeitada pelo Senado, sob alegação de que esses índices tinham sido acordados com o governo federal para garantir a viabilidade da proposta.

O Propag beneficia diretamente Minas Gerais, uma das unidades da federação mais endividadadas do Brasil, com débito estimado em R\$ 165 bilhões. Ao todo, as dívidas dos estados com a União somam cerca de R\$ 765 bilhões, 90% destes valores são devidos por Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

O relator no Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), disse que o projeto vai resolver "dívidas históricas alongadas há décadas que impedem os estados de entregar obras e investimentos e arcar com suas despesas correntes". Segundo ele, nem todas as alterações feitas pela Câmara foram acatadas, pois elas iam na contramão do que foi acordado previamente com o governo federal.

Entre as partes suprimidas inseridas pelos deputados, estão a alteração do artigo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que reduzia o limite de gastos com despesas de pessoal de 95% das receitas para 90%. Também foram retiradas do texto, emendas alheias ao assunto inseridas pelos deputados federais.

ADESÃO De acordo com o texto, os estados terão até 31 de dezembro de 2025 para aderir ao Propag. Após a adesão ser homologada e a dívida consolidada, eles poderão optar por pagar uma entrada para diminuir os juros reais incidentes com uma combinação de obrigações. Em todos os casos, há correção monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Além disso, o texto propõe que os estados limitem o crescimento de suas despesas primárias conforme o previsto no arcabouço fiscal adotado pelo governo federal. Também foram criadas regras especiais para estados que enfrentarem calamidade pública durante o curso do pagamento, medida incluída para atender o Rio Grande do Sul, que em maio passado foi destruído por eventos climáticos.

A proposta também estabelece um fundo federal formado com parte dos pagamentos das dívidas para compensar os estados que não estão endividados. Batizado de Fundo de Equalização Federativa, seus recursos serão usados prioritariamente em investimentos no ensino técnico profissionalizante e também nas universidades públicas.

Site:

<https://files.digital.em.com.br/flip/1/7571/261826/original.pdf>

Reforma tributária ganha regulamentação

ISRAEL MEDEIROS E JÚLIA PORTELA

Com 314 votos favoráveis e 117 contrários, a Câmara aprovou, ontem, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68 de 2024, que trata da regulamentação da **reforma tributária**.

O texto iniciou a tramitação pela Casa, foi para o Senado - onde passou por mudanças - e voltou para a Câmara, onde algumas das alterações foram revertidas pelo relator do texto, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG).

Falta, agora, a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O texto detalha as regras para a cobrança de três novos **tributos**: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a nova Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS) - taxa extra, batizada de "imposto do pecado", destinada a itens considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. No Senado, os parlamentares haviam retirado as bebidas açucaradas dessa cobrança, mas os deputados a retomaram.

Reginaldo Lopes também rejeitou a mudança feita pelo Senado em tributação de medicamentos e a redução de 60% dos **tributos** para os serviços de saneamento.

"Nós alteramos o texto do Senado justamente para preservar a **reforma tributária** naquilo que é mais importante para o país: fazer o Brasil voltar a crescer, gerar empregos e oportunidades.

(...) Nós estamos reduzindo a carga tributária para todos os setores da economia, mas em especial para o povo brasileiro", frisou.

O projeto define, ainda, a criação de um cashback - devolução de **tributos** para consumidores de baixa renda.

Na votação ontem, a oposição tentou retirar o texto da pauta, mas o requerimento foi derrotado por 289 votos a 118. O PL, sigla do ex-presidente Jair Bolsonaro, e o Novo foram os partidos que tentaram barrar a votação.

"No sentido de simplificação dos **impostos**, o PL sempre foi favorável a uma **reforma tributária**.

Mas essa reforma vai gerar o maior imposto do

mundo. O PL é contra", disse o líder do partido, Altineu Côrtes (RJ). Já o presidente da Câmara afirmou, durante a discussão, que o Congresso chegou a um conteúdo possível para a aprovação.

"Não temos o texto ideal. Em nenhuma hipótese iremos atender a todas as demandas que o Brasil tem. Em algumas distorções que por acaso permaneçam, qualquer projeto de lei será muito bem-vindo a este plenário e ao Congresso Nacional", ressaltou ele, que deixará a presidência da Câmara em fevereiro de 2025.

O líder do governo na Casa, José Guimarães (PT-CE), ressaltou a importância da votação da regulamentação, que, na avaliação dele, beneficiará os mais pobres.

"Há dois anos que nós estamos discutindo esse tema, e há 40 anos estava dormindo nas gavetas aqui do Parlamento. E é uma reforma justa, porque ela garante benefícios, principalmente para os mais pobres. A cesta básica, a inclusão da carne na cesta básica, o cashback para as pessoas mais pobres. Portanto, dizer aqui que essa reforma não serve ao país é um total descompromisso com a economia popular, com a economia brasileira. Essa reforma é fundamental", sustentou.

**

Aprovações

Veja alguns dos itens avalizados pelos deputados

"Imposto do pecado"

A regulamentação institui as regras do Imposto Seletivo. Cigarros, bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas, veículos (inclusive os elétricos), jatinhos, embarcações, apostas on-line (bets) e extração de mineral serão tributados.

Imóveis

O novos IBS e CBS vão recair basicamente sobre atividades entre empresas, mas as pessoas físicas serão tributadas em operações imobiliárias, caso os rendimentos obtidos com a locação superem R\$ 240 mil por ano e o proprietário tiver mais de três imóveis. No caso da venda, serão tributadas pessoas físicas que vendam mais de três imóveis em um ano ou mais de um imóvel adquirido nos últimos cinco anos. A

alíquota sobre a locação terá um desconto de 70% em relação à alíquota padrão. Já a que incide sobre a venda terá um desconto de 50%.

Cesta básica

A regulamentação também listou os itens que vão compor a cesta básica nacional, que terá alíquota zero. Além de itens da alimentação básica, foram contemplados as carnes e queijos, e incluídos a tapioca e a erva mate.

Cashback

Foi instituído o cashback, devolução dos **tributos** embutidos nas contas de luz, água e esgoto, gás e telecom para a população de baixa renda. A devolução será integral na tributação federal e de pelo menos 20% na tributação de estados e municípios, que poderão aprovar leis locais com maior devolução de **tributos**. Nos demais produtos e serviços, a devolução será de 20% da CBS e do IBS.

Planos para pets

Redução de 30% nos **tributos** para planos de saúde de animais domésticos Medicamentos Todos os medicamentos não listados em alíquota zero contarão com redução de 60% da alíquota geral

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6764/18-12-2024.html?all=1>

Dólar bate R\$ 6,20, mas fecha R\$ 6,09

FABIO GRECCHI

Não bastassem as desconfianças do mercado financeiro em relação ao governo federal e o Congresso sobre o pacote de corte de gastos e a **reforma tributária**, um perfil mentiroso no X (antigo Twitter) ajudou a aumentar a histeria em relação ao dólar. Resultado: a moeda norte-americana alcançou exorbitantes R\$ 6,20 pela primeira vez na história. Mas, com o decorrer da tarde, foi arrefecendo até fechar em R\$ 6,096.

Dois fatores levaram à queda, que, mesmo assim, é uma alta de 0,02% em relação ao valor de encerramento do mercado na segunda-feira: 1) o Banco Central (BC) voltou a atuar com dois leilões extraordinários, com venda da moeda no mercado à vista - o primeiro, de US\$ 1,2 bilhão, e o segundo, de US\$ 2,015 bilhões; e 2) o anúncio do presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), de que parte do pacote de corte de gastos seria votado.

"Não estou garantindo a aprovação ou rejeição, mas vamos votar", sentenciou Lira. Em seguida, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT -AP), disse que as medidas também serão apreciadas no Senado nas próximas horas. Depois disso, as coisas foram se acalmando.

Mas, na parte da manhã, a histeria tomou conta do mercado.

Isso porque um perfil falso no X chamado "insidercapital" - que foi deletado - atribuiu várias mentiras ao futuro presidente do BC, Gabriel Galípolo.

Uma delas era sobre "uma nova moeda do Brics", que, supostamente, protegeria o mercado da pressão do dólar.

Além disso, divulgava que Galípolo considerava a alta da moeda norte-americana "artificial" e que, por isso, não via o cenário com preocupação. Atribuía ao futuro presidente do BC a "meta" fazer o dólar "retornar aos R\$ 5,00" em 2025.

Fim de ano

Para manter a moeda pressionada, operadores apontam uma demanda típica de fim de ano para remessas de lucros e dividendos ao exterior. Há relatos de que empresas e fundos teriam adiado compra de dólares à espera de que a taxa de câmbio

baixasse.

Como isso não se materializou, correram para fechar operações nesta semana, a última com liquidez razoável ainda em 2024.

"Há muita demanda de moeda nesta última semana útil do mês e o cenário externo segue adverso, com dólar forte, diferentemente do que vimos em dezembro do ano passado", afirma a economista-chefe e CEO da Buysidebrazil, Andrea Damico, acrescentando que ainda falta o governo recuperar a confiança na política fiscal.

"O BC fez leilão maior à tarde, suprimindo a demanda por divisas, o que ajudou a acalmar um pouco o dólar. E depois vieram as notícias sobre a possibilidade de aprovação do pacote fiscal neste ano, o que diminuiu o clima de incerteza", afirma o chefe da mesa de operações do C6 Bank, Felipe Garcia, para quem o BC deve ter identificado uma "disfuncionalidade" do mercado, com uma demanda pontual muito forte por divisas.

"O BC já deixou bem claro que não olha o nível da taxa de câmbio. Foi mais uma atuação para dar liquidez ao mercado", acrescentou.

O BC injetou US\$ 12,760 bilhões no mercado cambial em dezembro, com leilões de linha baseados no compromisso de recompra e venda de moeda à vista.

Trata-se da maior intervenção da autoridade monetária para um único do mês desde março de 2020, marcado pela chegada da pandemia de covid-19 ao Brasil.

(Com Agência Estado)

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6764/18-12-2024.html?all=1>

PL da dívida dos estados vai à sanção

O Senado aprovou, ontem, o projeto de lei que cria um novo regime de negociação das dívidas dos estados com a União. A proposta, de iniciativa do presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD- MG), já foi votada na Câmara e agora segue para a sanção do presidente da República. No Senado, a matéria foi relatada por Davi Alcolumbre (União Brasil -AP) e chancelada, ontem, por 72 votos - nenhum contrário.

O maior objetivo da proposta, negociada durante todo o ano entre a equipe econômica e o Senado, é permitir que estados endividados entrem no chamado Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), contando com redução do indexador das dívidas com a União (de 0% a 2%), com prazo de 30 anos para pagamento.

Hoje, os valores são corrigidos pela **inflação** mais uma taxa real de 4%. A medida beneficia principalmente São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que concentram juntos a maior parte do estoque da dívida dos entes federativos com a União. Os governadores do Rio e de Minas, Cláudio Castro (PL) e Romeu Zema (Novo), acompanharam a votação direto do plenário.

Como contrapartida para a redução do indexador da dívida, o governo propôs que sejam feitos investimentos em áreas tratadas como fundamentais, prioritariamente o ensino médio técnico.

Durante a tramitação do texto no Congresso, o projeto também passou a prever o repasse à União de ativos estaduais, caso de ações de estatais, como forma de reduzir os juros e o montante da dívida. Os estados também terão de transferir um percentual do que seria pago como juros da dívida para um fundo de equalização a ser dividido entre todas as unidades da Federação, inclusive os menos endividados.

Alcolumbre manteve no texto, conforme aprovado pela Câmara, um prazo maior para adesão ao Propag. Enquanto o texto original previa 120 dias após a publicação da lei, o substitutivo amplia esse prazo até 31 de dezembro de 2025. "Isso objetiva assegurar aos estados um tempo mais dilatado para que eles possam propor o abatimento das dívidas por meio de ativos", argumentou.

O relator também manteve o cronograma gradual de pagamento das dívidas para estados que estão no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), como Rio, Minas e Rio Grande do Sul, que optarem por ingressar

no novo programa. As parcelas começarão em 20% do valor das prestações devidas no primeiro ano, até atingir 100% no quinto ano.

Combinações

Por outro lado, Alcolumbre recuperou o texto inicialmente aprovado pelo Senado que define as combinações de medidas tomadas pelos estados para reduzir o patamar de juros reais cobrados sobre a dívida. Os senadores fixaram três hipóteses em que esses juros serão de 0%, três em que serão de 1% e duas em que serão de 2% - envolvendo transferência de ativos, aporte no fundo de equalização e investimentos no próprio estado.

"As combinações propostas pelo Senado asseguram que a soma dos juros reais devidos à União com o aporte ao Fundo de Equalização Federativa, os investimentos próprios e os juros implícitos atrelados à redução extraordinária sempre deverá ser igual a 4%", escreveu o senador.

A redução extraordinária de 10% ou 20% da dívida poderá ser efetuada pelos estados até o fim do próximo ano - que é também o prazo para adesão ao programa.

Além do repasse em dinheiro, o abatimento poderá ser feito de outras maneiras.

Entre as opções, estão a transferência à União de participações societárias (o que deve ser aprovado em lei federal e estadual); de bens móveis ou imóveis; a cessão de créditos líquidos e certos do estado para o setor privado (desde que aceitos previamente pela União); a transferência de créditos do estado junto à União; a cessão de parte ou da integralidade do fluxo de recebíveis do estado junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), criado na **Reforma Tributária**; e a cessão dos recebíveis originados de créditos inscritos na Dívida Ativa da Fazenda Estadual, entre outros.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6764/18-12-2024.html?all=1>

CÂMARA APROVA TEXTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o texto do principal projeto de regulamentação da **reforma tributária** (PLP 68/2024). O texto seguirá agora para sanção do presidente Lula (PT), que pode vetar algumas desonerações. O relator da reforma na Casa, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), cortou ou reduziu benefícios para vários bens e serviços aprovados pelos senadores na semana passada. Entre eles, saneamento, bolachas/biscoitos, água mineral, veterinários, estacionamentos, veículos elétricos, Sociedades Anônimas do Futebol, cursos de línguas estrangeiras, agrotóxicos, aviação regional e representantes comerciais.

O deputado disse que as modificações feitas na Câmara reduzem a alíquota resultante da soma de dois novos **tributos** - CBS e IBS, respectivamente, contribuição e imposto sobre bens e serviços - em 0,70 ponto percentual. A reforma prevê uma trava de 26,5%, mas ela depende da disposição do Congresso de cortar benefícios quando o sistema estiver funcionando.

Cálculos do Banco Mundial apontavam um número acima de 29% após a votação no Senado. Nova estimativa mostra uma alíquota de 28,11% no relatório de Lopes, mas sem incorporar benefícios para imóveis, galerias e obras de arte nacionais, Zona Franca de Manaus e serviços de home care, esterilização e instrumentação cirúrgica - todos incluídos no Senado e mantidos na Câmara. Essa é alíquota cheia, para bens e serviços sem benefícios fiscais.

Outros itens terão redução de 30%, 40%, 60% ou 100% na CBS e no IBS. A carga tributária atual será mantida, com uma taxa média dos novos **tributos** de 20%. O Brasil já tem hoje o maior imposto do mundo, com uma tributação de 34% para muitos produtos, e a nova alíquota padrão deve manter esse título. Foi mantido no texto o incentivo para uma refinaria na Zona Franca de Manaus, uma demanda do relator no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM).

O relatório recolocou as bebidas açucaradas, como refrigerantes, sucos e energéticos, na lista de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente alvos do Imposto Seletivo. O tributo também incide sobre fumo, bebidas alcoólicas, veículos, embarcações, aeronaves, alguns minerais e concursos de

prognósticos (como bets) e fantasy sport. As armas ficarão de fora e terão redução de imposto a partir de 2027.

Não houve alterações de última hora na cesta básica, que manteve as carnes na lista da alíquota zero. O Ministério da Fazenda e sua Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária conseguiram manter os pilares do novo sistema, apesar da ampliação das exceções. Ainda são relevantes os ganhos trazidos pela simplificação do sistema, pela redução de benefícios fiscais e pela desoneração das atividades com ofim da cumulatividade. Também haverá redução da sonegação com a nova forma automática de arrecadação - para citar alguns dos pontos citados pelo relator.

Dois partidos de oposição (PL e Novo) se colocaram contra a reforma até o final. Alguns de seus parlamentares reclamaram das exceções. Outros pediram a ampliação delas. Os dois **tributos** começam a ser cobrados em 2026 com alíquota de teste para simular o valor exato para manter a arrecadação atual. A transição para o novo sistema vai de 2027 a 2033.

Site:

<https://files.digital.em.com.br/flip/1/7571/261826/original.pdf>

Reforma Tributária é aprovada na Câmara

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o principal projeto de regulamentação da **reforma tributária** (PLP 68/2024). O texto segue agora para sanção do presidente Lula (PT), que pode vetar algumas desonerações.

O relator da reforma na Casa, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), cortou ou reduziu benefícios para vários bens e serviços aprovados pelo Senado na semana passada.

Entre eles, saneamento, bola-chas/biscoitos, água mineral, veterinários, estacionamento, veículos elétricos, Sociedades Anônimas do Futebol, cursos de línguas estrangeiras, agrotóxicos, aviação regional e representantes comerciais.

O deputado disse que as modificações feitas na Câmara reduzem a alíquota resultante da soma de dois novos **tributos** - Contribuição (CBS) e Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS) - em 0,70 ponto percentual. A reforma prevê uma trava de 26,5%, mas ela depende da disposição do Congresso de cortar benefícios quando o sistema estiver funcionando.

Cálculos do Banco Mundial apontavam um número acima de 29% após a votação no Senado.

Uma nova estimativa feita pelo jornal Folha de S.Paulo mostra uma alíquota de 28,11% no relatório de

Lopes, mas sem incorporar benefícios para imóveis, galerias e obras de arte nacionais, Zona Franca de Manaus e serviços de home care, esterilização e instrumentação cirúrgica - todos incluídos no Senado e mantidos na Câmara.

Essa é a alíquota cheia para bens e serviços sem benefícios fiscais. Outros itens terão redução de 30%, 40%, 60% ou 100% na CBS e no IBS. A carga tributária atual será mantida, com uma taxa média dos novos **tributos** de 20%.

O Brasil já tem hoje o maior imposto do mundo, com uma tributação de 34% para muitos produtos, e a nova alíquota padrão ainda deve manter esse título.

Principais mudanças

O relatório recolocou as bebidas açucaradas, como refrigerantes, sucos e energéticos, na lista de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, alvos do Imposto Seletivo. O tributo também incide

sobre fumo, bebidas alcoólicas, veículos, embarcações, aeronaves, alguns minerais e concursos de prognósticos (como bets) e fantasy sport. As armas ficarão de fora e terão redução de imposto a partir de 2027.

Não houve alterações na cesta básica, que manteve as carnes na

lista da alíquota zero.

O Ministério da Fazenda e sua Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** conseguiram manter os pilares do novo sistema, apesar da ampliação das exceções. Ainda são relevantes os ganhos trazidos pela simplificação do sistema, pela redução de benefícios fiscais e pela desoneração das atividades com o fim da cumulatividade. Também haverá redução da sonegação com a nova forma automática de arrecadação - para citar alguns dos pontos elencados pelo relator.

Dois partidos de oposição (PL e Novo) se colocaram contra a reforma até o final. Alguns de seus parlamentares reclamaram das exceções. Outros pediram ampliações.

Os dois **tributos** começam a ser cobrados em 2026 com alíquota de teste para simular o valor exato para manter a arrecadação atual. A transição para o novo sistema vai de 2027 a 2033.

Pelo menos dois projetos que tratam da reforma devem tramitar no Congresso em 2025 e 2026.

Um segundo projeto de regulamentação (PLP 108/2024) está em discussão no Senado. Parte desse texto foi transferido para a proposta aprovada nesta terça-feira, mas ainda restaram, por exemplo, os artigos que tratam de **tributos** de estados e municípios sobre propriedades, como o ITCMD (imposto sobre heranças e doações) e o IT-BI (imposto sobre transmissão de imóveis) (Da Folhapress).

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18370>

A Zona Franca de Manaus faz bem ao Brasil (Artigo)

Luiz Augusto Rocha

Luiz Augusto Rocha Presidente do Conselho Superior do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (CIEAM)

A Zona Franca de Manaus (ZFM) não foi beneficiada com a **reforma tributária**. A Emenda Constitucional 132/2023 apenas manteve o diferencial competitivo existente em 31 de maio de 2023, em obediência à Constituição Federal do Brasil. Não se trata, portanto, de concessão de benefícios a lobistas.

A adoção do IVA na tributação sobre o consumo promove a não cumulatividade, a transparência da carga tributária, introduz o moderno mecanismo de slip payment e medidas de promoção da progressividade tributária, como o cashback para famílias mais pobres.

O IVA brasileiro deve se tornar um dos mais modernos do mundo.

A ZFM é um dos programas mais bem-sucedidos do País na promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Graças a ela se constituiu na Região Norte o Polo Industrial de Manaus, que gera 500 mil empregos diretos, indiretos e induzidos e é fonte de receita de **tributos**.

O valor bruto da produção industrial (VBPI) do Amazonas é de 2,8% do total brasileiro, e o Estado conta com apenas 1,1% dos estabelecimentos industriais com 30 ou mais pessoas, segundo o IBGE. São Paulo responde por 35% do VBPI brasileiro e tem 31% dos estabelecimentos industriais. Ou seja, a ZFM não provoca distorções alocativas dos fatores de produção.

Ao contrário, contribui para mitigar a imensa disparidade regional.

A ruptura do diferencial competitivo contra a ZFM provocaria a migração de amazônidas pelo Brasil em busca de emprego ou mesmo passariam a optar pelo desmatamento da floresta, garimpo ilegal e crime organizado, estabelecendo na região uma ausência de desenvolvimento.

A ZFM faz bem aos cofres da União, que de lá retira mais de R\$ 20 bilhões por ano de **tributos**; faz bem ao Amazonas, com bilhões de reais depositados no cofre estadual com recolhimento de **tributos**, contrapartidas das empresas incentivadas, **contribuições** a fundos estaduais e manutenção integral da Universidade Estadual do Amazonas.

Faz bem aos trabalhadores, com emprego e capacitação profissional de qualidade.

Faz bem à floresta. O Estado mantém 96% da cobertura natural. Graças à ZFM, desmatar não é bom negócio.

Há muito o que fazer pela Amazônia, que garante o equilíbrio climático no Brasil, e, com isso, excelentes resultados ao agronegócio. A região carece de investimentos em infraestrutura e sente a ausência do Estado com políticas de promoção da interiorização do desenvolvimento.

Precisamos de muito mais, e não de críticas desprovidas de informações.

É um dos programas mais bem-sucedidos do País na promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Câmara aprova regulamentação da reforma tributária; texto vai a sanção

**MARIANA CARNEIRO E ANNA CAROLINA PAPP /
AMANDA PUPO/BRASÍLIA**

Quase oito meses após o envio pela equipe econômica, o Congresso Nacional concluiu ontem a votação do primeiro projeto de regulamentação da **reforma tributária**. O texto segue agora para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A Câmara dos Deputados, que já havia analisado a proposta em julho, aprovou o projeto pela segunda vez, após modificações feitas pelo Senado.

Ao abrir a votação, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que o texto levado à apreciação dos deputados não era o ideal, mas o possível diante das negociações políticas, repetindo discurso da primeira fase da **reforma tributária**. "Distorções que permaneçam poderão ser objeto de projetos de lei complementar no futuro e serão muito bem-vindos neste Congresso Nacional", disse Lira.

A primeira regulamentação da **reforma tributária** traz as principais regras de funcionamento do novo Imposto sobre Valor Agregado, que será dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), o IVA federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), o IVA de Estados e municípios.

Eles vão substituir cinco **tributos** que hoje incidem sobre o consumo e estão embutidos nos preços dos produtos: IPI, PIS/Cofins, ICMS e ISS.

ALÍQUOTA DO NOVO IVA. O Ministério da Fazenda calculou que a alíquota de referência dos novos **tributos** ficaria ao redor de 27,97% após a primeira votação na Câmara, em julho.

Depois de passar pelo Senado, a cifra aumentou para cerca de 28,7%.

No retorno para nova apreciação dos deputados, o relator na Câmara, Reginaldo Lopes (PT-MG), retirou várias exceções inseridas no Senado, como benefício a saneamento, bolachas, água mineral, veterinários e times de futebol. Ele afirma que, com isso, provocou uma queda de 0,71 ponto na tributação.

Assim, a alíquota deve retornar ao patamar de 28% - cálculo que ainda será feito pelo Ministério da

Fazenda.

O secretário especial da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, minimizou a expectativa de alta da alíquota. "A parte mais importante da regulamentação da **reforma tributária** vai a sanção, estou muito feliz. A Câmara conseguiu fazer ajustes que reduziram a alíquota-referência em relação ao que veio do Senado, o que é positivo. O mais importante é ter vencido essa etapa", disse, logo após a conclusão da votação.

Ele não quis antecipar os pedidos de veto que serão recomendados pela Fazenda.

A Câmara estipulou um teto para a alíquota do IVA em 26,5%. Caso o percentual fique acima desse limite, o governo deverá propor a retirada de benefícios tributários.

A transição da **reforma tributária** começa em 2026, com a prestação de informações pelas empresas de quanto elas deveriam pagar em **impostos**. A obrigação será apenas acessória.

Em 2027, a tributação nova é iniciada com alíquota-teste de 0,1% para o IBS e de 0,9% da CBS. Somente em 2033 serão implantados os dois novos **tributos** integralmente.

BENEFÍCIO PARA REFINARIA.

Apesar da pressão do setor produtivo, os deputados deram aval ao benefício concedido à refinaria da Amazônia, inserida no texto por iniciativa do senador Eduardo Braga (MDB), que é do Estado.

Na última hora, por pressão de Lira, a oposição recuou do único destaque (sugestão de mudança ao texto principal), e o PL desistiu da proposta de retirar o benefício. Dessa forma, a atividade de refino de petróleo terá acesso aos benefícios tributários da Zona Franca de Manaus.

O texto afirma que a vantagem é válida apenas para unidades instaladas na região. Há uma única refinaria no Norte do País, a Refinaria da Amazônia, que foi comprada pela Atem em 2022.

As empresas da Zona Franca também conseguiram

benefícios adicionais, como créditos presumidos de IBS e CBS tanto para atividades industriais quanto para comerciais, assim como um IPI específico para sobretaxar concorrentes de outras regiões, mantendo a vantagem comparativa da região.

Os benefícios foram desenhados para replicar o incentivo existente hoje, mas a avaliação de tributaristas é que as condições ficaram ainda mais vantajosas.

"IMPOSTO DO PECADO". A regulamentação institui as regras do Imposto Seletivo, também chamado de "imposto do pecado", que sobretaxa itens considerados nocivos à saúde e ao meio ambiente. Cigarros, bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas, veículos (inclusive os elétricos), jatinhos, embarcações, apostas online (bets) e extração de mineral serão tributados.

O Senado tentou poupar as bebidas açucaradas, mas a inovação não passou na Câmara.

Outra mudança feita pelos senadores que foi rejeitada pela Câmara foi a inclusão do saneamento básico na alíquota reduzida, com desconto de 60%.

Os senadores tentaram equiparar o saneamento aos serviços de saúde, que contam com o desconto, mas a iniciativa caiu na Câmara, sob a alegação de que os consumidores mais pobres já seriam beneficiados pelo cashback, e que a simples inserção do setor teria forte impacto de alta na alíquota-padrão do IVA - estimada em 0,38 ponto, segundo o Ministério da Fazenda.

"Distorções que permaneçam poderão ser objeto de projetos de lei complementar no futuro e serão muito bem-vindos neste Congresso Nacional" Arthur Lira (PP-AL) Presidente da Câmara dos Deputados

**

Senado aprova novo regime de negociação das dívidas dos Estados / AMANDA PUPO/BRASÍLIA

O Senado aprovou ontem projeto de lei que cria um novo regime de negociação das dívidas dos Estados com a União.

A proposta do presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já foi votada na Câmara e agora segue para a sanção do presidente da República.

Foram 72 votos favoráveis e nenhum contrário.

O maior objetivo da proposta, negociada durante todo o ano entre a equipe econômica e o Senado, é permitir que Estados endividados entrem no chamado

Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), contando com redução do indexador das dívidas com a União (de 0% a 2%), com prazo de 30 anos para pagamento.

Hoje, os valores são corrigidos pela **inflação** mais uma taxa real de 4%. A medida beneficia principalmente São Paulo, Rio, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Primeiro projeto do pacote fiscal passa na Câmara

GABRIEL SABÓIA, RENATA AGOSTINI, GERALDA DOCA E LAURIBERTO POMPEU

O pacote de contenção de gastos apresentado pelo governo Lula avançou ontem na Câmara, que aprovou o texto-base do primeiro projeto sobre o assunto. O texto permite o bloqueio de emendas parlamentares e estabelece "gatilhos" para segurar despesas. Os deputados ainda vão votar sugestões de mudanças antes da proposta seguir para o Senado. A votação ontem foi por 318 a 149. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), promete votar hoje outros dois projetos: o que trata da mudança na regra do salário mínimo e a proposta que altera o abono salarial.

Pelo projeto aprovado, em caso de déficit ficam proibidos a concessão, ampliação ou prorrogação de incentivo ou benefício de natureza tributária e o crescimento anual real da despesa de pessoal acima de 0,6%. Essas mesmas proibições valem, a partir de 2027, caso as despesas não obrigatórias tiverem redução nominal.

Em outro trecho, o projeto permite o contingenciamento e o bloqueio de emendas parlamentares em até 15% do total e permite o uso de recursos parados em fundos para abater a dívida pública. Por outro lado,

O relator Átila Lira(PP-PI) retirou o limite para a utilização em compensação tributária proposta pela Fazenda.

Outra mudança inicialmente proposta pelo deputado foi revogar a lei que criou o seguro obrigatório para acidentes de trânsito, o DPVAT. Mas Átila Lira voltou atrás, e o DPVAT estará em vigor em 2025.

Para avançar nas negociações, desde a tarde de segunda-feira, quando retornou ao seu gabinete em Brasília, o ministro Fernando Haddad tem intensificado o contato com líderes partidários, deputados e integrantes da articulação po1ítica para garantir a aprovação do pacote fiscal ainda esta semana pelo Congresso.

Haddad adiou o voo programado para as 7h na segunda e foi antes discutir com o presidente Lula a estratégia para a semana. Lula está em São Paulo se recuperando da cirurgia e precisava ficar a par das

negociações.

CONCESSÕES NO BPC

As conversas incluíram uma reunião fora da agenda com o presidente da Câmara ontem. O encontro durou cerca de 30 minutos e foi suficiente para Lira voltar ao Congresso decidido a pautar o pacote fiscal.

Logo depois da reunião, Lira anunciou que colocaria os projetos em votação, além da **Reforma Tributária**. Ele chegou a dizer que não sabia se haveria votos suficientes para o pacote. Mas a aprovação do projeto que aumenta a tributação de multinacionais foi vista na Fazenda como um bom sinal.

- Vamos colocar para votar, mas não estou garantindo a aprovação - afirmou o presidente da Câmara.

Um dos projetos que devem ser votados hoje é o que muda regras de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e prevê pente-fino em benefícios sociais, além de mudar o salário mínimo.

O deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL), relator dessa proposta, disse ontem que pretende manter as regras de salário. O governo propõe fixar um limite de crescimento real do piso nacional equivalente ao teto do arcabouço fiscal, que vai variar entre 0,6% e 2,5% todo ano. Em 2025, seria 2,5% contra uma alta de 3,2% se o governo não mudasse a regra - tudo acima da **inflação**. Isso gera uma economia de cerca de R\$ 7 bilhões em 2025.

- A parte de crescimento do salário mínimo, piso e teto do arcabouço, esse é um ponto que está bem pacificado. Pelo menos o feedback que eu estou recebendo é esse - declarou o deputado.

O governo aceita fazer ao menos quatro concessões na proposta de mudanças no BPC, que representa um salário mínimo pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

Segundo interlocutores do Palácio do Planalto, será retirada do texto a ser apresentado hoje a restrição do pagamento do benefício a mais de um integrante da mesma família. Ou seja, será permitido o acúmulo de renda. Essa era uma das proibições que constavam no projeto de lei. A comprovação de incapacidade para o

trabalho também vai sair da proposta.

"RESPONSABILIDADE"

Outra mudança diz respeito à composição familiar. Inicialmente, o governo queria considerar parentes que não morem sob o mesmo teto para compor a renda na hora de avaliar a concessão. Também será retirado da proposta o trecho que impedia a concessão do BPC a pessoas com bens acima do limite de isenção do Imposto de Renda.

Ontem, o secretário executivo de Haddad, Dario Durigan, negou desidratação no pacote:

- A gente vem avançando nos entendimentos sempre com aquele critério, fazendo eventuais ajustes conceituais, mas não desidratando, não tem nenhuma desidratação.

Todos os projetos ainda precisam ir para o Senado. O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse ser "responsabilidade constitucional" do Congresso acelerar a análise do pacote:

- Há uma responsabilidade constitucional do Congresso Nacional de apreciar em tempo hábil as matérias orçamentárias.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Senado aprova renegociação da dívida dos estados, que vai à sanção

VICTORIA ABEL E CAMILA TURTELLI

O Senado aprovou, por 72 votos a favor e nenhum contra, o projeto que trata da renegociação da dívida dos estados. A proposta prevê zerar os juros para o pagamento das dívidas dos entes federativos com a União, e os valores seriam corrigidos apenas pelo IPCA, índice de **inflação**. Para isso, porém, estados terão que seguir algumas condições para o abatimento do índice de juros pago hoje, que é de 4%.

A proposta aprovada prevê quatro possibilidades para abatimento dos juros: redução de um ponto percentual se o estado entregar ativos que equivalem de 10% a 20% do estoque da sua dívida; redução de mais um ponto percentual se o estado entregar um ativo superior a 20% do valor da dívida; redução de outro ponto percentual se o dinheiro que seria destinado para o pagamento de dívidas for direcionado a investimentos em educação, segurança pública ou em universidades estaduais; e redução de mais um ponto percentual se o dinheiro for para um fundo criado pelo projeto, o Fundo de Equalização.

A dívida dos estados com a União é de cerca de R\$ 760 bilhões, mas é concentrada em São Paulo, Rio, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Governadores tentam desde o ano passado mudar as condições de pagamento da dívida, fixadas até então em IPCA + 4% ou Taxa Selic, o que for menor.

-O Propag (nome do projeto) resolve o principal problema, os juros. Isso passou a ocupar uma parcela do Orçamento que era insustentável. O RRF (Regime de Recuperação Fiscal) era um paliativo. Resolvia o problema por 2,3 ou 4 anos. Minas não ficará folgada, mas pelo menos ficará viável - disse o governador de Minas Gerais, Romeu Zema.

ESSENCIAL PARA O RIO

O texto do Senado manteve a alteração no prazo para adesão de estados até 31 de dezembro de 2025. Antes era de 120 dias após a publicação da lei.

Para parte do abatimento com ativos, o texto original permitia uso de empresas públicas, participações societárias e bens. No processo de negociação, foi incluída a possibilidade de outras formas de receita contarem como ativos para abatimento, como verbas

de exploração de recursos naturais (petróleo, gás, energia, etc) e uso do novo Fundo de Desenvolvimento Regional (FNDR), que será criado com a **Reforma Tributária**.

O governador do Rio, Cláudio Castro, considerou as novas possibilidade de ativos essenciais, já que o Rio não tem mais empresas públicas para negociação das ações:

-Precisávamos de alternativas para abatimento, por isso foi acrescentado royalty de petróleo e uso do FNDR. Temos grande quantidade de imóveis que poderão ser utilizados. O estado tem cerca de R\$ 160 bilhões em dívidas vencidas com a União, R\$20 bilhões a R\$25 bilhões de abatimento serão do FNDR.

Estados com impossibilidade técnica e operacional de aplicar 60% dos recursos em educação profissional técnica poderão propor plano alternativo, desde que tenham 30% aplicados na área. Investimentos em segurança pública e universidades estaduais podem contar para reduzir juros.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Câmara aprova regulamentação da Reforma Tributária

VICTORIA ABEL, GABRIEL SABÓIA ELETICIA LOPES

A Câmara dos Deputados aprovou ontem a primeira e principal proposta de regulamentação da **Reforma Tributária**. Com a votação concluída, o projeto segue para sanção presidencial. Os deputados votaram primeiro a lista de mudanças feitas pelo Senado que serão mantidas. Foram 324 a favor e 123 contra. Depois, votaram a lista de alterações que foram rejeitadas. Nessa votação, o placar foi 328 a 67.

Na sequência, deputados fizeram alterações no texto do Senado. Entre elas, a retirada do saneamento entre os serviços com 60% de redução de **impostos** e a volta de bebidas açucaradas (como refrigerantes) ao Imposto Seletivo, que tem taxa maior.

O relator, Reginaldo Lopes (PT-MG), cortou e reduziu benefícios aprovados no Senado e manteve itens adicionados na cesta básica, além da ampliação do cashback (devolução de **impostos**) para contas de internet e telefone.

A lei aprovada é o principal mecanismo para colocar em prática o novo sistema de **impostos**. A reforma cria a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), federal, sendo a junção de IPI, PIS e Cofins. E cria o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), estadual, que soma ISS e ICMS.

O projeto detalha o cashback, o Imposto Seletivo, os descontos na alíquota e os regimes especiais.

A Câmara recuou de mudanças do Senado para reduzir a alíquota padrão em 0,7 ponto percentual, para algo em torno de 28%. De toda forma, há trava na alíquota para evitar que ela passe de 26,5% -o governo terá de propor projeto, no futuro, para garantir isso.

Bens e serviços sem benefícios fiscais terão alíquota cheia. Outros itens terão redução de 30%, 40%, 60% ou 100% na CBS e no IBS.

Na etapa de ontem, a Câmara apenas votou quais mudanças feitas no Senado aceita e quais rejeita. Por isso, não teria como incluir armas no Imposto Seletivo.

"MELHOR QUE O ATUAL"

Após quatro décadas de discussão, o Brasil caminha para um modelo de Imposto de Valor Agregado (IVA) adotado em centenas de países. O sistema prevê a simplificação da cobrança de **impostos** e a eliminação de acúmulo de **tributos** ao longo da cadeia.

Os **tributos** novos começam a ser cobrados em 2026 como teste para simulação do valor exato necessário de alíquota para manter a arrecadação atual. A transição para o novo sistema vai de 2027 a 2033.

Ainda será enviada a proposta que trata das regras para o Imposto Seletivo e suas alíquotas exatas.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), reforçou que as únicas opções de votação eram o texto da Câmara ou o do Senado:

- Em nenhuma hipótese vamos atender a todas as demandas que o Brasil tem, mais ainda em cima das divergências e interesses de grupos, espaços, estados, municípios e situações do manicômio tributário em que vivemos.

Uma das mudanças feitas no Senado e rejeitadas pela Câmara foi a inclusão do saneamento entre os itens com desconto de imposto. O governo calculou aumento de até 0,38 ponto percentual na alíquota-padrão caso houvesse o desconto para o setor. Christianne Dias, diretora executiva da Abicon, de empresas do setor, diz que o impacto seria de 0,2 ponto. E cita possível redução de investimentos:

- Com a Reforma, a carga tributária do setor triplica. O aumento é de 18%, e sem repasse ao consumidor, há uma previsão de retração dos investimentos em 26%, o que é ruim porque compromete a meta de universalização.

A justificativa dos deputados para retirada do setor da alíquota reduzida é que o cashback já prevê o retorno dos **tributos** pagos em serviços de saneamento aos mais pobres.

Lopes retomou as bebidas açucaradas no Imposto Seletivo, item que havia sido retirado pelos senadores. O Imposto Seletivo prevê alíquotas maiores para produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Os deputados retiraram a previsão de uma lista

genérica de doenças cujos medicamentos seriam atendidos e retomaram a lista detalhada de princípios ativos com direito a imposto zero e com redução de 60%. Dessa forma, praticamente todos os medicamentos autorizados pela Anvisa terão esse desconto.

Água mineral e biscoitos foram retirados da previsão de alíquota reduzida em 60%, mudança que havia sido feita pelo Senado. A Câmara manteve a alíquota reduzida do setor imobiliário em 50%, mas retirou a previsão do benefício para estacionamentos.

O Senado aprovou redução de **tributos** sobre Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs) de 8,5% para 5% e o não pagamento do imposto de venda de jogadores nos cinco primeiros anos de criação da empresa, mas a Câmara rejeitou esses benefícios.

Deputados de oposição tentaram retirar trecho que beneficia empresa de refino de petróleo na Zona Franca de Manaus, ao deixá-la com as mesmas regras de indústrias da região. O relator manteve isso, mesmo com a oposição do governo. Segundo líderes, houve acordo político que envolveu negociações no Senado.

Técnicos da Fazenda reconhecem que o trecho pode causar distorções no mercado de refino de petróleo, já que não há como garantir que a refinaria da Zona Franca venderá apenas para região.

Para Virgínia Pillekamp, sócia da área tributária do BMA Advogados, houve aprimoramento do texto:

-O que está sendo aprovado é muito melhor do que temos atualmente. Não é a simplificação nem a neutralidade que foi prometida no ano passado, mas estamos caminhando para algo mais simples.

Para Bianca Xavier, da FGV, o texto foi o "politicamente possível", mas a alíquota de 26,5% está "perdida no tempo", em razão dos benefícios concedidos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"Há uma irracionalidade dos ativos financeiros"

Maria Cristina Fernandes De São Paulo

O presidente da Federação Brasileira de Bancos, Isaac Sidney, recusa a denominação de "ataque especulativo" à escalada do dólar. "Estamos num terreno movediço de irracionalidade dos ativos financeiros", diz, de Brasília, onde acompanha a votação das leis orçamentárias e fiscais. "A forte deterioração das expectativas, no plano fiscal e monetário, levou os ativos para um patamar disfuncional e insustentável."

Um país com Selic e dólar nas alturas e uma **inflação** além da meta não é do interesse do governo, do Congresso ou do mercado, diz. Ainda assim, é isso que está projetado com a corda esticada entre os leilões do Banco Central e o mercado ou entre os parlamentares que querem aumentar a despesa antes de cortá-la e um governo cujo presidente resiste a reconhecer o tamanho do problema fiscal. "Vamos todos perder nessa arena, temos de furar a bolha do stress dos ativos. A hora é de racionalidade e serenidade", diz.

Isaac Sidney não tem dúvida de que a trajetória de crescimento da dívida pública tem que ser estancada. "Isso é inadiável", diz, "mas ninguém está de braços cruzados." O tempero da irracionalidade na manhã desta terça-feira foi a circulação nos grupos de WhatsApp de investidores de uma fala inexistente do diretor e futuro presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, desconectando a trajetória do câmbio do ajuste fiscal.

O presidente da Febraban resiste a fulanizar, mas o recado é claro: "Ao enviar o pacote fiscal ao Congresso, o governo reconheceu o quadro fiscal ainda crítico e a necessidade de medidas adicionais para reforçar o arcabouço. Há um mérito do governo na complementação do arcabouço e do Congresso no esforço concentrado para aprovar o pacote fiscal. Por isso é preciso aguardar."

Na tarde desta terça-feira, a Câmara dos Deputados aprovou a regulamentação da **reforma tributária** revertendo várias reduções da carga tributária aprovadas pelo Senado que teriam impacto sobre a alíquota do IVA. Uma leitura possível desta aprovação é que esta responsabilidade se estenda sobre a votação das leis orçamentárias e do ajuste fiscal. É lá

que está instalado o cabo de guerra entre a execução das emendas parlamentares e o ajuste fiscal.

Para o presidente da Febraban, os esforços agora devem estar concentrados na aprovação do pacote fiscal: "O mínimo a fazer agora é assegurar que o pacote não seja desidratado. Se necessário, seria importante uma autoconvocação pelo próprio Congresso ou até uma convocação extraordinária".

Sem que se saiba se o ajuste alcançará os R\$ 71,9 bilhões pretendidos nos próximos dois anos, não há como votar o Orçamento do próximo ano. Se o pacote for desidratado, o resultado fiscal poderá vir de um contingenciamento de despesas maior. Isaac Sidney faz questão de dizer que está filiado ao partido dos que confiam no "senso de urgência e responsabilidade fiscal" do governo e do Congresso.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Projeto que regulamenta reforma é aprovado pela Câmara

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília

Em uma votação com resistência de poucos partidos, a Câmara concluiu na terça-feira (17) a aprovação do principal projeto de regulamentação da **reforma tributária**. Os deputados aceitaram cerca de 90% das mudanças feitas pelo Senado, que incluiu mais setores na lista de segmentos beneficiados por regimes com tributação diferenciada. Com isso, a estimativa é que a alíquota de referência do novo imposto fique em 28%, acima dos 26,5% almejados pelo governo.

O texto vai à sanção presidencial. Com a regulamentação, entrará em vigor o novo sistema de tributação sobre consumo, baseado em três **tributos**: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), federal; o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência dos Estados e municípios; e o Imposto Seletivo (IS), também conhecido como "imposto do pecado", voltado a coibir o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. O modelo, tecnicamente conhecido como Imposto sobre Valor Agregado (IVA), terá uma fase de testes em 2026, entrando em vigor gradativamente a partir de 2027.

Essa espinha dorsal do sistema não foi alterada nas votações desta semana, mas senadores fizeram ajustes em regras específicas. Entre essas alterações, deputados aceitaram, por exemplo, a redução da alíquota para fraldas em 60% e para bares, restaurantes, hotéis e parques de diversões em 40% e uma redução na carga tributária do setor imobiliário.

Apesar de aprovar a maior parte das novas exceções ao regime padrão, a Câmara rejeitou medidas aprovadas pelo Senado que aumentariam ainda mais a alíquota de referência. Ao todo, a Câmara rejeitou 34 alterações feitas pelo Senado e acatou as demais.

Um dos principais pontos foi a inclusão do setor de saneamento básico no rol de itens com imposto reduzido em 60%. Senadores haviam incluído o setor nessa lista, mas a Câmara rejeitou o benefício. Durante a votação no Senado, a estimativa era de que só essa mudança teria um impacto de 0,38 ponto na alíquota de referência.

Também ficaram fora desse regime diferenciado biscoitos e bolachas, representantes comerciais, saneamento básico, contra turno escolar, Sociedade

Anônima de Futebol (SAF), edifícios-garagem e parques de estacionamento.

Os deputados votaram ainda contra a proposta dos senadores sobre quais medicamentos seriam desonerados. O senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da matéria no Senado, tinha proposto que fosse elaborada uma futura lista por doenças (cuidados). Os deputados preferiram um rol taxativo, que poderá ser incrementado pelo Ministério da Saúde.

Outro ponto revertido na Câmara foi a isenção de Imposto Seletivo sobre bebidas açucaradas, que havia sido aprovada no Senado. NO texto final, os produtos serão sobretaxados. Também foi aprovado que esse novo tributo incida sobre automóveis de acordo com a potência, tecnologia, desempenho, conteúdo local e categoria de cada veículo.

Ainda em relação a essa sobretaxa, a cobrança do Seletivo sobre armas e munições também ficou de fora do texto final. A medida chegou a ser incluída no parecer de Braga no Senado, mas foi rejeitada pelos próprios senadores, não chegando a ser analisada pelos deputados. O texto define ainda que o seletivo incidirá apenas sobre extração de bens minerais e não mais sobre exportação.

Entre os pontos aceitos pelos deputados, uma das medidas de maior impacto é a alteração nas regras para o setor imobiliário. O novo texto busca tornar mais claro quando a pessoa física proprietária de imóveis será contribuinte do IVA: se tiver vendido mais de três imóveis no ano anterior que tenham sido adquiridos há mais de cinco anos ou mais de um imóvel construído em menos de cinco anos; ou se tiver mais de três imóveis distintos com renda de aluguel superior aR\$240 mil por ano.

Além disso, foi ampliado o redutor social do aluguel de R\$ 400 para R\$ 600 e reduzida alíquota em operações com imóveis em 70% para locação e 50% para demais operações.

O texto aprovado ainda prevê que a correção das alíquotas do Imposto Seletivo sobre fumo e bebidas ocorrerá pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e que o tributo sobre bebidas alcoólicas poderá ter alíquotas diferenciadas para pequenos produtores. Gorjetas em bares e

restaurantes não serão tributadas desde que não ultrapassem 15% do valor da conta.

Com a conclusão da apreciação, os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), concluem em parte seu objetivo de ter a aprovação da reforma como legado de ambos à frente do Legislativo. Ambos ainda miram a aprovação do pacote fiscal, em uma votação nos últimos dias do no legislativo.

Entre as bancadas, apenas PL e Novo votaram contra o avanço da medida. Também foram as únicas legendas que queriam a retirada de pauta da proposta.

Na votação de ontem, parlamentares também definiram regras sobre o funcionamento do novo sistema. A Câmara acatou proposta do Senado para que os anos-base para estimativa de qual a carga tributária para definir a alíquota de referência do IBS/CBS será o período de 2024 a 2025. Na versão anterior, seria considerada a média de 2012 a 2021. A alteração foi solicitada pelo governo Lula (PT) com o argumento de que isso tornaria mais próximo da realidade macroeconômica atual e que não haveria impacto na taxaço. O texto também fixa que Câmara, Senado e quaisquer uma de suas comissões poderão requerer ao Poder Executivo federal e ao comitê-gestor do IBS a estimativa de impacto de medidas legislativas no IVA.

Ao decidir sobre o sistema de pagamentos, a Câmara também negou a possibilidade de flexibilização do "split payment", sistema que será o "coração" da reforma e fará a distribuição automática dos **impostos** e créditos. Pelo projeto do Senado, a versão manual desse mecanismo poderia ser adotada em mais casos, como no varejo.

Os deputados rejeitaram essa ideia e determinaram que o modelo manual só será autorizado se o meio de pagamento escolhido não permitir a divisão automática dos **tributos**. E, neste caso, o empresário responderá de forma solidária se houver inadimplência no recolhimento dos **tributos** pelo comprador.

Outra alteração aprovada nesta terça-feira foi que o Senado tinha reduzido o tempo para que uma pessoa com deficiência possa revender um automóvel adaptado comprado com isenção de **impostos**. A Câmara retornou prazo de quatro anos no mínimo.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Para especialistas, mudanças devem ser insuficientes para garantir alíquota padrão

Marcelo Osakabe, Marsílea Gombata e Marta Watanabe
De São Paulo

A rejeição, pela Câmara dos Deputados, de 34 mudanças feitas pelo Senado na regulamentação da **reforma tributária**, que haviam contribuído para elevar a alíquota padrão do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), não deve ter sido suficiente para garantir que ela fique em 26,5%, apontam especialistas ouvidos pelo Valor. A pressão de gastos dos vários níveis de governo e a busca por garantia de arrecadação também podem resultar em alteração de alíquota no futuro.

As mudanças no texto da **reforma tributária** feitas na Câmara, após o projeto ter sido aprovado no Senado, vão em linha com a proposta do Executivo, afirma o cientista político Rafael Cortez, da Tendências Consultoria.

"Agora é esperar a avaliação do texto pela Presidência da República, que pode vetar algum trecho, e também o cálculo da Fazenda sobre a alíquota de referência. O relator Reginaldo Lopes (PT-MG) fez menção de que queria retomar o teto de 26,5%, mas vale lembrar que, já na Câmara, as exceções implicavam alíquota maior", diz a tributarista Thais Shingai, sócia do Mannrich e Vasconcelos Advogados.

Quando chegou ao Senado, a projeção para o IVA já estava em 27,97%, segundo cálculo do governo. Com as alterações dos senadores, estimava-se que a alíquota havia subido para 28,55%. Relator do substitutivo, Lopes suprimiu 34 das propostas do Senado - em seus cálculos, o suficiente para reduzir o IVA em 0,7 ponto percentual.

Entre os principais pontos que elevavam o IVA, diz Shingai, está a supressão do trecho que equi-parava o saneamento básico a serviços de saúde, fazendo com que o setor tivesse desconto de 60% do IVA. Outras ampliações na lista de exceções, como inclusão de biscoitos e água mineral, e redução da alíquota para locação de equipamentos médicos também foram vetados, o que é positivo, continua.

A supressão da proposta que previa a substituição tributária em operações com bebidas alcoólicas, refrigerantes e produtos do fumo também foi vista como positiva. "Geraria uma complexidade

desnecessária, seria muito ruim, porque já tem 'split payment' e tributação no destino." Em relação às alterações sobre o Imposto Seletivo (IS), a advogada destaca a manutenção das armas fora da relação e, por outro lado, a reinclusão de bebidas açucaradas - o que considera negativo. "É um tema controverso. Alguns países instituíram e não deu certo para fins de saúde. O México, por exemplo, viu cair o consumo de refrigerantes e crescer o de outras bebidas", diz.

Ana Cláudia Utumi, tributarista e sócia do Utumi Advogados, diz que a questão da externalidade negativa à saúde definida para o Imposto Seletivo é complicada. "A diferença entre o remédio e o veneno é a quantidade e bebidas açucaradas alcançam também sucos que vão nas lancheiras das crianças."

Nem todas as mudanças feitas pelo Senado no IS, porém, foram retiradas, aponta Utumi. Os deputados mantiveram aparte do texto em que o IS deve ser cobrado apenas sobre extração e não mais sobre exportação de bens minerais. A incidência do imposto qualquer que fosse a destinação dos bens minerais, inclusive exportação, foi a proposta original do governo.

Com menos benefícios, diz Utumi, a alíquota padrão deve ser menor, mas a questão é saber se as alterações foram suficientes.

"Mas há outra questão que impacta essa alíquota padrão, que são as despesas do governo, que não param de crescer. A alíquota final será definida em 2032. Então, por mais que tenham sido feitas mudanças agora e por mais que se queira colocar trava na lei, não dá para garantir uma alíquota fixa com o crescimento das despesas públicas e com a ideia de que não será reduzida a arrecadação. Não há só o crescimento de despesas em si, mas o fato de que há hoje Estados que não pagam todas as suas contas", diz Utumi.

O ajuste disso, diz ela, deveria vir de uma revisão de despesas. "Mas essa revisão costuma ser modesta e já estamos vendo o caos que tem sido a alta do dólar nesses últimos dias." Um ajuste, afirma ela, também poderia vir de revisão de benefícios fiscais. "Mas ao longo dos anos vimos o quão difícil é mexer em benefício fiscal. Revogar benefícios traz um jogo de forças muito complicado." O caminho mais provável,

portanto, diz ela, seria a alteração de alíquota.

Utumi explica que as alíquotas máximas de CBS e do IBS serão definidas por resolução do Senado. Estados e municípios poderão praticar alíquotas de sua parte do IBS abaixo da máxima, mas terão que aplicar o mesmo nível de tributação para todas atividades. Espera-se, diz ela, que essa regra desestimule governos estaduais e municipais a reduzirem seu IBS.

Já as alíquotas do Imposto Seletivo serão definidas por lei ordinária. No âmbito federal, explica Utumi, a arrecadação do IS e da CBS devem ser equivalentes ao recolhimento dos atuais PIS, Cofins e IPI. Esses três **tributos** serão extintos com a **reforma tributária** sobre consumo.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Relator retira limite ao uso de crédito tributário de pacote

O relator do projeto de lei complementar da contenção de gastos - que faz parte do pacote fiscal -, deputado Átila Lira (PP-PI) retirou do texto os artigos que permitiam à União limitar o uso de créditos tributários por parte das empresas, caso o governo federal registrasse déficit primário a partir de 2025. Esses créditos são usados pelas empresas para abater **impostos** devidos.

"Esta questão vai de encontro aos contribuintes que já realizaram o seu planejamento tributário, dentro da legalidade, com base nesses valores", escreveu o relator em seu parecer. A limitação dos créditos era o ponto mais polêmico do texto.

O relator lembrou que o governo já tentou, no ano passado, impedir que créditos de PIS/Cofins pudessem abater **tributos** devidos de outra natureza, como previdenciária. A medida provisória, contudo, foi devolvida pelo Congresso Nacional, o que, segundo o relator, "demonstra a discordância do Parlamento em relação a esta temática".

O piauiense apresentou o relatório com algumas modificações em relação ao que foi proposto pelo governo. Até o fechamento desta edição, os parlamentares discutiam a matéria e havia a expectativa de se concluir a apreciação do tema, inclusive dos destaques com sugestões de mudanças no parecer.

O relator também mudou um artigo do projeto de lei complementar para deixar claro que o superávit financeiro de cinco fundos públicos apenas poderá ser usado para abater a dívida pública. Conforme mostrou o Valor, a redação enviada pelo Executivo previa aplicação livre desse superávit, o que permitiria que o dinheiro fosse usado para pagar despesas primárias ou ser emprestado a bancos públicos. Ao todo, esses oito fundos tinham um saldo positivo de R\$ 39 bilhões em 2023.

Ao longo do debate, Átila apresentou um novo parecer e retirou trecho que sugeria a revogação da Lei Complementar no 207, de 2024, que instituiu o Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas

"Não estou garantindo nem aprovação nem rejeição" Arthur Lira de Acidentes de Trânsito (Spvat), antigo Dpvat, extinto em 2020.

As outras duas proposições do pacote fiscal devem ser apreciadas nesta quarta-feira, segundo projeção do próprio presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que disse não ter como garantir a aprovação das medidas.

"Após a votação do PLP [do pacote fiscal], vamos reunir os líderes novamente para tratar dos assuntos de mérito da PEC e do PL do pacote fiscal. A previsão é de votação desses dois temas amanhã [quarta-feira] na sessão da tarde", disse Lira a jornalistas. "Não estou garantindo nem aprovação nem rejeição [dos textos do pacote fiscal]. Estamos discutindo, conversando, dialogando, encontrando textos para votar", acrescentou.

Diante da expectativa de que os assuntos sejam analisados, lideranças de movimentos sociais pediram que o ministro Márcio Macêdo, da Secretaria-Geral da Presidência, articule mudanças no pacote, especialmente no trecho que trata das novas normas do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da mudança política de reajuste do salário mínimo.

"Nós ouvimos outros movimentos. Tem coisas que eu concordo com o que eles estão falando e vou defender. Mas não teve nenhum compromisso de mudança. Quem vai avaliar isso é a equipe econômica, liderada pelo ministro Fernando Haddad. E vamos retomar com os movimentos o que é que foi que encaminhou", disse Macêdo em entrevista coletiva no Palácio do Planalto.

Próximo destino de tramitação do pacote fiscal - caso os deputados aprovem as medidas -, o Senado já prevê dificuldades para as propostas apesar dos gestos do Executivo para agradar congressistas, como nomeações e a liberação de R\$ 7,6 bilhões em emenda.

Para sustentar a avaliação, senadores citam a votação do projeto de lei complementar de regulamentação da **reforma tributária** no Senado, que foi marcada por uma abstenção grande de quadros da base do governo, indicando que a insatisfação com o Palácio do Planalto ainda é significativa.

Um líder de um partido da base afirmou ao Valor que a tendência na deliberação do pacote é que o clima seja

ainda pior para o governo. "A tributária é um tema de Estado e o pacote é de governo. Tema de Estado não entra na guerra, tema de governo entra na guerra", afirmou o parlamentar.

Ainda de acordo com senadores, o pacote de contenção de gastos precisa chegar ao Senado até esta quarta-feira, caso contrário não haveria quórum para votar os projetos na quinta-feira.

Parlamentares receberam a sinalização de que teriam R\$ 5 milhões extras em recursos da saúde se votassem a favor.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), reconheceu que o governo deve ter dificuldades no avanço do pacote, principalmente na aprovação da PEC. "Eu não gosto de fazer previsão porque está na outra Casa. Mas está tudo muito em cima para aprovar PEC". (Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro, Jéssica SantAna, Caetano Tonet e Fabio Murakawa)

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Aprovadas mudanças nos impostos

BRASÍLIA

Quase oito meses após o envio pela equipe econômica, o Congresso Nacional concluiu ontem a votação do primeiro projeto de regulamentação da **reforma tributária**. O texto segue agora à sanção do presidente Lula.

A Câmara Federal, que já havia analisado a proposta em julho, aprovou ontem o projeto pela segunda vez, após modificações feitas pelo Senado. Ao abrir a votação, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que o texto levado à apreciação dos deputados não era o ideal, mas o possível diante das negociações políticas, repetindo discurso da primeira fase da **reforma tributária**.

"Distorções que permaneçam poderão ser objeto de projetos de lei de complementar no futuro e serão muito bem-vindos neste Congresso Nacional", disse Lira.

A primeira regulamentação traz as principais regras de funcionamento do novo Imposto sobre Valor Agregado, que será dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), o IVA federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), o IVA de estados e municípios. Detalhes estão na tabela abaixo.

Eles vão substituir cinco **tributos** que hoje incidem sobre o consumo e estão embutidos nos preços: IPI, PIS/Cofins, ICMS e ISS.

Os deputados votaram primeiro a lista de mudanças feitas pelo Senado que serão mantidas. Foram 324 a favor e 123 contra nesse momento. Depois, votaram a lista de alterações que não foram aceitas. Nessa votação, 328 a 67.

Os deputados promoveram alterações no texto do Senado, aprovado na semana passada. Entre elas, a retirada do saneamento entre os serviços com 60% de redução de **impostos** e a volta de bebidas açucaradas (como refrigerantes) para o Imposto Seletivo, ou do Pecado.

O Ministério da Fazenda calculou que a alíquota de referência dos novos **tributos** ficaria ao redor de 27,97% após a primeira votação na Câmara, em julho. Depois de passar pelo Senado, a cifra aumentou para cerca de 28,7%.

No retorno para nova apreciação dos deputados, o

relator na Câmara, Reginaldo Lopes (PT-MG), retirou várias exceções inseridas no Senado, como benefício a saneamento, bolachas, água mineral, veterinários e times de futebol. Ele afirma que, com isso, provocou queda de 0,71 ponto na tributação.

Assim, a alíquota deve retomar ao patamar de 28% - cálculo que será refeito pelo Ministério da Fazenda.

LIRA (ao centro) com outros deputados nas discussões em plenário sobre a **reforma tributária**: simplificação

COMO FICA A REFORMA

Simplificação

AS MUDANÇAS propostas buscam simplificar os **tributos**. Com elas, PIS, Cofins, ICMS, IPI e ISS deixarão de existir. Os cinco **tributos** darão lugar ao IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IS (Imposto Seletivo).

IBS

SERÁ CONTRIBUIÇÃO compartilhada por estados e municípios. Assumirá a função do ICMS e do ISS.

CBS

VAI SUBSTITUIR o PIS, a Cofins e o IPI, cobrança de natureza federal.

Período

CBS E O IBS passarão a ser testados nacionalmente a partir de 2026. Na fase de testes, as empresas serão obrigadas a emitir na nota fiscal um valor destacado do que corresponderia a 0,9% de CBS sobre o produto vendido e 0,1% de IBS.

Imposto do Pecado

EM 2027, entra em vigor o Imposto Seletivo, chamado também de Imposto do Pecado. A etapa de transição será encerrada em 2033, quando o IBS e a CBS serão efetivamente implementados.

O EXTRA do Imposto seletivo vale para bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. Entram na relação os veículos, as embarcações e aeronaves, produtos ligados ao fumo, bebidas

alcoólicas e açucaradas. bens minerais extraídos, apostas e loterias e fantasy games

BEBIDAS AÇUCARADAS retornaram ao projeto final da reforma. Retirados do Imposto Seletivo pelo Senado. os refrigerantes, sucos de frutas e outros líquidos comercializados com adição de açúcar terão cobrança maior. A decisão resulta na redução de 0,07% sobre a alíquota geral

ARMAS E MUNIÇÕES foram mantidas de fora do Imposto Seletivo. Após ser reprovada inicialmente pela Câmara, o relatório do Senado tentou estabelecer a cobrança extra para "partes e acessórios, exceto se destinadas às Forças Armadas ou aos órgãos de segurança pública". Mas a oposição conseguiu reverter a proposta, em votação apertada, com apoio de 33 dos 65 votantes

IVA

MUDANÇAS resultam na criação do IVA (Imposto sobre Valor Agregado). Com alíquota máxima ainda desconhecida, o tributo será o responsável pela unificação da CBS e do IBS e vai incidir sobre as operações de bens e serviços, taxados no destino.

CASO A COBRANÇA supere a trava definida pelos deputados, o governo será obrigado a definir uma forma de reduzir a carga tributária.

Cesta básica

REGULAMENTAÇÃO traz a isenção total de alimentos essenciais.

A MEDIDA Vale para os itens da cesta básica, composta por arroz, feijão, carnes, farinha de mandioca, farinha de trigo, açúcar, macarrão e pão comum; mandioca, inhame, batata-doce e coco; café e óleo de babaçu; manteiga, margarina, leite fluido, leite em pó e fórmulas infantis definidas por previsão legal específica. O Senado removeu o óleo de soja da lista.

CARNES peixes, queijos e sal terão isenção tributária garantida. Integram a relação carnes bovina, suína, ovina, caprina e de aves e produtos de origem animal (exceto foie gras), peixes (exceto salmonídeos. atuns, bacalhaus, hadoque. saithe e ovas e outros subprodutos) e os queijos tipo muçarela. minas, prato, queijo de coalho, ricota, requeijão, queijo provolone. queijo parmesão, queijo fresco não maturado e queijo do reino.

Cesta estendida

REDUZ A 60% A tarifa sobre alimentos. A relação ganhou novos itens no Senado, com a inclusão de

água mineral. fraldas, biscoitos e bolachas (sem recheio ou cobertura), castanhas brasileiras (como a do Pará e de caju) e a realocação do óleo de soja.

SANEAMENTO básico foi retirado da tributação reduzida a 60%. A decisão considera que a inclusão do saneamento provocou aumento estimado de 0.38 ponto percentual na alíquota padrão. Com a retirada, ele estima que a taxa de referência retornará a 26.5%.

Cashback

A REFORMA prevê a devolução de **tributos** para famílias de baixa renda.

AS REGRAS para o cashback valerão a partir de janeiro de 2027 para a CBS e a partir de 2029 para o IBS. Serão beneficiados as famílias inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) com renda mensal de até meio salário mínimo (R\$ 706) por membro da família.

ALÍQUOTAS de cashback para os serviços essenciais foram definidas. Segundo o texto aprovado, haverá devolução de 100% da CBS e de 20% do IBS na compra de botijão de gás de 13 kg e nas contas de luz, água, esgoto e gás natural. Nos demais casos. exceto para produtos com incidência de imposto seletivo, a devolução será de 20%

SERVIÇOS PERIÓDICOS, como luz, água e gás, terão o valor de devolução nas contas seguintes. Nos demais casos, a regulamentação aprovada define que o governo deve transferir o cashback aos bancos em até 15 dias após a apuração. Caberá à instituição financeira o repasse em 10 dias.

CARNE DE BOI vai ser incluída na cesta básica com mudanças propostas na **reforma tributária**

CONTA de água: alívio foi retirado

Fonte: Folhapress.

Reforma tributária vai para sanção

Brasília - A Câmara dos Deputados aprovou um dos projetos de regulamentação da **reforma tributária** que havia retornado do Senado com mudanças (PLP 68/24). O texto agora segue para sanção presidencial. O projeto contém detalhes sobre cada regime com redução ou isenção, a devolução de **tributos** para consumidores de baixa renda (cashback), a compra internacional pela Internet e a vinculação dos mecanismos de pagamento com sistema de arrecadação. Segundo o relator, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), o texto alterado pela Câmara beneficia mais a população.

"A **reforma tributária** está reduzindo a carga em 0,7% para todos os brasileiros. O texto do Senado aumenta a alíquota para toda a sociedade", disse. Lopes propôs, no entanto, a aprovação da maior parte das mudanças feitas pelos senadores.

"Todas as mudanças que não acatamos caminham no sentido de manter a alíquota geral de referência em 26,5%. Optamos, por exemplo, por restabelecer a incidência do Imposto Seletivo sobre bebidas açucaradas, que tem um impacto de 0,07% na alíquota geral", disse Lopes.

O deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que relatou a alteração constitucional da **reforma tributária**, afirmou que o sistema traz simplificação e transparência.

"Quando se fala que vamos ter o maior IVA (Imposto sobre Valor Agregado) do mundo, hoje temos muito mais e não sabemos quanto pagamos", disse.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), reforçou para os deputados que as únicas opções de votação eram o texto da Câmara ou o do Senado, sem existir versão ideal para todos os interesses. "Em nenhuma hipótese vamos atender a todas as demandas que o Brasil tem, mais ainda em cima das divergências e interesses de grupos, espaços, estados, municípios e situações do manicômio tributário em que vivemos", declarou.

O líder do PL, Altineu Côrtes (PL-RJ), criticou a proposta que, para ele, vai gerar o maior imposto do mundo. "No sentido de simplificação dos **impostos**, o partido sempre foi favorável, mas essa vai gerar o imposto mais alto do mundo", reiterou.

Para o líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), ainda que a alíquota do IVA possa ser a maior do mundo, ela será reduzida se comparada com

a realidade de hoje. "Vamos dar uma reforma justa, transparente e que simplifica o sistema tributário", concluiu. Já a líder da Minoria, deputada Bia Kicis (PL-DF), reclamou de falta de simplificação do texto.

ALGUNS PONTOS

Substituição tributária pela qual uma empresa paga o imposto em nome de outra.

n Lista de medicamentos que contarão com uma tributação menor.

n Manutenção da alíquota de 8,5% para Sociedades Anônimas de Futebol (SAF).

n Manutenção do Imposto Seletivo (IS) para as bebidas açucaradas.

n Serviços veterinários e planos de saúde animal continuarão com redução de 30%.

n O projeto contém detalhes sobre cada regime com redução ou isenção, devolução de **tributos** para consumidores de baixa renda (cashback), compra internacional pela Internet e a vinculação dos mecanismos de pagamento com o sistema de arrecadação.

Site: https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-793d8e745d2b346c4ddc27a534083243.pdf

Aprovada na Câmara, Reforma segue para Lula

Por 324 votos a favor, 123 contrários e 3 abstenções, a Câmara dos Deputados aprovou ontem o Projeto de Lei Complementar que regulamenta a **Reforma Tributária** sobre o consumo. A proposta requeria maioria absoluta. Em seguida, os deputados derrubaram as mudanças do Senado por 328 contrários, 18 favoráveis (a manter as alterações) e 7 abstenções.

Com a aprovação, o Projeto de Lei Complementar pode ser enviado para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Agora, podem virar lei complementar, itens como "cashback" (devolução parcial de imposto para os mais pobres), **impostos** reduzidos para imóveis e cesta básica nacional isenta de imposto.

O relator do texto, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), leu o relatório na última segunda-feira (16) à noite. As discussões foram concluídas por volta das 22h, mas o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, transferiu a votação para ontem, para haver um quórum mais alto.

O parecer de Lopes retira os principais pontos alterados no Senado, como a retirada das bebidas açucaradas do Imposto Seletivo (imposto cobrado sobre produtos que prejudiquem a saúde ou o meio ambiente) e a redução em 60% da alíquota para os serviços de saneamento e água e de veterinária.

O texto também derrubou a possibilidade de substituição tributária do futuro Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) e retomou as listas de princípios ativos específicos para os medicamentos com isenção ou com alíquota reduzida em 60%. (Correio Braziliense)

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/brasil/2024/12/aprovada-na-camara-reforma-segue-para-lula.html>

Câmara aprova texto-base da regulamentação da reforma tributária

Brasília - A Câmara dos Deputados aprovou na tarde desta terça-feira (17) o texto-base do principal projeto de regulamentação da **reforma tributária** (PLP 68/2024).

Deputados ainda avaliavam emendas de redação. Depois, o texto seguirá agora para sanção do presidente Lula (PT), que pode vetar algumas desonerações.

O relator da reforma na Casa, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), cortou ou reduziu benefícios para vários bens e serviços aprovados pelos senadores na semana passada.

Entre eles, saneamento, bolachas/biscoitos, água mineral, veterinários, estacionamentos, veículos elétricos, Sociedades Anônimas do Futebol, cursos de línguas estrangeiras, agrotóxicos, aviação regional e representantes comerciais.

O deputado disse que as modificações feitas na Câmara reduzem a alíquota resultante da soma de dois novos **tributos** -CBS e IBS, respectivamente, contribuição e imposto sobre bens e serviços- em 0,70 ponto percentual. A reforma prevê uma trava de 26,5%, mas ela depende da disposição do Congresso de cortar benefícios quando o sistema estiver funcionando.

Cálculos do Banco Mundial apontavam um número acima de 29% após votação no Senado.

Nova estimativa feita pela Folha mostra uma alíquota de 28,11% no relatório de Lopes, mas sem incorporar benefícios para imóveis, galerias e obras de arte nacionais, Zona Franca de Manaus e serviços de home care, esterilização e instrumentação cirúrgica - todos incluídos no Senado e mantidos na Câmara.

Essa é a alíquota cheia, para bens e serviços sem benefícios fiscais. Outros itens terão redução de 30%, 40%, 60% ou 100% na CBS e no IBS. A carga tributária atual será mantida, com uma taxa média dos novos **tributos** de 20%.

O Brasil já tem hoje o maior imposto do mundo, com uma tributação de 34% para muitos produtos, e a nova alíquota padrão deve manter esse título.

Foi mantido no texto o incentivo para uma refinaria na Zona Franca de Manaus, uma demanda do relator no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM).

O relatório recolocou as bebidas açucaradas, como refrigerantes, sucos e energéticos, na lista de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente alvos do Imposto Seletivo. O tributo também incide sobre fumo, bebidas alcoólicas, veículos, embarcações, aeronaves, alguns minerais e concursos de prognósticos (como bets) e fantasy sport.

As armas ficarão de fora e terão redução de imposto a partir de 2027.

Não houve alterações de última hora na cesta básica, que manteve as carnes na lista da alíquota zero.

O Ministério da Fazenda e sua Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** conseguiram manter os pilares do novo sistema, apesar da ampliação das exceções.

Ainda são relevantes os ganhos trazidos pela simplificação do sistema, pela redução de benefícios fiscais e pela desoneração das atividades com o fim da cumulatividade. Também haverá redução da sonegação com a nova forma automática de arrecadação -para citar alguns dos pontos citados pelo relator.

Dois partidos de oposição (PL e Novo) se colocaram contra a reforma até o final. Alguns de seus parlamentares reclamaram das exceções. Outros pediram a ampliação delas.

Os dois **tributos** começam a ser cobrados em 2026 com alíquota de teste para simular o valor exato para manter a arrecadação atual. A transição para o novo sistema vai de 2027 a 2033.

Site: <https://www.folhadelondrina.com.br/digital>

Regulamentação da reforma tributária aprovada na Câmara

ESTADÃO CONTEÚDO

Quase oito meses após o envio pela equipe econômica, o Congresso Nacional concluiu, ontem (17), a votação do primeiro projeto de regulamentação da **reforma tributária**. O texto segue agora para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A Câmara dos Deputados, que já havia analisado a proposta em julho, aprovou o projeto pela segunda vez, após modificações feitas pelo Senado. O placar foi de 324 votos a favor contra 123.

Ao abrir a votação, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que o texto levado à apreciação dos deputados não era o ideal, mas o possível diante das negociações políticas, repetindo discurso da primeira fase da **reforma tributária**. "Distorções que permaneçam poderão ser objeto de projetos de lei complementar no futuro e serão muito bem-vindos neste Congresso Nacional", disse Lira.

A primeira regulamentação da **reforma tributária** traz as principais regras de funcionamento do novo Imposto sobre Valor Agregado, que será dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), o IVA federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), o IVA de Estados e municípios.

Eles vão substituir cinco **tributos** que hoje incidem sobre o consumo e estão embutidos nos preços dos produtos: IPI, PIS/Cofins, ICMS e ISS.

Alíquota O Ministério da Fazenda calculou que a alíquota de referência dos novos **tributos** ficaria ao redor de 27,97%, após a primeira votação na Câmara, em julho. Depois de passar pelo Senado, a cifra aumentou para cerca de 28,7%.

No retorno para nova apreciação dos deputados, o relator na Câmara, Reginaldo Lopes (PT-MG), retirou várias exceções inseridas no Senado, como benefício a saneamento, bolachas, água mineral, veterinários e times de futebol.

Ele afirma que, com isso, provocou uma queda de 0,71 ponto na tributação.

Assim, a alíquota deve retornar ao patamar de 28% - cálculo que ainda será feito pelo Ministério da

Fazenda.

O secretário especial da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, minimizou a expectativa de alta da alíquota. "A Câmara conseguiu fazer ajustes que reduziram a alíquota-referência em relação ao que veio do Senado, o que é positivo. O mais importante é ter vencido essa etapa", disse, logo após a conclusão da votação.

A Câmara estipulou um teto para a alíquota do IVA em 26,5%. Caso o percentual fique acima desse limite, o governo deverá propor a retirada de benefícios tributários. A transição da **reforma tributária** começa em 2026, com a prestação de informações pelas empresas de quanto elas deveriam pagar em **impostos**.

A obrigação será apenas acessória. Em 2027, a tributação nova é iniciada com alíquota-teste de 0,1% para o IBS e de 0,9% da CBS.

Somente em 2033 serão implantados os dois novos **tributos** integralmente.

Benefício Apesar da pressão do setor produtivo, os deputados deram aval ao benefício concedido à refinaria da Amazônia, inserida no texto por iniciativa do senador Eduardo Braga (MDB), que é do estado.

Na última hora, por pressão de Lira, a oposição recuou do único destaque (sugestão de mudança ao texto principal), e o PL desistiu da proposta de retirar o benefício.

Dessa forma, a atividade de refino de petróleo terá acesso aos benefícios tributários da Zona Franca de Manaus. O texto afirma que a vantagem é válida apenas para unidades instaladas na região. Há uma única refinaria no Norte do País, a Refinaria da Amazônia, que foi comprada pela Atem em 2022.

As empresas da Zona Franca também conseguiram benefícios adicionais, como créditos presumidos de IBS e CBS tanto para atividades industriais quanto para comerciais, assim como um IPI específico para sobretaxar concorrentes de outras regiões, mantendo a vantagem comparativa da região. Os benefícios foram desenhados para replicar o incentivo existente hoje.

Imposto A regulamentação institui as regras do Imposto Seletivo, também chamado de "imposto do pecado", que sobretaxa itens considerados nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Cigarros, bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas, veículos (inclusive os elétricos), jatinhos, embarcações, apostas online (bets) e extração de mineral serão tributados.

O Senado tentou poupar as bebidas açucaradas, mas a inovação não passou na Câmara.

Outra mudança feita pelos senadores que foi rejeitada pela Câmara foi a inclusão do saneamento básico na alíquota reduzida, com desconto de 60%. Os senadores tentaram equiparar o saneamento aos serviços de saúde, que contam com o desconto, mas a iniciativa caiu na Câmara.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/mznx/#p=1>

Reforma tributária avança com corte de benefícios e alíquota projetada em 28,11%

A Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira (17/12), o texto-base do PLP 68/2024, que regulamenta a **Reforma Tributária**. O projeto agora segue para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que poderá vetar alguns pontos, como desonerações específicas.

Principais mudanças

O relator do projeto na Câmara, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), reduziu ou eliminou benefícios fiscais aprovados anteriormente no Senado. Entre os setores afetados estão: saneamento, água mineral, veículos elétricos, veterinários, cursos de idiomas, agrotóxicos e aviação regional.

Essas alterações visam reduzir a alíquota total da soma dos novos **tributos**, a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). De acordo com a Câmara, a mudança proporcionou uma redução de 0,70 ponto percentual. A estimativa atual projeta uma alíquota em 28,11%, abaixo dos 29% indicados em estudos do Banco Mundial após a votação no Senado. Apesar disso, a trava de 26,5%, considerada um limite técnico para o novo sistema, dependerá do Congresso, que precisará cortar benefícios ao longo do tempo.

Impactos

A nova alíquota padrão consolidará o Brasil como um dos países com maior carga tributária, embora mantenha uma média de 20% para bens e serviços beneficiados. Produtos considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, como refrigerantes, bebidas açucaradas, fumo, veículos e aeronaves, continuarão na lista do Imposto Seletivo, que substituirá parcialmente o IPI a partir de 2027. Já as carnes seguirão com alíquota zero na cesta básica, sem alterações de última hora.

Em contrapartida, armas ficarão isentas do Imposto Seletivo, com redução gradativa de **tributos** a partir de 2027. Apesar das críticas e da ampliação de exceções, o texto aprovado mantém os pilares da **reforma tributária**, como a simplificação do sistema, o fim da cumulatividade e a redução de benefícios fiscais. O relator também destaca que o novo modelo permitirá maior automatização na arrecadação, fator decisivo para a redução da sonegação fiscal.

Transição

A cobrança dos novos **tributos**, CBS e IBS, começa em 2026, com uma alíquota de teste para equilibrar a arrecadação. A transição completa para o novo sistema ocorrerá entre 2027 e 2033. Além disso, novos projetos complementares devem tramitar no Congresso em 2025 e 2026. Entre eles está o PLP 108/2024, que trata de **tributos** estaduais e municipais, como o ITCMD (imposto sobre heranças) e o ITBI (imposto sobre transmissão de imóveis). O governo também precisará apresentar o projeto que definirá as alíquotas do Imposto Seletivo, detalhando sua implementação a partir de 2027.

Críticas

Embora aprovada, a reforma recebeu forte resistência de partidos de oposição, como PL e Novo, que questionaram as exceções e pediram ajustes. Enquanto alguns parlamentares defenderam mais cortes, outros solicitaram a ampliação de desonerações para setores específicos. A **reforma tributária** representa uma mudança estrutural no modelo de arrecadação brasileiro. Apesar dos desafios e da pressão por ajustes, especialistas avaliam que a proposta aprovada cria uma base sólida para um sistema mais simplificado, eficiente e alinhado às práticas internacionais.

Site: <https://oestadoce.com.br/edicao-do-dia/19-12-2024/>

Reforma Tributária vai à sanção (Editorial)

A aprovação da regulamentação da **Reforma Tributária** marca um avanço significativo na busca por um sistema mais simplificado e eficiente de arrecadação no Brasil. Após anos de debates e negociações, a proposta representa um passo crucial para corrigir as distorções históricas que penalizam o setor produtivo e complicam o ambiente de negócios. Contudo, o texto que segue para sanção presidencial ainda carrega pontos de tensão, especialmente em relação às desonerações específicas, que podem impactar a alíquota final dos novos **tributos** e, conseqüentemente, o bolso do consumidor.

Embora a reforma tenha mantido pilares importantes, como o fim da cumulatividade e a simplificação da cobrança, a ampliação de exceções preocupa. Setores como saneamento, água mineral e veículos elétricos viram suas vantagens fiscais reduzidas ou eliminadas, enquanto outros produtos e serviços foram preservados. Essa seletividade, apesar de inevitável em um sistema de transição, levanta questionamentos sobre equidade e eficiência no longo prazo. Cabe ao presidente Lula avaliar os possíveis vetos, equilibrando a necessidade de arrecadação com a justiça tributária e a sustentabilidade econômica.

Ainda assim, a regulamentação da **Reforma Tributária** é uma vitória da racionalidade em meio a um cenário econômico desafiador. O Brasil, reconhecido por ter um dos sistemas mais complexos e onerosos do mundo, precisa urgentemente de um modelo que favoreça a produtividade, a competitividade e o crescimento sustentável. Se implementada com responsabilidade, a reforma pode representar um novo horizonte para a economia nacional. Resta agora acompanhar sua execução e cobrar que os ajustes necessários sejam feitos ao longo do caminho, garantindo um sistema tributário mais justo e transparente para todos.

Site: <https://oestadoce.com.br/edicao-do-dia/19-12-2024/>

Congresso atua como sindicato dos ricos e trava ajuste fiscal de que Brasil precisa, diz especialista em desigualdade

Desde que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou o pacote de corte de gastos públicos planejado pelo governo, na última quarta-feira de novembro, o país vive as consequências das reações à proposta.

O dólar ultrapassou a casa dos R\$ 6 pela primeira vez na história no dia seguinte ao anúncio e lá ficou como expressão da insatisfação do mercado - que diz que esperava por medidas mais rígidas de redução fiscal. Na segunda-feira (17), o dólar fechou em R\$ 6,09.

No Congresso, a bancada governista também torceu o nariz, mas por outra razão: deputados estavam preocupados com as implicações nos programas sociais, sobretudo no Benefício de Prestação Continuada (BPC), mas também no salário mínimo.

Ao final, o Planalto precisou negociar com seu próprio partido, o PT, por votações favoráveis aos projetos.

Um dos maiores especialistas em desigualdades do país, o sociólogo Marcelo Medeiros, evita fazer críticas diretas ao ministro e seu pacote, mas deixa claro que, para ele, as medidas são ruins - e por vários motivos.

É que é mais fácil cortar de quem é pobre do que de quem é rico. Também é mais imoral, resume.

À BBC News Brasil, Medeiros, que está pesquisando neste ano na Universidade Columbia, em Nova York, nos Estados Unidos, e ainda é ligado à Universidade de Brasília (UnB), argumenta que o ajuste fiscal deveria focar em tributação no topo da renda, e não na base.

Para ele, estendendo essa análise, a decisão de isentar do Imposto de Renda (IR) uma classe média que ganha até R\$ 5 mil por mês é uma gotinha no oceano perto do que deveria ser, para ele, realmente feito: revisar o grosso dos subsídios fiscais para diferentes setores produtivos.

Por causa desses subsídios, em 2022, o país renunciou a um montante de R\$ 581 bilhões - ou mais de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) - em **impostos**, segundo dados oficiais.

Mas esse ajuste fiscal, que ele considera o pacote que deveria ser feito, de fato, não avança no Brasil por causa do Congresso, que está atuando como um empecilho à economia do país ao se comportar como um sindicato dos ricos.

Porém, na leitura de Medeiros, o erro político - e moral - mais grave está em mexer no salário mínimo, que terá um teto de 2,5% de reajuste anual.

Do Plano Real para cá, o principal mecanismo de redução de pobreza no Brasil tem sido o salário mínimo, e não Bolsa Família ou qualquer outro programa de assistência, diz Medeiros.

Leia a seguir os principais trechos da entrevista.

BBC News Brasil - De que forma esse pacote de corte de gastos pode impactar os indicadores sobre a desigualdade?

Marcelo Medeiros - É pouco provável que qualquer ajuste desse tipo tenha impacto relevante sobre a desigualdade. Na verdade, foram os aumentos sistemáticos do salário mínimo no passado que fizeram com que ela caísse - e freá-los significa justamente frear as reduções da pobreza e da desigualdade. Por outro lado, a preocupação fiscal não pode ser ignorada.

Essa decisão [de cortar gastos] é difícil de se tomar. É que qualquer ajuste fiscal no Brasil tem que passar necessariamente por um aumento expressivo da arrecadação. Nessa circunstância, diminuir gastos ou é muito difícil ou é imoral. Cortar gastos de assistência ou fazer restrições desse tipo é imoral.

BBC News Brasil - Mas como aumentar a arrecadação em um cenário de pressão, justamente, por cortes?

Medeiros - O Brasil tem, na verdade, que resolver o volume monstruoso de subsídios fiscais, que hoje é da ordem de pelo menos R\$ 500 bilhões, distribuídos entre inúmeros setores, muitos deles sem razões claras para recebê-los, porque o retorno que oferecem ao desenvolvimento do país é baixo.

Não são justificáveis. Tudo isso fora alguns problemas de natureza tributária, para os quais era preciso um plano. Mas, ainda que muita gente queira discutir o papel do Executivo nisso, o grande obstáculo desse ajuste fiscal [que deveria ser feito] é o Congresso. Ele está se tornando uma barreira para as finanças públicas do país e para a boa condução da economia. O Brasil precisa entender isso rapidamente.

BBC News Brasil - Por que o Congresso é um obstáculo?

Medeiros - Ele tem que assumir tanto sua responsabilidade fiscal quanto social, e não se comportar como um agente dos seus próprios interesses, financiando processos políticos interiores que se tornarão campanhas eleitorais no futuro. O Congresso é o grande problema do Brasil hoje ao não assumir esse papel e ficar aprovando extensões de subsídios.

Essa ênfase em aumentar arrecadação conflita com setores que insistiam por um pacote de cortes de gastos, principalmente aquele que todo mundo chama de mercado . Por que essa exigência tem sido tão intensa?

Não é possível cortar gastos, muitos gastos, de maneira simultaneamente rápida e responsável. Não dá. E, se a gente olhar para a estrutura do orçamento, tirando os subsídios tributários, todo o resto a gente não pode deixar de ter.

É criminoso tirar recursos do SUS [Sistema Único de Saúde] ou do sistema educacional , por exemplo. A principal demanda do orçamento é dada pelo sistema previdenciário, e há margem para novas reformas previdenciárias. Isso terá que ser feito. Não é trivial, mas vai depender do Congresso, que deixou janelas abertas na última reforma que fez [em 2019]. Ele precisará fazer escolhas de natureza distributiva. Mas a pergunta fundamental é: quem vai pagar pelo ajuste fiscal brasileiro?

BBC News Brasil - E quem terá que pagar, na opinião do senhor?

Medeiros - Por que fazer um ajuste fiscal? Porque está gastando mais do que se arrecada. A solução para isso é ou arrecadar mais ou gastar menos. Essa última opção é bastante complicada, mas a primeira - aumentar arrecadação - é difícil do ponto de vista político, embora seja viável a curto prazo.

O Brasil terá que enfrentar o fato de que terá que aumentar sua arrecadação. Não há alternativa. Não tem um cenário bem desenhado hoje que garanta

equilíbrio fiscal fazendo cortes de forma irresponsável. O que temos são cortes que só vão fazer a máquina - e por máquina eu me refiro ao sistema educacional, à saúde, etc. - funcionar mal. Ninguém quer que isso aconteça. A solução, então, é aumentar a arrecadação.

BBC News Brasil - Como isso poderia ser feito em curto prazo?

Medeiros - Nosso sistema tributário é ruim em muitas dimensões. Um deles é justamente controlar essa máquina gigantesca de subsídios - problema de ordem tributária. O Brasil gasta muito mais dinheiro com ela do que com programas de assistência social, como o Bolsa Família , por exemplo.

Para enfrentar isso, será necessário passar pelo Congresso, que é parte interessada [nesse processo]. Eu entendo que essa é uma decisão politicamente delicada, mas o Congresso deve assumir sua responsabilidade. Se ele quer ter poder de governo, com mais comando sobre o orçamento público, então, precisa ter responsabilidade correspondente a esse aumento de poder.

BBC News Brasil - Se é o arcabouço tributário quem estrutura a desigualdade, qual é o papel, então, dos programas sociais nesse sistema?

Medeiros - Precisamos nomear corretamente as diferentes desigualdades. Desigualdade de renda é diferente de desigualdade de [acesso à] saúde, que é diferente, por sua vez, da desigualdade educacional. O sistema tributário afeta a desigualdade de renda por um lado e, por outro, gera mais recursos para o governo gastar com saúde e educação.

Programas de assistência social não são irrelevantes, mas têm impacto pequeno sobre a desigualdade. O dinheiro gasto com educação como um todo ou com saúde são determinantes nas desigualdades das suas duas respectivas áreas. A massa da população não vive adequadamente sem SUS e sem um sistema de ensino gratuito, sem o qual ela não chegaria ao ensino superior . E ela precisa chegar nele.

BBC News Brasil - Mas e a **Previdência Social** nisso?

Medeiros - Ela não é só um gasto como outro qualquer: é a combinação de uma poupança que as pessoas fazem ao longo do tempo com um seguro e com mecanismos de assistência social. Parte do que a Previdência está fazendo hoje equivale, do ponto de vista contábil, a uma poupança que vai sendo acumulada e paga.

Não estou dizendo que não existem subsídios

previdenciários. A ingenuidade é achar que a Previdência é um gasto como qualquer outro. É claro que precisamos de reformas previdenciárias, porque o sistema não vai aguentar mesmo. Temos que ter idades mínimas mais altas. Tem grupos se aposentando com 55 anos! Eles podem fazer isso desde que paguem mais. Assim como é óbvia a necessidade de um mecanismo de proteção dos idosos, como vários outros países têm e que, no caso do Brasil, funciona via BPC [Benefício de Prestação Continuada] .

BBC News Brasil - Que vai ser ajustado também agora.

Medeiros - Mas é claro. É mais fácil cortar de quem é pobre do que de quem é rico. Mas também é mais imoral.

BBC News Brasil - O ponto, então, não é a existência do corte, mas o objeto dele?

Medeiros - Claro. O Brasil tem que ter responsabilidade fiscal. A pergunta é quem paga por ela e quem deixa de pagar. O Congresso não está ajudando ao não fazer os ricos pagarem pelo desenvolvimento do país. Ele precisa deixar de ser um empecilho para a condução da política fiscal brasileira.

BBC News Brasil - Em meio a esse pacote, qual é o peso real dos gastos públicos sobre a desigualdade? O Índice de Gini do Brasil, por exemplo, caiu muito (para 0,481, segundo dados do Ipea) na metade de 2022, durante a pandemia, por causa do Auxílio Emergencial.

Medeiros - Não dá para medir muito bem, mas veja só: o Índice de Gini mede distribuição de renda. Quando o país corta gastos do sistema de saúde, por exemplo, isso não se mede pela desigualdade de renda, mas pela desigualdade na saúde. É por isso que essa palavra deve ser sempre conjugada no plural: desigualdades.

O Brasil tem muitas delas: na saúde, na educação e... na renda. Cada vez que há um corte de gastos, a área correspondente é a mais impactada. Tirar dinheiro da assistência impacta na pobreza, por exemplo. E é importante lembrar que o Estado não gera só efeitos diretos [com a maneira como maneja os recursos], mas também indiretos - que nós chamamos de efeitos de segunda ordem .

Quando ele cria um gasto no presente para melhorar a qualificação da mão de obra, no futuro se espera uma produtividade melhor, ou quando ele investe em algo para tornar a população mais saudável, a expectativa

é que a despesa com saúde caia lá na frente. É uma equação complexa.

BBC News Brasil - E há alguma chance de o Congresso mudar sua atuação nesse sentido?

Medeiros - Politicamente, eu não sei dizer, porque não sou analista político, mas deveria ser, porque, sem colaboração dele, o Brasil continuará instável. Tem coisas que não estão sendo sequer propostas, porque todo mundo já sabe que serão barradas.

BBC News Brasil - O que, por exemplo?

Medeiros - A reforma do Imposto de Renda que acaba com regimes especiais de tributação.

BBC News Brasil - Haddad tem tido certo sucesso em negociar os pontos do pacote de cortes com o Congresso - especialmente no Senado. Um deles é justamente aumentar a faixa de isenção do Imposto de Renda para até R\$ 5 mil e tributar rendas maiores.

Medeiros - Mas não é isso que a gente realmente precisa. É algo muito pequeno diante do tamanho da **reforma tributária** que o Brasil tem que fazer, mudando brutalmente os regimes do Simples Nacional e do Lucro Presumido para que todos paguem **impostos** do mesmo jeito. Como está hoje, estamos criando condições para um grupo pagar muito menos do que o resto da população. Não pode. Está errado.

BBC News Brasil - A isenção, aliás, foi criticada por beneficiar mais uma certa classe média, do que quem está, de fato, em situação de pobreza. O recorte de renda (R\$ 5 mil) definido no pacote é socialmente efetivo?

Medeiros - Não tenho cálculos para te responder melhor, mas o que posso insistir é que a **reforma tributária** que o Brasil precisa não é para aliviar tributação na base, mas para melhorar a tributação no topo, onde ela é muito baixa. Temos vários mecanismos que sustentam essa estrutura. Falta, por exemplo, uma tributação sobre lucros e dividendos de Pessoa Física (PF), que hoje é ruim. É fundamental mexer nos regimes especiais.

O próprio MEI [Microempreendedor individual] é um problema que precisa ser resolvido logo, assim como a série de investimentos subsidiários, como a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), que não paga imposto algum, e o tributo sobre aplicações financeiras, que pagam a menor alíquota possível (15%) e ainda não entram como rendimento total [na declaração do IR]. Nosso Imposto de Renda está fazendo tudo o que pode para não ser progressivo, para não cobrar dos mais ricos . Esse desenho é muito ruim.

BBC News Brasil - Quais as prioridades?

Medeiros - Resolver os regimes especiais e acabar com o Simples [Nacional], com o Lucro Presumido e com o MEI, além da tonelada de subsídios. Há muito subsídio para o agronegócio, por exemplo, e ele não precisa disso. É um setor estabelecido e nem é tão dinâmico assim. Tem também tudo quanto é subsídio para mão de obra, como a própria exoneração da folha de pagamentos, que passa ao largo do debate público porque a imprensa se beneficia dele. Isentar quem ganha até R\$ 5 mil por mês de declarar o Imposto de Renda é só uma gotinha no oceano desses benefícios todos.

BBC News Brasil - Por essa lógica, a decisão de mudar a estrutura do IR, então, é paliativa.

Medeiros - A isenção parece paliativa. O Brasil tem pouca progressividade. A alíquota superior brasileira, de 27,5%, é baixa. Temos que ter alíquotas mais altas, inclusive no topo, aumentando também a base tributária. Tem que tributar todos os rendimentos de capital como renda, não de forma separada. Não tem por que ser assim. Hoje, um advogado empresário paga infinitamente menos imposto do que um advogado empregado. Isso está errado. Sem contar que é ruim até para a Previdência, porque aumenta o déficit.

BBC News Brasil - Esse é o problema que o senhor enxerga no regime do MEI também?

Medeiros - O MEI tem dois problemas. O primeiro é que ele está destruindo a proteção trabalhista brasileira. Uma pessoa que trabalha [nesse regime] é um empregado contratado sem proteções trabalhistas. É ruim para quem trabalha. Fora que essas proteções são positivas para a própria dinâmica do mercado de trabalho. Até porque o valor do MEI é muito alto: tem gente ganhando o limite dele [R\$ 81 mil]. Segundo que ele não tem uma contribuição previdenciária adequada, e isso significa que os trabalhadores que são MEI vão ter se aposentar apenas com um salário mínimo. Isso também é muito ruim.

O resultado são dois trabalhadores idênticos no mercado: um pagando muito menos imposto e sem proteção, e um outro cheio de proteções trabalhistas, mas custando caro. Tem que nivelar. Não há nenhuma razão para que o MEI seja tolerado como ele é. Trata-se de uma forma legal de subemprego. Não é à toa que cresce assustadoramente.

BBC News Brasil - O argumento contrário a esse diz que, como as proteções são muito altas, o MEI dinamiza o mercado de trabalho.

Medeiros - Não conheço ninguém que tenha feito uma conta séria sobre isso. Uma coisa é justificar um pintor de parede, por exemplo, que virou MEI. Era um trabalhador que prestava serviço sem ter empresa aberta e, agora, tem. Mas o MEI virou uma relação trabalhista camuflada. Todo mundo que conheço concorda que as proteções trabalhistas são boas para garantir o funcionamento do mercado do trabalho. Agora, se custa caro ou não, é claro que tudo custa caro...

BBC News Brasil - E qual é o problema do Simples? Estão nele pequenas e médias empresas, por exemplo, que ganharam outra dimensão discursiva dentro do debate sobre a economia brasileira - como geradoras de trabalho e dinamizadoras das trocas cotidianas.

Medeiros - Em primeiro lugar, os valores do Simples Nacional são muito altos. Há empresas ganhando muito dinheiro [dentro do regime]. Segundo: tem gente abrindo duas, três, quatro empresas só para se manter dentro dos limites [de faturamento]. Tem empresa do setor da construção civil, por exemplo, abrindo uma empresa nova para cada edifício [construído] como forma de burlar a tributação. Temos uma fiscalização ruim sobre isso, sem contar a falta de clareza da legislação. Uma coisa é simplificar o mecanismo burocrático [de arrecadação dos **impostos**].

O que não existe é razão para se tributar menos um regime do que outro. O Simples é até mais fácil de se processar burocraticamente, mas [quem está nele] paga menos imposto. Isso é péssimo. O correto seria obrigar as pessoas donas dessas empresas a pagar para si mesmas um salário correspondente à da função no mercado, como acontece em muitos países. Caberia, então, à **Receita Federal** fiscalizar e multar quem não estivesse cumprindo essa regra. O Simples virou uma forma legal de burlar tributação.

BBC News Brasil - Quais seriam os ajustes necessários em ambos os regimes?

Medeiros - O ajuste seria baixar tremendamente os valores autorizáveis [de faturamento]. O MEI deveria se limitar a um salário mínimo por mês, e o Simples se limitar a um pouco mais do que isso. Ou, então, acabar com eles.

BBC News Brasil - Por quê?

Medeiros - Não tem motivo [de existirem]. No passado, fazia sentido simplificar a contabilidade, mas hoje todas as empresas do Simples mantêm a contabilidade regular necessária para estarem em outro regime tributário, enquanto processos eletrônicos

atuais tornaram a manutenção dessa contabilidade mais barata. Logo, não há razão, do ponto de vista de simplificação burocrática, para ele existir mais.

O ponto é que ninguém entra no Simples porque ele é mais fácil. As empresas entram nele porque ele é mais barato do ponto de vista tributário. Elas estão entrando nele para não pagar **impostos**. E a questão não é nem essa, mas, novamente, o fato de o pesar dos subsídios estar indo para os mais ricos. Eles estão na tributação sobre insumos, basicamente utilizado pelo agro, ou sobre transportes, que o agro também usa para exportar. O Brasil subsidia o petróleo do agronegócio, mas não a gasolina do produtor de banana.

BBC News Brasil - São benefícios oriundos de políticas de industrialização.

Medeiros - Políticas baseadas em reduções tributárias geralmente são ineficientes. Se o objetivo for fazer política industrial, funciona melhor gastando em infraestrutura, em transferência direta, em compra direta, e não em subsídio tributário. É uma política antiga, que todo mundo já viu que não funciona, porque [o excedente] é altamente apropriado. Vira lucro em vez de investimento.

BBC News Brasil - Voltando ao pacote de gastos, o quanto aumentar **impostos** daqueles que ganham acima de R\$ 50 mil é efetivo, considerando que, como o senhor já escreveu, o grosso da renda dos mais ricos no Brasil não vem do trabalho, mas do patrimônio?

Medeiros - Uma boa medida para resolver esse problema da tributação dos mais ricos seria fazer uma integração tributária. Funcionaria assim: o que se paga como Pessoa Jurídica (PJ) é descontado do Imposto de Renda da Pessoa Física (PF). E o contrário também: o que não for pago como Pessoa Jurídica vai para o IR. Na verdade, é como se não existisse Pessoa Jurídica, mas só Pessoa Física.

Tudo fica tributado do mesmo jeito. Nos Estados Unidos é assim. Não diferenciar renda é, inclusive, a recomendação internacional. Renda é renda e deve ser tributada da mesma forma sempre.

BBC News Brasil - O corte de gastos também estipulou um teto ao reajuste anual do salário mínimo. Qual é a sua opinião do senhor sobre isso?

Medeiros - Existe muito erro nesses cálculos sobre o impacto do salário mínimo nas contas públicas. Primeiro que o único impacto ao governo está na Previdência, porque quem paga boa parte dos efeitos do salário mínimo é o setor privado. Segundo que uma

parte grande do salário mínimo vira imposto automaticamente, porque ao pagá-lo, o governo recolhe automaticamente a Previdência.

A conta que está sendo subestimada é essa: um quinto do salário mínimo vira previdência. Além disso, cerca de 15 a 17% dele vira arrecadação tributária por meio do consumo, porque as pessoas compram coisas com esse dinheiro e pagam **impostos** sobre elas. Ao final, portanto, quase metade do salário mínimo vira imposto antes do final do mês em que ele foi pago.

Tudo isso não são erros triviais de cálculo: eles são deliberados para não reajustar o salário mínimo. Mas o que a gente não pode esquecer é que, do Plano Real [1994] para cá, o principal mecanismo de redução de pobreza no Brasil tem sido o salário mínimo - e não o Bolsa Família ou qualquer outro programa de assistência. A queda da pobreza pós-Plano Real foi, em pelo menos metade dela da sua dimensão, derivada do aumento do salário mínimo e, de lá para cá, vem sendo assim. Isso é algo fundamental de se entender nesse debate.

BBC News Brasil - A limitação do reajuste, portanto, vai impactar na desigualdade.

Medeiros - Se vamos limitar os aumentos do salário mínimo - o que não está fora da mesa de discussão -, temos que fazer isso sabendo que se trata de uma decisão que significa parar de reduzir pobreza e desigualdade. Se está escolhendo fazer esse ajuste pelo lado dos mais pobres, o que é imoral, e não fazê-lo pelo lado dos mais ricos, mexendo nas vantagens tributárias, o que, obviamente, é moralmente aceitável.

Agora, por que isso está sendo feito assim? Por uma série de razões, mas parte delas é porque o Congresso atua como trava para fazer o reajuste no lado dos mais ricos. Ao fazer isso, ele atua como sindicato dos ricos. Isso é péssimo para a economia do país.

BBC News Brasil - O salário mínimo tem peso maior na conjuntura brasileira, considerando que ele também nivela os salários de quem está na informalidade?

Medeiros - Sim, porque afeta muita gente. No caso dos informais, ele serve como referência. Mas não só: afeta também quem presta serviços para os mais pobres, porque quando o salário mínimo aumenta, cresce também o consumo desses serviços: quem planta comida para vender ao pobre, quem pinta a parede do pobre, etc.

BBC News Brasil - Mas de que pobres estamos falando, já que há toda uma categoria de não pobres na literatura sociológica para se referir à população

que é vulnerável, no sentido de estar a uma demissão da pobreza, por exemplo?

Medeiros - A grande massa da população brasileira ganha um salário mínimo por mês. Não pobres são pessoas muito parecidas aos pobres, porque ganham algo em torno disso também. A massa dos benefícios previdenciários, da mesma forma, é composta por um salário mínimo. Ou seja, o grosso da população é afetado por esses reajustes. É por isso que, politicamente, trata-se de um grande erro restringir aumentos do salário mínimo ao invés de se pagar o preço político de fazer o ajuste entre os mais ricos.

BBC News Brasil - Há um argumento comum de que, se um país cresce e o governo possui mecanismos de distribuição justa da renda, a desigualdade cai ou se estabiliza. Mas, em 2024, o Índice de Gini do Brasil foi bastante irregular: subiu do primeiro trimestre para o segundo e, então, caiu no terceiro. Isso tudo em uma economia que está indo bem...

Medeiros - [Interrompe] ... Dizer que a economia está indo bem faz pouco sentido. O **PIB**, em uma economia de propriedade privada, não é apropriado pelo país. Alguém se apropria disso. A economia pode estar indo muito bem para os ricos e muito mal para os pobres ou vice-versa. São duas coisas completamente diferentes e que podem coexistir dentro da mesma taxa de crescimento. A pergunta a se fazer é: quem está ganhando? Quem está preocupado com desigualdade não olha para a taxa total do crescimento, mas para a distribuição desse crescimento.

BBC News Brasil - A explicação para esse fenômeno do Gini é que a economia dos mais pobres não está crescendo?

Medeiros - O grande determinante do desempenho do mercado de trabalho dos mais pobres é justamente o salário mínimo. Não é o único, obviamente, mas ele é muito importante. A economia brasileira pode crescer, por exemplo, caso o câmbio alto torne a venda da nossa soja mais favorável, mas isso teria pouco efeito distributivo, porque soja não gera emprego, mobiliza pouca gente, etc.

A mesma coisa com petróleo: supondo que ele suba de valor no mercado internacional e faça nosso **PIB** crescer, porque o vendemos. Pouca gente seria beneficiada, especialmente porque o petróleo não é tributado como deveria. Seria benéfico se ele estivesse pagando **impostos** sem subsídios, mas como a gente faz essas renúncias, a alta no preço dele, ainda que faça o **PIB** crescer, não se transforma em estabilidade econômica.

BBC News Brasil - Outra análise sua é que a riqueza dos 0,5% no topo da pirâmide social é muito distante da do resto do país. Essa distância impede qualquer efeito, de qualquer mecanismo, sobre a desigualdade?

Medeiros - Não. Precisaríamos apenas explorar mecanismos técnicos e econômicos que permitiriam fazer isso. O que impede são barreiras de natureza política, porque esses grupos não aceitariam. Eles usariam todos os mecanismos disponíveis para evitar que isso fosse mudado. É assim na própria história humana, não só no Brasil. Essas pessoas tentam derrubar governos, subornar parlamentos, várias coisas. E é claro que elas tomariam medidas radicais para garantir suas vantagens.

Desde que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou o pacote de corte de gastos públicos planejado pelo governo, na última quarta-feira de novembro, o país vive as consequências das reações à proposta.

O dólar ultrapassou a casa dos R\$ 6 pela primeira vez na história no dia seguinte ao anúncio e lá ficou como expressão da insatisfação do mercado - que diz que esperava por medidas mais rígidas de redução fiscal. Na segunda-feira (17), o dólar fechou em R\$ 6,09.

No Congresso, a bancada governista também torceu o nariz, mas por outra razão: deputados estavam preocupados com as implicações nos programas sociais, sobretudo no Benefício de Prestação Continuada (BPC), mas também no salário mínimo.

Ao final, o Planalto precisou negociar com seu próprio partido, o PT, por votações favoráveis aos projetos.

Um dos maiores especialistas em desigualdades do país, o sociólogo Marcelo Medeiros, evita fazer críticas diretas ao ministro e seu pacote, mas deixa claro que, para ele, as medidas são ruins - e por vários motivos.

É que é mais fácil cortar de quem é pobre do que de quem é rico. Também é mais imoral, resume.

À BBC News Brasil, Medeiros, que está pesquisando neste ano na Universidade Columbia, em Nova York, nos Estados Unidos, e ainda é ligado à Universidade de Brasília (UnB), argumenta que o ajuste fiscal deveria focar em tributação no topo da renda, e não na base.

Para ele, estendendo essa análise, a decisão de isentar do Imposto de Renda (IR) uma classe média que ganha até R\$ 5 mil por mês é uma gotinha no oceano perto do que deveria ser, para ele, realmente feito: revisar o grosso dos subsídios fiscais para diferentes setores produtivos.

Por causa desses subsídios, em 2022, o país renunciou a um montante de R\$ 581 bilhões - ou mais de 5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) - em **impostos**, segundo dados oficiais.

Mas esse ajuste fiscal, que ele considera o pacote que deveria ser feito, de fato, não avança no Brasil por causa do Congresso, que está atuando como um empecilho à economia do país ao se comportar como um sindicato dos ricos .

Porém, na leitura de Medeiros, o erro político - e moral - mais grave está em mexer no salário mínimo , que terá um teto de 2,5% de reajuste anual.

Do Plano Real para cá, o principal mecanismo de redução de pobreza no Brasil tem sido o salário mínimo, e não Bolsa Família ou qualquer outro programa de assistência , diz Medeiros.

Leia a seguir os principais trechos da entrevista.

BBC News Brasil - De que forma esse pacote de corte de gastos pode impactar os indicadores sobre a desigualdade?

Marcelo Medeiros - É pouco provável que qualquer ajuste desse tipo tenha impacto relevante sobre a desigualdade. Na verdade, foram os aumentos sistemáticos do salário mínimo no passado que fizeram com que ela caísse - e freá-los significa justamente frear as reduções da pobreza e da desigualdade. Por outro lado, a preocupação fiscal não pode ser ignorada.

Essa decisão [de cortar gastos] é difícil de se tomar. É que qualquer ajuste fiscal no Brasil tem que passar necessariamente por um aumento expressivo da arrecadação. Nessa circunstância, diminuir gastos ou é muito difícil ou é imoral. Cortar gastos de assistência ou fazer restrições desse tipo é imoral.

BBC News Brasil - Mas como aumentar a arrecadação em um cenário de pressão, justamente, por cortes?

Medeiros - O Brasil tem, na verdade, que resolver o volume monstruoso de subsídios fiscais, que hoje é da ordem de pelo menos R\$ 500 bilhões, distribuídos entre inúmeros setores, muitos deles sem razões claras para recebê-los, porque o retorno que oferecem ao desenvolvimento do país é baixo.

Não são justificáveis. Tudo isso fora alguns problemas de natureza tributária, para os quais era preciso um plano. Mas, ainda que muita gente queira discutir o papel do Executivo nisso, o grande obstáculo desse ajuste fiscal [que deveria ser feito] é o Congresso. Ele

está se tornando uma barreira para as finanças públicas do país e para a boa condução da economia. O Brasil precisa entender isso rapidamente.

BBC News Brasil - Por que o Congresso é um obstáculo?

Medeiros - Ele tem que assumir tanto sua responsabilidade fiscal quanto social, e não se comportar como um agente dos seus próprios interesses, financiando processos políticos interiores que se tornarão campanhas eleitorais no futuro. O Congresso é o grande problema do Brasil hoje ao não assumir esse papel e ficar aprovando extensões de subsídios.

Essa ênfase em aumentar arrecadação conflita com setores que insistiam por um pacote de cortes de gastos, principalmente aquele que todo mundo chama de mercado . Por que essa exigência tem sido tão intensa?

Não é possível cortar gastos, muitos gastos, de maneira simultaneamente rápida e responsável. Não dá. E, se a gente olhar para a estrutura do orçamento, tirando os subsídios tributários, todo o resto a gente não pode deixar de ter.

É criminoso tirar recursos do SUS [Sistema Único de Saúde] ou do sistema educacional , por exemplo. A principal demanda do orçamento é dada pelo sistema previdenciário, e há margem para novas reformas previdenciárias. Isso terá que ser feito. Não é trivial, mas vai depender do Congresso, que deixou janelas abertas na última reforma que fez [em 2019]. Ele precisará fazer escolhas de natureza distributiva. Mas a pergunta fundamental é: quem vai pagar pelo ajuste fiscal brasileiro?

BBC News Brasil - E quem terá que pagar, na opinião do senhor?

Medeiros - Por que fazer um ajuste fiscal? Porque está gastando mais do que se arrecada. A solução para isso é ou arrecadar mais ou gastar menos. Essa última opção é bastante complicada, mas a primeira - aumentar arrecadação - é difícil do ponto de vista político, embora seja viável a curto prazo.

O Brasil terá que enfrentar o fato de que terá que aumentar sua arrecadação. Não há alternativa. Não tem um cenário bem desenhado hoje que garanta equilíbrio fiscal fazendo cortes de forma irresponsável. O que temos são cortes que só vão fazer a máquina - e por máquina eu me refiro ao sistema educacional, à saúde, etc. - funcionar mal. Ninguém quer que isso aconteça. A solução, então, é aumentar a arrecadação.

BBC News Brasil - Como isso poderia ser feito em curto prazo?

Medeiros - Nosso sistema tributário é ruim em muitas dimensões. Um deles é justamente controlar essa máquina gigantesca de subsídios - problema de ordem tributária. O Brasil gasta muito mais dinheiro com ela do que com programas de assistência social, como o Bolsa Família , por exemplo.

Para enfrentar isso, será necessário passar pelo Congresso, que é parte interessada [nesse processo]. Eu entendo que essa é uma decisão politicamente delicada, mas o Congresso deve assumir sua responsabilidade. Se ele quer ter poder de governo, com mais comando sobre o orçamento público, então, precisa ter responsabilidade correspondente a esse aumento de poder.

BBC News Brasil - Se é o arcabouço tributário quem estrutura a desigualdade, qual é o papel, então, dos programas sociais nesse sistema?

Medeiros - Precisamos nomear corretamente as diferentes desigualdades. Desigualdade de renda é diferente de desigualdade de [acesso à] saúde, que é diferente, por sua vez, da desigualdade educacional. O sistema tributário afeta a desigualdade de renda por um lado e, por outro, gera mais recursos para o governo gastar com saúde e educação.

Programas de assistência social não são irrelevantes, mas têm impacto pequeno sobre a desigualdade. O dinheiro gasto com educação como um todo ou com saúde são determinantes nas desigualdades das suas duas respectivas áreas. A massa da população não vive adequadamente sem SUS e sem um sistema de ensino gratuito, sem o qual ela não chegaria ao ensino superior . E ela precisa chegar nele.

BBC News Brasil - Mas e a **Previdência Social** nisso?

Medeiros - Ela não é só um gasto como outro qualquer: é a combinação de uma poupança que as pessoas fazem ao longo do tempo com um seguro e com mecanismos de assistência social. Parte do que a Previdência está fazendo hoje equivale, do ponto de vista contábil, a uma poupança que vai sendo acumulada e paga.

Não estou dizendo que não existem subsídios previdenciários. A ingenuidade é achar que a Previdência é um gasto como qualquer outro. É claro que precisamos de reformas previdenciárias, porque o sistema não vai aguentar mesmo. Temos que ter idades mínimas mais altas. Tem grupos se aposentando com 55 anos! Eles podem fazer isso

desde que paguem mais. Assim como é óbvia a necessidade de um mecanismo de proteção dos idosos, como vários outros países têm e que, no caso do Brasil, funciona via BPC [Benefício de Prestação Continuada] .

BBC News Brasil - Que vai ser ajustado também agora.

Medeiros - Mas é claro. É mais fácil cortar de quem é pobre do que de quem é rico. Mas também é mais imoral.

BBC News Brasil - O ponto, então, não é a existência do corte, mas o objeto dele?

Medeiros - Claro. O Brasil tem que ter responsabilidade fiscal. A pergunta é quem paga por ela e quem deixa de pagar. O Congresso não está ajudando ao não fazer os ricos pagarem pelo desenvolvimento do país. Ele precisa deixar de ser um empecilho para a condução da política fiscal brasileira.

BBC News Brasil - Em meio a esse pacote, qual é o peso real dos gastos públicos sobre a desigualdade? O Índice de Gini do Brasil, por exemplo, caiu muito (para 0,481, segundo dados do Ipea) na metade de 2022, durante a pandemia, por causa do Auxílio Emergencial.

Medeiros - Não dá para medir muito bem, mas veja só: o Índice de Gini mede distribuição de renda. Quando o país corta gastos do sistema de saúde, por exemplo, isso não se mede pela desigualdade de renda, mas pela desigualdade na saúde. É por isso que essa palavra deve ser sempre conjugada no plural: desigualdades.

O Brasil tem muitas delas: na saúde, na educação e... na renda. Cada vez que há um corte de gastos, a área correspondente é a mais impactada. Tirar dinheiro da assistência impacta na pobreza, por exemplo. E é importante lembrar que o Estado não gera só efeitos diretos [com a maneira como maneja os recursos], mas também indiretos - que nós chamamos de efeitos de segunda ordem .

Quando ele cria um gasto no presente para melhorar a qualificação da mão de obra, no futuro se espera uma produtividade melhor, ou quando ele investe em algo para tornar a população mais saudável, a expectativa é que a despesa com saúde caia lá na frente. É uma equação complexa.

BBC News Brasil - E há alguma chance de o Congresso mudar sua atuação nesse sentido?

Medeiros - Politicamente, eu não sei dizer, porque não sou analista político, mas deveria ser, porque, sem colaboração dele, o Brasil continuará instável. Tem coisas que não estão sendo sequer propostas, porque todo mundo já sabe que serão barradas.

BBC News Brasil - O que, por exemplo?

Medeiros - A reforma do Imposto de Renda que acaba com regimes especiais de tributação.

BBC News Brasil - Haddad tem tido certo sucesso em negociar os pontos do pacote de cortes com o Congresso - especialmente no Senado. Um deles é justamente aumentar a faixa de isenção do Imposto de Renda para até R\$ 5 mil e tributar rendas maiores.

Medeiros - Mas não é isso que a gente realmente precisa. É algo muito pequeno diante do tamanho da **reforma tributária** que o Brasil tem que fazer, mudando brutalmente os regimes do Simples Nacional e do Lucro Presumido para que todos paguem **impostos** do mesmo jeito. Como está hoje, estamos criando condições para um grupo pagar muito menos do que o resto da população. Não pode. Está errado.

BBC News Brasil - A isenção, aliás, foi criticada por beneficiar mais uma certa classe média, do que quem está, de fato, em situação de pobreza. O recorte de renda (R\$ 5 mil) definido no pacote é socialmente efetivo?

Medeiros - Não tenho cálculos para te responder melhor, mas o que posso insistir é que a **reforma tributária** que o Brasil precisa não é para aliviar tributação na base, mas para melhorar a tributação no topo, onde ela é muito baixa. Temos vários mecanismos que sustentam essa estrutura. Falta, por exemplo, uma tributação sobre lucros e dividendos de Pessoa Física (PF), que hoje é ruim. É fundamental mexer nos regimes especiais.

O próprio MEI [Microempreendedor individual] é um problema que precisa ser resolvido logo, assim como a série de investimentos subsidiários, como a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), que não paga imposto algum, e o tributo sobre aplicações financeiras, que pagam a menor alíquota possível (15%) e ainda não entram como rendimento total [na declaração do IR]. Nosso Imposto de Renda está fazendo tudo o que pode para não ser progressivo, para não cobrar dos mais ricos. Esse desenho é muito ruim.

BBC News Brasil - Quais as prioridades?

Medeiros - Resolver os regimes especiais e acabar com o Simples [Nacional], com o Lucro Presumido e com o MEI, além da tonelada de subsídios. Há muito

subsídio para o agronegócio, por exemplo, e ele não precisa disso. É um setor estabelecido e nem é tão dinâmico assim. Tem também tudo quanto é subsídio para mão de obra, como a própria exoneração da folha de pagamentos, que passa ao largo do debate público porque a imprensa se beneficia dele. Isentar quem ganha até R\$ 5 mil por mês de declarar o Imposto de Renda é só uma gotinha no oceano desses benefícios todos.

BBC News Brasil - Por essa lógica, a decisão de mudar a estrutura do IR, então, é paliativa.

Medeiros - A isenção parece paliativa. O Brasil tem pouca progressividade. A alíquota superior brasileira, de 27,5%, é baixa. Temos que ter alíquotas mais altas, inclusive no topo, aumentando também a base tributária. Tem que tributar todos os rendimentos de capital como renda, não de forma separada. Não tem por que ser assim. Hoje, um advogado empresário paga infinitamente menos imposto do que um advogado empregado. Isso está errado. Sem contar que é ruim até para a Previdência, porque aumenta o déficit.

BBC News Brasil - Esse é o problema que o senhor enxerga no regime do MEI também?

Medeiros - O MEI tem dois problemas. O primeiro é que ele está destruindo a proteção trabalhista brasileira. Uma pessoa que trabalha [nesse regime] é um empregado contratado sem proteções trabalhistas. É ruim para quem trabalha. Fora que essas proteções são positivas para a própria dinâmica do mercado de trabalho. Até porque o valor do MEI é muito alto: tem gente ganhando o limite dele [R\$ 81 mil]. Segundo que ele não tem uma contribuição previdenciária adequada, e isso significa que os trabalhadores que são MEI vão ter se aposentar apenas com um salário mínimo. Isso também é muito ruim.

O resultado são dois trabalhadores idênticos no mercado: um pagando muito menos imposto e sem proteção, e um outro cheio de proteções trabalhistas, mas custando caro. Tem que nivelar. Não há nenhuma razão para que o MEI seja tolerado como ele é. Trata-se de uma forma legal de subemprego. Não é à toa que cresce assustadoramente.

BBC News Brasil - O argumento contrário a esse diz que, como as proteções são muito altas, o MEI dinamiza o mercado de trabalho.

Medeiros - Não conheço ninguém que tenha feito uma conta séria sobre isso. Uma coisa é justificar um pintor de parede, por exemplo, que virou MEI. Era um trabalhador que prestava serviço sem ter empresa aberta e, agora, tem. Mas o MEI virou uma relação

trabalhista camuflada. Todo mundo que conheço concorda que as proteções trabalhistas são boas para garantir o funcionamento do mercado do trabalho. Agora, se custa caro ou não, é claro que tudo custa caro...

BBC News Brasil - E qual é o problema do Simples? Estão nele pequenas e médias empresas, por exemplo, que ganharam outra dimensão discursiva dentro do debate sobre a economia brasileira - como geradoras de trabalho e dinamizadoras das trocas cotidianas.

Medeiros - Em primeiro lugar, os valores do Simples Nacional são muito altos. Há empresas ganhando muito dinheiro [dentro do regime]. Segundo: tem gente abrindo duas, três, quatro empresas só para se manter dentro dos limites [de faturamento]. Tem empresa do setor da construção civil, por exemplo, abrindo uma empresa nova para cada edifício [construído] como forma de burlar a tributação. Temos uma fiscalização ruim sobre isso, sem contar a falta de clareza da legislação. Uma coisa é simplificar o mecanismo burocrático [de arrecadação dos **impostos**].

O que não existe é razão para se tributar menos um regime do que outro. O Simples é até mais fácil de se processar burocraticamente, mas [quem está nele] paga menos imposto. Isso é péssimo. O correto seria obrigar as pessoas donas dessas empresas a pagar para si mesmas um salário correspondente à da função no mercado, como acontece em muitos países. Caberia, então, à **Receita Federal** fiscalizar e multar quem não estivesse cumprindo essa regra. O Simples virou uma forma legal de burlar tributação.

BBC News Brasil - Quais seriam os ajustes necessários em ambos os regimes?

Medeiros - O ajuste seria baixar tremendamente os valores autorizáveis [de faturamento]. O MEI deveria se limitar a um salário mínimo por mês, e o Simples se limitar a um pouco mais do que isso. Ou, então, acabar com eles.

BBC News Brasil - Por quê?

Medeiros - Não tem motivo [de existirem]. No passado, fazia sentido simplificar a contabilidade, mas hoje todas as empresas do Simples mantêm a contabilidade regular necessária para estarem em outro regime tributário, enquanto processos eletrônicos atuais tornaram a manutenção dessa contabilidade mais barata. Logo, não há razão, do ponto de vista de simplificação burocrática, para ele existir mais.

O ponto é que ninguém entra no Simples porque ele é mais fácil. As empresas entram nele porque ele é mais

barato do ponto de vista tributário. Elas estão entrando nele para não pagar **impostos**. E a questão não é nem essa, mas, novamente, o fato de o pesar dos subsídios estar indo para os mais ricos. Eles estão na tributação sobre insumos, basicamente utilizado pelo agro, ou sobre transportes, que o agro também usa para exportar. O Brasil subsidia o petróleo do agronegócio, mas não a gasolina do produtor de banana.

BBC News Brasil - São benefícios oriundos de políticas de industrialização.

Medeiros - Políticas baseadas em reduções tributárias geralmente são ineficientes. Se o objetivo for fazer política industrial, funciona melhor gastando em infraestrutura, em transferência direta, em compra direta, e não em subsídio tributário. É uma política antiga, que todo mundo já viu que não funciona, porque [o excedente] é altamente apropriado. Vira lucro em vez de investimento.

BBC News Brasil - Voltando ao pacote de gastos, o quanto aumentar **impostos** daqueles que ganham acima de R\$ 50 mil é efetivo, considerando que, como o senhor já escreveu, o grosso da renda dos mais ricos no Brasil não vem do trabalho, mas do patrimônio?

Medeiros - Uma boa medida para resolver esse problema da tributação dos mais ricos seria fazer uma integração tributária. Funcionaria assim: o que se paga como Pessoa Jurídica (PJ) é descontado do Imposto de Renda da Pessoa Física (PF). E o contrário também: o que não for pago como Pessoa Jurídica vai para o IR. Na verdade, é como se não existisse Pessoa Jurídica, mas só Pessoa Física.

Tudo fica tributado do mesmo jeito. Nos Estados Unidos é assim. Não diferenciar renda é, inclusive, a recomendação internacional. Renda é renda e deve ser tributada da mesma forma sempre.

BBC News Brasil - O corte de gastos também estipulou um teto ao reajuste anual do salário mínimo. Qual é a sua opinião do senhor sobre isso?

Medeiros - Existe muito erro nesses cálculos sobre o impacto do salário mínimo nas contas públicas. Primeiro que o único impacto ao governo está na Previdência, porque quem paga boa parte dos efeitos do salário mínimo é o setor privado. Segundo que uma parte grande do salário mínimo vira imposto automaticamente, porque ao pagá-lo, o governo recolhe automaticamente a Previdência.

A conta que está sendo subestimada é essa: um quinto do salário mínimo vira previdência. Além disso,

cerca de 15 a 17% dele vira arrecadação tributária por meio do consumo, porque as pessoas compram coisas com esse dinheiro e pagam **impostos** sobre elas. Ao final, portanto, quase metade do salário mínimo vira imposto antes do final do mês em que ele foi pago.

Tudo isso não são erros triviais de cálculo: eles são deliberados para não reajustar o salário mínimo. Mas o que a gente não pode esquecer é que, do Plano Real [1994] para cá, o principal mecanismo de redução de pobreza no Brasil tem sido o salário mínimo - e não o Bolsa Família ou qualquer outro programa de assistência. A queda da pobreza pós-Plano Real foi, em pelo menos metade dela da sua dimensão, derivada do aumento do salário mínimo e, de lá para cá, vem sendo assim. Isso é algo fundamental de se entender nesse debate.

BBC News Brasil - A limitação do reajuste, portanto, vai impactar na desigualdade.

Medeiros - Se vamos limitar os aumentos do salário mínimo - o que não está fora da mesa de discussão -, temos que fazer isso sabendo que se trata de uma decisão que significa parar de reduzir pobreza e desigualdade. Se está escolhendo fazer esse ajuste pelo lado dos mais pobres, o que é imoral, e não fazê-lo pelo lado dos mais ricos, mexendo nas vantagens tributárias, o que, obviamente, é moralmente aceitável.

Agora, por que isso está sendo feito assim? Por uma série de razões, mas parte delas é porque o Congresso atua como trava para fazer o reajuste no lado dos mais ricos. Ao fazer isso, ele atua como sindicato dos ricos. Isso é péssimo para a economia do país.

BBC News Brasil - O salário mínimo tem peso maior na conjuntura brasileira, considerando que ele também nivela os salários de quem está na informalidade?

Medeiros - Sim, porque afeta muita gente. No caso dos informais, ele serve como referência. Mas não só: afeta também quem presta serviços para os mais pobres, porque quando o salário mínimo aumenta, cresce também o consumo desses serviços: quem planta comida para vender ao pobre, quem pinta a parede do pobre, etc.

BBC News Brasil - Mas de que pobres estamos falando, já que há toda uma categoria de não pobres na literatura sociológica para se referir à população que é vulnerável, no sentido de estar a uma demissão da pobreza, por exemplo?

Medeiros - A grande massa da população brasileira ganha um salário mínimo por mês. Não pobres são pessoas muito parecidas aos pobres, porque ganham

algo em torno disso também. A massa dos benefícios previdenciários, da mesma forma, é composta por um salário mínimo. Ou seja, o grosso da população é afetado por esses reajustes. É por isso que, politicamente, trata-se de um grande erro restringir aumentos do salário mínimo ao invés de se pagar o preço político de fazer o ajuste entre os mais ricos.

BBC News Brasil - Há um argumento comum de que, se um país cresce e o governo possui mecanismos de distribuição justa da renda, a desigualdade cai ou se estabiliza. Mas, em 2024, o Índice de Gini do Brasil foi bastante irregular: subiu do primeiro trimestre para o segundo e, então, caiu no terceiro. Isso tudo em uma economia que está indo bem...

Medeiros - [Interrompe] ... Dizer que a economia está indo bem faz pouco sentido. O **PIB**, em uma economia de propriedade privada, não é apropriado pelo país. Alguém se apropria disso. A economia pode estar indo muito bem para os ricos e muito mal para os pobres ou vice-versa. São duas coisas completamente diferentes e que podem coexistir dentro da mesma taxa de crescimento. A pergunta a se fazer é: quem está ganhando? Quem está preocupado com desigualdade não olha para a taxa total do crescimento, mas para a distribuição desse crescimento.

BBC News Brasil - A explicação para esse fenômeno do Gini é que a economia dos mais pobres não está crescendo?

Medeiros - O grande determinante do desempenho do mercado de trabalho dos mais pobres é justamente o salário mínimo. Não é o único, obviamente, mas ele é muito importante. A economia brasileira pode crescer, por exemplo, caso o câmbio alto torne a venda da nossa soja mais favorável, mas isso teria pouco efeito distributivo, porque soja não gera emprego, mobiliza pouca gente, etc.

A mesma coisa com petróleo: supondo que ele suba de valor no mercado internacional e faça nosso **PIB** crescer, porque o vendemos. Pouca gente seria beneficiada, especialmente porque o petróleo não é tributado como deveria. Seria benéfico se ele estivesse pagando **impostos** sem subsídios, mas como a gente faz essas renúncias, a alta no preço dele, ainda que faça o **PIB** crescer, não se transforma em estabilidade econômica.

BBC News Brasil - Outra análise sua é que a riqueza dos 0,5% no topo da pirâmide social é muito distante da do resto do país. Essa distância impede qualquer efeito, de qualquer mecanismo, sobre a desigualdade?

Medeiros - Não. Precisaríamos apenas explorar

mecanismos técnicos e econômicos que permitiriam fazer isso. O que impede são barreiras de natureza política, porque esses grupos não aceitariam. Eles usariam todos os mecanismos disponíveis para evitar que isso fosse mudado. É assim na própria história humana, não só no Brasil. Essas pessoas tentam derrubar governos, subornar parlamentos, várias coisas. E é claro que elas tomariam medidas radicais para garantir suas vantagens.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2024/12/7014519-congresso-atua-como-sindicato-dos-ricos-e-trava-ajuste-fiscal-de-que-brasil-precisa-diz-especialista-em-desigualdade.html>

Reforma tributária: regulamentação vai à sanção presidencial

Israel Medeiros +

Com 314 votos favoráveis e 117 contrários, a Câmara aprovou, nesta terça-feira, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68 de 2024, que trata da regulamentação da **reforma tributária**. O texto iniciou a tramitação pela Casa, foi para o Senado - onde passou por mudanças - e voltou para a Câmara, onde algumas das alterações foram revertidas pelo relator do texto, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG). Falta, agora, a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O texto detalha as regras para a cobrança de três novos **tributos**: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a nova Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS) - taxa extra, batizada de imposto do pecado, destinada a itens considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. No Senado, os parlamentares haviam retirado as bebidas açucaradas dessa cobrança, mas os deputados a retomaram.

Reginaldo Lopes também rejeitou a mudança feita pelo Senado em tributação de medicamentos e a redução de 60% dos **tributos** para os serviços de saneamento. Nós alteramos o texto do Senado justamente para preservar a **reforma tributária** naquilo que é mais importante para o país: fazer o Brasil voltar a crescer, gerar empregos e oportunidades. (...) Nós estamos reduzindo a carga tributária para todos os setores da economia, mas em especial para o povo brasileiro, frisou.

O projeto define, ainda, a criação de um cashback - devolução de **tributos** para consumidores de baixa renda.

Na votação desta terça-feira, a oposição tentou retirar o texto da pauta, mas o requerimento foi derrotado por 289 votos a 118. O PL, sigla do ex-presidente Jair Bolsonaro, e o Novo foram os partidos que tentaram barrar a votação.

No sentido de simplificação dos **impostos**, o PL sempre foi favorável a uma **reforma tributária**. Mas essa reforma vai gerar o maior imposto do mundo. O PL é contra, disse o líder do partido, Altineu Côrtes (RJ). Já o presidente da Câmara afirmou, durante a discussão, que o Congresso chegou a um conteúdo

possível para a aprovação.

Não temos o texto ideal. Em nenhuma hipótese iremos atender a todas as demandas que o Brasil tem. Em algumas distorções que por acaso permaneçam, qualquer projeto de lei será muito bem-vindo a este plenário e ao Congresso Nacional, ressaltou ele, que deixará a presidência da Câmara em fevereiro de 2025.

O líder do governo na Casa, José Guimarães (PT-CE), ressaltou a importância da votação da regulamentação, que, na avaliação dele, beneficiará os mais pobres. Há dois anos que nós estamos discutindo esse tema, e há 40 anos estava dormindo nas gavetas aqui do Parlamento. E é uma reforma justa, porque ela garante benefícios, principalmente para os mais pobres. A cesta básica, a inclusão da carne na cesta básica, o cashback para as pessoas mais pobres. Portanto, dizer aqui que essa reforma não serve ao país é um total descompromisso com a economia popular, com a economia brasileira. Essa reforma é fundamental, sustentou.

Com 314 votos favoráveis e 117 contrários, a Câmara aprovou, nesta terça-feira, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68 de 2024, que trata da regulamentação da **reforma tributária**. O texto iniciou a tramitação pela Casa, foi para o Senado - onde passou por mudanças - e voltou para a Câmara, onde algumas das alterações foram revertidas pelo relator do texto, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG). Falta, agora, a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O texto detalha as regras para a cobrança de três novos **tributos**: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a nova Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS) - taxa extra, batizada de imposto do pecado, destinada a itens considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. No Senado, os parlamentares haviam retirado as bebidas açucaradas dessa cobrança, mas os deputados a retomaram.

Reginaldo Lopes também rejeitou a mudança feita pelo Senado em tributação de medicamentos e a redução de 60% dos **tributos** para os serviços de saneamento. Nós alteramos o texto do Senado justamente para preservar a **reforma tributária**

naquilo que é mais importante para o país: fazer o Brasil voltar a crescer, gerar empregos e oportunidades. (...) Nós estamos reduzindo a carga tributária para todos os setores da economia, mas em especial para o povo brasileiro , frisou.

O projeto define, ainda, a criação de um cashback - devolução de **tributos** para consumidores de baixa renda.

Na votação desta terça-feira, a oposição tentou retirar o texto da pauta, mas o requerimento foi derrotado por 289 votos a 118. O PL, sigla do ex-presidente Jair Bolsonaro, e o Novo foram os partidos que tentaram barrar a votação.

No sentido de simplificação dos **impostos**, o PL sempre foi favorável a uma **reforma tributária**. Mas essa reforma vai gerar o maior imposto do mundo. O PL é contra , disse o líder do partido, Altineu Côrtes (RJ). Já o presidente da Câmara afirmou, durante a discussão, que o Congresso chegou a um conteúdo possível para a aprovação.

Não temos o texto ideal. Em nenhuma hipótese iremos atender a todas as demandas que o Brasil tem. Em algumas distorções que por acaso permaneçam, qualquer projeto de lei será muito bem-vindo a este plenário e ao Congresso Nacional , ressaltou ele, que deixará a presidência da Câmara em fevereiro de 2025.

O líder do governo na Casa, José Guimarães (PT-CE), ressaltou a importância da votação da regulamentação, que, na avaliação dele, beneficiará os mais pobres. Há dois anos que nós estamos discutindo esse tema, e há 40 anos estava dormindo nas gavetas aqui do Parlamento. E é uma reforma justa, porque ela garante benefícios, principalmente para os mais pobres. A cesta básica, a inclusão da carne na cesta básica, o cashback para as pessoas mais pobres. Portanto, dizer aqui que essa reforma não serve ao país é um total descompromisso com a economia popular, com a economia brasileira. Essa reforma é fundamental , sustentou.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/12/70-14478-reforma-tributaria-regulamentacao-vai-a-sancao-presidencial.html>

PL da renegociação da dívida dos estados vai à sanção

Agência Estado +

O Senado aprovou, nesta terça-feira, o projeto de lei que cria um novo regime de negociação das dívidas dos estados com a União. A proposta, de iniciativa do presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já foi votada na Câmara e agora segue para a sanção do presidente da República. No Senado, a matéria foi relatada por Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) e chancelada, nesta terça-feira, por 72 votos - nenhum contrário.

O maior objetivo da proposta, negociada durante todo o ano entre a equipe econômica e o Senado, é permitir que estados endividados entrem no chamado Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), contando com redução do indexador das dívidas com a União (de 0% a 2%), com prazo de 30 anos para pagamento.

Hoje, os valores são corrigidos pela **inflação** mais uma taxa real de 4%. A medida beneficia principalmente São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que concentram juntos a maior parte do estoque da dívida dos entes federativos com a União. Os governadores do Rio e de Minas, Cláudio Castro (PL) e Romeu Zema (Novo), acompanharam a votação direto do plenário.

Como contrapartida para a redução do indexador da dívida, o governo propôs que sejam feitos investimentos em áreas tratadas como fundamentais, prioritariamente o ensino médio técnico. Durante a tramitação do texto no Congresso, o projeto também passou a prever o repasse à União de ativos estaduais, caso de ações de estatais, como forma de reduzir os juros e o montante da dívida. Os estados também terão de transferir um percentual do que seria pago como juros da dívida para um fundo de equalização a ser dividido entre todas as unidades da Federação, inclusive os menos endividados.

Alcolumbre manteve no texto, conforme aprovado pela Câmara, um prazo maior para adesão ao Propag. Enquanto o texto original previa 120 dias após a publicação da lei, o substitutivo amplia esse prazo até 31 de dezembro de 2025. "Isso objetiva assegurar aos estados um tempo mais dilatado para que eles possam propor o abatimento das dívidas por meio de ativos", argumentou.

O relator também manteve o cronograma gradual de pagamento das dívidas para estados que estão no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), como Rio, Minas e Rio Grande do Sul, que optarem por ingressar no novo programa. As parcelas começarão em 20% do valor das prestações devidas no primeiro ano, até atingir 100% no quinto ano.

Por outro lado, Alcolumbre recuperou o texto inicialmente aprovado pelo Senado que define as combinações de medidas tomadas pelos estados para reduzir o patamar de juros reais cobrados sobre a dívida. Os senadores fixaram três hipóteses em que esses juros serão de 0%, três em que serão de 1% e duas em que serão de 2% - envolvendo transferência de ativos, aporte no fundo de equalização e investimentos no próprio estado.

As três combinações para juros reais de 0% são: 1) redução extraordinária de 20% da dívida, aporte ao fundo de 1% e investimentos próprios de 1%; 2) redução extraordinária de 10% da dívida, aporte ao fundo de 1,5% e investimentos próprios de 1,5%; e 3) redução extraordinária de 0% da dívida, aporte ao fundo de 2% e investimentos próprios de 2%.

Já as três combinações para juros reais de 1% são: 1) redução extraordinária de 20% da dívida, aporte ao fundo de 1% e investimentos próprios de 0%; 2) redução extraordinária de 10% da dívida, aporte ao fundo de 1,5% e investimentos próprios de 0,5%; e 3) redução extraordinária de 0% da dívida, aporte ao fundo de 2% e investimentos próprios de 1%.

Por fim, as duas combinações para juros reais de 2% são: 1) redução extraordinária de 10% da dívida, aporte ao fundo de 1% e investimentos próprios de 0%; e 2) redução extraordinária de 0% da dívida, aporte ao fundo de 1,5% e investimentos próprios de 0,5%.

"As combinações propostas pelo Senado asseguram que a soma dos juros reais devidos à União com o aporte ao Fundo de Equalização Federativa, os investimentos próprios e os juros implícitos atrelados à redução extraordinária sempre deverá ser igual a 4%", escreveu o senador.

A redução extraordinária de 10% ou 20% da dívida

poderá ser efetuada pelos estados até o fim do próximo ano - que é também o prazo para adesão ao programa. Além do repasse em dinheiro, o abatimento poderá ser feito de outras maneiras.

Entre as opções, estão a transferência à União de participações societárias (o que deve ser aprovado em lei federal e estadual); de bens móveis ou imóveis; a cessão de créditos líquidos e certos do estado para o setor privado (desde que aceitos previamente pela União); a transferência de créditos do estado junto à União; a cessão de parte ou da integralidade do fluxo de recebíveis do estado junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), criado na **Reforma Tributária**; e a cessão dos recebíveis originados de créditos inscritos na Dívida Ativa da Fazenda Estadual, entre outros.

O Senado aprovou, nesta terça-feira, o projeto de lei que cria um novo regime de negociação das dívidas dos estados com a União. A proposta, de iniciativa do presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já foi votada na Câmara e agora segue para a sanção do presidente da República. No Senado, a matéria foi relatada por Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) e chancelada, nesta terça-feira, por 72 votos - nenhum contrário.

O maior objetivo da proposta, negociada durante todo o ano entre a equipe econômica e o Senado, é permitir que estados endividados entrem no chamado Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), contando com redução do indexador das dívidas com a União (de 0% a 2%), com prazo de 30 anos para pagamento.

Hoje, os valores são corrigidos pela **inflação** mais uma taxa real de 4%. A medida beneficia principalmente São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que concentram juntos a maior parte do estoque da dívida dos entes federativos com a União. Os governadores do Rio e de Minas, Cláudio Castro (PL) e Romeu Zema (Novo), acompanharam a votação direto do plenário.

Como contrapartida para a redução do indexador da dívida, o governo propôs que sejam feitos investimentos em áreas tratadas como fundamentais, prioritariamente o ensino médio técnico. Durante a tramitação do texto no Congresso, o projeto também passou a prever o repasse à União de ativos estaduais, caso de ações de estatais, como forma de reduzir os juros e o montante da dívida. Os estados também terão de transferir um percentual do que seria pago como juros da dívida para um fundo de equalização a ser dividido entre todas as unidades da Federação, inclusive os menos endividados.

Alcolumbre manteve no texto, conforme aprovado pela Câmara, um prazo maior para adesão ao Propag. Enquanto o texto original previa 120 dias após a publicação da lei, o substitutivo amplia esse prazo até 31 de dezembro de 2025. "Isso objetiva assegurar aos estados um tempo mais dilatado para que eles possam propor o abatimento das dívidas por meio de ativos", argumentou.

O relator também manteve o cronograma gradual de pagamento das dívidas para estados que estão no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), como Rio, Minas e Rio Grande do Sul, que optarem por ingressar no novo programa. As parcelas começarão em 20% do valor das prestações devidas no primeiro ano, até atingir 100% no quinto ano.

Por outro lado, Alcolumbre recuperou o texto inicialmente aprovado pelo Senado que define as combinações de medidas tomadas pelos estados para reduzir o patamar de juros reais cobrados sobre a dívida. Os senadores fixaram três hipóteses em que esses juros serão de 0%, três em que serão de 1% e duas em que serão de 2% - envolvendo transferência de ativos, aporte no fundo de equalização e investimentos no próprio estado.

As três combinações para juros reais de 0% são: 1) redução extraordinária de 20% da dívida, aporte ao fundo de 1% e investimentos próprios de 1%; 2) redução extraordinária de 10% da dívida, aporte ao fundo de 1,5% e investimentos próprios de 1,5%; e 3) redução extraordinária de 0% da dívida, aporte ao fundo de 2% e investimentos próprios de 2%.

Já as três combinações para juros reais de 1% são: 1) redução extraordinária de 20% da dívida, aporte ao fundo de 1% e investimentos próprios de 0%; 2) redução extraordinária de 10% da dívida, aporte ao fundo de 1,5% e investimentos próprios de 0,5%; e 3) redução extraordinária de 0% da dívida, aporte ao fundo de 2% e investimentos próprios de 1%.

Por fim, as duas combinações para juros reais de 2% são: 1) redução extraordinária de 10% da dívida, aporte ao fundo de 1% e investimentos próprios de 0%; e 2) redução extraordinária de 0% da dívida, aporte ao fundo de 1,5% e investimentos próprios de 0,5%.

"As combinações propostas pelo Senado asseguram que a soma dos juros reais devidos à União com o aporte ao Fundo de Equalização Federativa, os investimentos próprios e os juros implícitos atrelados à redução extraordinária sempre deverá ser igual a 4%", escreveu o senador.

A redução extraordinária de 10% ou 20% da dívida

poderá ser efetuada pelos estados até o fim do próximo ano - que é também o prazo para adesão ao programa. Além do repasse em dinheiro, o abatimento poderá ser feito de outras maneiras.

Entre as opções, estão a transferência à União de participações societárias (o que deve ser aprovado em lei federal e estadual); de bens móveis ou imóveis; a cessão de créditos líquidos e certos do estado para o setor privado (desde que aceitos previamente pela União); a transferência de créditos do estado junto à União; a cessão de parte ou da integralidade do fluxo de recebíveis do estado junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), criado na **Reforma Tributária**; e a cessão dos recebíveis originados de créditos inscritos na Dívida Ativa da Fazenda Estadual, entre outros.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/12/7014481-pl-da-renegociacao-da-divida-dos-estados-vai-a-sancao.html>

Dólar bate em R\$ 6,20, mas recua e fecha nos R\$ 6,09

Fabio Grecchi +

Não bastassem as desconfianças do mercado financeiro em relação ao governo federal e o Congresso sobre o pacote de corte de gastos e a **reforma tributária**, um perfil mentiroso no X (antigo Twitter) ajudou a aumentar a histeria em relação ao dólar. Resultado: a moeda norte-americana alcançou exorbitantes R\$ 6,20 pela primeira vez na história. Mas, com o decorrer da tarde, foi arrefecendo até fechar em R\$ 6,096.

Dois fatores levaram à queda, que, mesmo assim, é uma alta de 0,02% em relação ao valor de encerramento do mercado na segunda-feira: 1) o Banco Central (BC) voltou a atuar com dois leilões extraordinários, com venda da moeda no mercado à vista - o primeiro, de US\$ 1,2 bilhão, e o segundo, de US\$ 2,015 bilhões; e 2) o anúncio do presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), de que parte do pacote de corte de gastos seria votado.

Não estou garantindo a aprovação ou rejeição, mas vamos votar, sentenciou Lira. Em seguida, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), disse que as medidas também serão apreciadas no Senado nas próximas horas. Depois disso, as coisas foram se acalmando.

Mas, na parte da manhã, a histeria tomou conta do mercado. Isso porque um perfil falso no X chamado insidercapital - que foi deletado - atribuiu várias mentiras ao futuro presidente do BC, Gabriel Galípolo. Uma delas era sobre uma nova moeda do Brics, que, supostamente, protegeria o mercado da pressão do dólar.

Além disso, divulgava que Galípolo considerava a alta da moeda norte-americana artificial e que, por isso, não via o cenário com preocupação. Atribuía ao futuro presidente do BC a meta fazer o dólar retornar aos R\$ 5,00 em 2025.

Para manter a moeda pressionada, operadores apontam uma demanda típica de fim de ano para remessas de lucros e dividendos ao exterior. Há relatos de que empresas e fundos teriam adiado compra de dólares à espera de que a taxa de câmbio baixasse. Como isso não se materializou, correram para fechar operações nesta semana, a última com

liquidez razoável ainda em 2024.

Há muita demanda de moeda nesta última semana útil do mês e o cenário externo segue adverso, com dólar forte, diferentemente do que vimos em dezembro do ano passado, afirma a economista-chefe e CEO da Buysidebrazil, Andrea Damico, acrescentando que ainda falta o governo recuperar a confiança na política fiscal.

O BC fez leilão maior à tarde, suprimindo a demanda por divisas, o que ajudou a acalmar um pouco o dólar. E depois vieram as notícias sobre a possibilidade de aprovação do pacote fiscal neste ano, o que diminuiu o clima de incerteza, afirma o chefe da mesa de operações do C6 Bank, Felipe Garcia, para quem o BC deve ter identificado uma disfuncionalidade do mercado, com uma demanda pontual muito forte por divisas.

O BC já deixou bem claro que não olha o nível da taxa de câmbio. Foi mais uma atuação para dar liquidez ao mercado, acrescentou.

O BC injetou US\$ 12,760 bilhões no mercado cambial em dezembro, com leilões de linha baseados no compromisso de recompra e venda de moeda à vista. Trata-se da maior intervenção da autoridade monetária para um único mês desde março de 2020, marcado pela chegada da pandemia de covid-19 ao Brasil. (Com Agência Estado)

Não bastassem as desconfianças do mercado financeiro em relação ao governo federal e o Congresso sobre o pacote de corte de gastos e a **reforma tributária**, um perfil mentiroso no X (antigo Twitter) ajudou a aumentar a histeria em relação ao dólar. Resultado: a moeda norte-americana alcançou exorbitantes R\$ 6,20 pela primeira vez na história. Mas, com o decorrer da tarde, foi arrefecendo até fechar em R\$ 6,096.

Dois fatores levaram à queda, que, mesmo assim, é uma alta de 0,02% em relação ao valor de encerramento do mercado na segunda-feira: 1) o Banco Central (BC) voltou a atuar com dois leilões extraordinários, com venda da moeda no mercado à vista - o primeiro, de US\$ 1,2 bilhão, e o segundo, de US\$ 2,015 bilhões; e 2) o anúncio do presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), de que parte

do pacote de corte de gastos seria votado.

Não estou garantindo a aprovação ou rejeição, mas vamos votar, sentenciou Lira. Em seguida, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), disse que as medidas também serão apreciadas no Senado nas próximas horas. Depois disso, as coisas foram se acalmando.

Mas, na parte da manhã, a histeria tomou conta do mercado. Isso porque um perfil falso no X chamado insidercapital - que foi deletado - atribuiu várias mentiras ao futuro presidente do BC, Gabriel Galípolo. Uma delas era sobre uma nova moeda do Brics, que, supostamente, protegeria o mercado da pressão do dólar.

Além disso, divulgava que Galípolo considerava a alta da moeda norte-americana artificial e que, por isso, não via o cenário com preocupação. Atribuía ao futuro presidente do BC a meta fazer o dólar retornar aos R\$ 5,00 em 2025.

Para manter a moeda pressionada, operadores apontam uma demanda típica de fim de ano para remessas de lucros e dividendos ao exterior. Há relatos de que empresas e fundos teriam adiado compra de dólares à espera de que a taxa de câmbio baixasse. Como isso não se materializou, correram para fechar operações nesta semana, a última com liquidez razoável ainda em 2024.

Há muita demanda de moeda nesta última semana útil do mês e o cenário externo segue adverso, com dólar forte, diferentemente do que vimos em dezembro do ano passado, afirma a economista-chefe e CEO da Buysidebrazil, Andrea Damico, acrescentando que ainda falta o governo recuperar a confiança na política fiscal.

O BC fez leilão maior à tarde, suprimindo a demanda por divisas, o que ajudou a acalmar um pouco o dólar. E depois vieram as notícias sobre a possibilidade de aprovação do pacote fiscal neste ano, o que diminuiu o clima de incerteza, afirma o chefe da mesa de operações do C6 Bank, Felipe Garcia, para quem o BC deve ter identificado uma disfuncionalidade do mercado, com uma demanda pontual muito forte por divisas.

O BC já deixou bem claro que não olha o nível da taxa de câmbio. Foi mais uma atuação para dar liquidez ao mercado, acrescentou.

O BC injetou US\$ 12,760 bilhões no mercado cambial em dezembro, com leilões de linha baseados no compromisso de recompra e venda de moeda à vista. Trata-se da maior intervenção da autoridade monetária

para um único do mês desde março de 2020, marcado pela chegada da pandemia de covid-19 ao Brasil. (Com Agência Estado)

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/12/7014455-dolar-bate-em-rs-620-mas-recua-e-fecha-nos-rs-609.html>

Análise: aprovação da reforma tributária reduz incertezas

Luiz Carlos Azedo +

Num dia em que o dólar disparou mais uma vez, chegando a R\$ 6,20, o que obrigou o Banco Central (BC) a fazer duas intervenções no mercado de câmbio, a Câmara dos Deputados conclui a aprovação da **reforma tributária** e, assim, acalmou o mercado. Nesta terça-feira, foram US\$ 3,29 bilhões vendidos em duas operações para frear a cotação da moeda norte-americana e desacelerar a desvalorização do real. Mesmo assim, o dólar fechou em alta de 0,02%, cotado a R\$ 6,0956.

Entretanto, a notícia boa foi que a Câmara concluiu a votação da **reforma tributária**, aprovada por 324 votos a favor contra 123. Essa decisão reduz as incertezas econômicas, que pareciam uma tempestade perfeita, porque o Senado havia aumentado a carga tributária com novas isenções, e permanece o impasse na votação do pacote fiscal do governo, que ainda corre risco de desidratação.

Em dezembro, sempre há uma alta sazonal do dólar, por causa da remessa de lucros das empresas estrangeiras para o exterior, porém essa tendência foi anabolizada pelo comportamento do governo e do Congresso. A **inflação** acima da meta, o déficit além do previsto no arcabouço fiscal e o impasse para aprovação do pacote de cortes de gastos e da **reforma tributária** impactaram fortemente o mercado. O resto ficou por conta da especulação financeira mesmo.

O projeto aprovado nesta terça-feira define as regras para a cobrança dos três **impostos** sobre o consumo criados pela **reforma tributária**: IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e Imposto Seletivo. A CBS federal passará a ser cobrada em 2027 e o IBS, com a receita partilhada entre estados, DF e municípios, será cobrado de forma gradual a partir de 2029. Junto com o Imposto Seletivo - apelidado de imposto do pecado por ser direcionado a produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente -, a CBS e o IBS substituem cinco **impostos**: ICMS, ISS, PIS, Cofins e IPI.

Como os deputados retiraram as mudanças feitas pelo Senado, entre as quais a exclusão de refrigerantes do imposto do pecado e o desconto para serviços de saneamento, por exemplo, foi restabelecida a trava

para impedir que a alíquota-geral do IBS e da CBS fique acima de 26,5%. Com as isenções do Senado, chegava a 28%. Em 2031, quando o governo federal e o Comitê Gestor do IBS (estados e municípios) avaliarem a transição do novo sistema tributário, essa trava será acionada.

A arrecadação do período de transição (2026 a 2030) servirá de base para a alíquota-padrão que será cobrada a partir de 2033, quando todo o sistema estará implementado. Se essa alíquota superar 26,5%, o governo federal deverá enviar um projeto ao Congresso para adequar a tributação a esse patamar.

A aprovação da **reforma tributária**, ao melhorar o ambiente institucional da economia e, conseqüentemente, a segurança jurídica, ajudou a conter a alta do dólar, mas é preciso também melhorar as expectativas do mercado com a aprovação dos cortes de gastos enviado pelo governo federal ao Congresso Nacional. Trata-se de uma economia prevista de R\$ 70 bilhões nos próximos dois anos, e um total de R\$ 375 bilhões até 2030.

Mesmo assim, o governo está sendo muito criticado, porque o pacote é considerado aquém das necessidades fiscais. Entretanto, com o impasse no pagamento das emendas parlamentares, o mercado mudou o foco das críticas do Executivo para o Congresso. Ruim com o pacote, pior sem ele, esse é o raciocínio. Conforme o arcabouço fiscal, o governo tem uma meta de zerar o déficit público pelos próximos dois anos - ou seja, gastar o que arrecadar em 2024 e 2025. Como não mexeu em gastos estruturais, as incertezas continuam.

Previdência, benefícios reajustados pelo salário mínimo e os pisos de investimento em saúde e educação são assuntos que somente serão tratados no próximo ano. Por isso, muitos investidores ainda não acreditam que as medidas propostas sejam suficientes para conter o avanço da dívida pública no longo prazo. Resultado: o dólar sobe, impacta a **inflação** (combustível, alimentos, remédios etc.), o Banco Central (BC) eleva taxa de juros e o dólar dispara. Essa ciranda, para ser interrompida, precisa que o Congresso também faça a sua parte.

Nesta terça-feira, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que liderou a barganha com o governo para

pagamento das emendas parlamentares de comissão (cujos autores não são revelados), sinalizou que pretende votar as medidas ainda nesta semana: Não estou garantindo a aprovação nem rejeição. Nós vamos votar, estamos discutindo, conversando, dialogando, encontrando textos para votar, mas o calendário de votação é esse, disse.

São duas conversas, uma é a discussão técnica sobre a eficácia das medidas propostas; a outra, a negociação de bastidor para liberação das emendas, que não respeitam plenamente as novas regras de transparência e rastreabilidade estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Num dia em que o dólar disparou mais uma vez, chegando a R\$ 6,20, o que obrigou o Banco Central (BC) a fazer duas intervenções no mercado de câmbio, a Câmara dos Deputados concluiu a aprovação da **reforma tributária** e, assim, acalmou o mercado. Nesta terça-feira, foram US\$ 3,29 bilhões vendidos em duas operações para frear a cotação da moeda norte-americana e desacelerar a desvalorização do real. Mesmo assim, o dólar fechou em alta de 0,02%, cotado a R\$ 6,0956.

Entretanto, a notícia boa foi que a Câmara concluiu a votação da **reforma tributária**, aprovada por 324 votos a favor contra 123. Essa decisão reduz as incertezas econômicas, que pareciam uma tempestade perfeita, porque o Senado havia aumentado a carga tributária com novas isenções, e permanece o impasse na votação do pacote fiscal do governo, que ainda corre risco de desidratação.

Em dezembro, sempre há uma alta sazonal do dólar, por causa da remessa de lucros das empresas estrangeiras para o exterior, porém essa tendência foi anabolizada pelo comportamento do governo e do Congresso. A **inflação** acima da meta, o deficit além do previsto no arcabouço fiscal e o impasse para aprovação do pacote de cortes de gastos e da **reforma tributária** impactaram fortemente o mercado. O resto ficou por conta da especulação financeira mesmo.

O projeto aprovado nesta terça-feira define as regras para a cobrança dos três **impostos** sobre o consumo criados pela **reforma tributária**: IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e Imposto Seletivo. A CBS federal passará a ser cobrada em 2027 e o IBS, com a receita partilhada entre estados, DF e municípios, será cobrado de forma gradual a partir de 2029. Junto com o Imposto Seletivo - apelidado de imposto do pecado por ser direcionado a produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente -, a CBS e o IBS substituem cinco **impostos**: ICMS, ISS, PIS, Cofins e IPI.

Como os deputados retiraram as mudanças feitas pelo Senado, entre as quais a exclusão de refrigerantes do imposto do pecado e o desconto para serviços de saneamento, por exemplo, foi restabelecida a trava para impedir que a alíquota-geral do IBS e da CBS fique acima de 26,5%. Com as isenções do Senado, chegava a 28%. Em 2031, quando o governo federal e o Comitê Gestor do IBS (estados e municípios) avaliarem a transição do novo sistema tributário, essa trava será acionada.

A arrecadação do período de transição (2026 a 2030) servirá de base para a alíquota-padrão que será cobrada a partir de 2033, quando todo o sistema estará implementado. Se essa alíquota superar 26,5%, o governo federal deverá enviar um projeto ao Congresso para adequar a tributação a esse patamar.

A aprovação da **reforma tributária**, ao melhorar o ambiente institucional da economia e, conseqüentemente, a segurança jurídica, ajudou a conter a alta do dólar, mas é preciso também melhorar as expectativas do mercado com a aprovação dos cortes de gastos enviado pelo governo federal ao Congresso Nacional. Trata-se de uma economia prevista de R\$ 70 bilhões nos próximos dois anos, e um total de R\$ 375 bilhões até 2030.

Mesmo assim, o governo está sendo muito criticado, porque o pacote é considerado aquém das necessidades fiscais. Entretanto, com o impasse no pagamento das emendas parlamentares, o mercado mudou o foco das críticas do Executivo para o Congresso. Ruim com o pacote, pior sem ele, esse é o raciocínio. Conforme o arcabouço fiscal, o governo tem uma meta de zerar o deficit público pelos próximos dois anos - ou seja, gastar o que arrecadar em 2024 e 2025. Como não mexeu em gastos estruturais, as incertezas continuam.

Previdência, benefícios reajustados pelo salário mínimo e os pisos de investimento em saúde e educação são assuntos que somente serão tratados no próximo ano. Por isso, muitos investidores ainda não acreditam que as medidas propostas sejam suficientes para conter o avanço da dívida pública no longo prazo. Resultado: o dólar sobe, impacta a **inflação** (combustível, alimentos, remédios etc.), o Banco Central (BC) eleva taxa de juros e o dólar dispara. Essa ciranda, para ser interrompida, precisa que o Congresso também faça a sua parte.

Nesta terça-feira, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que liderou a barganha com o governo para pagamento das emendas parlamentares de comissão (cujos autores não são revelados), sinalizou que pretende votar as medidas ainda nesta semana: Não

estou garantindo a aprovação nem rejeição. Nós vamos votar, estamos discutindo, conversando, dialogando, encontrando textos para votar, mas o calendário de votação é esse , disse.

São duas conversas, uma é a discussão técnica sobre a eficácia das medidas propostas; a outra, a negociação de bastidor para liberação das emendas, que não respeitam plenamente as novas regras de transparência e rastreabilidade estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/12/7014480-analise-aprovacao-da-reforma-tributaria-reduz-incertezas.html>

Governo terá que anunciar novas medidas para reverter crise de confiança no mercado, avaliam interlocutores de Haddad

Interlocutores do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avaliam que o governo Luiz Inácio Lula da Silva precisa dar uma sinalização mais forte na área fiscal, incluindo o anúncio de medidas adicionais, para reverter de vez o cenário negativo que reina no mercado neste fim de ano.

Para esses aliados, a aprovação do atual pacote fiscal vai ajudar a acalmar o mercado - mas não será suficiente para derrubar o dólar e eliminar rapidamente as pressões inflacionárias.

Nesta terça-feira (17), o mercado cambial estava no modo teste para cardíaco, segundo gestores de bancos.

O dólar não caiu nem mesmo com uma inédita intervenção do Banco Central, que fez duas operações de venda de dólar à vista, totalizando US\$ 3,287 bilhões.

A disparada do dólar: entenda o salto de R\$ 5,67 para o recorde de R\$ 6,09 em apenas um mês

No máximo, o que se conseguiu foi evitar uma disparada, já que o dólar chegou a ser cotado a R\$ 6,20. Ao fim, fechou a terça em R\$ 6,09 - uma leve alta de 0,04% em relação ao dia anterior.

Não fossem as duas intervenções, a primeira de US\$ 1,272 bi e a segunda de US\$ 2,015 bilhões, o dia teria sido pior.

O maior recuo ocorreu quando o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, anunciou a votação da regulamentação da **reforma tributária** e de pelo menos uma das medidas do pacote fiscal, prometendo colocar as outras duas em análise nesta quarta-feira (18).

Mesmo com prazo curto, governo acredita na aprovação do corte de gastos até sexta

Mercado perdeu referência

Na avaliação dos interlocutores da equipe econômica no sistema financeiro, o mercado perdeu referência de

preços e vai seguir tensionado, pressionando o Banco Central no aperto da política monetária.

Com isso, segundo eles, somente medidas adicionais na área fiscal vão conseguir reverter esse cenário. O problema, reconhecem, é que eles não enxergam disposição do presidente Lula para apoiar a equipe econômica nesta linha.

O risco é o dólar se estacionar no valor de R\$ 6 - o que não será uma boa notícia. O dólar alto vai manter as pressões inflacionárias neste final de ano e no início de 2025, gerando desaceleração da economia brasileira exatamente no terceiro mandato do presidente Lula.

Veja as vendas de dólar à vista dos últimos dias, depois da disparada do dólar:

US\$ 845 milhões na sexta-feira (13) US\$ 1,623 bilhão na segunda-feira (16) US\$ 1,272 bilhão nesta terça-feira pela manhã (17) US\$ 2,015 bilhões nesta terça-feira à tarde (17)

Site: <https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2024/12/18/governo-precisa-de-novas-medidas-fiscais-para-reverter-cenario-negativo-avaliam-auxiliares-de-haddad.ghtml>

A disparada do dólar: entenda o salto de R\$ 5,67 para o recorde de R\$ 6,09 em apenas um mês

Por André Catto, g1

O dólar disparou em relação ao real, mais uma vez. A moeda norte-americana saltou dos R\$ 5,67 registrados em 5 de novembro para a cotação recorde de R\$ 6,09 nesta terça-feira (17), uma alta de 7,40% no curto período de um mês.

Desde que atingiu o inédito patamar de R\$ 6 no fim de novembro, o dólar tem se mantido forte e sem sinais de alívio.

Nas máximas do pregão desta terça, a cotação passou dos R\$ 6,20, e só melhorou depois de dois leilões de venda de dólares pelo Banco Central e após o indicativo de que o pacote de corte de gastos ia começar a ser apreciado pelo Congresso Nacional. (saiba mais abaixo)

Em 2023, a moeda norte-americana recuou 8,06% no ano, um marco positivo do início da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que havia apresentado uma nova regra de contenção dos gastos públicos e a **reforma tributária**. O dólar em queda foi um **fundamental para o controle da inflação** e o início do ciclo de corte de juros.

Em 2024, o caminho se inverteu. O dólar acumula alta de 25,62% sobre o real, impulsionado pelos receios sobre a **inflação**, enquanto as expectativas têm piorado. Com isso, os juros do país inverteram a direção e estão em rota de aumento. E o arcabouço fiscal apresentado no ano anterior passou a ser questionado.

Não bastassem os desafios internos, entraram na conta fatores relacionados aos Estados Unidos, em que a vitória do republicano Donald Trump traz consigo uma agenda de mais barreiras comerciais ao comércio exterior e renúncias de arrecadação de **impostos**. As medidas têm potencial de piorar a **inflação** americana, de aumentar os juros por lá e dar mais força ao dólar.

Entenda melhor o cenário nos tópicos abaixo, em ordem cronológica:

A eleição de Donald Trump
A frustração com o pacote fiscal do governo
O tom do Banco Central do Brasil

A eleição de Donald Trump

Em 6 de novembro, logo após a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, os juros futuros americanos tiveram um aumento expressivo.

Essas taxas indicam a expectativa do mercado financeiro para os juros básicos do país, definidos pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano). São referência para o rendimento das Treasuries, os títulos públicos norte-americanos.

Esses ativos são considerados os produtos de investimento mais seguros do mundo. Quando estão em alta, portanto, atraem mais investidores estrangeiros. Em outra perspectiva: quanto maior a expectativa de juros altos no EUA, mais o dólar se fortalece em relação a moedas emergentes, como o real.

O pano de fundo desse cenário é justamente a agenda econômica de Trump, que prometeu um forte protecionismo para a indústria nacional, com elevação de tarifas para produtos importados.

A medida, acompanhada de uma guerra comercial declarada contra a China, tem potencial para elevar a **inflação** no país. O resultado é uma pressão sobre o banco central dos EUA, que tende a elevar as taxas de juros.

Já aliado à crescente preocupação com as contas públicas aqui no Brasil, a moeda norte-americana saltou de R\$ 5,67, em 5 de novembro, para R\$ 5,80, em 26 de novembro.

A frustração com o pacote fiscal do governo

Já sofrendo com um dólar mais forte, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou no dia 27 de novembro o novo pacote de corte de gastos do governo federal.

A proposta confirmou a expectativa de uma contenção

de gastos estimada em R\$ 70 bilhões para os próximos dois anos - e de R\$ 375 bilhões até 2030.

Mas houve muitas críticas ao anúncio de renúncia de receitas para isentar os trabalhadores com salário de até R\$ 5 mil do Imposto de Renda (IR), uma promessa de campanha do presidente Lula.

O governo precisa reduzir os gastos porque tem uma meta de zerar o déficit público pelos próximos dois anos - ou seja, gastar o mesmo tanto que arrecada em 2024 e 2025. São as regras definidas pelo arcabouço fiscal, o conjunto de normas para controle das contas públicas.

O arcabouço também estipula que o governo deve começar a arrecadar mais do que gasta a partir de 2026, para controlar o endividamento público. Mas os investidores já não acreditam que as medidas tomadas pelo governo até aqui tenham o potencial para conter o avanço da dívida no longo prazo.

A expectativa do mercado financeiro era de que o governo mexesse em gastos estruturais nesse pacote de corte de gastos - como a Previdência, benefícios reajustados pelo salário mínimo e os pisos de investimento em saúde e educação. Mas isso não aconteceu.

Além dos ruídos - que incluem as dúvidas sobre a efetividade do pacote fiscal para conter a crescente dívida bruta do país -, cresceram os receios em relação à própria aprovação das medidas, que precisam contar com o aval do Congresso Nacional.

O mercado teme que o governo não tenha apoio suficiente para aprovar os projetos ainda este ano. Não só isso: há receios de que, mesmo confirmadas, as medidas sejam desidratadas e não gerem a economia prevista.

Esse cenário de piora das expectativas, com projeções mais pessimistas sobre a elevação da dívida bruta do país, fez o dólar subir ainda mais nas últimas semanas.

Veja as principais variações:

Em 27 de novembro, antes mesmo do pronunciamento de Haddad em rede nacional, o dólar saltou 1,80%, para R\$ 5,91. No dia anterior, tinha fechado a R\$ 5,80. A alta, nesse caso, ocorreu após notícias de que o governo anunciaria isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil. Em 9 de dezembro, a moeda norte-americana subiu ao recorde de R\$ 6,08, com receios do mercado de que o pacote de corte de gastos poderia enfrentar maior resistência no Congresso Nacional. No dia anterior, tinha encerrado a R\$

6,07. Em 16 de dezembro, o dólar avançou a R\$ 6,09, um novo recorde, com investidores ainda insatisfeitos com a política fiscal do governo e receosos em relação ao pacote de corte de gastos. No dia anterior, havia fechado a R\$ 6,03.

Em termos simples, os receios do mercado financeiro em relação às contas públicas se refletem no dólar da seguinte forma:

Sem cortar gastos, o país tem uma perspectiva menor de controle da dívida pública; Um país mais endividado tem uma probabilidade maior de não cumprir com seus compromissos financeiros, e se torna mais arriscado; Um país mais arriscado só se torna atrativo se pagar juros mais altos pelos títulos; Com países mais seguros pagando juros mais altos no exterior, o Brasil fica menos atrativo; Se o Brasil está pouco atrativo, os investidores tiram dólares do país, enfraquecendo o real.

O tom do Banco Central

O Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu em 11 de dezembro elevar a taxa Selic de 11,25% ao ano para 12,25% ao ano. Com o aumento de 1 ponto percentual (p.p.) na taxa básica de juros, o Banco Central passou a adotar uma dose mais forte para combater a **inflação**.

Junto ao anúncio, o BC afirmou que fará dois novos aumentos de 1 ponto percentual na Selic: um na reunião de janeiro e outro, de março. Destacou ainda que enxerga um cenário econômico menos incerto e mais adverso, o que alimentou o mau humor dos investidores.

"Em função da materialização de riscos, o Comitê avalia que o cenário se mostra menos incerto e mais adverso do que na reunião anterior. Persiste, no entanto, uma assimetria altista no balanço de riscos para os cenários prospectivos para a **inflação**, informou o Copom, em **comunicado**.

O BC sempre apresenta um balanço de riscos, que são os fatores que tem levado em conta para suas decisões de juros. O reforço ao fato de que foram confirmadas as piores nas expectativas foi considerado uma das importantes novidades do último **comunicado**.

Na ocasião, a instituição também ressaltou que o país segue com mais riscos de alta que de baixa de juros, o que explica não só a aceleração do aumento das taxas, mas também a repetição de novos aumentos pela frente.

E o tom foi reforçado nesta terça. Em sua ata após a

decisão, o BC avaliou que a disparada do dólar - em conjunto com a percepção dos agentes econômicos sobre o anúncio do pacote fiscal - afetou, de forma relevante, os preços de ativos (como a moeda norte-americana e os juros futuros).

Disse ainda que o repasse de um dólar mais alto para os preços dos produtos e serviços é perigoso para a **inflação**. Desse modo, o Comitê deve acompanhar de forma mais detida como se dará a transmissão da taxa de câmbio e das condições financeiras para preços e atividade, avaliou o BC.

Desde o fim da semana passada, o BC voltou ser mais ativo para tentar conter o forte avanço do dólar, e passou a intervir na taxa de câmbio com a realização de leilões de venda de dólar.

Desde então, foram cerca de US\$ 12 bilhões injetados no mercado, entre os leilões de linha (em que o BC recompra esses dólares para mantê-los nas reservas internacionais) e à vista (em que a moeda é apenas vendida, e não retorna). Ainda assim, a moeda persistiu em alta.

Site: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/12/18/a-disparada-do-dolar-entenda-o-salto-em-apenas-um-mes.shtml>

Veja principais pontos do 1º projeto de regulamentação da Reforma Tributária aprovado na Câmara

Por Redação g1

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (17) o primeiro dos projetos que regulamentam a **Reforma Tributária** por 324 votos a favor e 123 contra. Com a retirada de parte das modificações do Senado, a Câmara calcula que a alíquota dos futuros **impostos** unificados sobre o consumo ficará em torno de 27% - perto do que o governo projeta.

Agora, o texto segue para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que ainda pode vetar trechos da proposta. Caso isso ocorra, deputados e senadores poderão derrubar os vetos se discordarem do presidente.

Confira abaixo os principais pontos do projeto:

A regulamentação estabelece trilhas para o funcionamento e as cobranças do novo sistema de tributação sobre produtos e serviços. O regime será totalmente implementado em 2033, depois de uma transição gradual iniciada em 2026.

No primeiro ano de implementação do sistema não haverá recolhimento dos novos **tributos**. Será uma etapa de experimentação na qual as notas fiscais indicarão uma alíquota-teste da CBS (estadual) e do IBS (municipal), mas sem cobranças. Ambos **impostos** serão unificados sobre o consumo.

O projeto define que carnes, frangos e peixes terão alíquota zero, dentro da cesta básica nacional. Os itens haviam sido incluídos pela Câmara em julho, em oposição a Lira e ao Planalto. O Ministério da Fazenda afirma que a isenção das proteínas foi responsável por elevar em 0,56% a estimativa da alíquota-padrão.

Segundo o texto, estarão isentos:

Uma outra categoria de alimentos terá direito a um corte de 60% nas cobranças do IBS e da CBS:

A proposta define uma lista de produtos e serviços que serão sobretaxados pelo Imposto Seletivo (IS). Apelidado de imposto do pecado, o IS será uma sobretaxa sobre bens e serviços considerados

prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

Na prática, os itens desta categoria terão uma tributação maior do que a alíquota-comum - estimada pela Fazenda em 27,97%.

Pela proposta, serão sobretaxados:

O Senado aprovou, e a Câmara manteve um trecho que impede a cobrança do Imposto Seletivo sobre exportações de minérios. Na prática, somente a extração e operações no mercado nacional estarão sujeitas à tributação. A medida era pleiteada por mineradoras.

O projeto de regulamentação estabelece, porém, exceções à cobrança do IS. Estão nesta lista:

Operações imobiliárias de pessoas físicas ou jurídicas serão tributadas com a CBS e o IBS. Pessoas físicas que, por ano, arrecadarem abaixo de R\$ 240 mil com o aluguel de imóveis não serão tributadas.

O projeto cria dois redutores - social e da alíquota de tributação - para ajustar e diminuir a carga tributária.

?? Redutor social: será aplicado nas operações de compras de imóveis e lotes residenciais; e no aluguel residencial. O mecanismo reduz a base de cálculo da tributação. O objetivo é beneficiar famílias com renda mais baixa e imóveis populares.

?? Por exemplo, se o redutor for de R\$ 400 e o aluguel de um apartamento R\$ 1 mil, o imposto incidirá somente sobre R\$ 600.

Pela proposta, o redutor social será de:

Os valores serão atualizados mensalmente, depois da eventual sanção da proposta, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerada a **inflação** oficial do Brasil.

?? Corte na alíquota: a proposta estabelece também que haverá cortes lineares nas alíquotas do IBS e da CBS aplicadas em transações imobiliárias.

Segundo o texto, a alíquota-comum será reduzida em:

A regulamentação da reforma cria a figura do nanoempreendedor, que será isento da cobrança dos novos **impostos** sobre consumo. A categoria vai abranger pessoas físicas que tenham receita bruta anual inferior a R\$ 40,5 mil (metade do limite de microempreendedores individuais).

Motoristas e entregadores de aplicativo poderão ser enquadrados como nanoempreendedores. Para eles, a proposta estabelece, porém, uma flexibilização.

A soma do valor arrecadado pelos trabalhadores de app levará em conta somente 25% do bruto recebido ao longo de um mês. A mudança, segundo parlamentares, vai ampliar o número de beneficiados.

Haverá uma trava para impedir que a alíquota-geral do IBS e da CBS não supere 26,5%, que poderá ser acionada em 2031 quando o governo federal e o Comitê Gestor do IBS vão avaliar a transição do novo sistema tributário.

Dados fiscais do período de transição (2026 a 2030) vão basear um relatório com a estimativa do tamanho da alíquota-padrão que será cobrada a partir de 2033, quando todo o sistema deverá estar implementado.

Se esta alíquota superar 26,5%, o governo federal deverá enviar um projeto ao Congresso para adequar a tributação a esse patamar. Esse projeto terá de ser encaminhado ao Congresso em até 90 dias após a divulgação do balanço do período de transição da reforma.

A avaliação das regras da **reforma tributária** terá de ser feita a cada 5 anos. Em cada balanço, o governo federal poderá enviar novos projetos para adequar a tributação.

Veterinários e planos para pets: retirado pela Câmara o desconto de 60% na alíquota incidente sobre serviços veterinários, retomando a alíquota de 30% - a mesma para plano de saúde para animais.

Água e bolacha: ficou fora do projeto o desconto de 60% na água mineral e nas bolachas, promovido pelo Senado.

Times de futebol: a Câmara rejeitou as mudanças dos senadores nos dispositivos que tratam sobre as Sociedade Anônima de Futebol (SAF). Com isso, o projeto retoma a tributação de 8,5% para as sociedades, e derruba a isenção de Imposto de Renda nas transações de jogadores de futebol.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/12/18/principais-pontos-projeto-regulamentacao-reforma-tributaria-camara.ghtml>

Congresso define as regras do futuro regime de impostos: tire suas dúvidas sobre o que muda com a Reforma Tributária

A Câmara dos Deputados aprovou ontem a primeira e principal proposta de regulamentação da **Reforma Tributária**. Com a votação concluída, o projeto segue para a sanção presidencial com as regras que vão disciplinar a reorganização da cobrança de **impostos** sobre o consumo, aprovada por meio de uma emenda à Constituição no ano passado.

Os deputados votaram primeiro a lista de mudanças feitas pelo Senado que serão mantidas. Foram 324 a favor e 123 contra. Depois, votaram a lista de alterações que foram rejeitadas. Nessa votação, o placar foi 328 a 67. Na sequência, deputados fizeram alterações no texto do Senado.

Principais mudanças feitas pelos deputados:

O que vai mudar no sistema de **impostos**?

A lei aprovada é o principal mecanismo para colocar em prática o novo sistema de **impostos**. A reforma cria dois **impostos** sobre valor agregado (IVA): a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), federal, sendo a junção de IPI, PIS e Cofins. E cria o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), estadual, que soma ISS e ICMS.

O projeto aprovado ontem detalha como vão funcionar mecanismos como o cashback, o Imposto Seletivo, os descontos na alíquota e os regimes especiais.

A Câmara recuou de mudanças do Senado para reduzir a alíquota padrão em 0,7 ponto percentual, para algo em torno de 28%. De toda forma, há trava na alíquota para evitar que ela passe de 26,5% - o governo terá de propor projeto, no futuro, para garantir isso.

Bens e serviços sem benefícios fiscais terão alíquota cheia. Outros itens terão redução de 30%, 40%, 60% ou 100% na CBS e no IBS.

Na etapa de ontem, a Câmara apenas votou quais mudanças feitas no Senado aceita e quais rejeita. Por isso, não teria como incluir armas no Imposto Seletivo.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), reforçou

que as únicas opções de votação eram o texto da Câmara ou o do Senado:

- Em nenhuma hipótese vamos atender a todas as demandas que o Brasil tem, mais ainda em cima das divergências e interesses de grupos, espaços, estados, municípios e situações do manicômio tributário em que vivemos.

Os **tributos** novos começam a ser cobrados em 2026 como teste para simulação do valor exato necessário de alíquota para manter a arrecadação atual. A transição para o novo sistema vai de 2027 a 2033. Ainda será enviada a proposta que trata das regras para o Imposto Seletivo e suas alíquotas exatas.

Após quatro décadas de discussão, o Brasil caminha para um modelo de Imposto de Valor Agregado (IVA) adotado em centenas de países. O sistema prevê a simplificação da cobrança de **impostos** e a eliminação de acúmulo de **tributos** ao longo da cadeia.

Uma das mudanças feitas no Senado e rejeitadas pela Câmara foi a inclusão do saneamento entre os itens com desconto de imposto. O governo calculou aumento de até 0,38 ponto percentual na alíquota-padrão caso houvesse o desconto para o setor.

Christianne Dias, diretora executiva da Abicon, de empresas do setor, diz que o impacto seria de 0,2 ponto. E cita possível redução de investimentos:

- Com a reforma, a carga tributária do setor triplica. O aumento é de 18%, e sem repasse ao consumidor, há uma previsão de retração dos investimentos em 26%, o que é ruim porque compromete a meta de universalização.

A justificativa dos deputados para retirada do setor da alíquota reduzida é que o cashback já prevê o retorno dos **tributos** pagos em serviços de saneamento aos mais pobres.

Lopes retomou as bebidas açucaradas no Imposto Seletivo, item que havia sido retirado pelos senadores. O Imposto Seletivo prevê alíquotas maiores para produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Os deputados retiraram a previsão de uma lista genérica de doenças cujos medicamentos seriam atendidos e retomaram a lista detalhada de princípios ativos com direito a imposto zero e com redução de 60%. Dessa forma, praticamente todos os medicamentos autorizados pela Anvisa terão esse desconto.

Água mineral e biscoitos foram retirados da previsão de alíquota reduzida em 60%, mudança que havia sido feita pelo Senado. A Câmara manteve a alíquota reduzida do setor imobiliário em 50%, mas retirou a previsão do benefício para estacionamentos.

O Senado aprovou redução de **tributos** sobre Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs) de 8,5% para 5% e o não pagamento do imposto de venda de jogadores nos cinco primeiros anos de criação da empresa, mas a Câmara rejeitou esses benefícios.

Deputados de oposição tentaram retirar trecho que beneficia empresa de refino de petróleo na Zona Franca de Manaus, ao deixá-la com as mesmas regras de indústrias da região. O relator manteve isso, mesmo com a oposição do governo. Segundo líderes, houve acordo político que envolveu negociações no Senado.

Técnicos da Fazenda reconhecem que o trecho pode causar distorções no mercado de refino de petróleo, já que não há como garantir que a refinaria da Zona Franca venderá apenas para região.

Para Virgínia Pillekamp, sócia da área tributária do BMA Advogados, houve aprimoramento do texto:

- O que está sendo aprovado é muito melhor do que temos atualmente. Não é a simplificação nem a neutralidade que foi prometida no ano passado, mas estamos caminhando para algo mais simples.

Para Bianca Xavier, da FGV, o texto foi o "politicamente possível", mas a alíquota de 26,5% está "perdida no tempo", em razão dos benefícios concedidos.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/12/18/congresso-define-as-regras-do-futuro-regime-de-impostos-tire-suas-duvidas-sobre-o-que-muda-com-a-reforma-tributaria.ghtml>

Câmara aprova texto-base de projeto de ajuste fiscal que prevê novo limite de gastos

A Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira o texto-base do projeto de lei que impõe travas para o crescimento de despesas com pessoal e incentivos tributários se houver déficit primário, além de permitir o uso de superávit de quatro fundos para pagar a dívida pública de 2025 a 2030.

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 210 faz parte do pacote fiscal. De acordo com a Agência Câmara de Notícias, os deputados avaliarão nesta quarta emendas apresentadas ao texto para concluir a votação.

O texto-base da proposta é um substitutivo do relator, deputado Átila Lira (PP-PI), que exclui três fundos daqueles que poderão ter suas sobras usadas para pagar a dívida: Fundo Nacional Antidrogas (Funad), Fundo da Marinha Mercante (FMM) e Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC).

Ao prever que as despesas decorrentes de qualquer criação ou prorrogação de benefícios deverão ter seu ritmo de crescimento condizente com o arcabouço fiscal, fortalece-se a principal regra fiscal brasileira e contribui-se para a racionalidade das despesas públicas, disse Átila Lira segundo a Agência Câmara de Notícias.

De acordo com o texto, quando ocorrer déficit primário do governo central no ano seguinte em que ele for apurado, a União não poderá publicar lei concedendo, ampliando ou prorrogando incentivo tributário até conseguir superávit primário em algum exercício seguinte. A regra valerá para 2025 em diante.

Também na terça-feira a Câmara dos Deputados aprovou o primeiro projeto de regulamentação da **reforma tributária** sobre o consumo, após rejeitar parte das alterações feitas pelo Senado e reinserir a incidência do Imposto Seletivo (IS) sobre bebidas açucaradas e reduzir o desconto da nova tributação para o setor de saneamento.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/camara-aprova-texto-base-de-projeto-de-ajuste-fiscal-que-preve-novo-limite-de-gastos,6e21e07dd92c27056c6c54433b03cbf026x2q50h.html>

Corte no FCDF pode reduzir empregos

MILA FERREIRA

Além da bancada do Distrito Federal na Câmara dos Deputados e dos representantes do Governo do Distrito Federal (GDF), o setor produtivo do DF também tem se mobilizado na luta pela manutenção do Fundo Constitucional (FCDF). Especialista ouvido pelo Correio alertou que os possíveis cortes no recurso podem impactar diretamente a economia, refletindo, inclusive, em uma menor oferta de empregos.

Presidentes de entidades como o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal (Sinduscon-DF) e a Associação das Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi-DF) também têm se articulado para salvar o Fundo Constitucional, considerando um possível impacto da redução do recurso na economia local, caso o Projeto de Lei 4614/2024 - que implementa um pacote de ajustes fiscais - seja aprovado na íntegra. Segundo o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a previsão é que o PL seja colocado, hoje, para votação no plenário da Casa.

De acordo com o doutor em ciências contábeis e professor da Universidade de Brasília (UnB), Marilson Dantas, a diminuição dos recursos do FCDF pode impactar no consumidor e, conseqüentemente, na economia. "Se o recurso for cortado, um caminho seria o aumento dos **impostos**, que afetaria diretamente no bolso do cidadão. Se a receita diminui, diminuem os gastos, prejudicando o setor privado. Seria impactar uma renda que fazia parte da circulação das riquezas, o consumidor vai injetar menos dinheiro na economia. Isso pode refletir, inclusive, em uma menor oferta de emprego", destacou. "Qualquer corte no FCDF vai prejudicar muito o DF, porque a estrutura de prestação de serviços tem um custo fixo, que precisa ser pago mensalmente. Se esses possíveis cortes causarem a diminuição da receita, isso vai reverberar na qualidade dos serviços", detalhou Dantas.

"Acreditamos que a mudança no Fundo Constitucional não vai prosperar, pelo absurdo que é", disse o presidente do Sinduscon, Adalberto Valadão Junior, que também demonstrou preocupação com as possíveis conseqüências dos cortes nas empresas. "A redução do fundo pode causar até mesmo o fechamento de empresas e aumento do desemprego por conta da diminuição de recursos, que, conseqüentemente, levará à diminuição de investimentos e de obras de infraestrutura.

Em outros setores também por falta de investimento do ente federativo, ou redução, no caso", completou.

O PL 4614/2024, de autoria do líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), propõe que o Fundo Constitucional pare de ser calculado com base na Receita Corrente Líquida (RCL) da União e passe a ser dimensionado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Ao Correio, o presidente da Ademi, Roberto Botelho, observou que a mudança vai ter um efeito substancial nas contas públicas. "O crescimento da receita da união foi de 9,69% e o IPCA 4,63%.

O IPCA não corrige a **inflação** do estado, corrige a **inflação** de uma parcela da população. Não tem a ver com o gasto corrente. A conta não fecha", pontuou.

Botelho lembrou que o FCDF é aplicado no pagamento de boa parte do funcionalismo público da capital do país e que os cortes podem impactar também na qualidade dos serviços públicos prestados.

"Isso tudo reflete no comércio, na renda das pessoas. Muita gente trabalha no comércio, serviço, indústria", afirmou. "Qualquer corte no fundo seria uma coisa esdrúxula. O DF não pode ficar à mercê do governo federal, o Fundo Constitucional precisa ser uma garantia", declarou. Segundo o presidente da Ademi, entidades patronais e laborais do mercado imobiliário estão se mobilizando junto à bancada do DF para a sensibilização política dos parlamentares quanto à importância do FCDF.

Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviço e Turismo (Fecomércio-DF), José Aparecido Freire, pontuou que a mudança no FCDF pode impactar negativamente no ambiente de negócios. "Pode prejudicar a formação de mão de obra qualificada, afetando setores que dependem de profissionais técnicos e especializados. E por fim, pode enfraquecer o sistema de saúde, reduzindo a produtividade dos trabalhadores da nossa capital", alegou. "Envolver a sociedade e o setor produtivo neste debate é importante para dar mais transparência e buscar uma saída pela manutenção dos recursos. Sabemos que a diminuição no repasse de verbas para as áreas de saúde, educação e segurança pode provocar um efeito cascata na nossa sociedade, como, por exemplo, diminuir a sensação de segurança, considerada essencial para atrair investimentos para

nossa cidade", acrescentou.

José Aparecido informou ainda que as lideranças empresariais também estão mobilizadas na defesa do fundo. "O tema tem sido amplamente debatido entre os empresários ligados ao Sistema Comércio, e as lideranças patronais estão se articulando junto às suas redes de contatos políticos para reforçar a importância desse recurso vital para a nossa capital", ressaltou.

O Sindicato do Comércio Varejista do Distrito Federal (Sindivarejista-DF) demonstrou preocupação com os possíveis cortes. O presidente Sebastião Abritta também reforçou a importância de salvar os recursos destinados ao DF. "Com certeza, um corte no fundo vai abalar o comércio, vai abalar os empregos e principalmente as pessoas mais necessitadas, que dependem do serviço público, dos hospitais públicos, das escolas públicas.

Vai abalar toda a cadeia produtiva, porque menos dinheiro estaria circulando", enfatizou. "Fizemos uma campanha de mídia com os nossos associados para que todos se mobilizem de alguma forma para salvar o FCDF", disse.

Na mira

Essa não é a primeira vez que o Fundo Constitucional é ameaçado. Em 2023, uma proposta de mudança de cálculo do fundo foi incluída no relatório do PLP 93/2023, que propunha a estipulação de um teto de gastos para o governo federal, também conhecido como novo arcabouço fiscal. O texto, relatado na Câmara dos Deputados pelo deputado Cláudio Cajado (PP-BA), foi aprovado na Casa, mas, ao ser votado no Senado Federal, o trecho que propunha a mudança no Fundo Constitucional foi retirado pelo relator do projeto na Casa, senador Omar Aziz (PSD-AM).

Durante a tramitação do projeto, a bancada do DF e representantes do Governo do Distrito Federal (GDF) se articularam junto aos partidos e aos líderes no Senado e na Câmara para salvar o fundo, obtendo êxito no fim, com a salvação do recurso.

Neste ano, por meio do PL 4614/2024, de autoria do líder do governo da Câmara, José Guimarães (PT-CE), o governo federal apresentou uma nova proposta de ajuste fiscal, incluindo a alteração no cálculo do FCDF no pacote. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a se pronunciar favoravelmente ao corte.

"Se o recurso for cortado, um caminho seria o aumento dos **impostos**, que afetaria diretamente no bolso do cidadão"

Marilson Dantas, professor da UnB

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6764/18-12-2024.html?all=1>

País precisa de fiscal austero, vê FGV Ibre

Marta Watanabe De São Paulo

Uma política fiscal austera, de contenção de gastos e que aponte para uma trajetória de menor endividamento é necessária para afastar os riscos de uma crise de confiança maior e de um cenário de dominância fiscal. As dúvidas sobre o rumo da política fiscal no decorrer de 2025 e em 2026 se refletem na escalada de preços de ativos, como câmbio, mesmo com política monetária contracionista no combate a uma **inflação** cada vez mais preocupante. O tempo para a consolidação fiscal pode ser menor do que o estimado pelo governo, porque o cenário externo é menos favorável.

Essas foram algumas das ideias debatidas em seminário sobre análise conjuntural promovido ontem pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) em parceria com o "Estado de S. Paulo".

Nos últimos três anos, indiscutivelmente, o Brasil teve uma política monetária contracionista, mas essa política monetária apertada não tem produzindo os efeitos usuais sobre **inflação** por uma razão muito simples, diz José Júlio Senna, pesquisador do FGV Ibre. "Porque do outro lado a política fiscal tem sido gigantesca. Só em 2023 e 2024, o ritmo de crescimento do gasto público federal primário, ou seja, sem considerar as despesas financeiras, foi próximo de 6% ao ano. O componente importante dessa despesa são as transferências [de renda], com expansão 7,5% ao ano." Há, diz ele, um mix inadequado de política monetária e política fiscal, com crescimento de demanda interna.

O Banco Central, diz Senna, tem atuado e foi isso que levou a um aumento da Selic para 12,25%, com alta de 1 ponto percentual, na semana passada. "Mas o resultado está sendo adverso, com dólar com alta importante de segunda para terça. O câmbio está respondendo às questões fiscais. É um prenúncio de um problema de dominância fiscal mais adiante. Ainda não entramos nisso e isso seria facilmente reversível diante de uma política de austeridade fiscal que ainda está em tempo de se fazer, mas o governo não está se mexendo."

Para Senna, o Brasil vive uma "dominância monetária incompleta". A dominância fiscal, explica, é a situação em que o BC perderia totalmente controle sobre o processo inflacionário porque um aumento de juros não traria os efeitos esperados. Haveria depreciação

da moeda doméstica, juros longos e expectativa de **inflação** em alta, com percepção de risco de insolvência do país aumentando.

"Os governantes precisam agir com rapidez", diz ele, referindo-se ao Poder Executivo e também ao Congresso. "E lembrando, o problema é fiscal, a solução do problema reside no fiscal. Austeridade na condução da política monetária não é substituto para austeridade no campo fiscal."

"A conta chega rapidamente e já estamos vendo um filme muito ruim para 2025 devido ao excesso de gastos públicos e da crise de confiança que estamos vivendo" diz Silvia Matos, também pesquisadora do FGV Ibre. "Minha preocupação não é tanto com o início de 2025, mas o filme ao longo do próximo ano e como o governo, a política reagirá a isso. Porque se a escolha for por mais crescimento, esse fim pode ser pior ainda, com **inflação** e juros ainda mais altos do que temos hoje. Não se trata de uma escolha, não tem saída. Mas do ponto de vista político parece que está difícil de entender a gravidade do problema que vivemos."

Matos lembra que a projeção atual do FGV Ibre para o **PIB** de 2024 é de alta de 3,5%, com crescimento de 0,5% no último trimestre, ante os três meses anteriores, com ajuste sazonal, e de 4,2% na em relação a igual período de 2023.

Em 2023, lembra, o crescimento foi de 3,2%. "Vamos repetir dois anos de crescimento acima de 3%, mas 2023 e 2024 são totalmente diferentes." No ano passado, a demanda interna, considerando todos os seus componentes, cresceu em torno de 2%, diz. Este ano, estima, a taxa pode ser de cerca de 5%.

Em 2023, compara, 60% do crescimento veio de setores mais exógenos à política monetária, como da agropecuária, da indústria extrativa e de serviços públicos. "Em 2024 esses segmentos contribuem com 10% do crescimento. A composição da oferta é completamente diferente."

"A **inflação**, sem dúvida, não dá trégua e começa a acelerar, e os que estão ocorrendo principalmente em alimentação se espalham mais, com efeitos secundários muito mais fortes. O ambiente é mais favorável a uma aceleração inflacionária e choques de curto prazo também contaminam várias previsões para o futuro", observa.

Ela lembra ainda que os indicadores mostram perda de produtividade do trabalho em 2024 e que os comunicados do BC indicam hiato do produto extremamente positivo, em mais um sinal de desequilíbrio no qual a economia cresce acima do seu potencial. "Quando não há mais ociosidade na economia, e 2024 é o ápice desse contexto, e quando temos déficit primário, o impulso fiscal é financiado com mais dívida. Os efeitos sobre o prêmio de risco e sobre a taxa de juros são tão fortes que acabam gerando efeito negativo para a economia. E são maiores que os efeitos positivos de curto prazo. As transferências de renda trazem crescimento forte em 2024, mas têm efeitos deletérios negativos para a própria economia."

Armando Castelar, também pesquisador do FGV Ibre, lembra que o cenário externo se torna mais desfavorável. Nos EUA, diz, a grande pergunta é se Donald Trump vai adotar as políticas prometidas e que são reconhecidamente inflacionárias, como aumento de tarifa nas importações, expulsão de trabalhadores imigrantes e ilegais, cortes de **impostos** internos. A **inflação** americana, avalia, deve convergir ainda menos para a meta e a expectativa é de que haja novo corte de juros nos EUA em dezembro, mas sem novas alterações em 2025, o que é cenário preocupante para o Brasil.

A Europa, diz, tem o desafio do crescimento mais lento, com situação fiscal complicada em alguns países e expectativa de que os juros continuem sendo reduzidos, reforçando tendência de dólar ainda mais forte em 2025. A China, aponta, tem dependido muito de crescimento de exportações para poder manter um patamar razoável de crescimento, mas se Trump de fato colocar mais tarifas, a estratégia será afetada. As tarifas, isso vai ficar bem mais complicado de acontecer. Há muita especulação sobre a China ter cartas na manga para reagir às políticas de Trump.

No Brasil, internamente, observa, a palavra é "insustentabilidade". "Os preços de ativos, o câmbio, a bolsa, os juros mostram isso. O problema é que o governo também sinaliza que quer continuar desse jeito. A grande questão que está colocada é o timing. Existe uma aposta equivocada do governo de que há tempo e de que dá para resolver isso em 2027." O dólar e a Bolsa mostram, avalia, que o prazo virá mais rápido.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Paralisada, refinaria teve R\$ 45 mi em isenções em 2024

Adriana Mattos De São Paulo

Uma das principais polêmicas geradas com as mudanças feitas pelo Senado na reforma tributária beneficia uma refinaria do Amazonas, a Ream (ex-Isaac Sabbá), já favorecida há anos por renúncias fiscais e que, hoje, tem a operação paralisada. A unidade opera basicamente como terminal de apoio logístico para importação e compra de terceiros.

No fim das contas, o benefício foi aprovado na noite de ontem pela Câmara, apesar das críticas do mercado à alteração feita pelo Senado, pelo risco de desequilibrar a competição no país. Ontem, analistas do Citi criticaram a proposta em relatório. O texto final do relator na Câmara manteve o incentivo.

As informações da situação operacional e fiscal da empresa estão no Portal da Transparência do governo federal e na Agência Nacional do Petróleo (ANP), segundo consultas do Valor às bases de dados públicas. Entre agosto e outubro, por exemplo, não houve produção de gasolina na unidade, mostram as planilhas da ANP.

Uma emenda de autoria do senador amazonense Omar Aziz (PSD), incluída no texto da regulamentação da reforma no Senado, insere o refino na lista de atividades que podem usufruir de benefícios na Zona Franca de Manaus. A única refinaria nessas condições é a Ream, do grupo Atem, dos acionistas controladores Dibo de Oliveira, Naidson de Oliveira, Miqueias de Oliveira e Fernando Aguiar Filho. O impacto ao Tesouro com a emenda incluída é de R\$ 3,5 bilhões ao ano.

A inclusão solicitada pelo senador do Amazonas foi acolhida pelo relator da reforma, Eduardo Braga. A Ream foi comprada da Petrobras em 2022 por menos de US\$ 200 milhões (excluindo valor de dívida e investimentos).

Segundo Omar Aziz, em nota sobre a questão, o "único objetivo [da emenda] é viabilizar a manutenção da atividade de refino de petróleo na Amazônia Ocidental". Ocorre que dados na ANP mostram que a atividade de refino da unidade do grupo Atem está paralisada desde parte do primeiro semestre do ano, e assim ficará até a metade do ano que vem, como a empresa já informou meses atrás.

Consulta do Valor à ANP mostra que não há processamento de querosene, nafta, parafina e outros derivados em 2024.

Em 2024, o Portal da Transparência mostra que quase R\$ 45 milhões foram renunciados em impostos federais pela Atem Distribuidora de Petróleo S.A. de janeiro a junho, quando a refinaria entrou em manutenção e o grupo usou o direito de importar sem pagar IPI, Cofins e Imposto de Importação.

Para efeito de comparação, esse montante renunciado pela União, nos seis meses, equivale a quase o dobro (R\$ 24 milhões) do valor não pago aos cofres públicos em todo o ano de 2023.

Em 2022, o benefício em impostos foi inferior a R\$80 mil-naquele ano, a empresa assumiu a operação após maio.

No mesmo período, entre 2023 e 2024, a receita da empresa não cresceu nessa mesma velocidade das isenções obtidas.

Não há novos dados computados no relatório sobre as renúncias fiscais desde junho de 2024.

O benefício fiscal foi obtido por meio de uma liminar conseguida na Justiça pela companhia em 2017, por meio de uma decisão do Tribunal Regional Federal (TRF-1), que permitiu à empresa não recolher PIS e Cofins na importação de diesel e gasolina. O recolhimento ocorre apenas se o combustível é vendido fora do Amazonas.

Desde que decidiu fazer a manutenção de um ano na refinaria de Manaus, a Atem passou a trazer o produto de fora, e de fornecedores locais, para complementar a sua produção e evitar falta de produto.

Ao mesmo tempo, foram abertas investigações a respeito do preço do combustível praticado pela Ream, como publicado pelo Valor.

Em agosto, o Valor noticiou que o Ministério de Minas e Energia enviou ofícios ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e à ANP, para que avaliem um suposto abuso de preço na comercialização de combustíveis pela empresa. A

empresa negava na época qualquer movimento nesse sentido.

Segundo o MME, "verifica-se que as refinarias privatizadas, em especial a Refinaria da Amazônia, têm praticado preços significativamente superiores não apenas dos demais fornecedores primários, como também do próprio preço de paridade de importação", informou o Valor à época.

Em suas análises técnicas, o Ministério já informava ao Cade e à ANP que a refinaria vinha operando apenas como terminal (portuário para combustíveis) desde meados do primeiro semestre de 2024, quando interrompeu a produção de derivados de petróleo.

Procurado, o grupo Atem confirma, em nota, que há uma paralisação das atividades de refino no Amazonas.

E afirma que o benefício de PIS/Cofins nas importações destinadas à ZFM se condiciona à permanência do produto na própria

ZFM. Ainda diz que o grupo recolhe os **tributos** devidos em relação às vendas realizadas dentro e fora da ZFM, e que a empresa pagou mais de R\$ 4,9 bilhões em **tributos** federais, municipais e estaduais.

Relata ainda que, com a parada de manutenção em andamento, foi necessário aumentar o volume de importações, para garantir o abastecimento. E que a parada não interfere na legitimidade do direito ao benefício, que será aplicável quando ocorrer a atividade industrial.

Ainda diz que o fato de a região Norte possuir apenas uma refinaria comprova o desafio logístico e eleva a importância estratégica da Ream.

Também afirma que a indústria possui importância estratégica para a região Norte, por isso faria sentido a sua inclusão no rol de setores beneficiados na Zona Franca. E que o cálculo relativo aos R\$ 3,5 bilhões em benefício fiscal é leviano e inverídico, motivado por interesses de grupos contrários ao desenvolvimento do Amazonas. A nota não informa que seriam esses grupos.

"A exclusão da indústria de refino na proposta de regulamentação da **reforma tributária** vai impactar severamente a produção de combustíveis na região, levando a exposição da região à oferta e condições de combustíveis provenientes de importação para atender à ZFM, contrariando a política nacional de autossuficiência do refino brasileiro", diz a nota.

valor.com.br

Fernando Exman voltará a escrever em 8 de janeiro de 2025 www.valor.com.br

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Nova lei estabelece alíquota única de 15%

ALein014.754/2023, que entrou em vigor em 1º de janeiro deste ano, representa um ponto de inflexão em relação à tributação dos rendimentos auferidos com aplicações financeiras no exterior e entidades controladas lá fora (offshores) por pessoas físicas residentes no país. "Essa lei trouxe alterações significativas e veio como uma ferramenta para aumento de arrecadação. Além disso, conta com muitas regras que antes não estavam claramente disciplinadas", avalia Ju-lio Oliveira, sócio do escritório Bocater Advogados.

Conforme Oliveira, passou a haver incidência de uma alíquota de 15% de Imposto de Renda (IR) sobre rendimentos recebidos a cada ano dos investimentos em outros países, incluindo títulos de renda fixa e variável, derivativos, ativos virtuais e fundos de investimentos, entre outros. "A mudança foi a instituição de alíquota única, deixando de ser aplicada atabela progressiva de IR nesse caso. Os investidores devem informar esses rendimentos em um campo específico da Declaração de Ajuste Anual e pagar imposto correspondente", explica o advogado. À luz da lei, os rendimentos auferidos são os recebimentos efetivamente disponibilizados aos investidores, de juros e outras formas de remuneração, inclusive avariação cambial, em situações de resgates, amortiza-

ções, alienações, vencimentos ou liquidações das aplicações.

LuciaPaoliello Guimarães, sócia do Lacerda Gama Advogados e professora de direito tributário, reforça que a regra vale para todos os tipos de fundos de investimentos no exterior, não sendo como

ocorre no Brasil, onde vigoram modelos de tributações diferentes entre os rendimentos de variadas categorias de fundos e ativos.

Ela diz que outra novidade da Lein° 14.754/2023 é que os investidores têm o direito de compensar as perdas longo do ano, o que

não acontecia porque a apuração era mensal. "Antes, o investidor recebia os juros e no mês subsequente tinha que pagar o Darf [Documento de Arrecadação de Receitas Federais], pouco importando se tivesse perdido dinheiro no mês seguinte, por exemplo. Com a nova lei, como a base é anual, a apuração se dá no conjunto eo imposto incide somente sobre os rendimentos", explica.

A advogada ressalta que as contas correntes remuneradas no exterior também se enquadram na nova tributação das aplicações financeiras, com alíquota de 15% sobre os rendimentos recebidos no ano. Já as contas correntes convencionais, sem remuneração, não são tributadas, mas precisam ser declaradas.

Outro ponto relevante, de acordo com a especialista, é que a variação cambial positiva de moeda estrangeira em espécie não é sujeita à incidência de imposto até o limite anual de venda (alienação) até US\$ 5 mil, no entanto, precisa constar na área de rendimentos isentos e não tributáveis da declaração de IR. Acima desse patamar, ocorre a tributação sobre o ganho de capital, seguindo faixas de alíquotas de 15%, 17,5%, 20% e 22,5%.

Outro eixo da legislação é a tributação de offshores-entidades controladas no exterior-, ou seja, empresas, fundos ou fundações em outros países em que uma pessoa física detenha mais de 50% de participação no capital social ou equivalente. Lucia Pao-

liello Guimarães destaca que passou a ser obrigatório fazer o balanço anual da offshore e, se for apurado lucro, independentemente de ter sido distribuído ou não, há incidência de 15% de IR. "São mudanças grandes, que aumentam o controle e a arrecadação, tanto que muita gente se refere à Lei 14.754 como lei de tributação das offshores", afirma.

Anteriormente, as offshores só eram tributadas quando os dividendos eram distribuídos de fato, portanto, saindo da conta da empresa para entrar conta do sócio pessoa física, conforme alíquotas da tabela progressiva de IR. Desse modo, as offshores eram usadas como ferramentas de planejamento, pois permitiam diferir **tributos**, isto é, postergar ao máximo o pagamento de **impostos**, reinvestindo os ganhos em uma janela maior de tempo. "Era muito comum as pessoas manterem aplicações financeiras dentro da estrutura de uma offshore e, em vez de fazerem a distribuição de lucro, usavam um cartão de crédito da empresa como se fosse um custo", comenta Lucia.

Ainda no que diz respeito às offshores, a legislação teve outra inovação, que é a opção de torná-la transparente. "É possível escolher entre dois caminhos: declarar o lucro da offshore ou detalhar item por item, ou seja, o rendimento de cada ativo da empresa, o que resulta na sua transparência", afirma a

advogada. (DR)

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Senado aprova renegociação da dívida dos estados

O plenário do Senado aprovou, nessa terça-feira (17), em votação unânime, o projeto de lei complementar que refinancia a dívida dos Estados com a União pelos próximos 30 anos. O texto, aprovado pela Câmara dos Deputados na semana passada, segue para sanção presidencial.

No Senado, o placar foi de 72 a 0. Em acordo com o governo, o relator, senador Davi Alcolumbre (União/AP), removeu o dispositivo que autorizava o Executivo a executar de forma provisória as despesas previstas no Orçamento de 2025, caso a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) não seja aprovada neste ano. A salvaguarda tinha sido articulada durante a discussão do projeto na Câmara dos Deputados diante do risco de apagão no Orçamento do ano que vem.

A Constituição obriga o Congresso Nacional a aprovar a LDO antes do recesso de julho, mas, a quatro dias úteis do recesso de dezembro, a lei ainda não foi aprovada. Uma sessão do Congresso está prevista para esta quarta-feira (18). O governo também espera a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) amanhã (19).

O projeto de lei aprovado cria o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), com condições mais favoráveis para os superendividados. Juntos, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul detêm cerca de 90% do estoque da dívida dos Estados com a União.

A proposta reduz o atual indexador da dívida de IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) mais 4% ao ano para até juro real zero mediante investimentos no próprio estado e entrega de ativos, como empresas públicas e créditos judiciais, à União. A mudança foi encabeçada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), que deixa a Presidência da Casa em fevereiro do ano que vem.

Reduto eleitoral de Pacheco, Minas Gerais está hoje no RRF (Regime de Recuperação Fiscal), programa de socorro para estados em péssimas condições financeiras. Para tentar atender aos estados menos endividados, que estão sobretudo no Norte e Nordeste, o projeto estabeleceu a criação de um fundo de investimentos a ser abastecido pelos estados mais endividados como contrapartida ao alívio nos juros pagos à União.

Os estados que tiverem alívio terão que destinar entre 1 e 2 pontos percentuais da dívida, relativo à parte da redução dos juros, ao chamado Fundo de Equalização Federativa. O montante exato vai depender da fórmula de adesão: nas situações em que houver a entrega de ativos para abater o passivo, o repasse ao fundo ficará menor.

Além disso, 80% dos recursos serão distribuídos segundo os coeficientes do FPE (Fundo de Participação dos Estados), que recebe parcela de **impostos** federais e prioriza transferências a estados com menor renda per capita. Outros 20% vão ser repartidos pelo inverso da relação entre endividamento e RCL (receita corrente líquida). Quanto menos endividado, mais beneficiado será o estado.

Alcolumbre rejeitou parte das alterações propostas pela Câmara, mas manteve o prazo de adesão ao programa até 31 de dezembro do ano que vem (em vez de 120 dias). O prazo de renegociação do saldo restante será de até 30 anos. O senador também concordou com uma mudança feita pelos deputados a pedido do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, diante da situação de calamidade pública enfrentada a partir das enchentes deste ano.

O projeto mantém a dívida suspensa até 2027 e desobriga o estado de contribuir com o fundo durante o período de calamidade. Durante a leitura do parecer, Alcolumbre agradeceu ao presidente Lula (PT) e ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT).

MAIS CONTEÚDO ACESSE www.oestadoce.com.br

Site: <https://oestadoce.com.br/edicao-do-dia/19-12-2024/>

Brasil pode liderar a transição energética

RAFAELA GONÇALVES, RENATO SOUZA, FERNANDA STRICKLAND E VANILSON OLIVEIRA

Em 2025, o Brasil tem um caminho inequívoco a percorrer: o do crescimento econômico sustentável.

Esse esforço deve estar alinhado às necessidades ambientais e às transformações motivadas pela emergência climática e a economia mundial. Esse foi o prognóstico apresentado por autoridades e especialistas reunidos ontem na sede do Correio Braziliense.

As perspectivas políticas e econômicas para o próximo ano foram temas tratados no evento CB Debate Desafios 2025: o futuro do Brasil em pauta. Ao anunciar as boas vindas aos convidados, o presidente do Correio Braziliense, Guilherme Machado, destacou a importância de uma reflexão qualificada das grandes questões da atualidade. "É uma oportunidade para debater transformações e tendências no cenário econômico, social e ambiental previstas para o próximo ano", destacou.

Na abertura do evento, o ministro Gilmar Mendes, decano do Supremo Tribunal Federal (STF), destacou a longa contribuição da Corte para a sustentabilidade.

Ele apontou que as mudanças climáticas são "tema incontornável do nosso tempo".

"Seguramente a transição energética desempenha um papel fundamental no enfrentamento desta problemática.

Apesar de negacionistas de toda sorte, a realidade de eventos extremos no novo normal vai forçando a humanidade a lidar com as repercussões de séculos de exploração econômica, muitas vezes, despreocupada com o meio ambiente", afirmou Gilmar Mendes.

O ministro do STF destacou que o Brasil já é um exemplo na transição energética: "A situação brasileira é bem diferente dos demais países, dada a composição já altamente renovável de sua matriz energética e elétrica." O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, traçou um panorama sobre os avanços e desafios da economia brasileira. Segundo ele, o país vivenciou um cenário positivo de crescimento em 2024, impulsionado pelo consumo das famílias, investimentos e um mercado de trabalho aquecido.

Mas 2025 deve apresentar situações complexas, com **inflação** pressionada, juros altos e um cenário fiscal que inspira atenção.

Entre os principais fatores destacados está a trajetória da dívida pública. Embora tenha elogiado a direção do pacote fiscal enviado pelo governo ao Congresso, Sidney reforçou a necessidade de medidas adicionais. "Não basta estar na direção correta. É preciso chegar ao destino, que é interromper a trajetória da dívida pública", alertou.

O presidente da Febraban citou outros fatores. Apontou o cenário externo como fonte de volatilidade. Disse ainda que as expectativas de **inflação** seguem como um ponto de atenção para o país.

Para o próximo ano, o executivo prevê uma economia mais contida. O país deve iniciar 2025 com "**inflação** mais alta, juros mais elevados e um dólar valorizado".

Essas variáveis, aliadas à redução do impulso fiscal e às incertezas sobre o ambiente externo, trarão desafios adicionais ao crescimento. "O setor bancário seguirá colaborando para alavancar o crescimento, sem perder de vista a análise cautelosa do risco de crédito", concluiu Sidney.

Repensar o Estado

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, adotou um tom mais crítico.

Fez duras análises sobre o cenário econômico e ambiental do país a partir do próximo ano, alertando para o crescimento descontrolado da dívida pública.

"O Brasil perdeu espaço na globalização e, hoje, enfrenta um cenário preocupante.

O aumento da dívida pública traz **inflação** alta, taxa Selic elevada e risco de deterioração para 2025. Isso afeta diretamente todos os estados", avaliou.

Caiado também criticou a falta de clareza sobre o sistema político atual, questionando o papel dos governadores na definição dos orçamentos estaduais.

"Não sabemos se estamos no presidencialismo ou no parlamentarismo", questionou em tom irônico. "Precisamos inverter essa lógica e repensar o Estado brasileiro, com foco em infraestrutura, geração de emprego e crescimento da economia", enfatizou o

governador.

Também convidado para o seminário, o presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Ricardo Cappelli, apontou vários caminhos possíveis para tornar o Brasil um protagonista em um contexto de economia sustentável. "Temos inúmeras oportunidades, que vão do hidrogênio verde, passando por biocombustíveis de diversos tipos, nossa grande fonte de energia limpa como eólica, etc. São cadeias produtivas com possibilidade de grande impacto econômico, e a capacidade do Brasil nesse aspecto é gigantesca", disse O seminário Desafios 2025: o futuro do Brasil em pauta é uma realização da Arena Comunicação, com patrocínio da Brasal e Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban); e apoio de comunicação do Correio Braziliense.

"Apesar de negacionistas de toda sorte, a realidade de eventos extremos no novo normal vai forçando a humanidade a lidar com as repercussões de séculos de exploração econômica, muitas vezes, despreocupada com o meio ambiente" Gilmar Mendes, ministro decano do STF

Rolleberg em tom otimista

O secretário de Economia Verde, Descarbonização e Indústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Rodrigo Rolleberg, está confiante com as perspectivas para o Brasil em 2025. Ele destacou o potencial do país para se consolidar como líder global na transformação ecológica.

Em tom otimista, o secretário ressaltou os esforços do governo federal para alinhar crescimento econômico e preservação ambiental. "O Brasil possui a maior biodiversidade do planeta, uma matriz energética limpa, abundância de biomassa e água, além de capacidade científica e industrial diversificada. Estamos transformando essas características em vantagens competitivas com uma política industrial focada na sustentabilidade", afirmou.

Rolleberg destacou avanços no desenvolvimento sustentável por meio de políticas de descarbonização, da regulamentação do mercado de carbono e das oportunidades no setor industrial e agrícola. Na avaliação do secretário, essas políticas visam não apenas reduzir as emissões de gases de efeito estufa, mas também atrair investimentos e estimular a reindustrialização verde do país.

"A regulamentação aprovada cria segurança jurídica e

previsibilidade, o que é fundamental para atrair investidores.

No setor do combustível sustentável de aviação (SAF), por exemplo, o Brasil possui rotas tecnológicas que o posicionam como um dos maiores potenciais produtores e exportadores globais", pontuou.

Apesar dos avanços, o ex-governador do Distrito Federal comentou o momento econômico. Criticou elevada taxa de juros no país, que, segundo ele, pode comprometer o fluxo de investimentos nos setores verdes. "Precisamos compreender os desafios reais da economia. Com o crescimento do **PIB** superando as expectativas e a menor taxa de desemprego histórica, não faz sentido manter juros tão elevados", observou.

O secretário concluiu a sua participação reforçando o potencial do Brasil no contexto econômico global. "O Brasil tem condições de liderar a economia verde mundial. Podemos dobrar a nossa produção de biocombustíveis, descarbonizar a aviação global, restaurar florestas e transformar a agricultura num setor que remove mais carbono do que emite. O futuro passa pelo Brasil, e estamos prontos para essa responsabilidade", finalizou.

**

"Não basta estar na direção correta. É preciso chegar ao destino, que é interromper a trajetória da dívida pública"

Isaac Sidney, presidente da Febraban

"Não sabemos se estamos no presidencialismo ou no parlamentarismo. Precisamos inverter essa lógica"

Ronaldo Caiado (União), governador de Goiás

"O Brasil tem condições de liderar a economia verde mundial. O futuro passa pelo Brasil, e estamos prontos para essa responsabilidade"

Rodrigo Rolleberg, secretário de Economia Verde do MDIC

"Temos inúmeras oportunidades. A capacidade do Brasil nesse aspecto (transição energética) é gigantesca"

Ricardo Cappelli, presidente da ABDI

"É uma oportunidade para debater transformações e tendências no cenário econômico, social e ambiental para o próximo ano"

Guilherme Machado, presidente do Correio

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/6764/18-12-2024.html?all=1>

Fiscal, o calcanhar de Aquiles

ROSANA HESSEL, VITÓRIA TORRES* E MARIA BEATRIZ GIUSTI * Estagiárias sob a supervisão de Rosana Hessel

Enquanto o dólar segue ganhando força frente ao real e passa a ser negociado acima de R\$ 6, desde a semana passada, em meio ao aumento da desconfiança do mercado financeiro em relação à capacidade do governo em fazer um ajuste fiscal, o consenso entre especialistas é que o quadro das contas públicas tende a se deteriorar cada vez mais. Economistas presentes no CB Debate, ontem, concordaram que o momento que o país atravessa é bastante complicado e, nessa reta final do ano legislativo, o Congresso resolveu jogar contra às iniciativas no caminho da austeridade das contas públicas e ao insistir na falta de transparências das emendas parlamentares.

Apesar de o pacote fiscal anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prevendo uma redução de despesas da ordem de R\$ 71,9 bilhões, entre 2025 e 2026, o impacto orçamentário deverá ser bem menor. Pelas contas de Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, por exemplo, o valor ficará em torno de R\$ 56 bilhões.

Contudo, o analista, reconhece que a iniciativa está na direção correta que é buscar a redução do aumento das despesas obrigatórias, e, inclusive, mexe na correção do salário mínimo, mas "nasceu correndo atrás do prejuízo".

"Nós estamos vivendo um momento muito grave do ponto de vista da situação fiscal", afirmou. Salto ressaltou que um problema recorrente do governo atual, que é a dificuldade de cortar gastos. "Aqui, o governo não gosta muito da tesoura, essa que é a verdade, e os gastos públicos precisam ser contidos.

Trata-se de você adequar o crescimento da despesa pública, que vem crescendo em termos reais de maneira significativa", complementou.

A especialista em contas públicas Selene Peres Nunes, do Instituto de Finanças Públicas e uma das autoras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), também apontou as dificuldades históricas do país em aprender com seus erros do passado para recuperar o equilíbrio fiscal conquistado no início da vigência da LRF, mas ao flexibilizar a regra e criar "puxadinhos", como as pedaladas fiscais que serviram de base para o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, o governo vem evitando fazer os ajustes necessários

para conter o crescimento da dívida pública bruta.

"O Brasil é um alcoólatra fiscal. Se ele começa a gastar, não consegue parar", declarou Nunes, referindo-se ao fato de que o país iniciou um ciclo de aumento de gastos, primeiro com o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) durante a pandemia, e agora, com a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que também optou por ampliar os gastos públicos. Embora a pandemia tenha sido um evento global, a economista observou que o principal problema não foi o aumento de gastos em 2020, mas sim a decisão de continuar gastando após o fim da emergência sanitária.

Para a economista, muitas das dificuldades atuais já foram vividas no passado e as soluções encontradas, como o Plano Real e a LRF não podem ser flexibilizadas para evitar que o país volte a conviver com **inflação** acima de 1.000% ao ano. "O Brasil tem uma dificuldade grande de ter um aprendizado com as suas dificuldades fiscais", disse. Ela lembrou que, quando o Plano Real foi implementado, houve também a criação do tripé macroeconômico, em 1999, composto por metas de **inflação**, superávit primário e câmbio flutuante.

"A consolidação desse tripé foi possível devido à Lei de Responsabilidade Fiscal, sancionada em 2000. No entanto, desde 2014, o Brasil tem se afastado desse modelo, com sucessivas flexibilizações fiscais que comprometem a sustentabilidade das contas públicas.

"O grande problema é a perpetuação do desajuste", lamentou.

Com base no cenário atual, Nunes não vê boas perspectivas para 2025. "Vejo uma falta de compromisso de um lado do executivo e de outro do Legislativo em efetivamente ajustar as contas públicas.

Vejo que as reformas realmente estruturais que o país precisa não estão sendo sequer cogitadas neste momento", declarou.

Desequilíbrios

Selene Nunes e Felipe Salto também fizeram duras críticas à postura do Congresso Nacional, que gera vários desequilíbrios fiscais. Para Nunes, o Legislativo não tem demonstrado um compromisso real em apoiar ajustes fiscais que possam garantir a sustentabilidade das contas públicas.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6764/18-12-2024.html?all=1>

"No momento em que o pacote chega ao Legislativo e já é um pacote claramente insuficiente, ainda temos toda uma discussão para tentar modificar aquilo que foi enviado para tentar reduzir o pequeno ajuste fiscal que se pretende obter. Isso é, sem dúvida, um absurdo", disse, destacando a falta de apoio para medidas efetivas de correção fiscal. Ela também apontou os problemas estruturais que dificultam o ajuste fiscal, especialmente as vinculações de receitas no Orçamento público. "Se o governo não desvincular o Orçamento, vamos muito rapidamente chegar numa situação de um país que tem mais de 100% do Orçamento vinculado", alertou.

Salto, por sua vez, defendeu um consenso para um pacto nacional em torno do ajuste fiscal, com participação do Congresso. "Hoje, infelizmente, não existe e, enquanto isso não acontecer, nós vamos continuar às voltas com esse problema que é um problema estrutural antigo, não é de hoje, mas que está exacerbado no momento atual", disse.

O professor da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), Manoel Pires, concordou que a proposta do pacote fiscal é importante, mas ponderou que existem alguns pontos que podem perpetuar o desequilíbrio, como a proposta da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. "O governo apresentou uma outra parte do ajuste fiscal que dá uma sinalização contrária, e é exatamente essa sinalização que faz com que a gente antevêa a possibilidade de alguns desequilíbrios se perpetuar e, eventualmente, a dificuldade do governo de fazer o ajuste cíclico da economia, ou a proposta de Imposto de Renda", destacou.

Na avaliação de Pires, ao apresentar a proposta de renúncia fiscal junto com o pacote de corte de gastos, o governo gerou ruídos junto ao mercado financeiro e isso acabou se refletindo na forte alta do dólar, e, conseqüentemente, os aumentos na **inflação** e nos juros. Ele ainda destacou três riscos fiscais que serão desafiadores neste ano e nos próximos: o cumprimento do arcabouço fiscal, as emendas parlamentares e a descentralização fiscal. "O Congresso tem aprovado uma série de medidas que tira os recursos do governo federal e as distribui para os governos subnacionais. Com isso o gasto dos governos regionais está disparando.

Nos últimos dois anos, cresceu 40%.

É óbvio que isso vai gerar uma pressão de demanda agregada, uma falta de coordenação macroeconômica, aumento de juros e, conseqüentemente, mais **inflação**", disse.

"Temos visto um esforço enorme do governo"

VICTOR CORREIA

O presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Vieira, elogiou, ontem, o trabalho do governo na busca do equilíbrio fiscal, mas ele reconheceu que o país ainda precisa alongar o prazo de vencimento dos títulos públicos para diminuir os custos com juros do endividamento de curto prazo.

"Temos visto um esforço enorme do governo, um esforço que eu chamaria hercúleo do ministro (Fernando) Haddad (da Fazenda), no sentido do cumprimento do entendimento e das atribuições, hoje, muito claras com relação ao respeito das regras fiscais", disse Vieira.

Segundo ele, o maior desafio é resolver a questão do deficit nominal - que é o resultado da combinação do resultado primário e da conta de juros da dívida do setor público consolidado (que inclui os governos federal e regionais e as estatais federais), refletindo a necessidade de financiamento do setor público.

Conforme dados do Banco Central, no acumulado em 12 meses até outubro, o deficit nominal somou R\$ 869,3 bilhões, o equivalente a 7,57% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Esse dado representa aumento de 20,7% em relação aos R\$ 720,1 bilhões (6,71% do **PIB**) contabilizados no mesmo período de 2023.

"O deficit nominal só vai ser resolvido com alongamento dos prazos dos títulos públicos que, atualmente, estão em torno de quatro anos e meio, em média", destacou. Na avaliação de Vieira, é necessário estimular o sistema financeiro como um todo a buscar títulos com prazos maiores. "Com isso, desafoga um pouco, ou de forma definitiva, a pressão que nós temos, hoje, sobre a dívida pública neste país", acrescentou.

O presidente da Caixa, ao comentar sobre a forte volatilidade no mercado financeiro nos últimos dias, e especialmente sobre a decisão do Banco Central de acelerar o ritmo de alta da taxa básica da economia (Selic), para 12,25% ao ano, e sinalizando outros dois aumentos da mesma magnitude, de 1,0 ponto percentual, na duas primeiras reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) no início de 2025, levando os juros básicos para 14,25% anuais. O executivo demonstrou preocupação com o impacto desses juros

mais altos, dificultando o acesso ao crédito de pessoas físicas e de empresas, além do aumento do custo da dívida pública.

Sustentabilidade

Ao comentar sobre os desafios e oportunidades para 2025, Vieira destacou que a sustentabilidade continuará como um dos temas mais importantes para o país. Segundo ele, o papel da Caixa no estímulo a iniciativas sustentáveis no Brasil, tende a ser mais fortalecido, porque isso será essencial para o desenvolvimento do país nos próximos anos. Vieira ressaltou que, dos R\$ 1,2 trilhão que o banco público possui em crédito concedido, a maior parte - R\$ 840 bilhões - é concedida para instituições "socioambientalmente adequadas e corretas".

A preocupação com sustentabilidade está em toda a operação da instituição financeira, de acordo com Vieira, citando como exemplo o Selo Casa Azul, concedido aos projetos de habitação com geração reduzida de resíduos. O executivo contou ainda que a Caixa trabalha para eliminar o uso de papel em suas operações, e que, em 2025, o banco vai zerar a oferta de crédito em documentos físicos.

"Para vocês terem uma ideia, nós fazemos em média, no setor habitacional, algo em torno de 3 mil operações por dia. Imagine o seguinte: para fazer uma operação dessa, nós usamos quase que uma resma de papel. São 80 páginas, isso é inconcebível", afirmou Vieira. Ele citou ainda que, na sexta-feira, assinará um acordo com catadores e coletores de lixo no valor de R\$ 50 milhões para melhorar a gestão da atividade, essencial para a reciclagem e reaproveitamento de materiais.

"Para vocês terem uma ideia, nós fazemos em média, no setor habitacional, algo em torno de 3 mil operações por dia. Imagine o seguinte: para fazer uma operação dessa, nós usamos quase que uma resma de papel"

Carlos Vieira, presidente da Caixa

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6764/18-12-2024.html?all=1>

Agenda verde e integração

RAPHAEL PATI, FERNANDA STRICKLAND E VICTOR CORREIA

Um dos principais desafios para o Brasil é acelerar o processo de desenvolvimento sustentável a partir de modelos de negócio que levem em consideração, além do aspecto econômico, pautas ambientais e sociais.

Diante dessas premissas, o presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), Jorge Viana, se considera otimista com os rumos da economia brasileira.

Na visão do executivo, apesar da desconfiança de grande parte do mercado financeiro, há aspectos que devem ser destacados como positivos para o país, como o crescimento da atividade econômica e o avanço da indústria de transformação e da agenda verde.

"O Brasil se reencontrou com algumas das agendas que são fundamentais para a gente pensar em ter um desenvolvimento sustentável", disse. Ele elencou quatro pilares que considera positivos e foram adotados nos dois primeiros anos do atual governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva: política social; cuidado com povos originários; proteção do meio ambiente; e crescimento econômico.

Para Viana, o modelo tradicional de produção e consumo se esgotou, com graves consequências para o meio ambiente.

Ele destacou ainda o avanço da insegurança alimentar no planeta. Dados do Mapa da Fome, da Organização das Nações Unidas (ONU), mostram que 733 milhões de pessoas viviam em situação de fome em 2023.

Nesse contexto, o presidente da ApexBrasil acredita que o país dispõe de todos os meios para ser protagonista de um novo modelo econômico, baseado na sustentabilidade e na redução das emissões de carbono na produção industrial, além de alinhado com políticas voltadas para a população que vive com renda baixa no país.

"Poucos países do mundo reúnem tantas oportunidades quanto o Brasil, mas isso vai depender de o Brasil ter consciência do seu papel", destacou o presidente da ApexBrasil, que frisou, ainda, que considera os desafios para 2025 como "extraordinários".

"Eu estou muito otimista para começar 2025, porque o Brasil voltou a ter crescimento industrial e desenvolvimento econômico e voltou a ter protagonismo no mundo", completou.

Neste ano, a ApexBrasil visitou 12 países diferentes para fazer encontros empresariais com investidores brasileiros e estrangeiros. Viana frisou que em todas as reuniões haviam pelo menos 300 empresários com interesse em apostar nas oportunidades do Brasil. O executivo também destacou que, após a posse de Lula, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) voltou a ter um forte investimento e reassumiu o protagonismo como impulsionador da atividade econômica no país: "É um dos maiores bancos do mundo e voltou e está dando lucro e sendo uma das instituições mais transparentes".

Mesmo com a posse do presidente republicano Donald Trump, que nesta semana fez ameaças de que pode aumentar as tarifas de produtos brasileiros, Viana enfatiza que a postura do Brasil deve ser pragmática em relação aos Estados Unidos e defendeu avanço das relações comerciais com o país norte-americano e com a China. "Ou seja, não estou falando que problemas trazem boas notícias ou solução, mas é que o Brasil tem que saber aproveitar esse momento e se firmar cada vez mais", avaliou.

Possibilidades

O secretário de Articulação Institucional do Ministério do Planejamento e Orçamento, João Villaverde, também se mostrou otimista com as possibilidades econômicas para o Brasil no contexto internacional.

Ele afirmou que as Rotas de Integração Sul-Americana podem beneficiar ainda mais o país após o fechamento do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia. Em sua visão, os vizinhos sul-americanos agora têm interesse em usar os portos brasileiros, voltados para o Oceano Atlântico, para exportar seus produtos. A iniciativa visa conectar todos os países da América do Sul, mas também as duas costas do continente.

"Podemos usar o Pacífico tanto quanto usamos o Atlântico. Não vamos deixar de usar o Atlântico, ele é a nossa benção", comentou o secretário. "E o maior acordo comercial do planeta Terra foi fechado neste mês, o acordo Mercosul e União Europeia. Nossos vizinhos, que não são banhados pelo Atlântico, têm

agora interesse real de usarem nossos portos", acrescentou.

O projeto das Rotas de Integração é um dos principais liderados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), composto por cinco rotas ligando todos os países da América do Sul.

Segundo Villaverde, o governo ouviu os secretários de Planejamento e Desenvolvimento Econômico dos 11 estados fronteiriços. Ao todo, o investimento já contratado pelo governo federal é de US\$ 10 bilhões que serão utilizados em mais de 190 obras de infraestrutura, dentro do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Villaverde exibiu e comentou uma apresentação de slides de sua pasta, com detalhes sobre as Rotas. Serão elas: Ilha das Guianas, Amazônica, Quadrante Rondon, Bioceânica de Capricórnio, e Bioceânica do Sul. O projeto teve origem no Consenso de Brasília, documento assinado em 30 de maio de 2023 por todos os presidentes da América do Sul.

Sobre as oportunidades futuras para o Brasil, Villaverde se mostrou otimista com o cenário atual, apesar dos temores com o rumo fiscal e a alta do dólar, e citou que os resultados do crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2023 e 2024 superaram em muito as previsões do mercado.

Além disso, destacou a COP 30, que será realizada no Brasil no final do ano que vem. "Ela é uma oportunidade, e ela vai passar. Quando chegar 2025, em novembro, o mundo inteiro estará no Brasil, e depois não o fará tão cedo. Temos que aproveitar essa oportunidade para fazer mais negócios, aumentar a geração de emprego, e aproveitar mais oportunidades em bioeconomia", comentou.

Desenvolvimento

O economista-chefe do Banco do Nordeste (BNB), Rogério Sobreira, apontou que o desenvolvimento deve ser equilibrado econômica, social e ambientalmente.

Para ele, há cinco dimensões fundamentais nessa transição: infraestrutura sustentável, transição energética, bioeconomia, economia circular e finanças sustentáveis.

Sobreira destacou que o sistema financeiro de fomento, como o Banco do Nordeste, tem um papel crucial no avanço dessa agenda sustentável. "Essa transição não é trivial. Os modelos econômicos ainda avaliam projetos de forma limitada, tratando a sustentabilidade como uma nota de rodapé. É

necessário pensar em maneiras diferentes de incorporar essa dimensão ao desenvolvimento econômico", afirmou.

Ao olhar para o papel do Nordeste nesse cenário, Sobreira apresentou dados expressivos sobre a liderança da região no setor de energia limpa no Brasil. Segundo ele, o Nordeste detém 92,5% da capacidade instalada de energia eólica no país e 59,3% da energia solar. Além disso, a região possui 55% do potencial de energia eólica e 51% do potencial fotovoltaico nacional. O hidrogênio verde também foi mencionado com 24%, como uma alternativa promissora, beneficiada pelas características específicas do Nordeste.

"O Nordeste tem um peso muito importante na transição energética do país, com destaque para as energias solar, eólica e hidrogênio verde. O Banco do Nordeste tem avançado no apoio a esse tipo de investimento, seja com linhas de crédito do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste), programas com organismos multilaterais ou captações domésticas", afirmou.

O economista-chefe destacou ainda a importância de um novo conceito de desenvolvimento que integre produtividade, distribuição de riqueza e preservação ambiental. "Se a gente lembrar, quando se falava em futuro no passado, discutia-se essencialmente produtividade, crescer e produzir mais.

Com o tempo, a dimensão da igualdade surge como fundamental: não apenas crescer, mas distribuir esse crescimento adequadamente. Hoje, descobriu-se que crescer e se desenvolver precisam necessariamente contemplar a dimensão da sustentabilidade, porque o planeta não poderá ser pilhado infinitamente", explicou Sobreira.

"Poucos países do mundo reúnem tantas oportunidades quanto o Brasil, mas isso vai depender de o Brasil ter consciência do seu papel" Jorge Viana, presidente da ApexBrasil

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6764/18-12-2024.html?all=1>

Ansiedade com câmbio e quadro fiscal

ROSANA HESSEL

O Banco Central (BC) reforçou, em ata divulgada ontem, a preocupação de piora do cenários interno e externo para dar o choque de juros na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), na semana passada, quando elevou a taxa básica da economia para 12,25% ao ano. O colegiado anunciou que pretende realizar mais duas altas na mesma magnitude, o que levará a Selic para 14,25%, em março de 2025.

"As condições financeiras e a taxa de câmbio passaram por forte alteração no período mais recente.

A conjunção de uma taxa de câmbio mais depreciada com a elevação das curvas de juros nominal e real torna o ambiente mais complexo", destaca o texto da ata. Pelas novas projeções do Copom, a taxa de juros neutra aumentou de 4,75% para 5%, o que exigiu o aumento do ritmo de aperto da política monetária.

O comitê, porém, não sinalizou quando pretende interromper o ciclo de alta de juros, iniciado em setembro. "A magnitude total do ciclo de aperto monetário será ditada pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta e dependerá da evolução da dinâmica da inflação, em especial dos componentes mais sensíveis à atividade econômica e à política monetária, das projeções de inflação, das expectativas de inflação, do hiato do produto e do balanço de riscos", destaca a ata.

No documento, o BC demonstrou preocupações maiores com o câmbio e a deterioração do quadro fiscal. "Na discussão que embasou tal deliberação, duas dimensões foram bastante discutidas.

Em primeiro lugar, a magnitude da deterioração de curto e médio prazo do cenário de inflação exigia uma postura mais tempestiva para manter o firme compromisso de convergência da inflação à meta. Em segundo, vários riscos se materializaram tornando o cenário mais adverso, mas menos incerto, permitindo maior visibilidade para que o Comitê oferecesse uma indicação de como antevia as próximas decisões", destaca o documento.

O texto ainda informa o repasse do câmbio para os preços, que "aumenta quando a demanda está mais forte, as expectativas estão desancoradas ou o movimento cambial é considerado mais persistente".

"As condições financeiras e a taxa de câmbio passaram por forte alteração no período mais recente. A conjunção de uma taxa de câmbio mais depreciada com a elevação das curvas de juros nominal e real torna o ambiente mais complexo"

Trecho da ata do Copom

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6764/18-12-2024.html?all=1>

Impossível não falar de juros

E realmente impossível não falar, pela enésima vez, sobre dívida pública e taxa de juros, principalmente agora, quando o Banco Central elevou a SELIC a 12,25%a.a. e já avisou que a elevará ainda mais. Pobre do Brasil, de parte dele, é claro.

Os juros estão sufocando a economia brasileira há décadas e não há sinais de melhora. Vejamos. A Dívida Líquida do Setor Público -DLSP (conceito Banco Central -BC) passou de R\$ 2,3 trilhões em 2000 e deve alcançar R\$ 7,2 trilhões agora em 2024, em moeda constante de 2024. É um crescimento absurdo e espantoso de 213%.

O maior responsável por este brutal aumento do endividamen-

to público foi, de longe, as taxas de juros, de acordo com dados da Tabela Fatores Condicionantes da Evolução da DLSP, do BC. Jamais haverá superávit primário suficiente para compensar o que o Tesouro Nacional paga de juros. De 2000 a 2023, a conta juros consumiu cerca de 6% do PIB/ano. Em 2024, este percentual chegará a 7,8%.

As previsões para 2025 são sombrias. O custo da dívida, que ultrapassará R\$ 1,0 trilhão, será superior a 8% do PIB. Não há economia que resista a isto.

Mas, uma boa notícia pode vir da análise destes dados. Em 2000, a DLSP equivalia a 47% do PIB e alcançará uns 60% do PIB agora em 2024. Mas, no período de 2008 a 2014, a média foi de 35% do PIB, com a dívi-

da praticamente constante na casa de R\$ 3,0 trilhões, juros de 5% do PIB (ainda elevados), superávit primário e economia crescendo à taxa média de 3,1%a.a. Ou seja, é possível reduzir a relação DLSP/PIB.

Mas o que mais me incomoda mesmo é a fixação dos Faria Limers e do Banco Central com o "fiscal", como sendo um dos principais responsáveis pela elevação dos juros. Apreciaria receber deles a justificativa para o período de 1999 a 2013, quando tivemos superávit primário médio de 2,5% do PIB e, mesmo assim, juros reais, altíssimos, de 8% a 10%a.a.

ROBERTO FIGUEIREDO GUIMARÃES,

diretor da ABDIB e ex-secretário do Tesouro Nacional

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18370>

Copom sugere mais rigor

A piora da **inflação** de curto e médio prazo exige postura mais tempestiva e o cenário se tornou mais adverso com a materialização de riscos, afirmou o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, em ata divulgada ontem, sobre choque de juros.

O colegiado enfatizou, assim como no **comunicado**, que o anúncio do pacote fiscal impac-tou os preços dos ativos e as projeções de **inflação** e câmbio, afastando ainda mais as expectativas da meta e exigindo maior rigor na política de juros.

O Copom destacou ainda que impulsos fiscais e de crédito mitigam os efeitos da política monetária, mas que há elementos que sugerem uma desaceleração para

a atividade futura.

"Desacelerações são parte essencial do processo de suavização e reequilíbrio da economia. O debate do comitê evidenciou, novamente, a necessidade de políticas fiscal e monetária harmoniosas", disse. Para todos os membros do colegiado, a piora nas expectativas é um fator de desconforto e deve ser combatida.

Na última quarta (11), em seu último encontro de 2024, o Co-pom elevou, em decisão unânime, a taxa básica de juros (Selic) em 1 ponto percentual, de 11,25% para 12,25% ao ano - que deverá se repetir nas duas próximas reuniões, em janeiro e março de 2025, com a Selic podendo chegar a 14,25% ao ano (Da Folhapress).

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18370>

Para analistas, câmbio reflete questão fiscal

Especialistas dizem que a falta de sustentabilidade fiscal é base para a disparada do dólar desde que o pacote de cortes de gastos foi anunciado. No dia 27 de novembro, data da divulgação das medidas, a moeda americana estava cotada a R\$ 5,938 - ontem, fechou em R\$ 6,091, uma alta de 2,6% em menos de um mês.

O descontrole das contas do governo se reflete também nos juros, o que torna a situação mais crítica. "No caso dos juros altos, não há investimento produtivo que supere uma taxa nominal acima de 15% ao ano. Dessa forma, ao empresário resta colocar o seu dinheiro para render", escreveu a pedido do Estadão Luís Otávio Leal, economista- chefe da G5 Partners.

Para Silvio Campos Neto, economista da Tendências, a avaliação do mercado é de que o arcabouço fiscal, sancionado há pouco mais de um ano, não vai conter a trajetória de crescimento da dívida. "A saída para interromper o círculo vicioso será um ajuste fiscal ainda mais profundo e doloroso do que o atualmente em discussão." Segundo Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos, "a profunda deterioração dos preços de ativos reflete a magnitude do desarranjo político, econômico e institucional que vive o País". A seguir, o que escreveram os especialistas:

ANALISES

Dólar alto é problema, mas juro é bem pior / LUÍS OTÁVIO LEAL Economista-chefe da G5 Partners

Começamos com uma afirmação peremptória - o mercado está disfuncional. E não porque o dólar está ao redor de R\$ 6,15, mas porque boa parte da curva de juros nominal está acima de 15% ao ano e a de juros reais está acima de 7% ao ano.

Por que o problema está nos juros, e não no câmbio?

Porque a economia se ajusta ao câmbio. Sim, teremos uma mudança de nível de preços, isso gera **inflação**, o País fica mais pobre em termos relativos, mas vida que segue.

Já no caso dos juros altos, não há investimento produtivo que supere uma taxa nominal acima de 15% ao ano e, principalmente, uma taxa real acima de 7% ao ano. Dessa forma, ao empresário resta colocar o seu dinheiro para render.

Portanto, se o mercado demorar muito para voltar ao normal só nos restará fazer como na música de Raul Seixas e "alugar o Brasil".

Ausência de controle fiscal cobra o seu preço / SILVIO CAMPOS NETO Economista da Tendências

Embora possa parecer paradoxal, um ano ainda marcado por uma boa performance econômica, com crescimento acima de 3% pelo quarto ano consecutivo e desemprego baixo, terminará sob crescente pessimismo e desconfiança por parte dos agentes econômicos.

A crescente percepção de insustentabilidade fiscal está cobrando seu preço, com a avaliação de que o novo arcabouço não será suficiente para conter a dinâmica ascendente da dívida pública, além dos sinais reforçados de que o governo - e o mundo político de forma geral - não tem uma agenda capaz de reverter o quadro.

O estresse dos mercados não é por acaso, e o arcabouço fiscal aprovado em 2023 já se mostrava insuficiente para estabilizar a dívida pública. A saída para interromper o círculo vicioso será um ajuste fiscal ainda mais profundo e doloroso do que o atualmente em discussão.

Novo arcabouço fiscal gera desconfiança / RAFAELA VITÓRIA Economista-chefe do Inter

Os desafios para 2025 serão muitos. Vamos iniciar a segunda metade do governo com enorme desconfiança no novo arcabouço fiscal, o que levou à recente desvalorização do dólar, aceleração da **inflação** e um novo ciclo de aperto monetário, que promete ser um dos mais restritivos dos últimos 20 anos.

O impacto do novo patamar de câmbio será uma aceleração da **inflação**, que já se encontra acima da meta, em 4,9%. A maior **inflação** tende a reduzir o poder de compra das famílias, principalmente as de baixa renda, e podemos ver um novo aumento do comprometimento de renda e deterioração da inadimplência. Por outro lado, o real desvalorizado pode beneficiar a balança comercial e levar a um aumento do superávit, resultado de uma esperada redução das importações, que cresceram 8% em dólar em 2024, com a demanda interna mais aquecida.

Corrigir as contas só pela receita gerou fadiga /
GABRIEL LEAL DE BARROS Economista-chefe da
ARX Investimentos

O governo Lula 3 se assemelha, em larga medida, ao governo Dilma, cujos erros de condução da política econômica, materializados na então Nova Matriz Econômica (NME), culminaram em uma crise.

O pacote fiscal recém-anunciado, que deveria corrigir os excessos de origem, foi tímido e insuficiente. A renovação de promessas não entregues de economia com o "pente-fino" voltaram à pauta, que contém ainda muitas medidas que buscam ampliar a flexibilidade orçamentária, mas que não significam economia fiscal efetiva.

A falta de senso de urgência e a estratégia unilateral de consolidação fiscal pelo lado da receita fadigaram os agentes políticos e econômicos. A profunda deterioração dos preços de ativos reflete a magnitude desse desarranjo político, econômico e institucional que vive o País. O resultado não será bom.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Em ata, BC diz que riscos para inflação se "materializaram"

ALVARO GRIBEL BRASÍLIA

Divulgada ontem, a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central - que terminou com a elevação da Selic em um ponto porcentual, para 12,25% - afirma que houve "materialização dos riscos" em relação à trajetória da **inflação**.

No documento, o BC reafirmou que haverá mais duas altas de um ponto nas próximas reuniões, em janeiro e março de 2025, mas não se comprometeu com o fim do ciclo. Ou seja, não há um teto para a Selic, e isso já fez com que alguns bancos e consultorias começassem a revisar para cima suas estimativas para os juros no ano que vem.

Para o BC, a **inflação** de serviços está mais forte - em função do desemprego baixo e do crescimento mais acelerado do **PIB** -, há repasses de preços por causa da alta do dólar e as expectativas de **inflação** estão "desancoradas", em parte porque a política fiscal do governo não transmite confiança para os agentes econômicos. Para completar, há o quadro externo mais adverso, com a eleição de Donald Trump, que pode fazer a **inflação** nos EUA ficar mais alta do que se esperava.

"Em função da materialização de riscos, o comitê avalia que o cenário se mostra menos incerto e mais adverso do que na reunião anterior.

Riscos à alta da **inflação**, tais como a resiliência da **inflação** de serviços, a desancoragem das expectativas e a depreciação cambial se materializaram.

Assim, um cenário que até então se mostrava bastante incerto tornou-se mais adverso", diz a ata.

Para o BC, o pacote fiscal anunciado pelo governo frustrou as expectativas do mercado, e isso se transformou em aumento do dólar e piora das expectativas de **inflação**.

Na visão do banco, a política fiscal do governo Lula é "expansionista", ao contrário do que diz o Ministério da Fazenda. O Copom afirma que há "impulsos" fiscais mais fortes do que o antecipado e, por isso, pede que as duas políticas, fiscal e monetária, sejam

harmoniosas.

A reunião da semana passada do Copom foi a última sob o comando de Roberto Campos Neto, cujo mandato expira neste mês. O seu lugar será assumido pelo atual diretor de Política Monetária do BC, Gabriel Galípolo.

VALOR

12,25% ao ano é o patamar da atual taxa básica de juros

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Para economistas, alta de gastos piora quadro

DANIEL AMORIM/RIO

A aposta do governo em uma política fiscal expansionista agravaria o já pressionado cenário inflacionário. O resultado seria uma deterioração adicional nas condições financeiras das famílias em 2026, ano eleitoral.

A avaliação é de Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV).

"Os efeitos negativos dessa política fiscal são mais rápidos e muito piores para a economia do que os efeitos positivos. Então, acho que 2026 vai ser muito pior do que 2025 se a gente continuar nessa toada", previu Silvia, em seminário realizado ontem pelo Estadão e pelo Ibre/FGV. "**Inflação** afeta popularidade, não importa o governo, se de direita ou esquerda." A pesquisadora observou que oscilações no câmbio e choques temporários de oferta têm registrado transmissão mais rápida para a **inflação** atualmente, corroendo o poder de compra das famílias. E alertou que o custo da alimentação no domicílio pode fechar o ano de 2024 com alta de 9%, seguida de novo aumento de 6% em 2025, a despeito de uma perspectiva de safra agrícola maior em 2025.

Já o chefe do Centro de Estudos Monetários do Ibre/FGV, José Júlio Senna, mencionou que o atual governo aumentou gastos desde antes de sua posse, quando articulou a PEC da Transição, mas que o momento atual é de liderar o Congresso pela aprovação de um pacote de austeridade, convencendo os parlamentares de que a solução traria resultados positivos e benefícios a todos. Senna avalia que o aumento de receita previsto pelo governo "é coisa pequena perto do que precisa", e que a solução passaria por corte efetivo de gastos, incluindo a revisão de subsídios. "Tem um monte de benefícios e subsídios que são passíveis de serem corrigidos."

Reajustes

Custo da alimentação no domicílio pode fechar o ano com uma alta de 9%, diz Silvia Matos, da FGV

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Congresso precisa endurecer medidas de pacote fiscal (Editorial)

Em vez de enfraquecer as medidas do pacote fiscal, o Congresso precisa endurecê-las. Os sinais são evidentes. Ninguém pode alegar que não vê a escalada do dólar e das expectativas de inflação, resultados óbvios da falta de credibilidade do governo para promover um ajuste nas contas públicas em que todos consigam acreditar.

De forma unânime, o Banco Central (BC), acossado pela alta da inflação, deu um choque nos juros: elevou a Se-lic em 1 ponto, para 12,25% ao ano. Mais: sinalizou que em três meses o percentual poderá chegar a 14,25%. A última vez em que a Selic foi alçada a tal patamar foi em 2015, quando Dilma Rousseff era presidente, o país debatia a urgência de um ajuste fiscal, e a economia estava prestes a registrar dois anos duríssimos de recessão. Não dá para repetir os mesmos erros.

Ao contrário do que argumentam o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o PT, a alta dos juros foi uma medida essencial diante da tibieza do pacote enviado pelo governo ao Congresso -ele mal atende a um décimo do necessário para estabilizar a dívida pública, algo como R\$ 300 bilhões. Como o governo não faz sua parte, o BC precisa agir com mais rigor. Dada a magnitude dos anúncios sobre juros, dólar e expectativas de inflação deveriam estar em queda, mas se vê o oposto. Enquanto a credibilidade do arcabouço fiscal só cai e a trajetória da dívida pública só sobe, os preços e a insegurança refletida no câmbio continuarão pressionados.

Diante de cenário tão grave, o que faz o Congresso? Tenta desidratar o já tímido pacote de ajuste enviado pelo governo. É como se o pelotão de frente numa guerra virasse as costas ao inimigo e disparasse contra a própria tropa. Os congressistas resistem a aprovar medidas necessárias, como o endurecimento nas regras de concessão do benefício destinado a idosos e deficientes de baixa renda, o BPC. Dizem **temer** a reação de eleitores. Esquecem, porém, que um desastre econômico terá efeito muito pior nesse mesmo eleitorado.

Diante de um presidente que todo dia dá repetidas provas de não compreender a gravidade da situação que ele próprio criou para a economia brasileira ao dar de ombros para a crise fiscal, o Congresso não pode se dar ao luxo de ser omissivo, imaginando que não

pagará custo político. Estão em jogo os empregos e a renda de milhões de brasileiros. Diante da negligência do Executivo, a responsabilidade dos parlamentares se tomou muito maior.

O Congresso tem o poder de assumir o protagonismo e aperfeiçoar o pacote do governo, para impor mais rigor ao controle das despesas. Há boas idéias no Parlamento, como a Proposta de Emenda à Constituição dos deputados Pedro Paulo (PSD-RJ), Kim Kataguiri (União-SP) e Julio Lopes (PP-RJ). Com a meta de economizar R\$ 1,5 trilhão em dez anos, o texto propõe desindexar e desvincular várias rubricas do Orçamento. Outros parlamentares também defendem mudanças capazes de produzir efeitos estabilizadores e duradouros nas contas públicas, como a redução do engessamento dos gastos e um controle mais rígido dos supersalários do funcionalismo.

É hora de essas propostas se tornarem realidade. Quanto menos ambiciosas as mudanças e mais demorada a aprovação do pacote fiscal, mais caro será o ajuste necessário para evitar o descontrole inflacionário e a precipitação da economia no abismo da incerteza. O momento é crítico. Os parlamentares não podem fugir a sua missão.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Copom: reação a pacote fiscal tornou cenário mais adverso

THAÍS BARCELLOS

O Banco Central fez uma série de alertas sobre o cenário econômico na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) da semana passada, mostra a ata divulgada ontem. A reação do mercado financeiro ao pacote fiscal do governo, observa, tornou o cenário inflacionário mais adverso, demandando uma resposta mais dura em termos de juros para controlar a **inflação**, cuja convergência para meta está mais desafiadora.

Há uma semana, o BC subiu os juros em 1 ponto percentual, para 12,25% ao ano, e indicou mais duas altas na mesma proporção. Ou seja, em março a Selic atingiria 14,25%.

"O Comitê avaliou que houve uma deterioração adicional no cenário de **inflação** (...). Concluiu-se que os determinantes de prazo mais curto, como a taxa de câmbio e a **inflação** corrente, e os determinantes de médio prazo, como o hiato do produto e as expectativas de **inflação**, se deterioraram de forma relevante. Tal piora demanda uma política monetária ainda mais contracionista."

O Copom ressaltou que, apesar dos juros altos, o consumo das famílias e os investimentos crescem em um ritmo "bastante intenso". E afirmou que os impulsos fiscais e de crédito mais fortes que o esperado reduzem o impacto da Selic para esfriar a economia e, assim, controlar a **inflação**. Segundo a ata, a atividade econômica e a política fiscal precisam desacelerar para que a política monetária seja eficaz.

O BC ainda elevou a projeção da taxa de juro real (descontada a **inflação**) neutra (que não acelera nem reduz a **inflação**) de 4,75% para 5%.

As expectativas de **inflação** se afastaram mais ainda do centro da meta - de 3%, com de tolerância de 1,5 ponto para cima ou para baixo - após a frustração com o pacote fiscal do governo. O mercado prevê descumprimento em 2024 e 2025. Para 2026 e 2027, as projeções estão dentro da banda, mas longe do centro.

As projeções oficiais do BC não ficam atrás. São de 4,9% para 2024, 4,5% para 2025 e 4% para o segundo trimestre de 2026, período em que o BC atualmente

trabalha para colocar a **inflação** na meta.

- Qual é o preço dos ativos, de efeitos financeiros no juro e dólar, que o governo está disposto a pagar para mudar a postura em relação ao desajuste das contas públicas? Não sei, então tenho de me defender para que não suba mais. Claro que os preços não referem adequadamente o que está acontecendo no Brasil. Mas é uma perda de referência. Não é um exagero, é uma reação à perda de referência - diz Carlos Kawall, sócio-fundador da Oriz Partners e ex-secretário do Tesouro.

Sem essa referência, afirma ele, os ativos entram em espiral negativa:

- Quando desancoram os preços de mercado, não sei mais se o dólar é R\$ 6, R\$ 6,50 ou R\$ 7. Ou se um título que paga 15% de juros é pouco ou não.

Em relatório, a economista-chefe do Banco Inter, Rafaela Vitória, afirma que caminhamos para uma taxa de juro real próxima de 10% "e ainda assim sem visibilidade de convergência da **inflação** para a meta." Essa convergência, diz, só será obtida com a retomada da credibilidade fiscal. "Até lá, iremos arcar com um elevado custo da política monetária e um efeito reduzido."

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

'Se câmbio não estabilizar, estrangeiro não entra'

JOÃO SORIMA NETO

Gilson Finkelsztain / presidente da B3

A reação negativa do mercado ao pacote de corte de gastos reflete a decepção dos investidores com o quadro fiscal. Para o presidente da B3, a Bolsa de Valores de São Paulo, Gilson Finkelsztain, o governo precisa fazer o ajuste, mas há um overshooting (reação exagerada, descolada dos fundamentos da economia). Segundo ele, "enquanto o câmbio não estabilizar, o estrangeiro não entra." Sem novas aberturas de capital (IPOs) este ano, Finkelsztain destaca que há pujantes transações de renda fixa e o mercado de capitais já é a maior fonte de financiamento de investimentos no Brasil.

Para o mercado, o pacote do governo é tímido. Como avalia?

Desde abril ou maio veio a mensagem do BC de que precisamos fazer um ajuste nas contas públicas. O atraso provocou nervosismo nos investidores, que querem saber se o ajuste será feito ou não.

O senhor considera que há um "overshooting"?

Eu concordo que é um overshooting, mas acho que seria fácil de resolver se o governo demonstrasse, com ações, que vai fazer um ajuste fiscal considerável. Não ajudou a divulgação do ajuste fiscal com o incremento de despesa (isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil). A minha visão é que há um overshooting, pois o Brasil não está mal em relação a crescimento do **PIB**, desemprego, e mesmo **inflação**. Só que o filme futuro está deixando os investidores nervosos. Eles estão antecipando desaceleração econômica e **inflação**. E o governo acha que isso não vai acontecer. Essa

falta de sintonia entre investidores e governo deixa o mercado nervoso e só piora.

O fiscal é a principal barreira para o estrangeiro voltar a investir no Brasil?

Se o câmbio não estabilizar, o estrangeiro não entra. Ele está vendo o país crescer, preços muito baratos, câmbio competitivo, e tem sido remunerado pela inércia. A cada mês que ele espera está ficando mais

barato. A gente só quebra esse círculo vicioso dando uma mensagem forte a política fiscal.

Na Bolsa, foi mais um ano sem novas aberturas de capital.

Mas o mercado de crédito, com muitas emissões, vai bem. Qual o balanço?

O mercado de capitais definitivamente não está parado, porque não é só Bolsa. Nossa parcela de receita vinculada à renda variável é de apenas 20%. Vamos enfatizar isso no B3 Day, que acontece nesta quarta em São Paulo. Tivemos lançamentos de fundo imobiliário, BDRs, ETFs, recorde de emissões privadas, mais de R\$ 500 bilhões emitidos entre instrumentos de renda fixa privada, entre debêntures, CRIs, CRAS, letras financeiras. O mercado de balcão cresceu. Todos os nossos negócios cresceram dois dígitos em 2024, com exceção do mercado de ações. A mensagem é: temos um mercado novo de renda fixa muito pujante, que está nascendo, e tem muito para se desenvolver.

E os "followons" (emissão de ações de empresas já listadas)?

A gente teve R\$ 25 bilhões de followons, e o destaque foi a Sabesp. Desde 2022, foram R\$ 100 bilhões em follow-ons. É pouco, mas diversificamos a receita com outros ativos. Hoje o mercado de capitais é a maior fonte de financiamento de investimentos no Brasil. Brigamos muito por isso. Era o BNDES, depois os bancos e agora é o mercado de capitais. É uma grande vitória e ainda tem muito para andar.

A tributação de dividendos pode afastar o investidor?

Sempre pode. Acho que a carga tributária brasileira já é muito alta. A tributação de dividendos deveria vir com uma adequação do Imposto de Renda da pessoa jurídica, caso contrário a carga aumenta. Se a empresa já é tributada, há uma dupla tributação. Deveria ser um olhar mais de justiça tributária. E a gente tem um problema a resolver com o tema de "pejotização" no Brasil. Mas isso é mais uma agenda para a reforma do Imposto de Renda.

Quais produtos a B3 deve lançar em 2025?

Estamos abrindo fronteiras, parcerias com corretoras globais para que estrangeiros e brasileiros que moram no exterior abram uma conta de forma simplificada e invistam aqui. Vamos implementar no começo do ano. Para entrar na Bolsa, o tíquete inicial era de R\$ 5 mil. Hoje é R\$ 150, R\$ 200. Há sucesso nessa democratização de acesso a investimentos. Temos 5 milhões de CPFs que têm acima de R\$ 50 mil reais investidos, que é o investidor mais sofisticado. Lançamos o Gift Card do Tesouro Direto para que as pessoas deem de presente para a família neste Natal.

Nós estamos lançando uma calculadora de Imposto de Renda para ações, para simplificar a vida dos investidores. E um sistema de negociação de renda fixa no mercado secundário, para dar mais liquidez. Já lançamos um derivativo de cripto. Acho que vem outro futuro de cripto em 2025. A gente vai continuar incentivando o lançamento de ETFs e de BDRs. Também vamos pedir aprovação para relançar o futuro de ouro no ano que vem.

E como vê a possibilidade de uma nova Bolsa no Rio?

A gente sempre teve concorrência. São as bolsas internacionais. Bolsa é um negócio que precisa de reputação, segurança, tecnologia, credibilidade. Esse é o nosso mantra e por isso somos reconhecidos globalmente. Então, a concorrência é bem-vinda e nos mantém criativos para enfrentá-la.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Projeções já apontam Selic acima de 16% no fim do ciclo de alta

PAULO RENATO NEPOMUCENO

Instituições financeiras começaram a revisar para cima o topo do ciclo de alta na taxa básica de juros (Selic). Ontem, os juros futuros negociados no mercado projetavam até 16,75% no segundo semestre do ano que vem.

Na semana passada, o Comitê de Política Monetária do BC (Copom) aumentou a taxa básica em um ponto percentual, para 12,25% ao ano, e indicou que fará novas altas de um ponto nas reuniões de 29 de janeiro e 19 de março, o que elevaria a Selic para 14,25%.

Para Carlos Kawall, ex-secretário do Tesouro e sócio-fundador da Oriz Partners, a alta de juros feita pelo Copom "parece que ficou velha":

- Na semana passada, muitos julgaram, como eu, que a decisão do Copom era uma tentativa do BC de ficar à frente da curva (de juros

futuros), de se antecipar ao movimento negativo. Menos de uma semana depois, parece que ficou velha, no sentido de que o BC, aos preços de hoje, já está atrás da curva de novo.

ALERTA SOBRE CRÉDITO

O Citi aumentou a estimativa da Selic para 15,5% em 2025, com cortes começando só no começo do ano seguinte. Na visão do Citi, a flexibilização dos juros se iniciaria somente em 2026 e com a Selic recuando para 12% no ano.

O JP Morgan também revisou sua previsão a partir da divulgação da ata do Copom. O banco americano projeta Selic alcançando 15,25% em 2025.

O economista-chefe do Itaú, Mário Mesquita, afirma em relatório que "a ata da reunião do Copom apresenta, de forma bastante clara, um cenário de **inflação** muito desafiador (...) Também é digno de nota

que a ata emite um alerta sobre as condições de crédito".

O Itaú prevê que a taxa básica de juros terminará o ciclo de alta a 15% ao ano, com dois aumentos

adicionais de 1 ponto percentual - já previstos pelo BC - e um final de 0,75 ponto na reunião de 7 de maio de 2025.

A financeira Asa vê o ciclo de aperto na Selic alcançando 14,25% no ano que vem, mas considera um aperto necessário de 16,75% para frear as expectativas para a **inflação** no ano que vem.

"Consideramos que o BC deveria elevar a taxa básica de juros em mais 4,5 pontos percentuais, em três altas de 1,5 ponto cada. Esse movimento agressivo poderia ser considerado um choque de juros e teria potencial para trazer a **inflação** para próximo da meta no horizonte relevante de política monetária", afirmou em relatório Leonardo Costa, economista do Asa, acrescentando que a medida ajudaria a conter pressões inflacionárias advindas da valorização cambial.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

'Banco central é agente menor e está refém da política fiscal'

PAULO RENATO NEPOMUCENO

Marcos Lisboa, economista e ex-presidente do insper

O Banco Central (BC) faz o que está a seu alcance para tentar recolocar a **inflação** na meta, mas a pressão fiscal joga contra, afirma Marcos Lisboa, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda no primeiro governo Lula e ex-presidente do Insper. Segundo ele, o governo optou por não enfrentar problemas graves nos gastos públicos.

Como o senhor vê a atuação do BC, com alta forte na Selic, ata do Copom em tom duro e intervenções no câmbio?

O Banco Central faz escolhas possíveis, mas ele sofre efeito colateral, assim como todo o país, da política fiscal. O câmbio é reflexo. E a política monetária é uma coadjuvante ágil do fiscal. Mas o BC é um agente menor e está refém da política fiscal. Os investidores estão mais pessimistas e preferindo outros países (estrangeiros já retiraram R\$ 32 bilhões da Bolsa este ano). Exemplo é o diferencial de juros que o Tesouro está pagando, com dificuldade de rolar dívida (títulos atrelados à **inflação** chegaram a pagar taxas acima de 8% na terça-feira, o maior nível desde 2008). Significa pessimismo grande com o futuro do país.

Mas o que há de descompasso nas contas públicas?

No Brasil, o fiscal está disfuncional, e ele é uma âncora da política econômica. Um fiscal bem estruturado, funcional, que em momentos de deflação atua para inflacionar na margem, em momentos comédidos, é normal no resto do mundo. Mas esse não é o caso brasileiro.

Por que as regras atuais não são suficientes?

O gasto no Brasil é 95% rígido. Com fim do teto de gastos, algumas despesas voltaram a ser indexadas à receita. Além disso, voltou a indexação do salário mínimo, que está atrelado a uma série de benefícios previdenciários, hoje a principal despesa. O governo sabia desde o começo que o arcabouço era inconsistente, não parava de pé nas suas regras. Deu-se o benefício da dúvida de que ia fazer o dever de casa, ia sinalizar que não ia deixar a dívida crescer, de que íamos ter equilíbrio e saída saudável do processo

para não ter **inflação** alta. Esse quadro fracassou. Houve um barulho com anúncio de revisão de gastos, mas o que saiu foi de uma timidez impressionante. E aí muita gente fica cética sobre o país. Houve a opção do governo por não enfrentar problemas tecnicamente difíceis.

E a reação do mercado?

Não existe tal mercado. Existe uma gestão de poupanças e investimentos, como os maiores detentores de dívida, os fundos de pensão. Existem fundos

privados menores, centenas de bolsos pequenos, empresas com gestão de caixa. E há os estrangeiros que apostam no Brasil. As pessoas tomam decisões com base nos sinais. O problema fundamental é que a trajetória da dívida aumentou sete pontos percentuais e corre o risco de aumentar mais sete até o fim do governo. E era um bom momento para se discutir um ajuste, diante de atividade e consumo fortes e desemprego em baixa, antes de a crise chegar. Se postergar, vamos discutir quando ficar complicado.

Qual seria a solução?

A questão fiscal precisa ser enfrentada de maneira sustentada, não com medidas paliativas aqui e acolá. Pode custar caro para o país nos próximos anos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Dólar acima de R\$ 6 preocupa e ajuste não é insuficiente, diz Mello

Lu Aiko Otta e Estevão Tair De Brasília

A taxa de câmbio em níveis acima de R\$ 6 preocupa, principalmente por seus impactos nos preços, disse o secretário de Política Econômica, Guilherme Mello. Já os efeitos macroeconômicos exigem mais tempo para serem observados.

"Claro que nós nos preocupamos tanto com a curva de juros quanto com a taxa de câmbio", disse. "Sabemos o impacto disso do ponto de vista de preços, inflação, e do ponto de vista de atividade."

O que o governo tem feito, disse ele, é trabalhar para aprovar as medidas de ajuste enviadas ao Congresso Nacional e reforçar o compromisso com a regra fiscal.

Mello descartou qualquer alteração no arcabouço e afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem total compromisso com ele. "A partir do momento que o presidente Lula reúne seu conjunto de ministros durante mais de uma semana para tratar de um tema que do ponto de vista político é delicado, é óbvio que ele tem um compromisso."

A alta de um ponto percentual na taxa de juros e a sinalização de mais dois aumentos da mesma magnitude foram uma reação do Banco Central a pressões de preços no curto prazo, principalmente carnes, e a "expectativas que estão pressionadas", disse o secretário.

"Essas expectativas pressionadas podem se mostrar equivocadas, caso realmente observemos o cenário que o próprio mercado está trabalhando, de um crescimento mais moderado e de um mercado de trabalho um pouco mais harmônico, digamos assim, um pouco mais distensionado", comentou. A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor:

Dólar aR\$6

É evidente que uma taxa acima de R\$ 6 nos preocupa, com os impactos em preços. Temos que trabalhar, aprovando as medidas que enviamos para o Congresso, demonstrando sempre que possível o nosso compromisso com equilíbrio fiscal e com a retomada dos superávits primários, prosseguir na agenda de recomposição da base de tributação de revisão de gastos que garanta sustentabilidade para a

regra fiscal. É difícil falar em estabilizar, mas em que patamar o câmbio tende a orbitar? Isso não está claro.

Compromisso de Lula com o ajuste fiscal

A partir do momento em que o presidente reúne o seu conjunto de ministros durante mais de uma semana para tratar de um tema que do ponto de vista político é delicado...O compromisso é tão grande que ele colocou como tema central do governo, durante semanas, a sustentabilidade fiscal. Esse é o tamanho da prioridade para o presidente. Ele mobilizou o governo de maneira permanente, durante semanas, para construir uma proposta robusta, que, obviamente, sabemos das implicações políticas, mas necessárias para manter a credibilidade da regra que ele propôs, que ele aprovou.

Cenário para2025

Apesar do crescimento mais forte [da atividade], ainda não vemos pressões vindas da inflação de serviços intensivos em trabalho ou mesmo dos núcleos inflacionários. Mas reconhecemos que, com o crescimento dos últimos anos, a economia brasileira está próxima, um pouco acima, um pouco abaixo, do que seria o nosso PIB potencial. Se continuarmos crescendo a um ritmo igual ao que crescemos em 2024, isso poderia gerar pressões inflacionárias mais à frente. Mas as projeções tanto da SPE quanto do mercado financeiro são de desaceleração. O mercado financeiro, em média, prevê um crescimento de 2% para o ano que vem, a SPE está com 2,5%. Isso retira, pelo menos do nosso cenário principal, qualquer risco de sobreaquecimento que enseje pressões inflacionárias estruturais.

Possibilidade de superávit primário em 2025

Existe a possibilidade de já termos algum superávit no próximo ano, caso o esforço de recuperação de receitas prossiga. [O desempenho das contas públicas] é algo que a gente acompanha cotidianamente. Se percebemos que o comportamento da receita ou da despesa está se desviando do necessário para garantir a sustentabilidade da regra fiscal e as nossas metas, podemos discutir medidas que tragam conforto para o governo.

Incertezas

Evidente que temos um aumento de grandes incertezas, domésticas e internacionais, mas os próximos meses podem mitigá-las. Qual será a política econômica dos Estados Unidos e como ela vai impactar o resto do mundo do ponto de vista inflacionário? E qual será a política econômica do Brasil e como isso vai dialogar com esse cenário de desaceleração gradual da economia e da **inflação**? Estamos falando abertamente qual é o nosso cenário e quais são os nossos compromissos, para manter a regra [fiscal] crível e sustentável. Eventualmente poderá levar alguns meses para que os agentes se convençam de que esse é o rumo que está sendo tomado. Então, a nós, cabe continuar trabalhando.

Condições financeiras

Uma vez que houver um entendimento do compromisso inarredável do governo com as regras fiscais e a responsabilidade fiscal e do compromisso inarredável do Banco Central com o controle da **inflação**, e tudo com um crescimento equilibrado do **PIB**, isso vai ajudar a trazer tanto a curva de juros quanto as expectativas da **inflação** de volta para um patamar em que se encontravam no passado recente.

Impulso fiscal

O impulso fiscal em 2025 tende a ser mais fraco do que em 2024. Nós sabemos que ainda temos trabalho pela frente na política fiscal. Nunca falamos que o processo de ajuste das contas públicas terminava em 2024.

Decisão do BC

O Banco Central reagiu a um cenário em que ele está vendo pressões no curto prazo, principalmente vindo de carnes, de um ciclo do próprio setor, agravado pela seca. Ele está reagindo tanto aos efeitos atuais quanto às expectativas que estão pressionadas. Essas expectativas podem se mostrar equivocadas caso realmente observemos o cenário que o próprio mercado está trabalhando, que é de um crescimento mais moderado e um mercado de trabalho um pouco mais harmônico. Nós também esperamos uma **inflação** para o ano que vem um pouco menor, apesar de sabermos que existem pressões advindas das expectativas e da taxa de câmbio que precisam ser incorporadas. Mas esse arrefecimento do crescimento, essa situação mais distensionada no mercado de trabalho e um bom ciclo produtivo na agricultura podem trazer a **inflação** para um patamar um pouco abaixo do que a gente viu, de volta para dentro da meta

Reação ao pacote fiscal

Bancos e gestoras do setor financeiro falavam dias antes do anúncio que algo em torno de R\$ 70 bilhões [de diminuição no ritmo de crescimento das despesas] nos próximos dois anos seria bom o suficiente. E nós anunciamos R\$ 70 bilhões em dois anos. Vejo alguns cálculos ainda defasados. Por exemplo: cálculos que consideram que a proposta de DRU (Desvinculação de Receitas da União) não tem impacto fiscal. Desculpe, mas esses cálculos estão errados, porque nós ampliamos o escopo da DRU. Com isso, ela afeta um conjunto de fundos cujas despesas, se não fosse essa ampliação do escopo, cresceriam algo em torno de R\$ 5 bilhões a R\$ 6 bilhões nos próximos anos. Não crescerão mais. Então, tem impacto fiscal. O mercado já está aproximando os seus cálculos daquele que a gente apresentou. Estamos falando dos R\$ 70 bilhões que os próprios relatórios de mercado falavam que seriam fortes o suficiente para preservar o arcabouço. Então, não são medidas insuficientes ou fracas. Talvez, algumas pessoas esperassem que elas pudessem resolver outros problemas, como fazer um superávit primário maior. Mas elas nunca foram elaboradas pensando no resultado primário, e sim garantir credibilidade e sustentabilidade para o arcabouço.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Crescimento de 2,4% é sustentável, projeta CNI

Gabriela Pereira De Brasília

O superintendente de economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Mario Sergio Telles, afirmou nesta terça-feira (17) que o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) para 2025, projetado pela CNI em 2,4%, será sustentável nos próximos anos e os mesmos fatores que impulsionaram o crescimento em 2024 devem influenciar a economia brasileira no próximo ano, ainda que em menor magnitude.

Em dezembro do ano passado, a projeção do **PIB** para 2024 foi de 1,7%, agora o número foi alterado para 3,5%. De acordo com ele, os erros dos analistas nas projeções econômicas se deram devido às expectativas com o mercado de trabalho, que apresentava indicativos de desaquecimento. "Mas a taxa de desemprego ficou em baixa e o mercado de trabalho foi resistente", disse ele.

Segundo o relatório Economia Brasileira 2024-2025 elaborado pela CNI, a retomada do ciclo de alta da taxa Selic pelo Banco Central será um dos principais fatores para a desaceleração do crescimento em 2025 frente a 2024, apesar de não ser o único.

"A CNI acredita que o Banco Central vai manter o ciclo de aperto monetário pelo menos até a metade do ano que vem, com redução a partir do segundo semestre. Projeta-se que a taxa Selic vai fechar 2025 em 12,75%, meio ponto percentual acima do patamar ao fim de 2024. Nesse cenário, as concessões de crédito devem crescer 7,1%, menos do que em 2023", afirma o relatório.

Para Telles, apesar da política fiscal em 2025 se mostrar mais em linha com o movimento esperado pela política monetária, o mercado de trabalho não deve conseguir manter o mesmo ritmo de expansão, o que deve gerar uma massa de rendimento real menor, causando desaceleração na economia.

As projeções para 2025 já estão considerando o pacote de medidas de ajuste fiscal apresentado ao Congresso Nacional pelo governo na ordem de R\$ 22 bilhões. "Estamos considerando de 70% a 80% do que foi apresentado, levando em consideração os ajustes que serão feitos no Congresso."

Pelas projeções da CNI, o Índice de Preços ao

Consumidor Amplo (IPCA) deve encerrar o ano em 4,8%, 0,3 ponto percentual acima do teto da meta, que é de 4,5%. Para 2025, o cálculo é que a **inflação** baixe para 4,2%, desacelerando frente a 2024.

"Esse movimento é explicado pelo menor crescimento do **PIB**, ritmo mais lento do mercado de trabalho, intensificação do aperto monetário, redução do impulso fiscal e menor pressão sobre o preço dos alimentos e da energia", explica o relatório da entidade.

O relatório aponta, também, que o consumo deve crescer 2,4% em 2025 e os investimentos tendem a subir 2,6%, ante os 7,3% em 2024. O documento aponta que a indústria deve crescer 2,1% no ano que vem, justificado pela redução do crescimento da demanda interna.

Sobre a indústria de transformação, a projeção é de crescimento de 2%. Os serviços devem aumentar 1,9%, enquanto a agropecuária deve se recuperar da queda prevista para 2024, crescendo 4,2% no ano que vem.

"No que diz respeito ao setor externo, as importações devem seguir em alta em 2025, mas em ritmo bem mais lento ao de 2024, sobretudo pela desvalorização do real e crescimento menor do **PIB**. As exportações devem melhorar, entre outras coisas, por causa da recuperação da agropecuária", explica a CNI no documento.

Para o presidente da CNI, Ricardo Alban, afirmou que as sinalizações de aperto monetário nas comunicações do Copom não ajudam no controle da **inflação**.

Na semana passada, o Copom elevou os juros de 11,25% ao ano para 12,25% ao ano e sinalizou altas na mesma magnitude nas suas duas próximas reuniões.

De acordo com Alban, atualmente o país está criando condições de pressão inflacionária por falta de oferta. "Acho que temos jeitos mais úteis de fazer isso, política monetária tem outras formas de se fazer", disse ele durante entrevista à imprensa para apresentar os dados do relatório Economia Brasileira 2024-2025.

Ele disse, ainda, que o anúncio da reforma da renda e da isenção do Imposto de Renda para ganhos menores de R\$ 5 mil mensais poderia ter sido feito em outro momento, e não junto ao anúncio do pacote de medidas de ajuste fiscal.

Para ele, a atitude gerou um equívoco na leitura e contaminou os formadores de opinião. "Isso gerou impacto no mercado que ganha com movimentos especulativos", avaliou.

Segundo as projeções da CNI, a média anual de câmbio projetada para o ano que vem é de R\$ 5,70, mais desvalorizado do que as estimativas deste ano, que ficou em R\$5,38.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Estudo vê corte de até 8,1% do PIB com redução de jornada

Marsílea Gombata De São Paulo

O fim do esquema de trabalho 6x1 pode tirar de 2,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**), no cenário mais otimista, com aumento de produtividade e sem perda de emprego, a 8,12%, no mais pessimista, em que não ocorre aumento de produtividade e há demissões decorrente do aumento de custos, segundo estudo do economista Daniel Duque, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ibre).

O estudo, que analisa possibilidades tanto no caso de uma redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais quanto no de 44 para 36 horas, indica queda do **PIB** em diferentes cenários, "o que ressalta a importância de equilibrar reformas trabalhistas com seus impactos econômicos", segundo Duque.

O estudo é baseado em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad C) do segundo trimestre e em estimativas de emprego e produtividade do Observatório de Produtividade Regis Bonelli do FGV Ibre.

Nele, Duque decompõe o **PIB** como resultado da produtividade por hora trabalhada, multiplicada pela jornada média de trabalho, dividida pela população ocupada.

Para medir a produtividade dos setores econômicos entre formal e informal, foi examinada a relação da renda por hora trabalhada de 12 setores econômicos, para que fossem identificadas a produtividade por hora trabalhada, a jornada média e a população ocupada formal e informal.

Nas projeções, foram considerados dois contextos distintos: a redução da jornada máxima para 40 horas semanais, um pouco acima do estipulado na proposta de emenda constitucional (PEC) que prevê o fim da escala de seis dias trabalhados e um de descanso na semana, e a redução para 36 horas semanais, como proposto na PEC. A análise, que se concentra apenas no setor formal, apresenta oito resultados diferentes.

No cenário-base, em que a produtividade por hora trabalhada e a população ocupada não são afetadas pela mudança na jornada de trabalho, os resultados indicam que a perda da economia seria de 2,59% no caso de redução da jornada para 40 horas e de 7,38%

se a redução fosse para 36 horas.

"Para efeito de comparação, uma queda de [quase] 7,4% no **PIB** é semelhante à experimentada pela economia brasileira durante a crise de 2014 a 2016", argumenta Duque.

Ele observa que os números evidenciam que, independentemente de possíveis benefícios que a redução da jornada de trabalho poderia trazer, há um custo econômico importante que precisa ser considerado.

Em um cenário otimista, em que os trabalhadores mostram um crescimento médio de 1% da produtividade por hora trabalhada, por conta de fatores como mais descanso ou melhor saúde mental, a perda econômica seria de 2,06% no caso da redução para 40 horas e de 6,84% no de uma mudança para 36 horas.

Em um cenário pessimista, empresas e empregadores encerram operações ou demitem funcionários, devido a maiores custos de trabalho resultantes da redução da jornada. Nele, a perda de emprego seria de 2,5%, e haveria crescimento de 0,5% da produtividade média dos trabalhadores, decorrente da diminuição do número de empregados. Nesse caso, a perda econômica seria de 3,33% no contexto de uma jornada de 40 horas semanais, com perda de 1 milhão de empregos, e de 8,12% no de 36 horas semanais, com redução de 1,1 milhão de vagas de trabalho.

Em um último cenário, que combina efeitos negativos e positivos, como a perda de empregos e o aumento da produtividade individual de cada trabalhador e no agregado, o impacto econômico seria de 2,8% se a jornada passasse a 40 horas semanais e de 7,6% se fosse de 36 horas semanais.

"No médio e longo prazo, talvez as empresas mais produtivas serão as que sobrevivem [a uma redução de jornada]. Pode ser que, por causa dos maiores custos de trabalho, elas acabem investindo mais em tecnologia", diz o economista. "Mas como estou falando de um impacto imediato, e não do de médio e longo prazo, considero que a produtividade não aumentará muito. Por isso, analiso o impacto de agora."

O economista acrescenta que o aumento de produtividade pode variar entre os setores, mas seria maior naqueles em que é maior a diferença entre as horas efetivamente trabalhadas e a jornada máxima estabelecida. "Isso significa que setores como comércio e transportes observariam um ganho maior em produtividade por hora, especialmente no cenário de redução da jornada para 36 horas semanais", diz Duque, no estudo.

Nesse sentido, argumenta Bruno Imaizumi, economista da LCA Consultores, setores mais ligados à tecnologia poderiam ser mais produtivos do que outros e até mesmo evitar perdas decorrentes da mudança de jornada.

"Esses setores, nos quais se consegue trabalhar remotamente, teriam maiores ganhos com a implementação de redução de jornada", diz. "[Com isso], consigo enxergar um certo espaço para a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais. Hoje, a maioria dos trabalhadores formais com contrato de 44 horas semanais não trabalha efetivamente 44 horas. Por isso, essa redução caberia. Algumas empresas teriam que se adaptar e rever seus contratos, mas, como boa parte das pessoas já trabalha 40 horas [efetivamente], não seria uma mudança tão drástica assim."

Hélio Zylbersztajn, professor sênior da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA) da Universidade de São Paulo e coordenador do Salariômetro da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), afirma, contudo, que não dá para generalizar e que as empresas deveriam fazer testes com seus empregados para ver como se adaptar melhor.

"Em alguns países, as empresas dividiram os empregados em dois grupos: um que trabalhava cinco dias por semana e outro, quatro. Na semana de quatro dias, as empresas proporcionaram aos trabalhadores alguns instrumentos para agilizar o trabalho, para poderem ser mais produtivos. A produção não caiu", diz.

"Mas como se faz isso, por exemplo, no comércio? Ou em empresas de produção contínua, como siderúrgica ou química, em que as coisas não param? Se um dia de trabalho é tirado, não dá para aumentar a produtividade assim. É preciso contratar mais, e isso terá um impacto."

Nesse caso, prevê Zylbersztajn, algumas empresas podem tentar repassar parte dos custos adicionais para o preço, o que pode gerar mais **inflação**.

No estudo, Duque conclui que "os resultados indicam

que, mesmo considerando os potenciais ganhos de produtividade e as perdas de emprego, a redução da jornada de trabalho proposta pela PEC teria um impacto econômico significativo que precisa ser cuidadosamente avaliado".

"É importante notar que uma perda econômica de 2,8% [no cenário de perda de emprego e aumento da produtividade, com redução da jornada para 40 horas semanais] equivale a cerca de um ano de crescimento econômico potencial", afirma o economista do FGV Ibre.

"No entanto, uma queda entre 6,8% e 8,1% do **PIB** seria extremamente significativa e traria um desconforto econômico substancial. Esse nível de redução econômica poderia se comparar a períodos de recessão profunda, impactando negativamente o emprego, a renda e a estabilidade financeira do país."

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Projeções de juros e inflação do Fed devem atrair atenção do mercado

C2

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Copom endurece tom em ata e indica que decisão foi unânime

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central passou uma mensagem de unidade em torno da sinalização de altas de juros de 1 ponto percentual nas suas duas primeiras reuniões de 2025, que ocorrem já sob o comando do novo presidente do BC, Gabriel Galípolo.

Na semana passada, o comitê surpreendeu com a adoção de uma estratégia mais conservadora de aperto monetário, com a alta dos juros básicos de 11,25% ao ano para 12,25% ao ano. Mas a falta de uma menção literal, no **comunicado** que saiu logo após a reunião, de que a decisão foi por unanimidade levantou dúvidas no mercado sobre o apoio de Galípolo a essa abordagem mais austera à frente.

Ontem, a ata do Copom esclareceu que tanto a decisão quanto a sinalização futura foram unânimes. O colegiado também explicou por que decidiu comunicar ao mercado os seus próximos passos no ciclo de aperto.

O comitê avaliou que fatores antes vistos como riscos para a alta da **inflação** se materializaram, trazendo menos incerteza para o cenário e permitindo que o colegiado sinalizasse a intenção de, ao longo dos dois próximos encontros, elevar a Selic a 14,25%. A incerteza diminuiu, mas a adversidade para a **inflação** aumentou. O colegiado apontou que riscos como a resiliência da **inflação** de serviços, a desancoragem das expectativas e a depreciação cambial se materializaram e configuraram o cenário.

Após a divulgação da ata, algumas casas importantes no mercado revisaram o cenário e passaram a trabalhar com juros ainda mais altos em suas projeções. Foi o caso do J.P. Morgan, que elevou sua estimativa para a Selic no fim do ciclo de 14,25% para 15,25%, na medida em que a ata reforçou que o comitê reconhece a deterioração das perspectivas inflacionárias. "Como o nosso cenário prevê que o núcleo do IPCA irá acelerar ainda mais no primeiro trimestre e vemos riscos de mais surpresas de alta para o crescimento no curto prazo, estamos revisando para cima nossas expectativas para a taxa Selic."

O Citi foi outra casa a projetar um juro básico ainda mais alto e elevou sua estimativa para a Selic no fim do ciclo de 13,25% para 15,5%, na esteira da postura mais conservadora adotada pela autoridade

monetária. Já a LCA Consultores passou a projetar a taxa básica em 15% em 2025.

Na ata, o Copom também destacou a deterioração da **inflação** no curto prazo. Entre os pontos de atenção, o colegiado ressaltou os efeitos da elevação do dólar, a atividade que continua resiliente apesar dos juros altos, o impacto das medidas fiscais na percepção do mercado e um cenário externo que ainda tem incertezas "relevantes".

Para explicar a decisão de polí-

Após a ata, casas importantes revisaram cenários e passaram a trabalhar com juros ainda mais altos em suas projeções

tica monetária, o colegiado apontou que a postura "mais tempestiva" era necessária considerando a "magnitude" da deterioração de curto e médio prazo dos cenários de **inflação**. Além disso, a menor incerteza permitiu mais visibilidade do cenário e o colegiado decidiu indicar o que considera fazer nas próximas reuniões.

O Copom destacou a intensificação dos "vetores inflacionários" desde a reunião anterior, em novembro. Citando o nível de ociosidade da economia (hiato do produto mais positivo), mercado de trabalho aquecido, nova depreciação cambial, **inflação** corrente mais elevada e expectativas desancoradas, o colegiado destacou uma convergência da **inflação** à meta "mais desafiadora".

O anúncio das medidas fiscais pelo governo no fim de novembro prevendo economia de R\$ 70 bilhões nos próximos dois anos não reduziu as preocupações fiscais do mercado. O dólar à vista tem operado acima dos R\$ 6 as projeções de **inflação** e Selic colhidas no relatório Focus seguem subindo para 2024 e os próximos anos.

A ata detalhou que o anúncio fiscal teve impacto "relevante" na percepção dos agentes sobre os preços de ativos e "especialmente o prêmio de risco, as expectativas de **inflação** e a taxa de câmbio". De acordo com o Copom, o prêmio de **inflação** dos instrumentos financeiros e das expectativas subiu, tornou o cenário mais adverso, e requer "uma política monetária mais contracionista".

O Copom ainda elevou a taxa de juros real neutra - aquela que não estimula nem contrai a economia - de 4,75% para 5%. Foi a segunda vez que o colegiado aumentou sua estimativa para a taxa de equilíbrio neste ano.

Outro ponto de atenção para o Copom é a resiliência da atividade econômica. A ata destacou que o ritmo de crescimento do consumo das famílias e da formação bruta de capital fixo indica crescimento "bastante intenso" da demanda interna, apesar dos juros em patamares contracionistas. Para o comitê, há "elementos mitigadores" do impacto da política monetária, como os impulsos fiscais e de crédito mais fortes que o esperado.

Apesar da resiliência da atividade, o Copom avaliou que há elementos que sugerem uma desaceleração, como o aperto das condições financeiras. A ata enfatizou que o comitê vai acompanhar o processo com o entendimento de que a redução do hiato previsto em suas projeções é "inerente" ao funcionamento dos mecanismos de transmissão de política monetária e atingimento da meta de inflação.

"O comitê manteve a firme convicção de que as políticas devem ser previsíveis, críveis e anti-cíclicas. Em particular, desacelerações são parte essencial do processo de suavização e reequilíbrio da economia. O debate do Comitê evidenciou, novamente, a necessidade de políticas fiscal e monetária harmoniosas", diz a ata.

Ainda de acordo com a ata, além da incerteza sobre o processo da desaceleração, "persiste o debate se a desaceleração prevista se daria por uma restrição dos fatores de produção ou por uma queda de demanda, com impactos muito distintos sobre o processo inflacionário", apontou o documento divulgado pelo BC. (Colaboraram Gabriel Roca e Gabriel Caldeira)

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Juro real passa de 8% em leilão de NTN-B

A falta de confiança do mercado na política fiscal protagoniza uma forte deterioração da percepção de risco dos investidores, o que resulta em uma escalada muito expressiva das taxas de juros reais extraídas das NTN-Bs (títulos públicos indexados à **inflação**), que estão entre as variáveis que melhor expressam a piora da perspectiva dos investidores. Ganham força comparações entre o momento atual e o período da crise durante o segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, entre 2015 e 2016, na medida em que o mercado começa a embutir nos preços um quadro similar, apesar de o cenário atual ainda não reunir condições tão negativas quanto as dos anos anteriores.

Após os juros reais de longo prazo ultrapassarem o patamar de 7% pela primeira vez desde 2016, junto a um leilão de NTN-B com vencimento de 2027 que pagou taxas de mais de 8%, o Tesouro Nacional decidiu suspender o último leilão de títulos pré-fixados de 2025 e anunciou operações de recompra para o restante da semana, sem divulgar detalhes das operações.

"Temos visto um aumento de risco diretamente ligado ao crescimento da dívida pública. Não é só o fato de o governo gastar mais do que arrecada, mas também de que o déficit aumenta a dívida, que já está em um percentual alto em relação ao **PIB**", afirma o estrategista Ronaldo Patah, da UBS Wealth Management.

A dinâmica de aumento dos juros reais de longo prazo se arrasta de forma consistente desde, pelo menos, o começo de 2024, puxada não apenas pela piora da percepção de risco fiscal como também a taxas neutras de juros (que não estimulam nem apertam a atividade econômica) mais elevadas no Brasil e no mundo após a pandemia.

Ainda assim, as últimas semanas marcaram uma deterioração mais acelerada do juro real brasileiro, em especial depois da decepção dos agentes de mercado com o pacote de revisão de gastos do governo. Desde o anúncio, no final de novembro, a taxa da NTN-B com vencimento de agosto de 2050 saltou de 6,77% para o patamar de 7,2%.

"O que temos feito muito recentemente é comparar o prêmio de risco de agora com o que aconteceu em 2015, durante o

"Os preços atuais não estão absurdos; não é possível

dizer que o prêmio está exagerado" Ronaldo Patah

governo Dilma, que foi quando a dívida cresceu assustadoramente e o governo tinha um déficit muito alto. A conclusão é que o preço atual das NTN-Bs está parecido com 2015. Naquela época, o déficit nominal do Brasil estava em 10% e, hoje, está em 9,5%. Isso mostra que os preços atuais não estão absurdos; não

é possível dizer que o prêmio está exagerado", afirma Patah.

Embora faça a ressalva de que o juro real dos Estados Unidos era cerca de 1,5 ponto menor em 2015 - o que por si só já reduz a pressão externa sobre as taxas brasileiras -, Patah acredita que o mercado pode precificar um prêmio de risco similar se a percepção fiscal continuar piorando. "Nada impede que a gente chegue lá".

Para Michael Kusunoki, chefe de renda fixa e multimercados da BNP Paribas Asset Management, a comparação com a crise econômica de meados da década passada ainda é "um pouco exagerada", já que naquela altura não só o juro americano era muito mais baixo, como a **inflação** doméstica se encontrava em patamares bem mais elevados. Dito isso, ele vê o mercado se

antecipando a esse cenário, em especial por conta do temor de que o Brasil enfrente um quadro de dominância fiscal, caracterizado pela perda de potência da política monetária em ancorar as expectativas dos agentes por conta de uma dinâmica negativa das contas públicas.

"Estamos nos aproximando desse cenário de dominância fiscal. É uma interpretação possível à medida que se observa o que tem acontecido, principalmente após a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central", diz Kusunoki.

Na semana passada, o Copom elevou a taxa Selic em 1 ponto percentual, para 12,25%, e indicou mais duas altas de igual magnitude em janeiro e março de 2025. Mesmo assim, desde então a **inflação** implícita (diferença entre juros nominais e reais) subiu e a curva de juros futuros se deteriorou, destaca Kusunoki.

"Não vejo, do ponto de vista da política monetária, o que mais se possa fazer para melhorar esse quadro. Acho que as opções do BC estão meio esgotadas em relação ao que já vem fazendo", afirma o gestor.

Opinião similar é compar-tilharpor Julio Fernandes, sócio e gestor macro da XP Asset Management, que avalia que só uma mudança da política fiscal seria suficiente para frear esse movimento.

"O principal ponto para que a gente tivesse uma inflexão na discussão da trajetória do juro real é, sim, medidas mais fortes que endereçassem o aumento da relação entre dívida e **PIB**", diz Fernandes. Por isso, ainda que o pacote de contenção de despesas anunciado pelo governo possa dar sustentação ao arcabouço fiscal, caso aprovado sem grandes alterações, é preciso que se projete uma estabilização do nível da dívida federal à frente. "Esse é o elo que está faltan-

do para o mercado normalizar", completa o gestor da XP Asset.

Kusunoki também aponta que apenas um ganho de credibilidade fiscal seria capaz de reverter a dinâmica negativa atual, e se diz cético sobre o potencial de que isso venha com a aprovação das medidas em tramitação no Congresso Nacional. "Só a aprovação desse conjunto de medidas é suficiente? Não sei dizer se bastaria".

Atrelado à discussão sobre os fatores macroeconômicos, a escalada dos juros reais também aumenta o temor do mercado em relação à sustentabilidade da rolagem da dívida pública. "Um déficit que só aumenta o tamanho da dívida a juros muito altos pode inviabilizar a capacidade de pagamento", alerta Patah, da UBS Wealth Management.

Diante do estresse visto nos ativos de renda fixa nos últimos dias, o Tesouro anunciou na semana passada que faria leilões de títulos públicos com lotes mínimo de 50 mil para todos os vencimentos nesta semana. Participantes do mercado viram a decisão como uma tentativa de conter o forte movimento de abertura das taxas, algo que não se confirmou e levou o órgão a cancelar o leilão de títulos prefixados previsto para amanhã, anunciando operações de recompra nas três próximas sessões.

Na visão de Kusunoki, o Tesouro não deveria se preocupar com o nível atual das taxas e focar nos riscos ao refinanciamento da dívida pública. "Eu ficaria mais propenso a fazer a gestão da liquidez do que preocupado com o nível do prêmio da curva de juros. Se o colchão de liquidez ficar muito apertado, aí sim pode ter problema para fazer a rolagem, o que é o pior dos mundos", alerta o gestor da BNP Paribas Asset Management.

Ainda que veja o estresse no mercado de juros se

estendendo no curto prazo, Kusunoki diz que tem posições em NTN-B com prazos entre 2027 e 2028. "Dado todo o contexto, é o ativo que é possível investir hoje pela proteção da **inflação**", diz ele.

Já Ronaldo Patah diz que mantém alocação em juros reais de prazos mais longos, mas ressalta que a recomendação é focada apenas para investidores com horizontes também mais alongados e que não precisam de liquidez imediata. "Nos próximos seis meses, enquanto o BC estiver subindo juros, vai continuar difícil", afirma.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Tesouro mais ativo pode atenuar alta do dólar

O Tesouro Nacional finalmente entrou no esforço para acalmar os mercados, com o cancelamento da oferta pública de títulos públicos previsto para quinta-feira e a reavaliação, a partir de hoje, de leilões de recompra de seus papéis.

Não vai resolver o problema da escalada do dólar e dos juros negociados em mercado, que é causado por incertezas fiscais, mas pelo menos o Tesouro deixa de ser parte do problema, atuando de forma conjunta como bombeiro junto com o Banco Central (BC).

Qual é o efeito que pode se esperar no mercado? Numa outra vez que o Tesouro e o BC atuaram de forma semelhante, em 2018, os juros negociados em mercado tiveram uma queda de quase 0,5 ponto percentual em apenas um

dia. Mas a normalização completa demorou meses e dependeu da resolução de incertezas que estavam na raiz do problema.

Alguns participantes do mercado estavam defendendo que o Tesouro recomprasse seus títulos porque o mercado busca uma saída, em um ambiente de surpresas com a alta da Selic e aumento dos prêmios ligados ao risco fiscal.

Sem saída, o mercado estressa-se ainda mais a curva de juros futuros e buscava proteção no dólar, num movimento sem fim, que leva a um ciclo vicioso. Ontem, a situação teria piorado depois que o Tesouro avalizou a precificação de juros reais de 8% ao ano, os maiores desde 2008.

Com os leilões de recompra, defendiam alguns, o Tesouro ajudaria o mercado a encontrar parâmetros de preços e daria ao menos uma esperança para quem quer deixar suas posições.

O Tesouro Nacional, de certa forma, já vinha reconhecendo potenciais problemas no mercado, quando anunciou que faria nesta semana um leilão mais leve para a colocação de seus papéis. E indicou que estava atento.

Em maio de 2018, vivemos uma situação semelhante. O Banco Central surpreendeu o mercado, mantendo a taxa Selic, então em 6,5% ao ano. Não foi uma

simples parada: o mercado passou a achar que o BC iria voltar a subir o juro. A surpresa

Tesouro deixou de ser parte do problema, atuando de forma conjunta como bombeiro junto com o BC

machucou muitos investidores, já que, como sempre, o mercado estava aplicado em juro.

A situação piorou logo depois, com a greve dos caminhoneiros, diante do risco de paralisação da economia e de aceleração da **inflação**. A curva de juros futuros deu um salto de dois pontos percentuais, para o prazo de dois anos, passando de 7,75% ao ano para 9,75% ao ano.

A apresentação feita pelos técnicos do Banco Central aos membros do Copom na reunião seguinte, de junho, mostrou que uma parte desse salto se deveu a um movimento de "stop loss" dos mercados, ou tentativa de estancar as perdas.

O Tesouro anunciou, então, um programa de recompra de títulos públicos. O Banco Central atuou junto, vendendo swaps cambiais. E o Conselho Monetário Nacional (CMN) aliviou a situação, relaxando uma

regra que visava alongar o prazo das carteiras de títulos públicos dos fundos de pensão.

Desta vez, o Banco Central surpreendeu os mercados com um movimento forte de juros, que na prática coloca a Selic em 14,25% ao ano até março de 2025. E são crescentes as incertezas fiscais.

Os leilões de recompra de títulos podem ajudar a tirar a pressão dos preços, dizem participantes do mercado, mas o Tesouro vai correr mais riscos. O problema agora é fiscal. Em 2018, no governo **Temer**, havia mais confiança na política fiscal.

No fim das contas, a taxa de 8% é uma espécie de parâmetro do custo do Tesouro para rolar a dívida, ainda que numa colocação pequena. A taxa apenas está explicitando a situação atual das contas públicas. Ou seja: precisa vir junto uma sinalização mais firme também do lado do governo sobre a política fiscal.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

"Receio com disciplina fiscal continua, mas Brasil pode atrair fluxos"

O aceno dado pelo governo com a divulgação de um pacote de corte de gastos acompanhado por um projeto de ampliação da isenção do Imposto de Renda (IR) não diminuiu o receio com a "falta de disciplina fiscal" do governo. A avaliação é de Carlos Hardenberg, fundador da Mobius Capital Partners. Ainda que o imbróglio esteja distante de ser resolvido no Brasil, a combinação de lucros fortes, boa gestão corporativa e preços muito altos no mercado de ações americano torna a bolsa brasileira cada vez mais atrativa, na visão do executivo, o que pode atrair fluxos para ações locais.

Com US\$ 390 milhões em ativos sob gestão, a gestora sediada em Londres está "overweight" em Brasil (acima da média) e afirma que tem aumentado a compra de ações domésticas nos últimos 12 meses, na contramão de investidores locais. Leia abaixo os principais trechos da entrevista com o gestor:

Valor: Como o senhor vê Brasil? Há oportunidades?

Carlos Hardenberg: Gostamos de situações que não são tão claras. Quando há incerteza, você geralmente encontra as melhores oportunidades. Se todos concordassem que o Brasil é uma oportunidade incrível, provavelmente estaria sendo negociado a múltiplos muito caros. Todo mundo compraria o Brasil. Há dois componentes para entender a alocação em Brasil: a situação econômica local e a geopolítica global. O Brasil parece mais aberto e mais interconectado com o mundo do que nunca, mas a situação econômica na China preocupa.

Valor: Porquê?

Hardenberg: Uma das razões pelas quais existe algum ceticismo é porque a China é frágil. Há

dúvidas em torno da saúde do consumo chinês. Isso é potencialmente negativo para o Brasil. Ao mesmo tempo, outra preocupação global está ligada aos Estados Unidos. Eu desisti de tentar fazer previsões sobre o que está na cabeça de Donald Trump. Acredito que ele vê o Brasil como uma espécie de nação amigável e um parceiro comercial confiável e importante. O Brasil não está muito alto na lista de países que ele quer punir. Isso é potencialmente uma boa notícia para os exportadores brasileiros. As empresas brasileiras podem se beneficiar do fato de

que outras empresas, em outros países, como México, China, Alemanha e demais países da Europa, serão penalizadas. O outro componente para entender o Brasil é o que está acontecendo localmente. O mercado de trabalho está muito forte. A **inflação** está caindo, mas não o suficiente. Existem algumas questões sobre o déficit orçamentário e sobre o tipo de disciplina fiscal e monetária no país. Há um certo ceticismo com o local e que foi refletido no enfraquecimento do real este ano.

Valor: Como vê o pacote fiscal anunciado pelo governo no fim de novembro?

Hardenberg: O pacote de corte de despesas não foi longe o suficiente para aliviar as preocupações de investidores com a falta de disciplina fiscal do governo. A expansão fiscal alimentou a in-

"Quando há

incerteza, você

geralmente

encontraas

melhores

oportunidades

de mercado"

flação no Brasil e espera-se que o Banco Central aumente ainda mais as taxas de juros. Isso pode colocar pressão sobre certos setores e deixar investidores cautelosos no curto prazo. Porém, nem todas as pressões inflacionárias foram impulsionadas por gastos do governo. A economia brasileira está a todo vapor com números mais fortes de consumo, emprego e de crescimento do crédito. Como investidores de longo prazo, continuamos a ver oportunidades em empresas mais voltadas para o consumo, especialmente com marcas fortes, clientes fiéis e balanços saudáveis.

Valor: O que é preciso para que o país fique no caminho certo?

Hardenberg: Para o Brasil se recuperar de forma mais

significativa, precisamos de uma perspectiva de curto prazo menos nebulosa, ou seja, precisamos entender se há disciplina suficiente por parte da administração para combater a **inflação** de forma crível. As taxas precisam cair para acelerar a atividade econômica. E, claro, tudo isso tem que vir junto com dados fortes de exportação e com uma boa safra agrícola. A boa notícia é que há empresas incríveis e fortes, como Embraer e WEG, por exemplo. O Brasil está em uma boa posição e, neste momento, os "valuations" estão muito atraentes.

Valor: Está comprando ações neste momento ou não?

Hardenberg: Estamos

"overweight" em Brasil e temos comprado mais exposição ao país nos últimos 12 meses. Temos exposição a Totvs, por exemplo, que é a principal aposta. Temos exposição ao Mercado Livre. Possuímos também ações de uma operadora de academias que atua no Brasil e no México.

Adicionamos não faz muito tempo também uma exposição a uma joalheria brasileira.

Valor: Mudou algo na carteira depois da eleição de Trump?

Hardenberg: Estamos acompanhando atentamente o que Trump está falando. Já reagimos em certa medida. Já tínhamos vendido quase tudo o que tínhamos em China, porque vimos que o país estava cada vez mais sob pressão. Ele está sendo atacado por mais barreiras comerciais e existem grandes problemas, como a questão imobiliária. Há investimentos excessivos em muitos setores e uma demanda muito fraca do consumidor chinês. Temos pouca exposição à China hoje. Preferimos outros países asiáticos como Vietnã e Coreia. Temos investimentos também na Índia, que pode ser a grande vencedora dos fluxos que iam para a China e atrair mais investimentos estrangeiros diretos. Também vejo outros países latino-americanos que podem se tornar vencedores nesse comércio.

Valor: As políticas comerciais de Trump podem afastar o investidor dos emergentes?

Hardenberg: Tem sido o caso dos últimos sete anos. O dólar ficou cada vez mais forte, e as moedas de mercados emergentes ficaram cada vez mais fracas. Olhe para o real, por exemplo, que se enfraqueceu consideravelmente. Se a economia dos EUA continuar indo muito bem, o dólar se fortalece, há mais confiança. No entanto, uma coisa é diferente hoje: as moedas e os mercados de ações emergentes estão sendo negociados com um desconto recorde em

relação ao mercado americano. Acho que há cada vez mais consciência de que talvez o mercado americano tenha se tor-

nado caro demais. Os mercados emergentes agora estão se recuperando e o crescimento está voltando. Parecem muito atraentes. Esperamos que os investimentos voltem aos mercados emergentes a médio prazo. Todo mundo já tem tudo dos EUA, como Amazon, Google, Facebook, Meta, as "sete magníficas", no portfólio.

Valor: Quais empresas poderiam se beneficiar dessa tensão entre China e Estados Unidos?

Hardenberg: Algumas das

maiores que todos conhecem, porém eu não investiria em nenhuma delas. Eu costumava investir e era bastante próximo da Vale e da Petrobras. Mas houve o grande escândalo de governança da Petrobras. Não estou muito interessado nisso, mas existem algumas empresas como, por exemplo, a Totvs, que está fornecendo um ótimo software e poderia se beneficiar disso também.

Valor: Por que não compra mais Petrobras e Vale?

Hardenberg: Procuo por campeões menores que ainda não são conhecidos por todos. Há várias varejistas competitivas. Muitas empresas de tecnologia e negócios de saúde. Tem muitos outros negócios que estão crescendo mais rápido do que os negócios clássicos-

"Há dúvidas em torno da saúde do consumo chinês. Isso ainda é potencialmente negativo para o Brasil"

cos de commodities. Estaria mais interessado em olhar para campeões de energia alternativa devido à transição energética.

Valor: Antes das eleições americanas, mudou a carteira Brasil?

Hardenberg: Nós mantivemos nossa exposição em Brasil, mantendo nosso peso em 8%, 9% do portfólio. Estamos analisando a ação de uma joalheria brasileira, por exemplo, que poderia ser uma candidata a comprarmos mais ações, porque a empresa está se saindo muito bem e o "valuation" é interessante.

Valor: A Índia está roubando um pouco da alocação em emergentes?

Hardenberg: Temos cerca do dobro da exposição à Índia, e investimos em um grupo diversificado de empresas. Algumas delas são baseadas no país, mas

são realmente globais, como os serviços de TI [tecnologia da informação], caso da Persistent Systems. A Índia é um contraponto ao Brasil, com um governo que é extremamente pró-ne-gócios e o mercado indiano atraiu muitos investimentos estrangeiros diretos no último período. O país é visto como um dos maiores vencedores contra a China, porque estão oferecendo todo tipo de incentivo para as empresas globais investirem.

Valor: Os investidores locais estão saindo do mercado de ações. Como vê isso?

Hardenberg: Tudo é impulsionado por sentimento e acho que tem a ver com o medo de perder, com a falta de confiança na forma como o orçamento está sendo administrado no momento, com o medo em relação à política dos EUA. Para mim, é sempre uma ótima oportunidade se os locais estão vendendo, fico muito interessado.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Mais um ano de desafios

Cenário Juros com tendência de alta, em decorrência de pressões inflacionárias e da perspectiva de resultados tímidos do pacote fiscal, apontam para desempenho fraco de ações e favorecem investimentos em renda fixa

O ano de 2025 aponta para um cenário econômico que favorece investimentos em fundos de renda fixa, a exemplo do que ocorreu em 2024. Entre os fatores que contribuem na esfera doméstica para a expectativa de especialistas dois são decisivos: juros com tendência de alta, decorrente tanto de pressões inflacionárias quanto da perspectiva de resultados tímidos do pacote fiscal divulgado recentemente; e, como consequência, fraco desempenho das ações, em linha com o resultado obtido este ano, quando o Ibovespa acumulou queda de 4,44% entre 2 de janeiro e 10 de dezembro.

A mensagem do Banco Central dada na última reunião do ano do Comitê de Política Monetária (Copom), quando elevou a Selic para 12,25%, foi clara, segundo Marcelo Mello, CEO da SulAmérica Investimentos. Não haverá leniência com a expectativa de **inflação**, que ficará acima do teto da meta, de 4,5%, este ano, devendo atingir 4,6% no próximo.

A decisão do Copom levou o mercado a rever, e elevar, as projeções de juros para 2025. "Estávamos com uma Selic projetada para 2025 na casa de 13% e 13,5%, mas ajustamos para 15%. Diante desse cenário, a propensão é para estratégias de investimentos voltadas para renda fixa e crédito privado, no próximo ano", diz Mello. Logo, um quadro mais adverso para aplicações em fundos de ações e multimercados, categorias que sofreram perdas líquidas de R\$ 9,5 bilhões e de R\$ 324,2 bilhões, respectivamente, nos primeiros 11 meses do ano, conforme dados da Anbima. Os números estão na contramão das expectativas que o mercado mantinha no fim de 2023.

Para ajudar o investidor a navegar nesse cenário, o "Guia Valor de Fundos de Investimento" lista 1.792 carteiras com histórico de pelo menos três anos, agrupadas em categorias que têm o objetivo de facilitar a diversificação das aplicações.

"Começamos este ano com uma visão positiva de redução de juros, de uma **inflação** mais comportada depois do aperto monetário e de que esse ambiente abriria espaço para termos uma janela de IPOs [oferta primária de ações] e migração dos fundos de renda

fixa para outras categorias. Mas a atividade econômica forte [alta do **PIB** de 3,1% acumulada em quatro trimestres encerrado em setembro de 2024], a discussão fiscal que trouxe muito ruído e a volatilidade da eleição americana fizeram com que a política monetária do Banco Central mantivesse a ortodoxia, sinalizando para mais aperto no ano, não permitindo IPOs e nem que os investidores propensos a riscos migrassem para fundos de ações e multimercados. O ano 2024 termina muito parecido com 2023", diz Mello.

O impacto desse conjunto de fatores sobre os investimentos foi uma captação líquida de R\$ 344 bilhões pelos fundos de renda fixa até novembro, o que contribuiu para uma entrada líquida de R\$ 186,2 bilhões na indústria de fundos, o melhor resultado dos últimos três anos para o período, segundo a Anbima. Em 2025, os fundos de renda fixa devem repetir tal desempenho, decorrente da política de juros elevados para compensar fragilidades fiscais, questão central da agenda econômica para o próximo ano. Pairam, no entanto, dúvidas que podem afetar os investimentos.

"Todos esperavam um corte de gastos que não foi forte e veio junto de uma redução na arrecadação do Imposto de Renda. Qual o verdadeiro tamanho do problema fiscal do país? O pacote trouxe medidas que precisam ou de aprovação do Congresso ou de negociações longas. Há muitas dúvidas, inclusive em relação à postura do Banco Central com a nova gestão. Para onde os recursos vão fluir vai dialogar com a forma como o novo BC vai se posicionar. Qual vai ser a postura do Banco Central?", questiona Ilan Arbetman, analista financeiro (CFA) da Ativa Investimentos. "Há dúvidas quanto ao rigor da nova diretoria diante do quadro fiscal."

O mercado de ações doméstico permanece sem perspectivas de IPO, jejum que já dura três anos, em virtude da sub-valorização dos preços das ações. "No micro, há excelentes empresas na Bolsa, mas com os juros em alta e com a desvalorização do real frente ao dólar, no macro, pode ser desafiador investir em Bolsa. Se houver uma pauta fiscal com maior controle dos gastos, podemos ver uma melhora, com alta forte do Ibovespa e queda dos juros futuros", diz Lucas Carvalho, chefe do departamento de análise da Toro Investimentos.

A perspectiva negativa para as ações, de acordo com Henrique Castro, professor da Escola de Economia de São Paulo da FGV, tem por base o alto custo de captação para as empresas com papéis negociados

em Bolsa, diante de uma Selic de dois dígitos, o que leva, em geral, à redução dos investimentos. "As companhias terão que ter projetos muito vantajosos para que compensem o custo mais alto. Em geral, elas retardam investimentos, expansões e isso para o mercado de renda variável é uma má notícia. Nos últimos quatro anos, o único bom para ações foi o de 2023, por conta da atratividade do mercado de renda fixa decorrente dos juros altos", diz Castro.

Apesar de tal cenário para a Bolsa brasileira, investidores mais afeitos à renda variável encontrarão boas opções no mercado de ações internacional. O S P 500, índice da Bolsa americana que reúne as principais empresas do país, surge como uma das opções mais atrativas, já que deve manter um ritmo semelhante ao

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Conservadorismo venceu e poucos bateram o CDI

No período entre novembro de 2021 e outubro de 2024 a diferença entre a variação do Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI) e inflação, apurada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 6,6 pontos percentuais. Foi a maior defasagem entre o que é considerado no Brasil como sendo a taxa de juros livre de risco e a **inflação** desde que o "Guia Valor de Fundos de Investimento" começou a ser feito, em novembro de 2019.

Nesse contexto, não houve muitas alternativas para os investidores e poucos fundos conseguiram superar o CDI ou ter um retorno compatível com o risco que tiveram que assumir. Apenas 396 do total de 1.792 fundos analisados nesta edição do guia conseguiram rentabilidade acima da taxa básica de juros. Desses, 128 conseguiram índice de Sharpe maior do que 1. O indicador busca padronizar e comparar a relação entre o risco e o retorno das diversas carteiras. Quanto maior o indicador, melhor para o investidor.

A variação do CDI no período foi de 11,97% ao ano. Já a variação do IPCA foi de 5,37% ao ano. Mesmo nesse ambiente difícil, o Ibo-vespa, o principal indicador para o desempenho das ações negociadas no país, subiu 7,82% ao ano. Mas a bolsa local perdeu das bolsas americanas já que o índice S P 500 subiu 9,08% ao ano.

A variação cambial no período ficou praticamente estável, com alta de 0,79% ao ano. No período, portanto, o juro alto foi suficiente para segurar a desva-

lorização do real, o que não vem acontecendo nos últimos meses.

A conjuntura foi difícil também para os investidores em fundos multimercado. O desempenho do Índice de Hedge Funds da Anbima (IHFA) registrou rendimento de 9,17% ao ano, abaixo do indicador que mede a rentabilidade dos títulos do Tesouro Selic, o IMA-S, que teve ganhos de 12,25% ao ano.

Os destaques no período foram novamente os títulos de crédito privado emitidos por empresas no mercado local e atrelados ao CDI. O indicador IDA-DI, que registra o desempenho desse mercado, marcou ganhos de 13,52% ao ano. A rentabilidade média dos títulos do Tesouro Prefixado foi de 11,04% ao ano, de

acordo com o indicador IRF-M. Já os títulos do Tesouro IPCA tiveram ganhos menores, de 8,64% ao ano, de acordo com o IMA-B.

Do total, apenas 396 conseguiram rentabilidade acima da taxa básica de juros

Avaliando o desempenho de cada categoria dos fundos do guia, os classificados como renda fixa DI tiveram rentabilidade média de 11,31% ao ano. Mas os melhores fundos, aqueles que ficaram no grupo dos 25% mais rentáveis, tiveram ganhos de mais de 11,93% ao ano e alguns, portanto, conseguiram superar o CDI.

As carteiras da categoria renda fixa ativo prefixado renderam 11,12% ao ano, mas as melhores tiveram ganhos superiores a 11,83% ao ano. A rentabilidade média dos fundos da categoria juro real foi menor, de 8,72% ao ano. As melhores carteiras renderam acima de 9,94% ao ano. Em ambas as categorias a gestão ativa de alguns fundos conseguiu proporcionar bons retornos para os investidores.

Os fundos de crédito privado com prazo de resgate em até 15 dias renderam, em média, 12,46% ao ano. Para aquelas carteiras com resgate a partir de 16 dias, a rentabilidade foi maior, de 13,05% ao ano. Os melhores fundos de crédito privado com resgate em até 15 dias tiveram ganhos acima de 12,87% ao ano. E os melhores com resgate a partir de 16 dias renderam mais de 14,19% ao ano.

Os fundos de debêntures in-

centivadas tiveram desempenho médio de 11,20% ao ano. As carteiras mais rentáveis renderam mais de 12,32% ao ano.

A média da rentabilidade dos fundos multimercado baixa volatilidade foi de 10,76% ao ano. O grupo que ficou entre os 10% melhores rendeu mais de 12,62% ao ano. Já os fundos multimercado ganharam 7,79% ao ano em média. No entanto, os melhores fundos renderam mais do que 12,54% ao ano. Essa categoria, tradicionalmente, tem uma grande diferença entre os melhores e piores fundos já que as estratégias são muito diversas.

Entre os fundos long short, a rentabilidade média foi

de 10,25% ao ano e para os fundos long biased foi de apenas 4,04% ao ano. Também nessas duas categorias, como ocorre normalmente, houve muita dispersão entre o desempenho dos fundos mais e menos rentáveis.

Os fundos da categoria ações índice renderam 6,71% ao ano. Já os fundos de ações, que adotam políticas mais amplas para atingir seus objetivos de rentabilidade, tiveram desempenho pior, de apenas 2,81% ao ano. O grupo dos mais rentáveis nas duas categorias conseguiu, pelo menos superar a **inflação**.

A rentabilidade mediana dos fundos de ações no exterior foi de 7,81% ao ano e os fundos de investimentos no exterior renderam 3,67% ao ano. Os melhores da categoria renderam mais de 14% ao ano e mais de 10% ao ano, respectivamente.

Por fim, na categoria alocação multimercado o rendimento ficou em 9,23% ao ano e a rentabilidade média da categoria alocação ações foi de 2,16% ao ano.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Na previdência, novas estratégias de venda entram no radar

Apostar em novos canais de vendas, como o WhatsApp, no maior assessoramento financeiro e na disputa pela portabilidade serão as estratégias utilizadas na batalha pelo mercado de previdência privada aberta em 2025. Após registrar um 2024 considerado "excepcional" pelas seguradoras, os desafios para os próximos 12 meses serão a escalada da **inflação** e dos juros e a volatilidade nos mercados causada pela incerteza em relação ao cumprimento das metas fiscais pelo governo federal.

Até outubro deste ano, os fundos captaram R\$ 51,2 bilhões líquidos, um avanço de 57,3% frente a igual período de 2023. O resultado, que fez o saldo total ficar superior a R\$ 1,54 trilhão, por si só já vinha animando o setor e demonstrava que o pior da pandemia tinha ficado para trás. O cenário de recuperação da renda e os números de emprego, inadimplência e crédito contribuíram para isso.

"Renda média do trabalho em R\$ 3.255, maior resultado em termos reais da série iniciada em 2012. Desemprego em 6,2%, menor patamar em uma década. Total de inadimplentes em queda e o crédito em alta, no maior patamar desde 2004", diz Edson Franco, presidente da FenaPrevi. Para o executivo esses são fatores que sustentaram a retomada de ritmo do setor até então.

Mas os dois últimos meses desaceleraram o crescimento da indústria e já acenam para um 2025 menos "quente". Porém, apesar de não esperarem um desempenho tão expressivo, as seguradoras se preparam para continuar competindo em um mercado potencial que só atinge 7% da população acima de 18 anos e se mostra resiliente ao longo de sua história.

Para se manterem competitivas, as seguradoras apostam em produtos conservadores e novas estratégias. A Brasilprev, líder do setor, com R\$ 423 bilhões em carteira, testará no ano que vem a venda do produto utilizando o WhatsApp, tomando-se a primeira empresa do setor a usar o canal com esta finalidade. "É inovador e o custo de aquisição deve ficar 70% menor. A gente já tem cinco anos de experiência com serviços no WhatsApp e 1,1 milhão de usuários do nosso app", afirma Ângela Assis, presidente da Brasilprev.

Com contribuição mensal a partir de R\$ 100,

ainiciativa visa reforçar a presença na população de mais baixa renda, onde a empresa enxerga grande potencial. Com captação líquida de R\$ 6,63 bilhões até outubro, segundo dados da Susep, a empresa vai apostar

ainda em produtos conservadores para proporcionar rentabilidade, assim como fez em 2024, com exposições maiores em ativos pós-fi-xados, dentro de cada estratégia.

"Outra fonte de retorno e diversificação tem sido utilizar os limites de alocação no exterior, onde os mercados de ações tiveram performance muito superior ao mercado local. No Brasil, ativos de crédito privado, renda fixa ativa e multimercado de baixa volatilidade vêm se destacando", diz Assis.

Já o Bradesco além de apostar na grade de fundos com múltiplas estratégias, ampliou de 1,4 mil para 2 mil os especialistas em investimentos que fazem o gerenciamento dos ativos dos clientes. "Vamos intensificar a estratégia que vem sendo bem-sucedida, com ampliação da nossa grade de produtos com fatores de risco diferentes e complementares, e da parceria com gestores terceiros qualificados", diz Estevão Scripilliti, diretor da Bradesco Vida e Previdência.

Com reserva total de R\$ 350 bilhões e captação líquida de R\$ 7,43 bilhões de janeiro a outubro, a seguradora projeta superar a marca de R\$ 10 bilhões até o fechamento de 2024. "Mas a concorrência é um organismo vivo e estamos alertas e em busca por resultados que continuem a progredir em 2025, que pode ser impactado por **inflação** resistente e pressão sobre os juros, o que afeta famílias e empresas", observa Scripilliti.

Na outra ponta, seguradoras mais novas, como XP e BTG, continuarão a colocar as suas fichas no jogo da portabilidade. As duas empresas, que se revezaram na liderança do ranking da Susep este ano, acham que ainda há muito espaço para avançar no "rouba monte" das grandes carteiras.

O BTG, que até outubro capturou líquido em portabilidade R\$ 4,82 bilhões, apostou forte nessa estratégia. "A gente chegou a ter 70% do patrimônio até junho vindo de portabilidade. Agora aumentou para

80%", afirma Marcelo Flora, sócio e responsável pelas plataformas digitais do BTG Pac-tual. Com carteiras de R\$ 29,1 bilhões e captação líquida de R\$ 6,33 bilhões até outubro, quer fechar o ano com R\$ 7,2 bilhões, e continuar neste ritmo, apesar de ver um 2025 mais desafiador.

Com a expectativa de fechar o ano com R\$ 5 bilhões em captação líquida, aXPjá tem meta de avançar mais 25% em 2025. Para tanto está investindo em serviços e em inteligência artificial (IA) para auxiliar os agentes autônomos no planejamento financeiro de seus clientes. "Se o juro chegar a mais de 14%, vai levar à alocação em previdência mais conservadora, mas não deve ter impacto na nossa captação e continuaremos fortes em portabilidade e no estímulo à recorrência das aplicações mensais. Este ano, já fizemos mais de 50 milhões de aporte mensais da nossa conta de previdência", diz Roberto Teixeira, sócio e head da XP Seguros e Previdência, que tem R\$ 65 bilhões em reserva de previdência e R\$ 80 bilhões em seu marketplace.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Captação cresce e renda fixa volta a ter saldo positivo

Dá para dizer que 2024 foi o ano da renda fixa e que 2025 deve repetir a dose. Essa é a aposta do mercado de capitais. Com um fluxo de captação líquida de R\$ 312,40 bilhões até outubro, após dois anos de saldo negativo, o resultado é considerado um dos melhores da história da renda fixa do país. Os juros altos são uma das principais explicações, mas não a única.

"Em fevereiro deste ano o governo fez um freio de arrumação em relação aos títulos classificados como isentos, como LCI, LCA, CRA e CRI, restringindo-os às empresas do agronegócio e do setor imobiliário, e estendeu o seu prazo de liquidez de três para nove meses, o que tornou os fundos de renda fixa mais competitivos", observa Pedro Rudge, diretor da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

Para Rudge, a mudança de regra para os fundos exclusivos, que passaram a ser tributados a cada seis meses, também contribuiu. "Isso fez com que os cotistas que tinham os seus próprios fundos passassem a investir diretamente nos fundos de crédito privado isentos, de debêntures incentivadas", conta Rudge.

Nesse universo, nos últimos três anos, algumas gestoras se destacaram pelo que entregaram de rentabilidade absoluta, com a melhor relação risco versus retorno, em três modalidades desta categoria: juro real, renda fixa ativa e renda fixa DI, segundo o ranking do Valor.

O Bradesco tem seis dos 10 fundos de renda fixa DI com melhor performance no período, sendo que o "Bradesco Max Ref. DI", que tem R\$ 40,8 bilhões de patrimônio líquido (PL), entregou 107% do CDI, com 11,7% de rentabilidade, nos últimos 12 meses até outubro deste ano. "Historicamente ele entrega 103% do CDI, mas neste ano foi bem melhor. Este é um fundo de caixa, com recursos que o investidor sabe que vai precisar no curto prazo e não quer grandes variações. Ele tem que ter consistência de performance e baixo risco", afirma Ana Luísa Rodela, head de crédito privado da Bradesco Asset.

Com mais de 110 emissores, a categoria crédito privado, que tem R\$ 370 bilhões em patrimônio líquido, conta com equipe de 22 pessoas, sendo nove analistas, na asset, que se rege por filosofia fundamentalista. "Esta é uma filosofia forte nossa, de

trabalhar com análise detalhada e com fatos para tomada de decisão", diz Rodela. É

com esses fundamentos que a gestora já discute possíveis trocas na composição do fundo para 2025.

A ideia é reduzir o risco de crédito do produto e buscar empresas ainda mais sólidas em setores mais resilientes, reduzindo também o prazo de vencimento dos papéis. O cenário considera a pressão inflacionária, o juro alto e a revisão do Produto Interno Bruto (**PIB**) já projetados para o ano que vem. "É de se esperar a deterioração do crédito, o que pode significar até reduzir a sua exposição percentual no fundo, que hoje está em torno de 40%, caso não encontre títulos interessantes", diz Rodela. Mais de 50% do fundo está alocado em operações compromissadas e em LFTs (Letras Financeiras do Tesouro). Somente

em renda fixa, o Bradesco Asset tem R\$ 726 bilhões sob gestão.

Já na categoria prefixado renda fixa ativa, o BTG está com dois fundos entre os 10 com melhor performance no período, sendo um deles o BTG Explorer RF Ativa, que sempre busca entregar CDI mais 2% a 3% ao ano no longo prazo. Nos últimos três anos encerrados em outubro, teve rentabilidade de 45,18%, versus 40,32% do CDI. O fundo toma posições em juros e moedas não só no Brasil, mas também em países da América Latina e nos Estados Unidos.

"No Explore tomamos posições de forma ativa com base em cenários econômicos que construímos junto aos nossos economistas e comparamos com o que está precificado nos mercados onde atuamos", afir-

ma Júlio Filho, portfolio manager da BTG Pactual Asset, que tem R\$ 35 bilhões em fundos de renda fixa, sendo R\$ 3,5 bilhões em gestão ativa. Para 2025, o fundo ficará de olho no cenário macroeconômico desses países para recalibrar suas posições.

Na categoria juro real, Sparta e Icatu Vanguarda se destacam com os fundos: Sparta Top **Inflação** e Icatu Vanguarda **Inflação**. "No Sparta Top **Inflação**, nós escolhemos seguir o IMA-B 5, que pega só os títulos atrelados à **inflação** com até cinco anos de prazo, pois chacoalha menos e costuma ter melhor relação

retorno sobre o risco", afirma Ulisses Nehmi, CEO da Sparta. O fundo compra títulos de **inflação** e concentra 85% em crédito privado de 150 emissores com grau de investimento, sendo 65% em debêntures e 20%

em letras financeiras. O restante fica alocado em outros títulos públicos atrelados à **inflação**.

Também usando o IMA-B 5 como "benchmark", a Icatu diz ter sido a primeira gestora a operar um fundo de juro real com crédito privado no país, com o Icatu Vanguarda **Inflação** Crédito Privado Fint "Abrimos em 2014, quando a indústria mal pensava em crédito privado, muito menos ligado a juro real. Por mais que a curva de juro tenha estressado, como ele tem lastro em juro real, a gente conseguiu suavizar o período, porque o crédito rentabilizou bem", conta Bruno Horovitz, RI da Icatu Vanguarda. O fundo rendeu em três anos até outubro 37,92%, versus 34,96% do "benchmark". A gestora tem 10 fundos ligados a **inflação** e R\$2,5 bilhões em PL nesta estratégia.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Debêntures incentivadas batem recorde neste ano

Entre os produtos de investimento isentos de Imposto de Renda, as debêntures incentivadas experimentaram neste ano um dos melhores momentos desde 2011, quando foram criadas pela Lei 12.431, com o objetivo de financiar projetos de infraestrutura. De janeiro a outubro, as emissões de incentivadas ultrapassaram R\$ 111,9 bilhões, o que representa um aumento de 65% em relação ao montante registrado no mesmo período em 2023, de acordo com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

Além do salto das emissões, o mercado secundário de debêntures incentivadas tornou-se mais líquido ao longo do ano. Essa evolução é percebida pelos especialistas em crédito privado como um amadurecimento dessa classe de ativo, que deve continuar apresentando resultados positivos ao longo de 2025.

"Vimos uma evolução muito grande de emissões. Neste ano foi recorde quando comparado aos anteriores. Conseqüentemente, houve uma maturação do mercado secundário, que não era tão pujante. Hoje a debênture incentivada corresponde a uma classe de ativos madura, tanto pelo nível de emissão como pela liquidez no mercado secundário", diz Rafael Ohmachi, sócio e portfolio manager da RB Asset.

Somado a esse cenário, as de-

bêntures incentivadas ganharam ainda mais atenção dos investidores, entre os produtos isentos, após mudanças instituídas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em fevereiro. As resoluções do CMN restringiram a liquidez da Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e da Letra de Crédito do Agronegócio (LCA). Essas mudanças favoreceram a migração das carteiras para fundos de crédito privado com ênfase em debêntures incentivadas.

Na análise dos especialistas em crédito privado, o cenário positivo para os fundos de debêntures incentivadas deve prevalecer em 2025. Lucas Dias, gestor de crédito privado da ARX Investimentos, observa que os investimentos isentos de IR se destacam em um cenário de alta de **inflação**. "A isenção de IR em um cenário de **inflação** mais alta ajuda a ter um retorno maior. Na comparação com investimentos sem isenção, os isentos acabam

ganhando mais. Além dis-

so, o cenário de juros altos que se desenha para o primeiro semestre de 2025 favorece a alocação em renda fixa", ressalta Dias.

Apesar do período considerado positivo para a indústria de incentivadas, Michelle Lauande, gestora de fundos de infraestrutura na Santander Asset Management (SAM), chama atenção para a dificuldade na alocação estratégica. De acordo com Lauande, o nível dos prêmios de crédito, que esteve longe do ideal neste ano, levou a gestora a tomar uma decisão considerada ousada, de fechar os fundos de crédito privado com debêntures incentivadas para captação na maior parte do ano. "Sentimos que o mercado estava em um nível do prêmio de crédito que não considerávamos ideal. Então, fechamos todos os fundos para a captação em boa parte do ano. Foi uma decisão acertada, mas ousada", diz.

Em 2025, a gestora enxerga espaço para atuar de forma menos defensiva. Porém, ressalta que essa decisão ainda depende do comportamento do mercado. "Se sentirmos que o número de emissores está aumentando e vemos números mais fortes de projetos, que têm operações mais estruturadas e pagam mais prêmios, ou seja, se o mercado andar, provavelmente seremos um pouco mais arrojados", diz.

Com uma postura mais conservadora em termos de captação, que Lauande entende como "uma estratégia mais difícil comercialmente", a gestão da estratégia de

"A isenção de Imposto de Renda em um cenário de **inflação** mais alta ajuda a ter um retorno maior" Lucas Dias

fundos de crédito privado para debênture incentivadas na SAM priorizou performance e rentabilidade durante 2024. "Em 2023, houve muita volatilidade. Preferimos manter a sustentabilidade dos fundos e preservar o cotista."

Ao longo de 2025, Lauande enxerga mais oportunidades para aumentar a posição de concessões rodoviária e portuária. Em project finance, jargão do mercado para definir o modelo de financiamento em projetos de in-fraestrutura de longo

prazo, o foco da gestora envolve as torres de telecomunicações. O setor deve ganhar novos projetos por conta da demanda das redes de 5G.

Na ARX, a gestão ativa promove

uma reciclagem dos ativos com frequência, para trazer retorno aos fundos, diz Dias. No ARX Hed-ge Incentivados Infra, mais de 50% da carteira corresponde ao setor elétrico, com ênfase nos setores mais defensivos, como transmissão e distribuição de energia. "Transmissão é um dos mais defensivos dentro de crédito privado, pela estabilidade de receita, que é indexada à **inflação**. Por outro lado, temos evitado, dentro do setor elétrico, a alocação de energia eólica pelas incertezas em relação à capacidade de escoar a energia gerada", ressalta Dias.

Com foco em project finance, a RB Asset tem predileção por de-bêntures incentivadas atreladas a projetos por oferecerem mais garantias. Segundo Ohmachi, a gestora tem apresentado bons resultados por saber selecionar bem as ofertas. "Gostamos de entrar em projetos e não necessariamente tomamos mais risco por isso. Não entramos quando o prêmio não compensa o risco. É importante saber escolher ofertas, os ativos e alocar bem. Por outro lado, é fundamental ainda enxergar as oportunidades para avenda", detalha Ohmachi.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Cenário evidencia importância da internacionalização da carteira

Contar com uma parte da carteira de investimentos no exterior amplia os benefícios da diversificação, com otimização de retornos e mitigação de riscos. O cenário doméstico atual e o amplo leque de oportunidades globais evidenciam a importância dessa estratégia. "Essa abordagem reduz a exposição a eventos específicos de um único mercado, como instabilidades políticas e econômicas que passamos hoje no Brasil, já que diferentes países e regiões tendem a responder de formas distintas", ressalta Adilson Ferrarezi, head de soluções de investimentos da Bradesco Asset Management (Bram).

A preocupação com a situação fiscal no Brasil resultou em turbulência no mercado financeiro, com queda da Bolsa e alta do dólar. "O ano de 2024 exemplifica a relevância da diversificação internacional, de não depender apenas do contexto local, mas de ter uma compensação e possibilidades de ganhos lá fora", acrescenta Luiz Felipe Assadurian, vice-presidente executivo de vendas da Franklin Templeton no Brasil. Por aqui, com a trajetória de elevação da Selic, a renda fixa ganhou força, porém, ele destaca que os investidores precisam ter uma visão mais abrangente. "Esse é um rendimento local, mas é fundamental pensar também no poder de compra global, na exposição em moedas fortes", afirma Assadurian. No acumulado do ano até o fechamento de novembro, o real desvalorizou 19% contra o dólar.

Outra vantagem da diversificação internacional é o acesso a diferentes ativos, setores e empresas promissoras. "Hoje, os Estados Unidos são uma oportunidade destacada, pois abrigam empresas líderes globais de tecnologia, saúde e energia renovável", diz Ferrarezi. Com mais de 5 mil empresas listadas e índices S P 500 e Nasdaq atingindo retornos médios acima de 10% ao ano nos últimos 20 anos, o mercado americano têm demonstrado resiliência.

De acordo com Will Landers, head de distribuição de terceiros

do BTG Pactual, o S P 500 bateu a Bolsa brasileira e a Selic em cinco dos últimos seis anos (a exceção foi 2022). As big techs, diz, têm avançado na Bolsa americana, junto com os resultados que vêm gerando e inovações, sobretudo em inteligência artificial como a Nvidia. Há ainda empresas que têm feito uma revolução em biotecnologia e medicamentos. "São

companhias que estão mudando a maneira como vivemos. Agora, quando você compra a Bolsa brasileira é uma carteira diferente, mais focada na velha economia, com peso relevante em commodities e bancos", afirma Landers.

Entre os 10 fundos apontados como os mais rentáveis da categoria ações no exterior pelo "Guia do Valor de Fundos de Investimento" - na janela de três anos até 31 de outubro de 2024 - constam três produtos da Bradesco Asset Management que usam a mesma estratégia: Ágora Western US Index 500 FIC FIM, Bradesco Bolsa Americana FIM e Bradesco Private S P500 BRL FIC FIM, que replicam o S P 500. O que os diferencia são as características de distribuição para públicos diferentes, isto é, aportes mínimos

e taxas de administração. As gestoras do BTG e do Itaú também têm fundos nessa linha do S P 500, presentes na lista de melhores desempenhos com, respectivamente, o BTG S P 500 BRL FIM e o Itaú Private S P 500 BRL FIC FIM.

Por sua vez, o Itaú Index US Tech FIA tem foco em empresas de tecnologia nos Estados Unidos. "São ações de companhias que atuam globalmente em áreas de software, hardware, serviços digitais e inteligência artificial", explica Renato Eid, superintendente de estratégias indexadas e investimento responsável da Itaú Asset.

Entre os destaques na categoria investimentos no exterior

"Os EUA são uma oportunidade destacada, pois abrigam líderes de tecnologia, saúde e energia renovável" Adilson Ferrarezi

(IE), consta o Ágora AQR Long Biased Equities IE, da Bram, um fundo sistemático de ações long and short que opera em mercados desenvolvidos.

A BTG Asset tem o BTG AQR Long Biased Equities IE, que também dá acesso à tática da AQR. "A AQR é a maior gestora quantitativa e, nessa estratégia, fica comprada em mais de 2 mil ações e vendida em cerca de 1,5 mil ações. Ela tem conseguido bater o MSCI World anualmente, mas com metade da volatilidade do mercado, mantendo um beta de 0,5", comenta Landers.

Ainda nessa categoria, o Franklin Clearbridge Infrastructure Value IE, da Franklin Templeton no Brasil, é um fundo de ações globais de infraestrutura e utilities - transmissão e distribuição de energia elétrica, portos, aeroportos e rodovias/pedágios. "O objetivo é buscar rentabilidade real considerando o G7, as sete maiores economias, ou seja, **inflação** mais taxa de 5,5%", diz Luiz Felipe Assadurian.

A Itaú Asset tem nessa lista de maiores retornos, o Itaú Seleção Multi Global Alpha IE, um fundo

multigestor, que investe em um portfólio de gestores internacionais com perfil de retorno absoluto, ou seja, perseguindo resultados positivos em diferentes cenários. "As alocações são principalmente em fundos long and short, quantitativos, multi-estratégias e macro. O produto tem uma carteira hedgeada, sem exposição à variação cambial", afirma Leonardo Uram, gerente de fundos de fundos (FOF) internacional do Itaú.

Outro fundo com bom desempenho é o WHG Global Long Biased BRL IE, da gestora WHG -Wealth High Governance, composto por ações globais - Estados Unidos, Canadá, Europa, Latam e Ásia -, com estratégia long and short e focado em retorno absoluto. "Combinamos análise fundamentalista de ações com uma visão macroeconômica abrangente, identificando tendências seculares, ciclos econômicos e políticos", conta Raphael Fonseca, head de desenvolvimento de negócios da WHG. Embora seja predominantemente de ações, utiliza instrumentos de moedasejuros.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Melhores gestores conseguem driblar as incertezas

Em anos de alta volatilidade e sinais macroeconômicos que vão mudando a cada três meses, como em 2024, rentabilizar os investimentos é desafiador. Seope-ríodo avaliado for o dos últimos cinco anos, a gangorra do sobe e desce do mercado de capitais e mudanças importantes na cena política do Brasil e do mundo tornaram a tarefa do gestor de recursos ainda mais difícil. O Valor ranqueou 80 fundos de investimentos em 16 categorias que conseguiram manter a consistência de resultados e bom gerenciamento de risco no período e ficar entre os 25% melhores de suas respectivas modalidades.

O Bradesco Private Portfólio Ref. DI é um deles. Um fundo de renda fixa de crédito privado cuja estratégia é a diversificação do portfólio, composto por 75 empresas avaliadas como high grade (de alta qualidade). A maior alocação percentual é em risco bancário. O fundo, com patrimônio líquido (PL) de R\$ 1,6 bilhão e que investe em estratégia que tem R\$ 56 bilhões, rentabilizou, em cinco anos, até outubro de 2024, 52%, ou 105% do CDI. Só nos últimos 12 meses girou 107,6% do CDI.

O gestor busca manter a métrica de risco consistente. "A régua não muda. Se o ano é positivo, a gente não vai afrouxar a régua, e nem em

cenário contracionista ela altera. Combinamos análise de crédito e todos os ativos têm rating próprio. No crédito privado não dá para ter papéis de baixa qualidade e tem que precificar corretamente para performar bem em diversos ciclos", analisa VictorTofolo, head de gestão de crédito high grade da Bradesco Asset.

A evolução das operações de crédito no país, com aumento de liquidez no mercado secundário, também ajuda esse tipo de fundo. O Bradesco Asset tem mais de R\$ 370 bilhões geridos na mesa de crédito hoje, o que possibilita gestão ativa em diversos portfólios. De forma mais ampla, o perfil de gestão da casa faz parte de uma filosofia funda-mentalista, baseada em dados, pesquisas e análises de mercado.

"A maior parte do patrimônio é fundamentalista e sempre conca-tenada com visões macroeconômicas. A gente olha o macro, mas vê também o micro de fundamento de crédito. Investimos em pessoas, processos, governança robusta e em pesquisa",

observa Bruno Funchal, CEO da Bradesco Asset. Ele explica que este ano foi relevante ter essa estrutura, devido à alta volatilidade dos mercados e muita imprevisibilidade na política monetária americana. "Já no Brasil, em janeiro, todo mundo apostava que [a Selic] ia terminar o ano em um dígito e este cenário se reverteu", diz Funchal.

Ainda na renda fixa, outros

dois fundos foram ranqueados como resistentes, mas em categorias distintas: o AZ Quest Termo Fundo de investimento RF no prefixado, renda fixa ativo, e o ARX Elbrus Incentivados Infra, na modalidade debêntures incentivadas. Os fundos também têm estratégias que são impac-tadas de formas diferentes. No primeiro, o cenário macro para este fundo não afeta a sua rentabilidade. "Por especificações de financiamento de termo, financiamento de ações, fica inerente a situação macro e micro. Mas é bom a taxa de juros baixa para quem quer se financiar a termo. Com juro baixo e bolsa barata vai ter liquidez nesta operação e o fundo vai ter boa performance", afirma Jean Marcondes, sócio e gestor da área de arbitragem da AZ Quest.

O gestor explica que o investidor coloca o dinheiro no fundo, que vai no mercado acionário e utiliza o recurso do cotista para financiar esse tipo de operação. E quando ele for fazer a transação a termo e estiver sem caixa, pode usar a ação como garantia. O fundo empresta a taxas que têm a meta de bater 104% do CDI.

Usando o IMA-B 5 como "ben-chmark", o ARX Elbrus Incentivados Infraestrutura é composto por debêntures incentivadas de diferentes setores, como energia, rodovias e saneamento. "Atrelado à **inflação**, mas com duração que não é longa, quando tem movimento de fechamento da curva de juros, o fundo se beneficia mais do que com a abertura de juros, como a gente vê este ano", observa Pierre Jadoul, dire-tor-executivo e gestor responsável pela estratégia de crédito privado da ARX Investimentos.

Se considerar janela longas, o gestor explica que o IMA-B tem relação risco/retorno melhor do que o CDI. "Com o risco de mercado em ciclos econômicos com juros instáveis, subindo e caindo, o fundo é eficiente do ponto de vista risco/retorno".

Mesmo na modalidade multi-mercado, que nos últimos cinco anos sofreu com incertezas nos ambientes interno e externo, o Itaú Seleção Multifundos Multi foi apontado como um dos cinco mais consistentes na entrega de resultados da categoria. Por ser um fundo de fundos, a escolha dos gestores que irão compor o produto é um dos pontos-chave para gerenciamento de risco e performance. O fundo busca entregar CDI mais 1% a 1,4% ao ano, com baixa volatilidade.

"A vantagem em ter carteira mais consistente do que o "ben-chmark" é que, em época de crise, ele caiu bem menos do que o mercado. Entre fevereiro e março de 2022 ele caiu 5%, enquanto os outros fundos de fundos, 15%", diz Rodrigo Giordano, superintendente da área de fund of funds do Itaú.

Na categoria long biased, que são fundos com viés de compra, o Absolute Pace Long Biased foi um dos destaques. Para manter a consistência, o fundo mantém um mix de papéis de bolsa e monta portfólio partindo do micro, mas também considerando o cenário macroeconômico.

"A gente considera os riscos que as ações trazem do ponto de vista político e econômico no cenário interno e externo. Outro diferencial é que é um produto flexível como instrumento de proteção, pois usa pares entre empresas, dólar e opção para proteger a carteira", conta Tiago Ring, gestor e analista de empresas da Absolute.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Dólar chegou a ser negociado a R\$ 6,20

Depois de ter alcançado um novo recorde e ser negociado a R\$ 6,20, o dólar fechou ontem perto da estabilidade, avançando 0,02%, a R\$ 6,09. A oscilação ao longo do dia teve como pano de fundo o risco fiscal brasileiro. A moeda norte-americana só reverteu a alta depois de dois leilões de dólares promovidos pelo Banco Central (BC). O primeiro leilão vendeu US\$ 1,2 bilhão, enquanto o segundo, US\$ 2 bilhões.

O mercado também reagiu à indicação do presidente de Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de que os deputados iriam começar a analisar ainda ontem o pacote de corte de gastos proposto pelo governo. A expectativa da equipe econômica é economizar aproximadamente R\$ 70 bilhões nos próximos dois anos.

A escalada do dólar foi ainda motivada pela divulgação da ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que avaliou justamente a disparada da moeda nas últimas semanas como um dos fatores para aumentar os juros brasileiros. Segundo Sérgio Goldesntein, estrategista-chefe da Warren Investimentos, a ata aponta os fatores que embasaram a decisão do Copom, cuja conclusão foi a de uma deterioração, no cenário de inflação, tanto dos determinantes de prazo curto, como a taxa de câmbio, quanto dos de médio prazo, como o hiato do produto e as expectativas de inflação. (Metrópoles)

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/brasil/2024/12/dolar-chegou-a-ser-negociado-a-r-6-20.html>

Dólar bate R\$ 6,20 e recua com intervenção do Banco Central

O dólar renovou seu recorde histórico nominal nesta terça-feira (17), com variação positiva de 0,07%, fechando a R\$ 6,095. O BC (Banco Central) realizou mais dois leilões extraordinários de câmbio nesta terça, e

as intervenções conseguiram desacelerar a alta da moeda americana, que chegou a romper a barreira dos R\$ 6,20 na máxima do dia. Mesmo assim, a divisa terminou a sessão em valor recorde pelo terceiro dia consecutivo.

Na Bolsa brasileira, o Ibovespa disparava 1,10%, aos 124.922 pontos, no fim da tarde.

Ainda que o valor de R\$ 6,095 seja recorde na base

nominal -a que desconsidera a **inflação** do cálculo-, a maior cotação real foi atingida em setembro de 2002, na esteira da primeira eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Corrigido pela **inflação**, o valor do dólar naquela ocasião seria hoje o correspondente a R\$ 8,75.

A conta, feito pela consultoria Elos Ayta, considera a cotação da Ptax -a taxa de câmbio cal-

culada pelo BC (Banco Central)- e ajustes pela **inflação** brasileira (IPCA) e norte-americana (CPI) até novembro de 2024.

A sessão começou com investidores avaliando a ata do Copom (Comitê de Política Monetária) do BC, divulgada pela manhã, que aponta que a piora da **inflação** de curto e médio prazo exigiu postura mais tempestiva e que o cenário se

tornou mais adverso com a materialização de riscos.

Na última quarta (11), em seu último encontro de 2024, o Copom elevou, em decisão unânime, a taxa básica de juros (Selic) em 1 ponto percentual, de 11,25% para 12,25% ao ano.

O comitê prevê um aumento de juros de mesma intensidade nas duas próximas reuniões, em janeiro e março de 2025. Se o cenário se con-

cretizar, a Selic chegará ao patamar de 14,25% ao ano -pico da taxa básica na crise do governo de Dilma

Rous-seff (PT), entre 2015 e 2016.

Em reação à ata do Copom, o dólar abriu em alta, e o BC vendeu US\$ 1,272 bilhão em um primeiro leilão extraordinário logo pela manhã. Mesmo assim, a moeda chegou ao patamar mais alto até então, de R\$ 6,20.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3012#book/>